

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“Camelô de Tecnologia” ou “Camelô Global”: novas formas de
expansão do capital na rua.**

Campinas, SP
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

D933c **Durães, Bruno José Rodrigues**
 “Camelô de tecnologia” ou “Camelô Global”: novas formas de
expansão do capital na rua / Bruno José Rodrigues Durães.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Vendedores ambulantes. 2. Setor informal (Economia).
3. Camelôs. 4. Mercadorias. 5. Tecnologia. I. Araújo, Angela
Maria Carneiro. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Peddler of technology or street vendor global: new forms of
capital expansion in the street

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Street vendors
Informal sector (Economics)
Laborers
Merchandise
Technology

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Angela Maria Carneiro Araújo, Maria da Graça Druck
de Faria, Magda Neves, Ricardo Luiz Coltro Antunes,
Marcia Paula Leite

Data da defesa: 11-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Tese de Doutorado

Bruno José Rodrigues Durães

“Camelô de Tecnologia” ou “Camelô Global”: novas formas de expansão do capital na rua.

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 11 de março de 2011.

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Angela Maria Carneiro Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp



Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Druck de Faria
Universidade Federal da Bahia

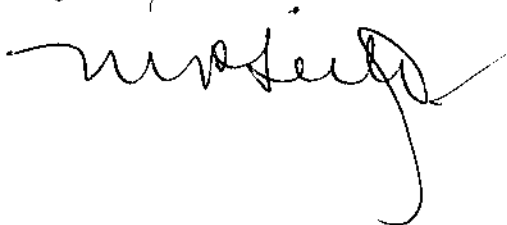


Prof.^a Dr.^a Magda Neves
PUC-Minas



Prof.^o Dr.^o Ricardo Luiz Coltro Antunes
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp

Prof.^a Dr.^a Marcia Paula Leite
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp



Suplentes:

Prof.^o Dr.^o Jesus Ranieri
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp

Prof.^o Dr.^o Fernando Lourenço
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp

Prof.^o Dr.^o Roberto Veras
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Agradecimentos

A todos e todas trabalhadores e trabalhadoras do camelódromo da Rua Uruguaiana, centro do Rio de Janeiro, muito grato pela paciência e atenção, mesmo sendo rodeados por um universo de repressões e criminalizações, puderam parar um pouco de seus afazeres e conceder informações, ainda que de modo rápido, no canto do box, entre uma venda e outra, mas que foram extremamente valiosas para esta pesquisa. No caso da pesquisa na área de Trabalho, nada melhor que os próprios trabalhadores para falarem de si. Muito grato. Sem a colaboração de vocês, esta tese não seria possível.

Obrigado também ao pessoal da Associação dos Comerciantes da Uruguaiana, ao pessoal da “União” do Camelódromo, sobretudo na figura da vice-presidente, senhora Fátima. Sem o apoio de vocês, não teria conseguido entrevistar os trabalhadores e ter acesso a diversas informações relevantes.

À FAPESP, pela bolsa de doutorado, que concedeu um apoio valioso para a participação em eventos, acesso a livros e, praticamente, todo o suporte logístico/financeiro necessário a uma pesquisa de doutorado.

À Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, sobretudo às funcionárias Maria Rita (do programa de doutorado em Ciências Sociais) e Cristina (da Sociologia). Aliás, toda a equipe sempre esteve atenta e prestativa às minhas solicitações. Muito obrigado. Também cabe agradecer ao pessoal da biblioteca, que foram gentis e solícitos no empréstimo e devolução de livros, sobretudo na pessoa da Diretora, Sr.^a Regiane Alcântara.

Vale registrar o apoio concedido também pelo próprio Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que concedeu apoio e recurso financeiro para os períodos em que estive sem bolsa e sempre esteve à disposição para dúvidas e demais solicitações.

Agradeço a minha orientadora, Professora Angela Araújo, que confiou na minha pesquisa e se dispôs, desde o período imediatamente posterior à seleção do doutorado, a orientar-me. Foi um período conturbado para mim, estava em um momento de transição de orientação, saindo do Mestrado em Sociologia-Unicamp e indo para outro programa. Obrigado pelo aceite e pela confiança que me deste naquela fase. Também sou grato, dentre outras coisas, ao apoio que me deu na decisão de mudança do campo de pesquisa de Campinas para o Rio de Janeiro, foi outro período difícil, mas que você esteve presente. Obrigado pela sua sinceridade, rigor, dedicação e competência. Certamente, tem vezes que é necessário balançar a base teórica e os desenhos metodológicos do orientando, para assim reforçar ainda mais a estrada a seguir. Grato pela leitura atenta, rica em detalhes e pelas diversas sugestões que fez.

À Clarice Moraes, companheira de diversas horas, que “une amor ao sentimento”, e que sempre se colocou à disposição para ler e discutir pontos centrais e não-centrais da tese, além de ter acompanhado todo processo de angústias e, por vezes, frustrações do período de pesquisa de campo e mesmo de redação da tese. Grato pelo apoio e por ter aturado essa fase. Uma verdadeira “prova dos nove”.

Aos amigos, amigas, companheiros e companheiras de Campinas (Giuliana, Claudete, Maira, Danilo, Paula Marcelino), da moradia da Unicamp, onde tantas vezes fui bem recebido e passei verdadeiros momentos de aprendizado, mas também de sofrimentos (Raul Oliveira, Ricardo, Diomário, Ancelmo, Rafael Pessoa, Carlos Terra, Aldo, Leonardo, Lucas), de Salvador (Leonardo Fernandes, André Mota, Newton Montealegre, Alex, Jorge Ney, Gibran, Zé Léo, Emerson Leal, Josué Neto, TD) e do Rio de Janeiro (Fabrício, Eduardo Carrascosa, Andrea Santana, Morgado, Stela, Margareti, Joélito, Ciza do acarajé, Vivian, George, Gisoldi, Marcos, Aranda). Muito grato pelo convívio, companheirismos, conversas etc.,

Um agradecimento à parte para a turma de doutorado de Ciências Sociais da Unicamp do ano de 2007, nas pessoas de Carmen Adriolli, Cármen Lúcia/Malú, Ludmila Abílio,

Eduardo Carrascosa, Rosamaria Giatti, Marcos Mesquita, Camila Demario, Maria Cecília, João Batista, José Eduardo e Erika Mesquita, que com bravura, seriedade e disposição participou da Greve de 2007 dos estudantes, funcionários e professores das estaduais paulistas. Ademais, foi peça importante na concatenação do estado de greve dos estudantes de pós-graduação do IFCH – um fato inédito, pós-ditadura militar. Além disso, foi uma turma atuante nas reivindicações e proposições junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais daquele ano e do seguinte.

Aos colegas, professores e estudantes do grupo de pesquisa *Trabalho, precarização e cooperativismo-Unicamp/Cnpq*, nas pessoas de Jacob Lima, Márcia Paula Leite, Angela Araújo, Isabel Georges, Bárbara Castro, Edmar Lopes, Angela Lima, Ioli e Maria Cecília.

Aos colegas, professores e estudantes do grupo de pesquisa *Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses- Unicamp/Cnpq*, nas pessoas de Ricardo Antunes, Geraldo Augusto, Sávio Cavalcanti, Adriano Pereira Santos, Claudete Pagotto, Filipe Oliveira Raslan e Stela Godói.

Aos colegas, professores e estudantes do grupo de pesquisa *Filosofia, História e Teoria Social-UNIFAL-MG/Cnpq*, nas pessoas de Fábio de Barros Silva, Paulo Denisar Fraga, Romeu Adriano, Marcos Roberto, Henrique Wellen, Débora Fonseca e Pablo Lima.

Aos colegas professores da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG, grato pela companhia e pela liberação para dar prosseguimento a pesquisa do doutorado, nos momentos possíveis, principalmente, o Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL, Prof.º Paulo Denisar, o Coordenador do Curso de Ciências Sociais, Prof.º Marcelo Conceição e os colegas do curso Gleyton Trindade, Sandro Amadeu, Lucas Cid Gigante, Débora Fonseca, Pedro Peixoto e Carlos Tadeu. Obrigado também a CPPD-UNIFAL e ao Magnífico Reitor que concedeu um dia por semana de afastamento parcial para dedicação ao doutorado.

Aos professores da Unicamp e UFBA, nas figuras dos professores Ricardo Antunes, Antônio Câmara e Graça Druck, que sempre se colocaram a disposição.

Por fim, agradecer também a minha mãe, Sr.^a Marileide Rodrigues de Oliveira, que soube suportar a saudade do filho longe e as lamúrias de um doutorando de Ciências Sociais, que possui a “indagação” como marca da vida.

Resumo

A presente tese trata dos trabalhadores de rua que ofertam produtos tecnológicos (máquinas digitais, games, *pen drivers* etc.) no camelódromo da rua Uruguaiana no Rio de Janeiro. Pretendeu-se responder a seguinte questão: *será o camelô de tecnologia uma forma diferenciada de relação de trabalho informal de rua, na qual a lógica predominante é a do negócio (do lucro), da empresa (do capital) e não a do trabalhador (ligado a sobrevivência), na qual evidencia-se uma separação entre capital (donos dos meios e do dinheiro) e trabalho (força de trabalho contratada)?* Nessa linha, serão atividades que agora passam a servir como veias de expansão do capital? Tivemos como *objetivo geral* desta pesquisa: explorar essa nova diferenciação presente nas formas de trabalho de rua na sociedade brasileira atual, ou seja, compreender o que é essa nova (re)configuração da rua. Esse fenômeno evidencia um tipo de atividade que sofre interferências diretas do mundo formal, reconfigurando-se e assumindo feições empresariais. Foram aplicados 42 questionários com estes camelôs.

Palavras chave: Informalidade, Trabalho de rua, Trabalho Precário, Camelô.

Abstract

This thesis deals with street workers that offer technological products (digital cameras, games, flash drivers etc.) in camelódromo of the Uruguayana in Rio de Janeiro. It was intended to answer the following question: Is the peddler of a differentiated form of technology for informal street work, which is the predominant business (profit), business (the capital) and not the employee (linked to survival), which is evident separation between capital (owners of the means and money) and work (labor contractor)? this line will be activities that now serve as the veins of capital expansion? Our aim of this research: to explore the new forms of differentiation in this street work in the current Brazilian society, ie, understand what is this new (re) configuration of the street. This phenomenon reflects a kind of activity that suffers direct interference of the formal world, reshaping itself and assuming business features. 42 questionnaires were applied to these vendors.

Key words: Informality, street work, Precarious Work, Peddler.

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Distribuição dos Entrevistados por Sexo	p.127
Tabela 02 - Distribuição dos Entrev. Cruzando Dados: Sexo e Donos/as do negócio	p.127
Tabela 03 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Sexo e Escolaridade	p.128
Tabela 04 – Distribuição dos Entrev. por Escolaridade	p.129
Tabela 05 – Distribuição dos Entrev. sobre o último trabalho antes do atual	p.130
Tabela 06 – Distribuição dos Entrevistados pela Entrada na Venda de Eletrônicos	p.131
Tabela 07 – Distribuição dos Entrevistados pela Entrada em Atividades Informais de Rua	p.131
Tabela 08 - Distribuição dos Entrevistados por Idade	p.132
Tabela 09 – Dist. dos Entrev. cruzando dados: Idade e Curso (profissionalizante) p/ alguma profissão	p.133
Tabela 10 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Idade e Curso	p.133
Tabela 11 – Dist. dos Entrev. por Cor	p.134
Tabela 12 – Dist. dos Entrev. por Local de Nascimento	p.135
Tabela 13 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Local de Nascimento e Tempo que Mora no Rio	p.136
Tabela 14 - Dist. dos Entrev. pelo Tempo que Faz o Balanço das Mercadorias	p.137
Tabela 15 – Dist. dos Entrev. sobre o Controle de Vendas	p.138
Tabela 16 – Dist. dos Entrev. Conforme a Renda na Atividade de Camelô de Tecnologia	p.139
Tabela 17- Dist. dos Entrev. cruzando dados: Idade e Gostaria de mudar p/ empreg c/ carteira	p.140
Tabela 18 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Ser Proprietário do Negócio com Renda na Atividade	p.141
Tabela 19 – Distrib. dos Entrev. Pelo intervalo de tempo em que dão garantia	p.145
Tabela 20 – Distribuição dos Entrev. pelo que possuem no box	p.147
Tabela 21- Dist. dos Entrev. em resposta a pergunta: O senhor acha que essa atividade é como uma empresa normal (uma loja)?	p.148
Tabela 22 – Dist. dos Entrev. em resposta a pergunta: Se parece com uma empresa, por quê?	p.151
Tabela 23 – Distribuição dos Entrev. em resposta a pergunta: O senhor se considera camelô?	p.152
Tabela 24 - Distribuição da Renda dos funcionários por mês	p.153
Tabela 25- Distribuição pelo parentesco entre as pessoas que trabalham e o dono do negócio	p.154
Tabela 26 - Distribuição dos “benefícios” dos funcionários por mês	p.155
Tabela 27 – Distribuição dos Entrevist. pelo início na atividade	p.168
Tabela 28 – Distribuição dos Entrev. que fazem estoque	p.172
Tabela 29 – Distribuição dos Entrev. que pegaram empréstimo para comprar mercadorias?	p.173
Tabela 30 – Distribuição dos pesquisados em relação a pegar empréstimo para iniciar na atividade?	p.187
Tabela 31 – Cruzamento de dados: Ser livre, ter autonomia com ser proprietário do negócio	p.191
Tabela 32 – Cruzamento de dados: Mudar p/ um trabalho com cart. assinada com ser proprietário do	p.193
Tabela 33 – Cruzamento de dados: Ser proprietário com possuir veículo e ter plano de saúde	p.195
Tabela 34 – Cruzamento de dados: Ser proprietário com contribuir para o INSS como autônomo	p.195
Tabela 35 – Cruzamento de dados: Ser proprietário do negócio com a resposta a se parecer com uma loja ou empresa, se sim, porquê?	p.196
Tabela 36 – Cruzamento de dados: ser proprietário do negócio com ser camelô	p.200

SUMÁRIO

Introdução, p.01

Capítulo 1: INFORMALIDADE: um conceito polêmico

- 1- A situação do trabalho no Brasil, p.27
- 2- O conceito de informalidade: sua origem, limitações e a denominação que adotamos (a informalidade de rua), p.42

Capítulo 2: Os camelôs no Brasil ou as acepções da informalidade de rua

- 1- Síntese de algumas pesquisas atuais sobre informalidade ou o *estado da arte* das pesquisas sobre informalidade no Brasil, p.61
- 2- As duas acepções do trabalho de rua, da informalidade de rua, p.99
- 3- O camelô tradicional e o camelô de produtos tecnológicos, p.105

Capítulo 3: Camelôs de Tecnologia ou a empresarização da rua: a rua como negócio

- 1- O Perfil dos camelôs de produtos tecnológicos do camelódromo da Uruguaiana, p.125
- 2- A “elite” das ruas ou o “negócio” de sucesso (uma Formalização às avessas: possível separação capital-trabalho na rua), p.144
- 3- Por trás do brilho das mercadorias, atrás das aparências: a *lógica e o estilo* do camelô de produtos tecnológicos:
 - a- As formas e técnicas de venda (ou o estilo e a lógica formal no universo informal), p.162
 - b- A percepção da atividade pelos pesquisados: *os trabalhadores em cena [suas falas e percepções]*, p.162
- 4- A dialética capital-trabalho na rua, real ou imaginária? p.204

Capítulo 4: Conclusão, p.221

Referências, p.235

Anexos

- 1- Relato de Pesquisa de Campo, p.241
- 2- Questionário, p.269

Introdução

Esta tese é sobre um tipo específico de trabalhadores/as informais, os/as trabalhadores/as de rua. Dentro deste universo, trataremos primordialmente dos camelôs que ofertam produtos tecnológicos/eletrônicos (equipamentos de informática, máquinas digitais, *pen drives*, MP3, MP4, MP7, MP9, equipamentos para games etc.), os quais denominaremos de *camelôs de tecnologia, de produtos tecnológicos* ou *globais*.

É sabido quão multifacetado é o universo das formas de trabalho de rua e quão relevante é este universo no presente de diversas economias mundiais, compondo até, em certos casos, parte significativa da população ocupada de determinado país, como no caso brasileiro, onde a informalidade sempre representou grandes contingentes populacionais¹. Essa característica multifacetada das formas de trabalho de rua é composta por uma gama de trabalhadores/as, desde os que perambulam pela cidade, registrados ou ilegais, nas praias, nas ruas, nas festas, os ambulantes, até os/as que se fixam em uma banca determinada, num ponto determinado, com licença oficial/legal para trabalhar, como no caso dos camelódromos espalhados pelo Brasil². Assim, talvez devido às características apresentadas acima, de possuir uma diversidade intrínseca, as pesquisas sobre esta temática nunca conseguem esgotar as questões e complexidades inerentes a tais fenômenos. Conforme Lautier (2004, p.50), a economia informal é “multiforme”, composta por pequenas empresas de produção, pequenos comerciantes e prestadores de serviços, possui atividades delituosas e legais. Ademais, deve-se considerar que a própria dinâmica interna (histórica e social) da informalidade de rua constitui realidades semoventes, sendo, portanto, difícil compreender a fundo estes

¹Como diz Bruno Lautier (2004), a informalidade é parte representativa e histórica das formas de trabalho dos países do terceiro mundo.

²Diversos camelódromos surgiram na década de 90, a partir de regulamentações do poder público municipal.

fenômenos, pois sua constante é a própria mudança, é o processo. Logo, uma indagação vem à tona: como dar conta de realidades que estão sempre sendo objetivamente e subjetivamente transformadas/reconfiguradas? Por isso, toda investigação a esse respeito é parcial e provisória.

Essa primeira questão deve ser levada em conta antes de se iniciar qualquer investigação sobre a temática aqui tratada, quer dizer, uma *ressalva metodológica* que deve ser posta para iniciar as reflexões. Refere-se à perspectiva de se tomar a informalidade de rua como um conjunto de realidades processuais, cuja marca é a *transitoriedade, diversidade e inovação*. Estas, dentre outras, são características típicas do universo informal de rua brasileiro. Elas se apresentam não só nas técnicas e processos de venda (na atividade comercial), isto é, nos seus elementos internos constitutivos, como também nas formas e aparências das manifestações de suas práticas (tanto de produção quanto de serviços).

A ideia de transitoriedade aqui não exclui uma outra ideia tão fortemente arraigada nos estudos e pesquisas sobre informalidade, qual seja, de sua *condição ambivalente* de ser ao mesmo tempo “transitório” e “permanente” (Oliveira, 2005, p.225 e 226). Em outros termos, a informalidade constitui um tipo de trabalho que se torna permanente tanto do ponto de vista estrutural, relativo à sociedade e à dinâmica econômica, quanto do ponto de vista individual, dos próprios envolvidos, os quais terminam lançados em uma espécie de acomodação forçada ditada pela própria sobrevivência. Este segundo aspecto é muito tratado em pesquisas, como veremos à frente³. Na verdade, estamos aqui dando outra feição para as práticas informais e ressaltando que a *transitoriedade* é usada como um *dispositivo de manutenção* da própria existência social e comercial dos informais. Uma transitoriedade que não necessariamente leva à saída do meio informal, mas sim, a uma melhor inserção. Representa, pois, um *recurso*

³Como no caso da autora Dina Quezada (2008), na dissertação “Ser ou Estar? Eis o Dilema: o cotidiano de ambigüidades dos camelôs de Copacabana”

para o negócio, uma melhor adequação dos produtos vendidos, do estilo de venda, da lógica de trabalho etc., remodelações gestadas para uma melhor inserção na rua⁴.

A rua e suas atividades peculiares constituem parte da própria sociedade, pensada num sentido mais amplo e, sendo assim, são também marcadas por elementos que possuem uma dinâmica processual. As sociedades humanas, de uma forma geral, são compostas por estruturas mutantes, as quais são formadas pelos indivíduos, mas que também os constitui, em uma via de mão dupla.

Assim, focalizando nossa reflexão, o universo multifacetado e dinâmico das ruas, com todos os seus brilhos e encantos, como também com toda sua carga de “ilegalidade”, “perseguição” e embate cotidiano com as forças da ordem pública, compõe realidades peculiares (com formas de trabalho próprias), as quais têm que ser bem captadas pelo investigador para não resultar em imputações de sentidos que não são as mesmas vivenciados pelos agentes envolvidos, pelos/as trabalhadores/as.

Essas três características apresentadas acima (*transitoriedade, diversidade e inovação*) não são de modo algum absolutas, na verdade, fazem parte do todo que representa a informalidade, cujo traço central é a sua *heterogeneidade* constitutiva (Carvalho, 1986). Esta se encontra presente tanto na forma de organização interna como nas manifestações de suas práticas, atrelada à sociedade e ao sistema econômico vigente, sofrendo, como veremos à frente, influências destes. Quer dizer, não se pode conceber o universo informal, por mais variado/diversificado, processual/transitório e heterogêneo/criativo que seja, isolado das relações formais de trabalho e das relações capitalistas de *produção/trabalho e reprodução social da vida*. Cabe aqui partirmos, pois, de uma compreensão abrangente que leva em conta

⁴Resta investigar se tal recurso decorre de inovações pensadas pelos próprios envolvidos ou se representa mero reflexo das estruturas sociais circundantes, ou, se, na verdade, é oriundo dos dois polos (subjetividades e estruturas sociais circundantes). Voltaremos a tal característica mais à frente.

a conexão do meio informal de rua com o sistema capitalista de *produção e reprodução social*. Afinal, a informalidade de rua compõe parte significativa do processo de circulação das mercadorias, como já apontava Prandi (1978) na década de 70. Ela constitui não só parte da força de trabalho excedente, de reserva, apta a ingressar no mercado formal de trabalho, como representa também o que denominamos de “trabalhadores gratuitos” (Durães, 2005) para o capital e seu processo de circulação de mercadorias⁵, de realização do valor, do processo mais geral de circulação de mercadorias, por sinal, elemento essencial (fundamental) do modo de produção capitalista, sem o qual todo o sistema estaria comprometido⁶. Sem a realização final da mercadoria, compra e venda (distribuição, armazenamento, troca e consumo), sem dúvida, não haveria efetivação do lucro, nem da própria maisvalia, todo o sistema cairia por terra, por isso que *produção e circulação* têm que ser concebidos sempre em conjunto, partes indissociáveis, parte de um todo, uma totalidade, ainda que uma totalidade permeada por certas contradições insolúveis como no caso do conflito capital-trabalho e da própria exploração do trabalhador.

Entendemos que a participação da esfera comercial no processo produtivo capitalista (para o caso do trabalho informal de rua) é também uma esfera fundamental para a valorização do capital. Assim, não tratamos no nível hierárquico tais esferas e não concebemos também que o “valor” (Marx, 2002), por ser resultado da esfera da produção, já estaria pronto e terminado seu processo desde sua concepção, ao invés disso, consideramos

⁵Sobre o debate em torno da composição do exército de reserva, superpopulação relativa, ver Prandi (1978), Marx (2002) e Durães (2006).

⁶Sobre o processo de circulação de mercadorias ou o circuito da mercadoria, ver Marx (2008), Livro II do Capital (O processo de circulação do capital). Como diz Marx (Ibid., p.142): “A circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quanto os agentes de produção.”

que o “valor” *depende* também de forma crucial da circulação, como defende o próprio Marx (2008). Voltaremos a isso mais a frente.⁷

Acreditamos que o trabalho de rua participa dessa esfera da circulação, exerce um papel na circulação de mercadorias, como “trabalhadores gratuitos” (Durães, 2005). O trabalhador gratuito transforma o “capital-mercadoria”, parte do circuito do capital, em dinheiro através da venda de produtos originais nas ruas. Este volta à mão do produtor para se tornar “capital-dinheiro” – por meio do consumo produtivo, adquire-se novas matérias-primas, novos meios e instrumentos de produção – e reiniciar o ciclo da produção (Marx, 1991). Esse mecanismo da produção necessita da esfera da circulação, que envolve custos (transporte dos produtos, armazenamento e distribuição das mercadorias) (Marx, 1991). A própria armazenagem e acomodação das mercadorias comercializadas envolvem custos, “[...] dispêndio de capital constante; demais, pagamento de força de trabalho para armazenar as mercadorias no depósito” (Id., 2008, p.155). Tudo isso é feito *gratuitamente* pelo trabalhador de rua, sem custos para o capital industrial, que ainda ganha com um poderoso *marketing* personalizado (boca a boca). Assim, a denominação trabalhador gratuito para o capital corresponde aos indivíduos, trabalhadores, que estão a serviço da acumulação, escoando mercadorias pelas ruas, realizando parte do processo de circulação do capital, sem cobrar por isso ou sem gerar custos para o capital industrial. Na verdade, os camelôs entram na esfera da comercialização, muitas vezes, buscando mercadorias no Paraguai, arcando com os custos do transporte, deslocamento, venda etc. O verdadeiro beneficiário com todo esse circuito é o capital de produtos tecnológicos.

Se fossemos comparar o esquema de circulação do trabalhador gratuito com o capitalismo típico (tradicional), o capital teria que pagar contrapartida, arcaria com o “equivalente” diante desse trabalho não pago (Id., *ibid.*, p.51) de comercialização e

⁷Sobre o processo de circulação das mercadorias, ver também Marx, Capital, Livro III (1991). Usamos aqui a obra “Capital” em várias edições, assim, irão aparecer datas diferentes de publicação.

distribuição. O grande beneficiado com esse trabalho de rua é o capital, que se utiliza de um trabalhador vivaz para manter parte do fluxo de seu sistema. Quanto maior a circulação das mercadorias, ou seja, quanto mais (eles) comercializam, mais propiciam o lucro do capital (industrial) (Marx, 1991)⁸.

A informalidade de rua é, por assim dizer, parte do *mosaico* urbano moderno. É, também, a própria expressão das configurações e reconfigurações da denominada modernidade, não podendo ser tomada sob nenhuma hipótese como o lócus do passado, do arcaico, das formas de trabalho que ficaram hermeticamente fechadas (paradas no tempo, pretéritas) diante das influências modernizadoras da civilização burguesa e de todo seu escopo industrializante e desenvolvimentista – ainda que baseada em contradições insolúveis e em desigualdades sociais. Ela também sofreu alterações devido às mudanças do sistema capitalista em geral, resultante das transformações das forças produtivas, das reestruturações dos parques fabris etc. Ela esteve, portanto, sempre conectada à expansão ou retração do sistema, como bem afirmou Chico de Oliveira (1972), na década de 70, do século passado, quando se referia à simbiose entre o mundo formal/moderno e o informal tido como arcaico, não-capitalista. Oliveira indagou: “Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante?” (Ibid., p.29 e 30).

O objeto em questão não é só objeto, é também sujeito⁹ e fruto de subjetividades vivas, das ações e interações dos trabalhadores informais de rua e também fruto da subjetividade do pesquisador. O mundo social da pesquisa não é só transcrito como uma realidade factual, estática, pronto para ser descoberto/compreendido/revelado. É, sobretudo, resultado das interações sociais (Berger e Luckmann, 2001). Quer dizer, o mundo objetivo/real é um mundo socialmente construído (Id., ibid., p.11).

⁸Sobre o processo de circulação das mercadorias, ver Marx, Capital, Livro III (1991).

⁹Como diria Bourdieu no livro Profissão de Sociólogo (1999).

O camelô de tecnologia constitui um tema de pesquisa pioneiro no Brasil (e na América Latina), pouco pesquisado. Além disso, é um tema importante na sociedade atual, por pelo menos dois aspectos. O primeiro, é um tipo de atividade que tem uma ligação direta com fenômenos mundiais, como é o caso das mercadorias eletrônicas, ou seja, são trabalhos que parecem possuir uma *amplitude global*, fazendo, portanto, parte dos processos de globalização. O segundo aspecto, não menos relevante, dá-se pelo fato destes camelôs significarem agora um processo de *reconfiguração* da informalidade de rua brasileira, na qual influências das formas de organização e trabalho formais são percebidas visivelmente no próprio estilo das bancas e boxes, na aparência, em suas práticas de comércio e venda.

Em outras palavras, tais camelôs de produtos tecnológicos, ou de tecnologia, ou ainda os camelôs globais, ao adentrarem em uma “lógica e estilo” (Durães, 2008) próprios do trabalho formal, seguindo padrões correntes do capitalismo, *parecem* representar mudanças não encontradas antes na informalidade de rua, como a separação capital-trabalho, que constitui o problema central de nossa investigação e que será, na medida do possível, respondido ao longo da tese.

Hoje, temos a certeza da importância desse tema, que servirá, entre outras coisas, para clarear faces *modernizadas* (reconfiguradas) da informalidade urbana, bem como compreender parte das “novas formas de trabalho” (Leite, 2006). Servirá também como meio de problematizar a compreensão da teoria social referente ao limite entre formal e informal, legal e ilegal, moderno e arcaico, entre formas novas ou antigas de sobrevivência (produção e reprodução social) e entre novas formas de expansão do lucro das grandes empresas de tecnologia, apresentar novos meios de expansão do próprio sistema capitalista, que traz novas formas para ampliação do lucro. Servirá também para compreender e apresentar *novas fronteiras* da relação formal-informal, se é que ainda podemos falar em fronteiras nesses espaços, já que o simples contrato formal de trabalho (a carteira de trabalho assinada) parece

não ser mais um estatuto suficiente para dizer que tal atividade deixa de ser informal¹⁰. Isso não parece ser absoluto, pois como ficaria, por exemplo, o espaço dos elementos culturais (simbólicos) inerentes aos trabalhos informais, vivenciados por anos e que se consolidaram na rua? Será que a simples carteira assinada é suficiente para colocar por terra essa cultura informal? Além disso, parece existir um conjunto de relações de trabalho de novo tipo, que mescla estilos formais no universo informal, que caracteriza o processo de *formalização às avessas*, o qual iremos demonstrar ao longo deste trabalho. Parece significar novas feições das atividades de rua, que não se valem do recurso da carteira assinada de trabalho (e “direitos” do trabalho), mas que possuem vários “benefícios” (férias pagas, vale alimentação, transporte etc.) e uma espécie de “contrato de boca”, suficientes para garantir um mínimo de estabilidade para os trabalhadores. Ademais, existem casos de trabalhadores com carteira assinada, mas empregado em situações bastante adversas de trabalho (precárias), sofrendo precarização de sua condição como trabalhador e como ser social que trabalha. Destarte, esse tema, ora proposto, é útil tanto como fonte para novas pesquisas, quanto para construções teóricas no âmbito da Sociologia do Trabalho.

Por ser um tema ainda pouco trabalhado, alguns elementos deste complexo ficarão de fora, principalmente, devido a dificuldades inerentes à atividade. Todavia, tentaremos aqui cercar sob variados aspectos esta questão, procurando, assim, dar conta de uma gama de elementos constitutivos, que certamente não é facilmente compreendida nos primeiros olhares lançados, mas que, somente após processos ampliados de investigação e análise/reflexão, se torna possível captar as entrelinhas de sua significação. Desse modo, esperamos dar conta de evidenciar clivagens essenciais desse tipo de camelô, cumprindo, assim, parte do papel das

¹⁰Para Lautier (2004, p.28), a fronteira entre formal e informal ficou completamente imprecisa com as mudanças econômicas do final do século XX.

ciências sociais, qual seja, expor as complexidades internas dos fenômenos, de modo ordenado, trazendo à tona seus traços mais ocultos¹¹.

Como exemplo de um elemento que ficará fora, certamente, o aprofundamento da questão da *origem da mercadoria*, a qual não foi investigada diretamente junto aos trabalhadores. Esta será compreendida através de outros meios, através de outras fontes, como jornais, entrevistas com outros informantes que não os trabalhadores diretos como, por exemplo, Joaquim e Manoel¹².

A origem da mercadoria é uma das questões mais delicadas e perigosas para se tratar com os camelôs, pois, no geral, são provenientes de contrabando, da entrada ilegal de produtos no país. Tal entrada independe se os produtos são ou não originais, como também independe de sua origem, se da China, dos Estados Unidos ou da Europa. O fato é que implica em crimes contra a União, como o crime de *descaminho*, previstos no Código Penal Brasileiro, pois resultam de produtos não tributados. São variadas as maneiras de se efetivar essa prática, desde a passagem direta nas fronteiras, usando-se de pessoas para servirem de “laranjas” (também conhecidos como “mulas”, são os passadores, carregadores), como no caso da ponte da Amizade que liga Ciudad Del Este/Paraguai e Foz do Iguaçu/Brasil, até, em outros pontos fronteiriços, a utilização de outros métodos, como aviões e barcos (balsas,

¹¹Como diria Marx, cabe ao pesquisador o processo do conhecimento, ainda que sua base inicial, seu ponto de partida seja o mundo real, o *concreto em si*, partes de uma totalidade, que em si é uma unidade cheia de conteúdos e significações. Através de reflexões analíticas, chegar-se-ia ao segundo momento do método investigativo, ao “concreto pensado”. Após esses dois momentos, sair-se-ia do plano abstrato e retornaria para a observação do real, via comparação, agora, não mais como um real desorganizado, “[...] síntese de muitas determinações [...]” (MARX, 1946, p.220), mas sim, como um real organizado e desvendado, a própria essência das coisas, onde as determinações ficariam compreensíveis. Esse seria o próprio método materialista histórico e dialético. Claro que o exercício da compreensão, via abstrações razoáveis (mediações) e ancoradas no real/concreto, com sua racionalidade subjacente, é eminentemente dialético, unidade da diversidade, e é nesse tipo de formulação que reside a própria sofisticação desse método. Sobre essa questão, ver Marx (Idem).

¹²Nomes fictícios. Joaquim é meu informante direto, já Manoel é um amigo de Joaquim, que foi camelô de tecnologia e hoje trabalha com carteira assinada em outra atividade. Não consegui manter contato direto com este. Obtive apenas informações oriundas de Joaquim, que ainda hoje trabalha no transporte de mercadorias de São Paulo para o Rio de Janeiro. Na verdade, Joaquim faz esse serviço de transporte apenas como um complemento de renda e como uma questão de amizade que tem com um camelô e com um primo dele que também é camelô no camelódromo da Uruguaiana. Joaquim possui um outro trabalho com carteira assinada no centro do Rio.

navios)¹³. É uma espécie de disputa constante, de perseguição entre *gatos e ratos*, quer dizer, entre forças insuficientes do governo brasileiro (os fiscais e policiais da receita) e pessoas que estão, a maioria, a todo custo buscando modos e meios de sobrevivência.

As mercadorias podem ter também outras origens, podem ser fruto de roubo de cargas ou ainda serem fornecidas por policiais rodoviários, que apreendem produtos de camelôs (e sacoleiros¹⁴) nas estradas e fornecem para outros camelôs¹⁵. O mais intrigante e até espantoso dessas transações é que os próprios camelôs sabem destes esquemas e, por vezes, caem numa armadilha ou em uma blitz, perdem suas mercadorias e depois, ao voltarem para o dia-a-dia do camelódromo, terminam vendo essas mesmas mercadorias que foram apreendidas, serem vendidas por outros camelôs¹⁶, em outras quadras do camelódromo. Nestes casos, prevalece a lei do silêncio.

De acordo com informações obtidas em conversas com Joaquim¹⁷, soubemos que parece não existir muitas relações entre as quadras (do camelódromo da Uguaiiana) quando o assunto é aquisição de mercadorias eletrônicas. Segundo Joaquim¹⁸, cada quadra se organiza autonomamente para realizar excursões e compras de produtos e, por isso, quando se faz uma

¹³Sobre essa questão dos “laranjas” e das técnicas usadas para o transporte de mercadorias, trataremos mais à frente com os autores Rabossi (2004), Cardin (2006), entre outros. Brevemente, vale dizer que os denominados “laranjas” são as pessoas contratadas (informalmente, sem contrato formal) para levarem mercadorias/produtos de um país para outro, como no caso da travessia Ciudad Del Leste-Foz do Iguaçu, ou, ainda, para transitar com mercadorias dentro do país, transportar entre cidades, entre Estados, passando por *blitz*, fiscalização etc. São também denominados “mulas”. Neste caso, é um termo mais usado para o transporte de drogas e armas. Tais trabalhadores/as cobram uma quantia fixa para esse serviço. No geral, tal quantia independe do conteúdo das sacolas e volumes transportados. Mais a frente, ao longo da pesquisa, voltaremos a essa questão.

¹⁴Sacoleiros é uma denominação feita para trabalhadores/as que buscam produtos no Paraguai ou em outras cidades ou países, depois revendem direto em seus boxes ou repassam para outros camelôs ou fazem as duas coisas.

¹⁵Informações obtidas junto à Joaquim, no dia 02 de agosto de 2008, no centro do Rio de Janeiro, em conversa/entrevista informal que tivemos. As mercadorias podem também vir de meio legal, oriundos da Zona Franca de Manaus. Todavia, esta origem é remota, pois torna o preço do produto mais elevado e a margem de lucro menor, logo, não compensa para o camelô. Este não consegue se manter concorrente com os outros que trazem produtos ilegalmente. Informação obtida junto a um camelô no camelódromo da Uruguiana, em outubro de 2008. O preço de venda das mercadorias que vêm de fora do Brasil, importadas, geralmente, varia conforme as flutuações do dólar.

¹⁶Informações obtidas com Joaquim, no dia 02 de agosto de 2008.

¹⁷Conversa/entrevista realizada com Joaquim no dia 02 de agosto de 2008, no centro do Rio de Janeiro, nas proximidades do Camelódromo.

¹⁸Idem.

viagem para o Paraguai (ou para buscar produtos em São Paulo), evita-se ao máximo divulgar nas quadras, para evitar que ocorram apreensões planejadas em estradas. Isto foi apenas para mostrar quão complexas são as relações neste universo de pesquisa. Existe, sem dúvida, uma gama de histórias/relatos dessas viagens, desses pequenos conflitos com outros camelôs e com policiais, histórias de apreensões, corrupções, extorsões, fugas, dribles à repressão, casos de sucesso e de perdas etc., que optamos por não aprofundar aqui, mas que, de fato, são relevantes para a dinâmica mais geral das atividades de rua. De algum modo, soubemos de alguns casos, mas preferimos não adentrar nesse tema, mesmo porque são questões que envolvem riscos de vida, inclusive. Quando o assunto da entrevista ou a conversa começava a ir nessa direção, os próprios camelôs mudavam o semblante, o tom da voz, a própria disposição física do corpo e davam logo um jeito de desviar o assunto. Ficou, em muitos casos, evidente o desconforto para com esse tema. Claro que isso poderia ser mais um motivo para aprofundar investigações e pesquisas, mas não era esse nosso foco. Vale frisar que nossa análise concentrou-se no próprio *processo de trabalho* e suas relações subjacentes.

O eixo central de nossa investigação é a seguinte pergunta: *será o camelô de tecnologia uma forma diferenciada de relação de trabalho informal de rua, na qual a lógica predominante é a do negócio (do lucro), da empresa (do capital) e não a do trabalhador (ligado a sobrevivência), na qual evidencia-se uma separação entre capital (donos dos meios e do dinheiro) e trabalho (força de trabalho contratada)?* Em outras palavras, de um modo geral, serão estas atividades tecnológicas uma fronteira (objetiva) de expansão de estilos formais de trabalho (*modus operandi*) dentro do universo desregulamentado, tido como ilegal e informal? Nessa linha, serão atividades que agora passam a servir como veias de expansão do capital?

Como *objetivo geral* desta pesquisa, temos: explorar essa nova diferenciação presente nas formas de trabalho de rua na sociedade brasileira atual, ou seja, compreender o

que é essa nova (re)configuração da rua, os camelôs de produtos tecnológicos. Para isso, tomamos como referência uma cidade situada no centro do desenvolvimento econômico/financeiro/industrial do país, o Rio de Janeiro. Outrossim, é sabido que tal prática de trabalho já existe em outras regiões do Brasil, principalmente, no eixo sul/sudeste.

A cada dia, esse tipo de atividade vem crescendo pelo país. Parece que os camelôs vêm percebendo que é rentável vender produtos eletrônicos, apesar do risco e da aceção negativa (moralizadora) que existe em lidar com produtos sem registro, sem nota, normalmente, contrabandeados, os quais possuem uma forte “pecha” de serem vistos como produtos falsificados (pirateados). Viver cotidianamente inserido em formas de trabalho que são, normalmente, estereotipadas como ilegais e criminosas por lidarem com produtos de origem incerta e com qualidade duvidosa não deve ser algo fácil, ao contrário, provoca sofrimentos, sentimentos de revolta e descontentamento entre os envolvidos. Isso foi uma das queixas que ouvi de alguns camelôs, que vai no sentido de afirmar que não são trabalhadores respeitados, valorizados e reconhecidos socialmente – isso pensando do ponto de vista da subjetividade dos trabalhadores, o que em si representa algo por demais preocupante do ponto de vista sociológico (voltaremos a tal questão no final do texto).

Contudo, procuramos abordar os elementos de positividade existentes naquelas formas de trabalho, no tipo de suas relações de trabalho, que independem de determinados detalhes constitutivos, no caso, se os produtos são originais ou não, se vêm do Paraguai ou de Manaus. Procuramos pesquisar o sentido e o significado daquele tipo de trabalho, o contexto social daqueles indivíduos ali inseridos – saindo, pelo menos intencionalmente, do cenário social dado, lugar-comum, recheado por negatividades, onde impera o estereótipo. Em outras palavras, buscamos compreender nesse tipo de trabalho quais eram suas questões centrais, suas dinâmicas etc. Nessa busca, chama atenção a observação de que alguns indivíduos

estejam em condições sociais e de trabalho melhores do que outros, uns são donos do negócio, outros funcionários.

Uma contradição parece vir à tona aqui: como todos são camelôs, se uns são donos e outros contratados? De fato, essa questão da complexidade dessa atividade parece ser uma contradição insolúvel, mas é apenas a aparência, veremos que representa, pois, uma unidade do diverso. Estes sujeitos, donos e funcionários, irão assumir papéis diferenciados diante de uma inserção similar de trabalho.

É comum para esse tipo de camelô, o qual denominamos de camelô de produtos tecnológicos, camelô reconfigurado, ir experimentando *opções de venda* de mercadorias diferentes, sempre procurando melhores produtos para venda, produtos com mais saída, maior potencial de comercialização, mais rentáveis. Fazem isso dentro do mesmo ramo de atividade, dentro do comércio de rua. Ao longo da pesquisa, pudemos perceber o surgimento de novos boxes de eletrônicos, outras vezes, em menor proporção, o fechamento de alguns. Observamos também, em alguns casos, a mistura de tipos de produtos comercializados em um mesmo box. Geralmente, acrescenta-se um pouco de “eletrônicos” ao lado dos outros produtos que já eram comercializados, normalmente, produtos tradicionais (bugigangas, doces, artefatos para a casa, para uso pessoal, pequenos adereços etc.). Faz-se isso a título de experimentação. Vão testando para ver se “pega”, como disse um camelô entrevistado no centro do Rio, em novembro de 2008. Outro movimento comum nesse cenário é a junção de dois ou mais camelôs, uma espécie de “parceria” (sociedade). Isso possibilita que seja montado um box maior e com maiores quantidades de produtos eletrônicos, o que em si já mostra “força” no negócio, como disse outro camelô, em novembro de 2008, no centro do Rio. Pudemos perceber, em diversas visitas e conversas que tivemos no camelódromo, durante a pesquisa de campo (2008/9), que, muitas vezes, a principal preocupação do proprietário é com a *visibilidade* do box do que efetivamente com o ganho. Por certo, são

coisas conectadas. Querem, essencialmente, mostrar que montaram um box volumoso, com muitas mercadorias. Diretamente, isso parece servir como uma satisfação pessoal diante dos olhares dos outros camelôs-comerciantes do ramo, *concorrentes* e, indiretamente, funciona como uma poderosa estratégia de *marketing*, como disse um camelô: “Uma das coisas mais importantes aqui é a preocupação com o visual do box. Tem que está cheio de produtos, de mercadorias e de mercadorias novas, é isso que os clientes querem ver.”¹⁹. De uma forma ou de outra, isso parece mostrar a força comercial de determinado box, de determinado comerciante.

Trataremos aqui, especificamente, do *Camelódromo da Uruguaiana*, situado no centro do Rio de Janeiro, na Rua Uruguaiana. Este camelódromo é composto por quatro quadras (setores ou blocos), A, B, C e D, todos na mesma área, entretanto são separados por ruas. São similares a galpões. São 4 grandes estruturas metálicas que formam o telhado, cobrindo todos os boxes do camelódromo, fechando todo o lugar. O que chama bastante atenção é a quantidade de ventiladores pendurados e o número excessivo de fiações que perpassam todo o lugar e levam energia aos boxes. Sem dúvida, essa quantidade de fios pode provocar acidentes e incêndios, como houve em 2007²⁰. No geral, as quadras são especializadas em determinados produtos, apesar de que vem ocorrendo uma mudança muito significativa, vários camelôs estão mudando seus produtos de venda e passando a trabalhar com eletrônicos. Mudar o tipo de produto comercializado é, desde muito tempo, uma característica forte dessas atividades, faz parte de suas dinâmicas internas de funcionamento e organização (sua *transitoriedade* inerente). Em muitos casos, as mudanças estão atreladas à venda, ao que está tendo maior saída em determinada época (maior venda, maior demanda).

¹⁹ Anotações feitas em questionário aplicado a um camelô-proprietário, em novembro de 2008, no camelódromo da Uruguaiana, Rio de Janeiro.

²⁰ Sobre o incêndio, ver nota no jornal O Globo, intitulada “Incêndio no Camelódromo da Uruguaiana pode ter sido causado por curto-circuito”, do dia 18/11/2007, <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/11/18/327212100.asp>

Claro que isto tem uma relação direta com os consumidores, são estes que acabam influenciando nos tipos de produtos comercializados. Esta realidade é a expressão da clássica lei da economia da oferta e procura. Se há demanda para tal produto, tende a aumentar a quantidade deste produto para a comercialização. No caso do camelódromo estudado, parece estar havendo um aumento considerável da procura por bens/produtos eletrônicos, o que termina por conduzir a um aumento da quantidade de camelôs que querem ofertar tais tipos de produtos. Apesar de não ser algo absoluto, existem espaços de inovações e transformações que advém do lado da oferta, dos próprios camelôs, que, através de inovação e readequação de determinados produtos, terminam concebendo novos significados para as coisas e, assim, conseguindo fazer suas próprias demandas. Obviamente que esse aumento da demanda deve ter uma relação direta com a expansão da vontade de consumir dos consumidores em geral, que cotidianamente são estimulados ao consumo de produtos, sobremaneira, dos produtos de ponta do capitalismo, sofisticados, no caso, dos produtos eletrônicos. É parte do próprio fetichismo da mercadoria²¹ (Marx, 2002).

Existe um total de 1600 boxes nesse camelódromo, conforme dado obtido junto à Associação de Comerciantes Informais da Uruguaiana. Destes, cerca de 250 lidam diretamente com eletrônicos, conforme visitas exploratórias realizadas no local²². A quadra A

²¹Ver Marx (2002), capítulo 1, a Mercadoria, do Capital, Livro I, onde aparece o caráter misterioso e, ao mesmo tempo, fantasmagórico da mercadoria, que ao assumir a forma predominante do “valor”, termina lançando desejos e encantando as relações sociais, transformando-as, enfeitando-as, no nível das aparências. Faz o mundo social e a própria esfera da troca (o espaço das necessidades/carências) parecer tratar de meras relações econômicas/monetárias entre coisas que se trocam, criaturas com ações próprias, via comercialização. Assim, fica oculta a história social de produção e composição das próprias mercadorias. O fetichismo é o processo que esconde a história das mercadorias, sua origem real/concreta, os próprios indivíduos, seus artífices, suas interações entre si e com a natureza. Eles são os verdadeiros agentes de todo mundo social.

²²Esse dado referente à quantidade dos camelôs de tecnologia foi obtido através de contagem direta realizada no local. Todavia, é um dado estimado, mesmo porque é muito comum e constante as mudanças de boxes, desde seu fechamento ou a mudança direta do tipo de produto comercializado. Assim, é muito provável que este dado se altere em questão de meses. Além disso, foi uma contagem muito difícil de ser feita, pois os camelôs sempre ficam observando as pessoas que circulam pelo camelódromo e como se trata de um emaranhado de becos, sempre abarrotados de transeuntes, no geral, consumidores, percebe-se facilmente quem apenas olha, pára, observa e quem de fato é um consumidor em potencial. Portanto, a contagem foi feita diante desta pressão dos olhares dos camelôs, olhares desconfiados, haja vista, que é muito comum a apreensão de mercadorias no próprio camelódromo ou a extorsão feita por policiais que sempre estão vigiando as imediações do lugar. Em alguns casos, já presenciei policiais militares fardados adquirindo produtos e até extorquindo coisas. Houve até

é especializada em celular, desde venda até conserto. São mais de 80 boxes especializados apenas neste produto. Essa quadra fica separada por uma rua do restante do camelódromo, uma rua estreita, de paralelepípedo, típica do século XIX. Outro caso de especialização é o da quadra D, mais direcionada a venda de roupas, artigos esportivos etc. As maiores concentrações de camelôs de tecnologia se dão nas quadras B e C. Todavia, isso não quer dizer que não existam outros tipos de boxes nestas quadras. Na verdade, existe um pouco de tudo em todas as quadras, uma verdadeira mistura de produtos, no entanto existem certas concentrações de determinados tipos de produtos em determinadas quadras. Mas, como já dissemos, é algo volátil, modifica-se ao longo do tempo. Além disso, conforme uma representante da Associação informou, em entrevista realizada em 2008, não existem regras para alocação de produtos nas quadras. Isto fica sob o encargo dos/as próprios/as trabalhadores/as, exceto a proibição da venda de produtos falsificados/piratas e contrabandeados, algo que nem sempre é respeitado. Ou seja, são eles/as que definem o que vão vender, o que irão comercializar, cabe à Associação fazer a fiscalização geral (sem poder coercitivo regulamentado/institucionalizado) e dar suporte para a venda²³. Ela é responsável pela estrutura física do camelódromo (energia, água, sanitários, segurança, cobertura do galpão, fechamento do camelódromo etc.). Existe uma equipe de funcionários terceirizados, contratados pela Associação, para trabalhar na manutenção física, na limpeza, na segurança e na composição de uma brigada de incêndio própria, já que um dos principais riscos do lugar é o curto elétrico, incêndio, devido ao uso excessivo de fios e ligações elétricas (ventiladores,

um caso de um camelô que me relatou que sofria extorsão por parte de policiais militares e civis. Voltarei a isso mais a frente, quando tratar das observações do campo de pesquisa.

²³Em conversas que tive com dois camelôs-proprietários, soube que a Associação, apesar de não ter o poder repressor, que é função legítima do Estado, termina agindo de modo repressivo em alguns casos, como no não pagamento de suas taxas ou comercialização de produtos roubados ou de drogas, entre outras situações. Foi isso que me falaram dois camelôs, em dias diferentes e separadamente. Disseram que quando a Associação fecha um box é porque aquele camelô tem problemas mesmo. Assim, a Associação usa isso como último recurso, para depois negociar novamente com o camelô ou expulsá-lo. Um dos camelôs falou isso num tom de crítica a esse tipo de ação, dizendo que isso era uma coisa autoritária; já o outro disse que era algo positivo, benéfico para o conjunto dos camelôs, pois colocava ordem no lugar. Este disse: “Se ninguém controlar, isso aqui vira uma zona, como foi no passado, quando não era camelódromo [...]”. (Camelô, dezembro de 2008).

ar-condicionados, televisores, entre outros aparelhos). A associação também controla diariamente o funcionamento dos boxes, verificam se estão funcionando, se estão abertos ou fechados e, principalmente, se estão em dia com os pagamentos das taxas administrativas, as quais são responsáveis pelo pagamento da equipe de funcionários em geral, entre outros usos. Até nos dias de domingo e feriado, quando o camelódromo está fechado, a associação faz a segurança e limpeza do local, como disse uma representante da associação, em entrevista, em 2008.

Ainda sobre a parte metodológica (da pesquisa), segue algumas considerações sobre a alteração da cidade de realização da investigação, de Campinas-SP para Rio de Janeiro. Essa informação é relevante para evidenciar a própria complexidade que envolve este tipo de camelô.

Inicialmente, nossa pesquisa de campo era na cidade de Campinas, todavia, devido a determinados problemas, terminamos por mudar o local de investigação. Tomamos tal decisão, pois sabíamos que estavam ocorrendo assassinatos no camelódromo do Terminal Central de ônibus daquela cidade, ou seja, no local de realização de nossa pesquisa. Havia sido assassinado um diretor do sindicato dos informais de Campinas, no dia 24 de julho de 2008, senhor Ivo Domingos. Era justamente este o sindicato no qual estava entrando em contato, visando marcar entrevista com a presidente, com diretores e depois agendar com ela visitas diretamente aos boxes dos camelôs.

Este não era o primeiro crime nas imediações. O clima já estava tenso no sindicato antes mesmo desse crime. Havia percebido isso nas visitas que fiz ao Terminal Central, no final de 2007 e início de 2008. Achava até estranho a forma como estava sendo tratado pelo pessoal do sindicato, pareciam estar sendo muito frios ou indiferentes com a pesquisa. Os próprios camelôs, os quais abordei aleatoriamente nessas visitas, também demonstraram certa indiferença ou falta de interesse com minha pesquisa.

Nas próprias notícias veiculadas na imprensa escrita, nos jornais locais, sobretudo no Jornal Correio Popular, aparecia como principal suspeita de ser a mandante do crime a própria presidente do sindicato, a pessoa que eu estava tentando entrevistar e que sempre estava evitando a entrevista. O noticiário também foi unânime em afirmar que este crime teve claro interesse político relativo ao controle do sindicato.

No mais, essa não era a primeira morte na região dos camelôs do centro naquele período, já era a *sétima* pessoa que tinha sido assassinada nas proximidades do Terminal Central de ônibus. Entre os mortos, havia um outro, morto dois meses antes, que também já tinha sido diretor do mesmo sindicato e que era também camelô no local, o senhor José Carlos Calixto, assassinado no dia 28 de maio de 2008. Ele trabalhava especificamente com produtos eletrônicos. Ou seja, havia iniciado o contato no sindicato no dia 26 de maio, dois dias antes da morte de Calixto. E, no dia 28 (quarta-feira), no dia do crime, estive no sindicato pela tarde, antes de Calixto ter sido morto. O clima no sindicato era estranho, mas nada tão diferente assim, haja vista, que estava apenas no início das visitas àquela entidade, dessa maneira, tal estranhamento era esperado. No geral, sempre ocorre essa frieza e resistências no início de pesquisas de campo, é normal. A questão é que tal frieza tende a ir desaparecendo com o tempo, com as visitas, o que não estava ocorrendo. Isso sim gerava preocupação. Sabendo de tais problemas e questionando como poderia ser feita a pesquisa diante de tal situação, já que a entrada no campo que havíamos escolhido era através do sindicato, assim, uma questão tornou-se premente: continuar ou mudar de cidade de pesquisa?

O caminho, via sindicato, foi uma decisão tomada após coletar informações diversas sobre os camelôs do local e após ter conversado com um outro pesquisador do trabalho informal em Campinas, o antropólogo Camilo Braz. Os camelôs do Terminal Central de Campinas são organizados pelo Sindicato, ou seja, é o sindicato que “controla” o local, portanto, para fazer qualquer coisa junto aos camelôs, é necessário comunicar ao sindicato, ter

autorização. Tive que conseguir essa autorização também no Rio de Janeiro. Os trabalhadores que lidam com os produtos outrossim eletrônicos são, normalmente, muito *desconfiados/fechados*, dificilmente falaria com um estranho, ainda mais informando que era para uma pesquisa. Isso era o que Camilo me falava e o que eu já havia percebido em contato com trabalhadores. Isto é, eles não gostam de dar informações de si, mesmo porque, muitas vezes, lidam com ilícitos. Tentei até ir sozinho direto nos trabalhadores, mas percebi que não era um caminho eficiente.

Dessa maneira, vendo que estava difícil continuar diante de tais denúncias, de tais notícias, até por uma questão de seguridade física, optamos por mudar o local de realização da pesquisa, mudar o campo. Como já estava procurando mapear este tipo de camelô no Brasil, os camelôs de tecnologia, cheguei a visitar entre 2007 e 2008 outras cidades, como São Paulo, Feira de Santana-Ba, Ilhéus-Ba e Rio de Janeiro. Sabendo que este tipo de camelô existe em grande quantidade na cidade do Rio de Janeiro, e como o Rio é uma cidade de grande visibilidade e importância econômica no país, achamos que seria muito proveitoso para a pesquisa fazer tal estudo nessa cidade. Uma boa oportunidade de entender um fenômeno novo em uma cidade de grande porte. Decidimos não ir para São Paulo (capital), pois sabíamos que ali este tipo de atividade é muito visada, quer dizer, é muito fiscalizada e parece estar diretamente envolvida com grandes redes de contrabando, o que tornaria a pesquisa muito difícil de ser realizada, além de muito perigosa. Por fim, optamos também pelo Rio devido à proximidade com Campinas-Sp, local de realização do doutorado.

A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, faremos uma reflexão em torno do conceito de informalidade, partindo, inicialmente, de uma breve incursão sobre a situação do trabalho na atualidade, para depois discutir a origem e desenvolvimento do conceito de informalidade. No segundo, esboçaremos reflexões teóricas sobre a concepção de informalidade de rua no Brasil, tendo por base uma compreensão histórica de sua composição

e do desenvolvimento processual dessa forma de trabalho na realidade brasileira, visando garantir, assim, uma perspectiva diacrônica dos fenômenos pesquisados, dando conta do processo histórico como elemento crucial de entendimento da realidade. No terceiro, traremos à cena o próprio objeto desta tese, os camelôs de produtos tecnológicos. Será nesta parte que os personagens da pesquisa serão mais diretamente delineados e compreendidos, revelando parte significativa de suas interfaces e complexidades, ainda que não dando conta da totalidade do fenômeno pesquisado, mas revelando seus traços peculiares, ou a própria reconfiguração de parcela da informalidade de rua brasileira, no caso do camelódromo da Uruguaiana. Por fim, no quarto capítulo, voltaremos para o problema de pesquisa proposto, a saber, sobre a ocorrência ou não da relação capital e trabalho no camelô de tecnologia, delineando os avanços e limites da presente pesquisa. Nos anexos serão elencados algumas outras informações relevantes à pesquisa, como o relato de campo e o instrumento de coleta de dados.

Dentro desse enquadramento, serão nossos objetivos específicos:

- 1- evidenciar as características principais das condições de trabalho dos camelôs de tecnologia, principalmente, no tocante às suas condições precárias de trabalho e de vida;
- 2- mostrar a interferência exercida pelo poder público municipal no espaço de realização dessas atividades de rua, evidenciando o (possível) grau de autonomia e de vulnerabilidade social desses trabalhadores;
- 3- descrever e qualificar a organização associativa (de classe) desses trabalhadores, revelando, assim, o nível de expressividade política de tal entidade perante os trabalhadores de produtos tecnológicos;
- 4- analisar se existe uma imagem diferenciada (uma nomeação diferente) desses camelôs de produtos tecnológicos, tanto oriunda dos próprios trabalhadores internos à

atividade, quanto de outros trabalhadores (os mais tradicionais) e, também, junto à mídia impressa local;

5- mostrar como essa atividade termina servindo como uma fonte de democratização de acesso aos bens tecnológicos;

6- discutir o grau de funcionalidade desses trabalhadores para o capital, como “trabalhadores gratuitos” (Durães, 2005) da circulação de mercadorias e como mais uma fronteira de expansão e acumulação capitalista;

7- examinar as influências que esse tipo de atividade (venda de produtos tecnológicos) exerce na vida dos trabalhadores ali inseridos, tanto no plano da materialidade/concretude (condições de trabalho) quanto no plano subjetivo (da moral, valorativo), compondo padrões, comportamentos, condutas, reestruturações de “habitus” (Bourdieu, 2001);

8- montar um “breve panorama” sobre a existência dos camelôs de tecnologia no Brasil.

A *hipótese* que norteia nossas investigações é a seguinte: O camelô de tecnologia representa uma separação entre *capital* (donos do dinheiro e do negócio, dos meios de trabalho) e *trabalho* (empregados), ainda que de modo contraditório por se efetivar no espaço da rua, locus secular de trabalho desregulamentado, dito não-capitalista e, portanto, supostamente fora do espaço de realização do valor e de valorização do capital (de acumulação). Essa separação é em si contraditória, pois, em última instância ou essencialmente, esses dois lados (os donos e os funcionários) *podem ser tomados* como parte do mesmo, como trabalhadores/as de rua. Contudo, acreditamos que existam diferenciações substanciais (nos ganhos, no perfil, na jornada de trabalho, nas condições de trabalho etc.) entre estas partes, o que nos permite conceber tal separação/distinção. Veremos ao longo da tese como foi possível sustentar tal hipótese.

A incorporação de novos elementos como a “lógica e o estilo” formal (Durães, 2008) terminou por *institucionalizar* (objetivar) *formas de exploração do trabalho* similares às vividas no mundo formal/regular, como o assalariamento, porém de forma ainda mais precarizada por não ser regida por leis trabalhistas ou seguridade social – uma espécie de *formalização às avessas* –, a própria característica estrutural capitalista do trabalho de rua. A rua apresenta, de agora em diante, um novo estilo de trabalho, o *trabalho capitalista de rua*, ou ainda, o negócio de rua, a rua como negócio, com lucro, exploração do trabalho e a dialética capital-trabalho. Comporta uma “imitação” do universo formal no âmbito do trabalho, todavia, seguindo apenas suas aparências, sem resultar em melhorias do ponto de vista do trabalhador/empregado diretamente envolvido. A maior parte dos ganhos são restritos aos donos do negócio, aos donos da atividade, apesar de que, em muitos casos, passa a haver uma adoção de elementos próprios do meio formal, como a *jornada fixa de trabalho*, o *horário de almoço*, o *décimo terceiro salário*, dias de *férias remuneradas*, dias de *folga e descanso*, entre outras práticas que passam a ser correntes na rua, como veremos. Contudo, trata-se de uma *formalização às avessas*, pois representam, no limite, práticas de trabalho informais – algo que termina por intensificar formas de precariedade do trabalho –, uma incorporação às avessas, adotando *traços da formalidade*, mas sem adotar quaisquer benefícios legais/jurídicos. Certamente, o trabalho formal ainda possui uma série de benefícios e direitos que a condição informal não oferece.

Em que medida esse tipo de atividade informal configura um caso típico de trabalho assalariado, contratado, onde se tem de um lado o patrão que contratou o funcionário, paga seu salário, impõe-lhe uma jornada fixa de trabalho e, de outro lado, tem-se o contratado, que fornece seu trabalho (de vendedor especializado em eletrônicos) para o dono do negócio? É esse tipo de *relação* que acreditamos estar existindo na rua. Algo totalmente inovador e, ao mesmo tempo, fundado em contradições. É diferente da formalidade, mas possui semelhanças

– apresentamos algumas como o recebimento de salário, a jornada fixa de trabalho etc. Por certo não se trata de cópia ou caricatura, todavia, o que existe de influências ou de novidade?

Nossa intenção aqui é, portanto, testar tal hipótese através de pesquisa realizada diretamente com os/as trabalhadores/as (funcionários/empregados) e donos do negócio e revelar partes dessa tessitura.

A pesquisa de campo foi realizada e estruturada em dois níveis: 1) fonte primária: 02 entrevistas qualificadas com dirigentes da Associação dos camelôs da Uruguaiana, realização de um *survey* e posterior constituição de um banco de dados no programa SPSS (com 42 questionários aplicados), além da consulta a jornais, documentos do sindicato; e, 2) fonte secundária: levantamento e leitura de literatura específica sobre informalidade.

Por fim, uma última ressalva sobre o enfoque geral a ser adotado. O caminho adotado neste trabalho estará direcionado para os aspectos diretamente ligados ao processo de trabalho dos camelôs de tecnologia, suas realidades vividas no cotidiano de trabalho. Não é nosso objetivo imprimir *juízos de valor* sobre suas práticas, sobre o que é ou não é legal/ilegal, não entraremos neste mérito. Tampouco, pretende-se aqui captar nuances próprias da rede de conexões dos produtos, desde sua origem, passando pelo seu longo caminho de comercialização (como a rota China-Paraguai-Brasil), até a venda direta nas ruas (MACHADO, 2008). Na verdade, estamos tratando do final deste processo, da ponta, do processo de venda. Claro que, de uma forma ou de outra, aparecerão aspectos gerais dessas rotas comerciais e das tramas das redes de comercialização. Mas, vale registrar que isso não é nosso objetivo, mesmo porque, para captar tal percurso, precisaríamos de um período maior de tempo de pesquisa e, principalmente, de recursos para fazer viagens internacionais, para

assim, acompanhar a rota de tais mercadorias, desde sua produção até sua fase final, além do fato de ter que dominar variados idiomas, algo que também impossibilitaria tal pesquisa²⁴.

Portanto, nossa intenção é clarear elementos internos (obscurecidos²⁵) da atividade dos camelôs, sem tomar partido valorativo, nem de cunho moralizante – pelo menos, procuramos controlar tais influências. Esperou-se empreender uma investigação sociológica, cujo objetivo maior foi desvendar elementos ocultos desse tipo de informalidade, perfazendo, assim, um caminho estritamente sociológico, cujo princípio reflexivo é mais suscitar reflexões e questões do que dar respostas prontas e absolutas. Como disse o Profº. Gustavo Ribeiro (2007, p.12):

Ao entrar no universo de práticas e representações sociais altamente permeadas por valores onde o bem e o mal são muitas vezes considerados como absolutos, o sociólogo e o antropólogo correm o risco de serem acusados, em uma leitura conservadora, de glamorizar o crime e satanizar o Estado.

Vale aqui, sobretudo, enfatizar que não foi e não é nossa intenção estimular ou vangloriar o crime, no caso, das diversas formas de contrabando e de outras práticas similares, muito menos, satanizar o Estado brasileiro. Ao contrário, procuramos ser fiéis aos fatos (e sentidos) postos na complexidade destas realidades de rua, mesmo tendo um entendimento de que estas formas de trabalho, na maioria dos casos, representam o meio de vida possível, a “alternativa” coerente dentro de situações adversas de trabalho na sociedade global. Essa, segundo Lautier (2004), não é alternativa ao sistema. Na realidade, é apenas um meio de sobrevivência possível. Para o referido autor (Id., *ibid.*, p.113), a questão da informalidade, no

²⁴Parte dessa rota global (dos produtos eletrônicos) foi estudada por Machado (2008), apesar de não ter desvendado a gênese das mercadorias, se são ou não originais.

²⁵Essa palavra dá ideia de que alguém obscureceu, um ser/indivíduo, mas, na verdade, foi o próprio processo de trabalho e sua dinâmica social, permeada por contradições e interesses diversos. Não houve uma intencionalidade por trás, um sujeito determinante. Se existe algo de intencional, é a própria dinâmica mais geral da acumulação capitalista, que usa da rua como meio de realização do valor, de circulação de mercadorias, esfera de reprodução do capital e do “valor”. Devido a isso, a rua passou a reproduzir, em suas práticas, estilos de trabalho similares aos regulares capitalistas.

aspecto econômico das sociedades, é por certo um “desafio” relevante colocado no século XXI para os países do terceiro mundo.

Capítulo 1- INFORMALIDADE: um conceito polêmico

1- A situação do trabalho no Brasil

Atualmente, no início do século XXI, a sociedade brasileira ainda presencia as consequências dos processos de redefinição do mercado de trabalho, decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Os principais resultados deste processo, vivenciado nos anos 90 e 2000, são as altas taxas de desemprego, aumento da concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e, principalmente, aumento da precarização do trabalho, do crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal, além da ocorrência de um fenômeno novo: a desestabilização dos trabalhadores tidos como estáveis (HIRATA, 2002, p.69). De fato, o que ocorre é a recriação de “[...] velhos problemas, a exemplo das formas precárias de emprego e salário, do desemprego e de todos os processos de perversão social [...]” (Druck, 2002, p.138), apesar de estarem ocorrendo algumas melhorias em alguns países específicos do ponto de vista da expansão de trabalhos formais, contratados, como é o caso brasileiro. Apesar dessas melhorias, a informalidade como prática corrente de trabalho ainda permanece elevada. Ademais, são mudanças que ainda precisam ser analisadas para poder se verificar seu real impacto – para saber se são trabalhos bem pagos, bons empregos, com boas condições de trabalho, melhorias sociais etc.

No presente, muitas dessas consequências vivenciadas no âmbito do trabalho assalariado se tornam cada vez mais visíveis, principalmente, pela própria necessidade das empresas capitalistas de manterem seus níveis de ganhos e lucros, o que conduz a processos de flexibilizações, terceirizações e subcontratações. Algo que se acentuou em contextos de crise econômica mundial, como a iniciada em 2008. Esta crise econômica/financeira teve

como epicentro o país de maior expressividade econômica do mundo, os Estados Unidos²⁶. Ou seja, as grandes economias mundiais, pilares das políticas neoliberais, modelos de crescimento auto-regulado, terminam, pois, mostrando limites, crises de crescimento e de sustentabilidade. Assim, o que era considerada uma certeza no plano econômico (uma cartilha inevitável e infalível), na concepção neoliberal de ter por base um Estado mínimo, controle dos gastos, redução dos gastos sociais, intervenção reduzida nas dinâmicas econômicas, terminou por ser uma *receita* falha de modelo de desenvolvimento econômico²⁷. Nesse contexto, as economias menos fortalecidas, como é o caso da brasileira, precisam, no ditado popular, “apertar ainda mais os cintos” para conseguir manter suas taxas de emprego e os vínculos e garantias das relações internacionais (como a confiança externa no país, o famoso risco Brasil). Portanto, difícil de dizer o que virá dessa situação. Contudo, uma certeza permanece, a globalização dos mercados, a reestruturação econômica, a flexibilização do trabalho, o aumento do desemprego estrutural e novas formas de precariedade, informalidade e de precarização do trabalho, tudo se combina com o intuito de manter os ganhos do capital e o suposto desenvolvimento econômico.

Todos esses elementos conformam um processo de fragilização da própria sociabilidade do trabalho (ALVES, 2000), constituindo indivíduos menos ligados à família, a uma classe etc. Essa nova *reconfiguração* do mundo do trabalho exige cada vez mais trabalhos flexíveis e vida flexível, mudando a noção de tempo e de espaço das pessoas, conduzindo a uma racionalização do tempo e da vida (SENNETT, 2000, p.25), implicando em mecanismos de gestão de incertezas constantes e uma situação de “vulnerabilidade de massa”, caracterizando uma “nova questão social” (CASTEL, 2003). Quer dizer, todos os empregados

²⁶Para algumas reflexões sobre a crise atual, ver Harvey (2009), principalmente, sobre o ponto de vista das cidades, que, para o autor, é na verdade a própria origem da crise financeira em geral.

²⁷Talvez um dos elementos positivos dessa crise do sistema financeiro neoliberal seja, justamente, como diz o historiador inglês Tony Judt, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (em 02/03/2009), “[...] o fim das lições do FMI sobre como ‘outros’ países deveriam equilibrar seus Orçamentos e abrir seus mercados”. Continua o historiador, na mesma entrevista: “A crise atual causou nos EUA uma brutal perda da fé no que até pouco tempo atrás eram clichês inabaláveis sobre as virtudes do livre mercado” (Id., *ibid.*, op. cit.).

podem perder seus postos a qualquer momento, ninguém tem garantia absoluta de continuidade no emprego, além disso, a intensificação do trabalho está aberta para todos os setores e profissões. Perde-se, em certa medida, a perspectiva de longo prazo, de planejamento temporal mais duradouro, o que termina por conduzir a uma vida de insegurança e incertezas. Assim, há um processo de metamorfose da classe operária, ampliando-se o seu conceito, expresso na formulação “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000), a qual congrega os mais diversos segmentos de trabalhadores em condições fragmentadas e heterogêneas, tornando cada vez mais difícil a ação coletiva. É muito corrente neste cenário a existência de atitudes e gestos individualistas e de ações individualizadas, onde o que menos prevalece são os elementos comuns, coletivos, de classe, solidários etc. É a própria fragmentação dos indivíduos nos processos de trabalho, a fragmentação das lutas coletivas, das identidades compartilhadas e dos símbolos de pertencimento²⁸.

Todavia, este cenário atual não surgiu pronto e claramente definido na sociedade mundial e na brasileira, ao contrário, refere-se a processos históricos²⁹, embates políticos, lutas sociais e as mais diversas formas de arranjos e rearranjos estatais, que, de um modo ou

²⁸Para Hall (2006), os sujeitos modernos vivem processos de “descentração”, os quais terminam por mexer nas próprias individualidades e permitem pensar num sujeito pós-moderno. Este não possui mais uma “[...] identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas [...]”. (p.46). Este novo sujeito é pensado por ele como “[...] composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. (Id., *ibid.*, p.12). Viver-se-ia a ideia de sujeitos dotados de uma cultura “híbrida” (Id., *ibid.*, p.89), quer dizer, misturada. É o que Canclini (2008) denomina de sujeitos “híbridos”. Ainda assim, mesmo percebendo um novo aspecto de misturas culturais e de trocas simbólicas globais, o elemento do trabalho aparece como parte essencial destes indivíduos, parte constitutiva, unidade nas diferenças. Não entraremos nesse debate de cultura e trabalho aqui, nossa intenção foi apenas ilustrativa.

²⁹Como diria Thompson (1987), a história da classe trabalhadora é feita de embates, reivindicações, greves, herança cultural etc. Ele se refere à composição da classe trabalhadora inglesa, porém, sabe-se que essas formas de luta foram uma constante na expansão do trabalho assalariado capitalista pelo mundo. Como afirma Thompson (*Idem*), as *turbas* fazem parte da história do povo inglês, que sempre fizeram protestos, principalmente contra aumentos dos preços de alimentos, como no caso do preço do pão, do queijo, da carne etc. Segundo o autor (*Ibid.*, p.64), “O povo inglês era conhecido por toda a Europa pela sua turbulência [...]”, e afirma ampliando o horizonte de sua referência: “O século 18 e o início do século 19 são pontuados por motins ocasionados pelos preços do pão, pelos pedágios e postagens, impostos de consumo, ‘resgates’, greves, nova maquinaria, fechamento das terras comunais, recrutamento e uma série de outras injustiças.” (Id., *ibid.*, p.64 e 65).

de outro, propiciaram uma expansão econômica, ainda que com ganhos restritos a poucos grupos do país³⁰. E para clarear partes dessa história, faz-se aqui de grande valia situar o mercado de trabalho brasileiro, para melhor compreender o fenômeno da informalidade (de rua).

De acordo com Pochmann (1999, p.50-52), pode-se discriminar nos últimos 50 anos dois momentos no comportamento geral do mercado de trabalho nas economias latino americanas. O primeiro ocorreu durante as três décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, quando predominou a expansão do emprego assalariado junto com mecanismos de proteção social e trabalhista (com a expansão do *estilo fordista* de trabalho e de vida; trabalho rotinizado, produção em massa, consumo em massa e toda uma gama de proteções sociais e trabalhistas para os operários). O segundo período vai do final da década de 70 ao final dos anos 90. Neste período se tem um movimento geral de precarização do mercado de trabalho, ou seja, redução da capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação do subemprego (fase denominada de reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível, como veremos mais adiante).

Nesse primeiro momento apontado por Pochmann (1999), teve-se o predomínio do estilo de produção fordista, idealizado e implementado por Henry Ford. Conforme Wolff (2006, p.87), o *fordismo* colocou

[...] de uma vez por todas o tempo da produção na mão da gerência. Isso possibilitou à administração não só otimizar extraordinariamente o esquema de tempos e

³⁰É sabido o papel desempenhado pelo Estado brasileiro na composição de um ideário de “progresso” e “civilização”, em meados e finais do século XIX, calcadas num projeto de nação brasileira supostamente autóctone. Sobre tal período, ver: Micelli (1979), Schwartzman (1987), Alonso (2000) e Schwarcz (2001), entre outros. Além desse momento, tivemos vários outros onde o Estado esteve comandando o processo de expansão capitalista no Brasil, como na década de 30, na era Vargas, que representou o início da industrialização e urbanização do país, além de configurar um momento de ruptura com as velhas oligarquias rurais (ver Fernandes, 1976 e Caio Prado Jr., 1945). Outro momento foi o do período desenvolvimentista do governo JK e, por fim, mais recentemente, houve o processo de estímulo ao comércio internacional, na fase denominada de abertura econômica, iniciada no governo Collor, no início dos anos 90.

movimentos do sistema Taylor como aumentar expressivamente o controle sobre o trabalho, instaurando uma rígida disciplina no processo produtivo [...]. [O Fordismo, portanto] veio maximizar a prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo.

O fordismo veio com seu sistema de trabalho em *cadeia*, implantar o poder das máquinas sobre os homens, reduzindo cada vez mais o espaço de realização do *saber operário*, dotando, em contrapartida, a máquina de saber humano. Dessarte, com a implementação do fordismo, os seres humanos, os trabalhadores, passam a ser meros apêndices, guiados por uma esteira de produção que lhe é externa e coercitiva, controlada pela gerência científica. Aliado a esse modelo fordista, surge também no mesmo período (início do século XX), nos Estados Unidos, o Taylorismo, que entre outras coisas vem para oferecer

[...] o suporte teórico necessário que faltava para facilitar a introdução do maquinismo no interior das empresas, bem como um meio de otimizá-lo. Tal suporte pode ser resumido na sistematização e potenciação de uma tríade sem a qual a sobrevivência do capital fica deveras comprometida, qual seja, **fragmentação/padronização/racionalização** (no caso, a combinação dos tempos e movimentos humanos com os das máquinas). (Id., ibid., p.82).

O segundo momento apontado por Pochmann (1999, p.52) revela uma inflexão no perfil de expansão das economias, a qual se traduziu como sendo uma crise do desenvolvimento, implicando em estagnação da renda, deterioração dos investimentos e degradação dos indicadores sociais. Assim, o capitalismo se reestrutura para tentar manter seus índices de lucro e, para isso, intensifica a produtividade e aumenta as formas precárias de exploração da força de trabalho.

Dessa maneira, a década de 70 foi de certa forma um marco na mudança estrutural do modo de produção capitalista e de mudança no mercado de trabalho. Conforme Singer (1980), os anos 70 sofreram a queda do ritmo de produção e de produtividade, dentro de um

contexto de aumento de inflação nos países adiantados. A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo (aumento de preço).

Como resultante dessas crises da década de 70, houve a adesão, por parte dos setores produtivos capitalistas, de um novo modo de gestão, o toyotismo ou o modelo de “acumulação flexível”³¹ (HARVEY, 1999), caracterizado por reestruturações no parque industrial e nas empresas, enxugamento de pessoal, terceirização, subcontratação, aumento da informalidade e expansão do neoliberalismo. Conforme Cardin (2006, p.21),

[...] as transformações vivenciadas desde meados da década de 1970 só foram possíveis graças ao fortalecimento de políticas que fornecessem os alicerces para o desenvolvimento da livre concorrência sem a interferência estatal. É neste contexto que o neoliberalismo consegue sua projeção mundial.

Quer dizer, é através de *políticas estatais* que ocorre a expansão do neoliberalismo e de suas formas de produção relacionadas. Por certo, o neoliberalismo aparece como um suporte ideológico para apoiar e justificar o próprio sistema capitalista.

Este novo padrão de produção, o toyotismo, surge na indústria automobilística do Japão. Para Gounet (1999, p. 26-28), as principais características desse novo sistema são as seguintes: 1) a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo. É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo. O sistema baseia-se um pouco no exemplo dos supermercados: enchem-se as prateleiras, os clientes vêm, servem-se, conforme fazem as compras, a loja volta a encher as prateleiras; 2) redução do desperdício com transportes, produção, estocagem, usando para isso controles de qualidade; 3) diminuição ao máximo do tempo de não-produção, do tempo de ociosidade, um trabalhador passa a operar até cinco máquinas ao mesmo tempo, não mais uma, trabalhador polivalente; 4) o método *Kanban*, que

³¹Sabemos que “acumulação flexível” não é sinônimo de toyotismo, tratamos como elementos correlacionados, vivenciados em paralelo. Todavia, tal acumulação envolve processos mais amplos relativo à própria vida das pessoas, mudando a noção de espaço e tempo dos seres humanos, como bem descreve Harvey (1999) no livro “A condição pós-moderna”.

passa a servir como uma senha de comando, puxada pela demanda; 5) é preciso produzir modelos variados, sem muitas mudanças no maquinário, reduzindo ao máximo o tempo de adaptação da máquina, reduzindo, assim, custos com a produção parada, usa-se o sistema SMED (*single minute echange die*); e, 6) implantação da integração horizontal da montagem de uma gama de fornecedores, para aliviar a produção concentrada, de modo que facilite e agilize a produção, desconcentrando o que antes era centrado em uma única indústria.

O autor (Idem) resume esse novo padrão de produção em uma frase “[...] é um sistema de organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) [...]”. (Ibid., p.29).

Com o toyotismo houve uma diminuição dos custos das empresas para manterem seus coeficientes de lucros, sua competitividade e, concomitantemente, criaram-se, via subcontratação e/ou terceirização, postos de trabalho cada vez mais precarizados e não-regulamentados. Tal estilo de produção passou a ser uma constante em diversas empresas e indústrias no mundo, passando a conformar um padrão de produção e de concorrência. Sua implantação não ficou restrita ao universo automobilístico, mas expandiu-se para outros setores industriais, adentrou em diversos segmentos e também para os serviços. Passou a ser prática corrente no mundo globalizado.

Conforme Antunes (2000), o capitalismo se reconfigurou para tentar manter seus ganhos e expandir suas margens de lucratividade. Para isso, usa de um conjunto de ações denominadas de *políticas neoliberais*, como a redução dos gastos públicos, declínio do estado de bemestar europeu e maior abertura econômica para expansão e controle do setor privado em instâncias antes restritas ao setor público (privatizações, redução dos gastos públicos, principalmente, no que concerne as áreas sociais). O reflexo maior disso tudo é o aumento do lucro para uma pequena parcela das populações (concentração dos ganhos com a riqueza socialmente produzida), porém com precarização do trabalho e desigualdade social para maior

parte das populações mundiais, principalmente se citarmos os países de terceiro mundo ou os casos mais recentes de trabalho precário na Índia e na China.

Para Pochmann (1999, p.21),

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à **exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade**, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada. (grifos nosso).

Portanto, a formação desses *excluídos* dos programas de seguridade social e dos direitos trabalhistas (em parte, oriundos do emprego formal) não é tão somente resultado de uma simples falha do funcionamento do mercado, mas também das próprias instituições sociais (Id., *ibid.*, p.22) – resultado de elementos estruturais. Para Pochmann:

[...] uma nova situação de vulnerabilidades sociais estaria associada tanto à exclusão do mercado de trabalho quanto à inclusão precária, que passariam a impedir o acesso aos programas de proteção social. (*Ibid.*, *op. cit.*).

Hoje, a situação de desemprego chega a compor, de certo modo, um agrupamento dos *sem-emprego*³², que inclusive é composta em grande parte por trabalhadores de rua, que vivem em condições de trabalho incertas, muitas vezes inseridos nos bolsões de miséria dos países de terceiro mundo, a espera de um trabalho formal/regular.

Na década de 90, o mercado de trabalho brasileiro sofreu conseqüências dessa reestruturação produtiva e, principalmente, das políticas neoliberais que inseriram o Brasil na dependência direta com o FMI e o Banco Mundial. Este processo teve sua maior expressão

³² Sobre a categoria dos sem-emprego, ver Barreto (2005).

com o governo de Fernando Collor (abertura da economia) que, conforme Druck (1999), representou uma vitória de implementação das políticas neoliberais no Brasil.

Para Filgueiras; Druck e Amaral (2000, p.24):

[...] pode-se afirmar, por exemplo, que se ampliou, nos anos noventa, o grau e a abrangência da precarização do mercado de trabalho brasileiro – quer porque aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque ampliou-se a presença de outras formas de ocupação, distintas do assalariamento, que se caracterizam por terem, em geral, piores condições de trabalho.

Assim, constata-se que o Brasil dos anos 90 assumiu a feição de um país marcado pela precariedade dos vínculos empregatícios, pela insegurança instaurada até nos postos de trabalho mais avançados. Nessa década, por um lado, observou-se o crescimento do desemprego estrutural e, por outro, o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, dessa forma, ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista.

Houve, por certo, uma intensificação na exploração do trabalho principalmente com a introdução do padrão toyotista de produção que, entre outras coisas, ataca em duas vias centrais: *por um lado*, flexibilizando as relações trabalhistas nos termos contratuais, quer dizer, via redução de direitos adquiridos; *por outro*, intensificando a extração de maisvalia, via aumento da produtividade do trabalho, captação do saber operário, transformação de trabalho vivo em trabalho acumulado, do saber humano objetivado em máquinas inteligentes, além de outras formas contemporâneas de captação de maisvalor³³.

No toyotismo, o ritmo de trabalho aumenta e passa a ocorrer algo novo, o trabalhador polivalente, não mais puramente especializado. Agora o operário tem que saber um leque de

³³ Referente a esse assunto, ver os autores Eleotério Prado, Lojekine, André Gorz e Antonio Negri.

funções para mudar de atividade conforme o fluxo da demanda. Acrescido a isso, mesmo em contraposição, tem-se hoje um fenômeno diverso, que é justamente a não necessidade de um trabalhador hiperespecializado, pois, com a captura do trabalho humano criativo e inteligente e sua alocação em máquinas (processo de automação, robótica, cibernética etc.), não se necessita mais daquele trabalhador altamente especializado, mesmo porque a produção move-se praticamente sozinha. Essa é uma característica presente em diversos setores produtivos, mas não é absoluta, existem casos de setores com trabalho intensivo, exploração do trabalho e outros com trabalho hiperespecializados como no caso de setores de produção de equipamentos de informática. Desse modo, o trabalhador volta a ser apenas uma peça secundária. Assim, novas formas de alienação surgem com o processo da acumulação flexível.

Como resultante desse processo, vive-se também, segundo Antunes (2005, p.47):

[...] novas formas de confrontação social [tipo: Seattle, Praga, Nice, confrontação social e política em Gênova; explosão social na Argentina em dezembro de 2001] em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des) sociabilidade contemporânea. Morfologia que deve ser compreendida a partir **do (novo) caráter multifacetado do trabalho**. (grifos nosso).

Essa nova configuração do mundo do trabalho comporta, segundo o autor (Id., *ibid.*, p.51 e 52), uma classe trabalhadora mais ampliada, não mais restrita ao trabalho exclusivamente industrial/fábril. Para o referido autor (Idem), estão incluídos trabalhadores assalariados fábril e extrafábril, produtivos ou improdutivos³⁴,

[...] hoje a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles que vendem sua força de trabalho, em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fábris e de serviços, *part-time*, que se

³⁴Estão também inseridos os ditos improdutivos, vejamos: “[...] a moderna classe trabalhadora inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como **elemento diretamente produtivo** no processo de valorização do capital”. (ANTUNES, 2005, p.60, grifo nosso).

caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. (Ibid., p.52).

Nesse começo do século XXI, o mercado de trabalho incorpora diversos segmentos dos trabalhadores, mesmo sem serem necessariamente produtivos³⁵, como no caso de determinados serviços e trabalhadores informais, que não geram *valor* diretamente. Contudo, a marca do *assalariamento* (separação capital e trabalho, via pagamento de um salário, não necessariamente com carteira de trabalho assinada) apresenta-se como fio condutor dessa nova morfologia do trabalho. É através de formas de trabalhos assalariados/precários (informais, sem carteira assinada, cooperados etc.) que se amplia o contingente de trabalhadores na atualidade. É por meio dessas formas que o capitalismo inventa e reinventa *formas* de expansão do lucro, via extração de maisvalor e da formação de uma massa excedente de trabalhadores, em plena atividade, aptos a buscar a sobrevivência, de qualquer maneira, sujeitando-se às mais perversas e aviltantes formas de trabalho³⁶. Nesse sentido, determinados trabalhadores podem não participar *diretamente* da composição clássica do “valor”, todavia, sua inserção e participação, enquanto trabalhadores, na produção da riqueza social não deixa de ocorrer. Dessa forma, não vemos como deixá-los de lado no capitalismo,

³⁵Ser produtivo aqui é ser parte constitutiva do processo de formação do *valor*, parte do quantum de trabalho abstrato social médio necessário para produzir uma mercadoria, o tempo de trabalho corporificado usado na produção de uma coisa socialmente útil. Sobre isso, ver Marx (2002), Capital, Livro 1, Capítulo 1, A Mercadoria.

³⁶Exemplos de formas contemporâneas de exploração do trabalho, têm-se: diversas empresas de terceirização, inclusive, situadas em setores do serviço público (no caso brasileiro), nas próprias Universidades, funcionando muitas vezes como empresas de fachada, que abusam do trabalhador, por vezes sem conceder o mínimo de benefícios e garantias trabalhistas. Elas promovem com essas formas de trabalho verdadeiras rupturas na vida dos envolvidos, consolidando uma existência imprevisível, aqui pensando nas reflexões postas por Richard Sennet no livro “Corrosão do Caráter” (2000). Rompem também com uma possível unidade na classe trabalhadora, pois coloca algumas pessoas nas mesmas funções para exercerem atividades similares, mas em condições e com salários diferenciados. Quer dizer, provocam a disputa internamente no próprio processo de trabalho. Ademais, existe uma gama de latifundiários que contratam Brasil à fora trabalhadores agrícolas sem pagamento de garantias sociais, e geralmente sem nem mesmo o pagamento de um salário mínimo, compondo, assim, regime de semiescravidão. Por fim, existem fabriquetas que usam de trabalhadores imigrantes nordestinos ou estrangeiros em São Paulo, em regimes exaustivos de trabalho, morando no próprio local de trabalho, desrespeitando as leis trabalhistas, pequenos empreendimentos informais. Além disso, existem inúmeras formas de assalariamento ilegal, informais, dentro do universo formal de trabalho em empresas pequenas ou mesmo em grandes empresas, que subcontratam trabalhadores para realização de parte do processo produtivo, como no caso de indústrias de confecção etc. – sobre trabalhadores/as em fabriquetas de confecção no Paraná, ver Angela Lima (2009). Ainda podemos nos referir aos trabalhos em cooperativas, associações de catadores, reciclagem etc.

são também úteis e produtivos para o sistema, ainda que, como no caso de determinados informais, atuem na área comercial, *de modo indireto*, realizando o valor, assim, contribuindo para completar o ciclo do capital. Voltaremos a tal questão mais a frente.

Expandindo um pouco mais essa caracterização, poderemos também incluir os *trabalhadores de rua* nesse alargamento da concepção de classe trabalhadora ou na *nova morfologia do trabalho*. Essa inclusão se dá não como produtivos, no sentido clássico do termo, nem como inserção de seres historicamente excluídos do mercado de trabalho. Os trabalhadores de rua, fazendo uma rápida referência ao século XIX, sempre estiveram presentes como elementos participantes do trabalho urbano, peça chave em determinados momentos de fluxos comerciais da cidade, principalmente no período de predominância do *capitalismo comercial*³⁷, na relação corrente metrópole-colônia. Na verdade, o capitalismo brasileiro e de muitos países da América Latina tiveram como característica este traço de incorporar formas diferenciadas de trabalho, todas participando de algum modo no processo mais geral de acumulação capitalista³⁸.

Outrossim, só no momento atual, desde o último quartel do século XX, o trabalho de rua passa a ter um peso mais significativo nas relações propriamente produtivas do sistema capitalista industrial, mesmo sem serem um componente imprescindível. Só a partir das décadas de 70, 80 e 90, as atividades informais, principalmente as de rua, passaram a servir como elementos de expansão do valor. De fato, não o produzem diretamente, mas *contribuem para sua realização* enquanto “trabalhadores gratuitos” (DURÃES, 2005) para o capital, isto é, agentes gratuitos/não-pagos a serviço do processo de realização (de parte) do valor no modo de produção capitalista, na esfera da circulação de mercadorias, de transformação do

³⁷Sobre esse período do capitalismo comercial brasileiro, ver Caio Prado Jr (1994), Fernandes (1972, 1976), Ianni (1962), Freitas (1991) e Novais (1995). E sobre os trabalhadores de rua de meados do século XIX, ver Reis (1991, 2000) e Durães (2006).

³⁸Sobre o tipo de capitalismo brasileiro, sua forma de acumulação e suas formas de trabalho em finais do século XIX, ver Durães (2006).

capital-mercadoria em capital-dinheiro. Existe uma forte *imbricação* entre produtivos e não-diretamente produtivos, no caso, entre o processo de valorização do capital e os trabalhadores de rua. Ou seja, existe uma relação direta, em muitos casos, entre a produção de uma determinada mercadoria no universo formal (eminentemente produtivo, no sentido clássico da acepção) e o universo informal, na esfera de circulação/comercialização dessa mesma mercadoria. Este é apenas um exemplo de imbricação entre produtivos e indiretamente produtivos.

Conforme Antunes (2005, p.60),

[...] há uma crescente **imbricação** entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, a noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (grifo nosso).

O autor (Idem) ainda incorpora como componente dessa nova concepção de classe trabalhadora o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital (Ibid., op. cit.). Por fim, Antunes (Ibid., op. cit.) incorpora também:

[...] o proletariado precarizado, o sub-proletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *McDonald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

Portanto, a composição dessa *nova morfologia do trabalho* é bastante ampla e diversificada, um emaranhado de formas e tipos de trabalho, mas que, certamente, possuem alguns elementos em comum como a contribuição direta ou indireta para o processo de valorização do capital e a marca da precariedade (e exploração) em seus fazeres cotidianos.

Segundo Machado da Silva (2003), houve na sociedade ocidental da atualidade uma crise não só das relações contratuais, mas sim, de todo o regime de organização social de

produção, acompanhada de “terciarização” (Ibid., p.160) e flexibilidade, expansão dos setores de serviços, onde os processos de terceirização e flexibilização parecem ter sido mais fortes e evidentes. Para o autor (Idem), vive-se hoje um processo de “fragmentação” (Ibid., p.162) da sociedade salarial, de esvaziamento da cultura do trabalho. Nas palavras do autor, “[...] está-se diante de uma profunda ruptura com a sociabilidade conhecida”. (Ibid., p.164). Vive-se, pois, seguindo a visão de Machado, uma espécie de ruptura com a sociedade salarial clássica, padronizada, que sempre aumentava a incorporação de contingentes populacionais, que propiciava, apesar da exploração, um certo nível de garantias sociais.³⁹

Dentro desse cenário, vive-se uma expansão de formas de trabalho desregulamentadas, socialmente desprotegidas, que tem na informalidade de rua sua forma mais visível e imediata, parte das novas (re)configurações do trabalho. As relações informais ganham, assim, notoriedade, rompendo, inclusive, com certas concepções correntes de que o avanço do capitalismo, com seu desenvolvimento econômico, iria reduzir a participação dessas nas economias nacionais. O que se vê é um aumento crescente do contingente destes trabalhadores na composição do mercado de trabalho em países de distintas regiões do globo⁴⁰. Portanto, *estudar a informalidade no presente é estudar um fenômeno moderno e mundial*⁴¹.

O fenômeno da informalidade hoje no Brasil (e no mundo) já ultrapassou, sobretudo, a mera fronteira das ruas, das cidades. A informalidade é mais que isso, é global e presente

³⁹Para Machado da Silva (2003, p.165), “[...] há indícios de que a ‘empregabilidade’ vem se transformando no coração de uma cultura do trabalho em gestação, muito distinta da que correspondeu à história do assalariamento”.

⁴⁰Os dados do IBGE/PNAD para o caso brasileiro, nos últimos anos, evidenciam a composição relevante da informalidade sempre próxima de 50% da População Economicamente Ativa. Ver sítio www.ibge.gov.br.

⁴¹É mundial ou global no sentido de que começam a surgir formas de trabalho desregulamentadas (avulsas, sem registro) nos países centrais, compondo parte dos denominados “trabalhos atípicos”, apresentados por Vasapollo (2005). Todavia, sabemos que isso é um fenômeno novo em tais países. Além disso, existem outras denominações para estas formas de trabalho que não necessariamente passam pela conceituação da informalidade. No momento, não nos deteremos em tal problemática, ainda que a reconheçamos como uma questão relevante. Vale citar a preocupação do pesquisador Lautier (2004, p.110), que questiona se essas atividades informais não serão o futuro das sociedades, dos países “desenvolvidos”.

em diversas partes do mundo⁴², seja composta por imigrantes (lotados em países centrais), seja por populações de passado de emprego estável/formal⁴³. Ela está, portanto, inserida nessas mudanças globais, sofrendo influências e remodelações.

Há uma parcela de empresas e até de indústrias espalhadas pelo mundo que utilizam trabalhadores subcontratados, seja com contratação direta ou via rede de serviços e terceirizações, objetivando mascarar práticas vigentes e perversas de informalidade, para na verdade baratear ao máximo seus custos, especialmente com o uso da força de trabalho.

De fato, ocorrem remodelações de formas de trabalho por todo o mundo, tal qual afirmou Ortiz (2006, p.12, grifo nosso), referindo-se ao processo de globalização: **“O ‘antigo’ redefine-se assim na situação de globalização, e o passado, longe de ser apagado pelos novos tempos, é retrabalhado** pelas forças ativas da sociedade”. Quer dizer, a informalidade não fica de fora desse processo, muito pelo contrário, ela sofre diretamente *reconfigurações e remodelamentos*, uns mais precários do que outros, mas todos conectados (e resignificados) com a denominada pós-modernidade⁴⁴.

⁴² Sendo também informacional, virtual/internet e incorpora também o trabalho imaterial/intelectual.

⁴³ A informalização dos formais já vem ocorrendo no Brasil e na América Latina. Certos trabalhadores formais hoje só encontram nas atividades informais, principalmente as de rua, com seus conjuntos de normas e procedimentos ditos ilegais, os meios e formas de reproduzirem-se socialmente. Sobre a reflexão conceitual em torno da entrada de ex-trabalhadores formais no universo informal, o que denomina-se de “nova informalidade”, ver: (CACCIAMALI, 2000, FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002).

⁴⁴ Aqui nos referimos às mudanças recentes, intensificadas a partir da década de 1990, ocorridas em diversos campos da vida social, desde mudanças culturais/simbólicas até políticas e, principalmente, econômicas/tecnológicas, ocorridas dentro e fora do espaço do trabalho. Muitas dessas mudanças se generalizaram no mundo com a chamada “globalização”. Referente a essas mudanças e às reflexões em torno da globalização, ver: Chesnais (1996); Hirst e Thompson (1998); Ianni (1998); Harvey (1999), Santos (2002); Canclini (2008) e Stuart Hall (2006 e 2008), entre outros/as autores/as. Contudo, em se tratando especificamente da denominação “pós-modernidade”, vale frisar que existem coisas estruturais (processuais) de longo prazo, as quais não são ultrapassadas rapidamente, portanto, somos críticos a esse tipo de conceituação que se propõe a destruir quase tudo que foi concebido antes.

2-O conceito de informalidade: sua origem, limitações e a denominação que adotamos (a informalidade de rua)

O conceito de informalidade desde sua origem foi utilizado para entender ou delimitar um conjunto de atividades muito “heterogêneas” (CARVALHO, 1986, p.06) e, por isso, foi polemizado e redimensionado a depender da compreensão teórica e dos objetivos específicos e analíticos de cada autor. Conforme Krein e Proni (2010, p.07), o próprio mercado de trabalho atual é composto por formas de trabalho heterogêneas, o qual se deve a própria economia informal:

Atualmente, apesar da recuperação do emprego com vínculo formalizado na última década, permanece uma enorme heterogeneidade no mercado de trabalho. Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea, podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina “economia informal”.

Como exemplo de atividades informais tem-se grande parte das microempresas, parte dos trabalhadores autônomos (aqui incluído os trabalhadores de rua), o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas etc. (CACCIAMALI, 1991; HUGON, 1997).

O uso do termo *setor informal* surge institucionalmente nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, no relatório sobre as condições de trabalho no Quênia e Gana, África, inserido no Programa Mundial de Emprego, cujas evidências empíricas revelaram

[...] um cenário onde o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, incrementado por um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades. (TOMAZINI, 1995, p. 04).

Conforme essa autora (Idem), esses estudos da OIT mostraram também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana⁴⁵.

Como diz Tavares (2004, p.30), muitas das teorias sobre o setor informal da década de 70, ligadas às pesquisas da OIT, tinham um cunho “desenvolvimentista”, eram uma espécie de diagnósticos para implementação de políticas públicas.

A caracterização da OIT sobre o setor informal urbano parte da *unidade econômica* (*unidade produtiva*), baseada na produção em pequena escala, no reduzido emprego de técnicas, na utilização de trabalho familiar e na quase inexistente separação entre o capital (meios e instrumentos de produção) e trabalho (força de trabalho). Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital, unidades produtivas pouco organizadas e por oferecerem empregos instáveis, sem proteção social e reduzidas rendas. Essa denominação da OIT possibilita outra perspectiva à noção que concebia os trabalhadores informais como obstáculos ao desenvolvimento de determinado país – forças do *atraso* impedindo o *moderno*, onde o setor informal representava um entrave para o progresso.

Para os autores Filgueiras; Druck e Amaral a

⁴⁵Sobre o debate em torno da origem do termo “setor informal”, usado primeiramente pela OIT, e sobre o debate em torno da expressão, do adjetivo “informal”, que Lautier (2004) afirma ser anterior a expressão da OIT, em 1971, ver (LAUTIER, *ibid.*). Tal adjetivo estava relacionado à renda informal, a uma conceituação mais dinâmica. Não ficava presa a unidade produtiva do setor, mas permitia compreender uma combinação até de atividades direcionadas para complementação da renda (melhora dos rendimentos), que poderia, inclusive, agregar atividades formais e informais, realizadas pelo mesmo indivíduo. Sobre esse debate, ver Lautier (*Ibid.*, p.9, 10 e 11). Também para pensar o conceito de “setor informal”, agora no sentido de realização de pesquisas (enquetes) e estimativas, ver Charmes (S/d).

[...] principal contribuição deste estudo [baseado na unidade econômica da OIT] foi o desenvolvimento de uma tipologia, setor formal/informal, alternativa a concepção teórica dual-clássica, setores moderno e tradicional, visada até então em análises de economias dos países periféricos no sistema capitalista. (2000, p. 24).

Assim, conforme Tomazini:

[...] distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas e do outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. (1995, p.06).

Conforme a autora (Idem), pode-se sintetizar essa denominação do setor informal como sendo um “[...] mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho”. (Ibid., p.09). Para a autora, é o excedente estrutural de força de trabalho que cria o setor informal urbano, constituído por circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se autoempregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtém uma pequena renda, a “renda informal”⁴⁶. Em outras palavras, isto evidencia como o setor informal funciona como um “setor de ajustes” para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado. O setor informal serviu, portanto, para a referida autora, como “porta de entrada” para os migrantes (Id., ibid., p. 10).

Para a OIT, portanto, o setor informal funcionava como uma alternativa de sobrevivência diante do aumento demográfico e de constantes migrações do campo para os

⁴⁶Uma outra abordagem referente à formação do setor informal urbano pode ser encontrada em Ana Flávia Machado (1993), em “Trabalhador por contapropria: heterogeneidade de renda em regiões metropolitanas”, na qual a autora tem como objetivo revelar que o setor informal, em específico o trabalhador por contapropria, não é só o excedente de mão-de-obra a mercê das flutuações econômicas, mas é também alternativa de “lôcus” de trabalho para aqueles que não desejam ter patrão ou que almejam possuir seu “negocinho”.

centros urbanos, atendendo a sobrevivência da população não absorvida no setor formal da economia, na época do amplo desenvolvimento industrial da segunda metade do século 20 em diante, principalmente, no caso brasileiro.

Assim, tendo como perspectiva essa noção incorporada e institucionalizada pela OIT, da qual a informalidade funcionava como um *setor de ajustes econômicos*, temos suas principais características constitutivas: 1) propriedade familiar do empreendimento; 2) origem e aporte próprio dos recursos; 3) pequena escala de produção; 4) facilidade de ingresso; 5) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; 6) qualificações profissionais fora do ensino formal; 7) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (Cacciamali, 2000).

Esse conceito de informalidade que concebe o setor informal à luz da unidade econômica (da não separação entre capital/trabalho) gerou críticas. A principal delas foi direcionada ao fato da abordagem continuar dual e estática, tal como a concepção dos setores moderno e tradicional, que não conseguia evidenciar a complexidade da dinâmica da produção e do emprego dos dois setores, uma vez que os considerava independentes entre si (Filgueiras, et al., 2000). Dessa maneira, não se conseguia dar conta dos intercâmbios e simbioses existentes entre os dois setores, deixando de lado todo o aspecto de fluidez existente no campo da informalidade, que o permite realizar mutações em seus processos de trabalho e no tipo de sua atividade a qualquer momento.

Este conceito do informal, partindo da unidade econômica, pode ser relacionado ao conceito de “marginalidade” ou à teoria do “subdesenvolvimento”⁴⁷. Sobre o conceito de marginalidade, pode-se dizer que também parte da unidade econômica, tendo por base as

⁴⁷Sobre o debate em torno da questão da teoria da marginalidade, ver o livro de Hogan (1978) “Cidade: usos e abusos”, uma coletânea de textos sobre o tema.

condições vigentes dos fatores de produção, e também engessa os setores econômicos, não dando conta das dinâmicas internas peculiares a cada atividade em questão.

A noção de “marginalidade” procura abranger todas as relações de trabalho, categorias de pessoas que não participam da relação direta entre capitalistas e trabalhadores assalariados produtivos, e também aquelas que não se revestiram de racionalidade na reprodução do capital (PAOLI, 1978, p.38)⁴⁸. Inclui os ditos “marginais” do sistema formal, abrangendo sob essa denominação vários segmentos, tanto informais quanto desempregados e pauperizados em geral, trabalhadores temporários, biscateiros, camelôs/ambulantes e até trabalhadores agrícolas.

Conforme Alves (2001), a “teoria da marginalidade”, surgida nas décadas de 60 e 70 para explicar o processo de precarização da força de trabalho na América Latina, não conseguiu explicar essas formas de trabalho, pois via esses trabalhadores como participantes de um “grupo não-integrado” ao sistema capitalista, portanto, anacrônicos. Desconsiderava a *relação direta* dessas formas de precarização e o processo de acumulação. A teoria da marginalidade tinha como primazia uma concepção dual em setor formal e informal, estanque e estática, frisava a existência de segmentos que ficavam de fora do processo de produção capitalista.

Portanto, para os teóricos da marginalidade, aconteceram transformações urbanas por toda a América Latina, mas não existiu um desenvolvimento econômico para acompanhar tais transformações e, devido a isso, tem-se um inchaço do terciário e o aumento da população carente, subempregada e desempregada (ALVES, *ibid.*, p. 34). Já para Oliveira (1972), esse aumento da população carente, subempregada e desempregada não é resultante de uma situação específica, momentânea, de um desajuste circunstancial, mas sim fruto do próprio

⁴⁸Conforme Paoli (1978, p.37), debatendo sobre o conceito de marginalidade, o qual faz críticas rigorosas, como no que toca à amplitude de tais denominações, sobre sua aplicação, diz: “[...] é apontada como ‘marginal’ a força de trabalho que se fixa em torno das atividades não diretamente produtivas do sistema”.

capitalismo, parte de seu processo de acumulação. Quer dizer, algo que parecia ser resquício de não-desenvolvimento ou de desenvolvimento anômalo e desvio de rota, passa a ser entendido, em essência, como a manifestação dos antagonismos do próprio desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, vai ser o próprio desenrolar da modernidade que vai acarretar crises sociais, transformações fenomênicas para um mesmo fim, a expansão do processo de valorização do capital. Assim, para Oliveira (Idem), o próprio subdesenvolvimento é mais uma resultante do capitalismo.

De acordo com Alves (2001), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) propunha um processo de desenvolvimento autossuficiente, visando o equacionamento dos problemas estruturais surgidos nas sociedades latinoamericanas, e afirmava que a dependência seria a causa da “marginalização”. Contudo, os anos 70 mostraram os limites das proposições da CEPAL, já que a modernização das economias nacionais não gerou os resultados esperados, pois se percebia ainda um contingente populacional em idade ativa que não estava inserido na economia (DEDECCA, 1990).

Enfim, conforme Paoli (1978, p.50 e 51), o trabalho informal desenvolvido pelos ambulantes não pode ser considerado como “marginal”, pois os mesmos funcionam como agentes de circulação de mercadoria e como exército de reserva. Logo, a atividade informal está *inserida dentro da funcionalidade do mercado geral*, resultante do movimento do próprio capital, o que os teóricos da teoria da marginalidade não conceberam, estando dentro do que Paoli (Ibid., p.50) denominou “produção social”. Como diz a autora (Ibid., p.51), sintetizando:

Assim, não parece provável que haja aí uma situação ‘marginal’, mas sim a sustentação de um tipo de trabalho indiretamente produtivo [no caso dos ambulantes/camelôs, biscateiros], que se combina com o trabalho diretamente produtivo [via circulação de mercadorias], sendo ao mesmo tempo uma mão-de-obra de reserva [...].

Assim, *tanto* a concepção economicista da OIT, que dividia a sociedade em dois setores (formal e informal), estanques e isolados um do outro, um integrado e o outro como mero setor de ajustes (temporário) para uma população migrante e ávida por sobrevivência, *quanto* a concepção proposta pela teoria da marginalidade, não conseguiram abarcar as complexidades e especificidades existentes em cada um dos dois setores e nem perceber a interpenetração de um setor no outro e, em certos momentos, sua complementariedade. Um, o informal, vende mercadorias e produtos oriundos do outro setor. Este último, o formal, termina se retroalimentando com os fluxos advindos da informalidade e esta termina, por vezes, fornecendo produtos mais baratos para serem comercializados pelo formal como, por exemplo, frutas. O setor informal pode ainda funcionar como um mercado mais barato disponível (e de fácil acesso) para o consumo e, conseqüentemente, presente na reprodução social dos trabalhadores formais, contribuindo, assim, de certa forma, para reduzir o valor da cesta de consumo destes trabalhadores, o que indiretamente implica em estabilização dos salários ou mesmo arrocho salarial⁴⁹. Portanto, existe de fato uma inter-relação de um setor com o outro, algo que nenhuma das duas concepções anteriores dava conta.

Essas análises dualistas das décadas de 60 e 70 relacionavam a informalidade à pobreza e ao subdesenvolvimento. Indicava que o setor informal era uma opção de trabalho aos trabalhadores desqualificados (DEDECCA, 1990). No início da década de 70, Francisco de Oliveira (1972) já rompia com a concepção dual e estática de setores moderno e atrasado, formal e informal. De fato, existe um intercâmbio entre estas duas esferas, como afirma esse autor (Ibid., p.29 e 30), uma simbiose entre o “moderno” e o “arcaico”, ou seja, entre o formal e o ambulante. Para Oliveira, “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (1972, p. 32).

⁴⁹“Tais atividades [informais] representam, ao mesmo tempo, um reservatório de mão-de-obra pronta a ser utilizada, dando lugar a uma rotatividade da força de trabalho possivelmente lucrativa do ponto de vista das empresas estabelecidas, permitindo também que o custo da manutenção desta força de trabalho seja muito baixo”. (PAOLI, 1978, p.52).

Outros autores também compartilham desse tipo de concepção sobre a imbricação (subordinação) do informal ao formal (como Souza, 1980a; Carvalho, 1986, entre outros). Mais recentemente, pesquisas apontam até para a chamada informalização dos formais⁵⁰. Isto ocorre devido, principalmente, à intensa reestruturação produtiva orientada para o aumento da produtividade e para obtenção de menores custos⁵¹.

Também, posteriormente, na década de 80, outros autores (como Souza, 1980a) rompem com a abordagem dualista e concebem o setor informal como *intersticial*⁵² e *subordinado* ao movimento das empresas capitalistas (ALVES, 2001, p.04). Alves (Idem) refere-se a Berlinck (1974) para afirmar que existe um forte entrelaçamento entre o “setor marginal” e o “núcleo moderno” das sociedades desenvolvidas. Para este autor, não existe “marginalidade social”, pois a abundante força de trabalho não qualificada desempenha as funções de exército industrial de reserva e possibilita o rebaixamento salarial e a superexploração do trabalho.

Em outras palavras, vive-se num mundo moderno e globalizado, na era do império do capital como relação social hegemônica, onde quase tudo e quase todos giram em torno de suas relações mercantis. O estímulo ao consumo passa por quase tudo, desde as meras relações cotidianas, de trabalho, lazer, esporte, até relações mais íntimas e afetivas/familiares. Até as esferas da arte não conseguem escapar dessa lógica. E, mais do que nunca, esse

⁵⁰Ver Alves (2001) e Lautier (2004, p.28).

⁵¹É nesse espaço que entram reflexões em torno da *flexibilidade/competitividade* das atividades informais em geral. Estas, por suas características internas, seriam as atividades que melhor resistiriam às crises econômicas, já que sua prática corrente é o rebaixamento salarial e o aporte do seu negócio é pequeno (emprega-se pouco capital fixo), logo, não sentiriam tanto os impactos das crises. Todavia, diversos autores criticam e tratam essa questão com limitações, onde haveria um limite até para esse rebaixamento salarial, para o que se denomina de flexibilidade, mesmo em atividades familiares, ver Lautier (2004, p.26, 27 e 28). Para o autor, tal questão competitividade/flexibilidade ainda seria central para as denominadas empresas maquiladoras mexicanas ou de zonas francas chinesas, mas que perde relevância para a economia informal (Id., *ibid.*, p.28 e 29).

⁵²Existe de fato uma forte correlação entre o trabalho informal (de rua) e as atividades formais. Basta surgir um novo estabelecimento, empreendimento ou comércio formal, tipo uma Escola, Hospital, Cartório, supermercado, entre outros negócios, que, rapidamente, surge uma gama de trabalhadores de rua localizados próximos destes locais, nos espaços *intersticiais*, para dali tirar seu sustento, oriundo do fluxo de consumidores trazidos pelo mundo formal. Por certo, tal concepção do espaço intersticial termina por manter a ideia de setores diversos. Isso é diferente de tratar a informalidade como algo imbricado com o trabalho formal, em simbiose.

império se alastra por todos os lugares, transformando tudo em espaços de exploração. Até grupos mais isolados, como tribos indígenas na Amazônia, comunidades de pescadores no litoral brasileiro ou mesmo comunidades rurais que nem mesmo energia elétrica possuem, em todos esses lugares e em tantos outros existem espaços de penetração do capital. Não é mais possível separar o mundo tradicional, de um lado, e, de outro, o moderno. Comunidades indígenas falando francês, inglês e negociando em dólar ou *euro*. Comunidades rurais que vivem na miséria em termos de infraestrutura, mas que reproduzem em suas festas singulares ou nas falas cotidianas um conjunto de símbolos e valores das metrópoles⁵³. Não há mais o informal e arcaico de um lado, estanque e isolado, e de outro o formal e moderno. Na verdade, ambos situam-se no mesmo espaço de precariedade e exploração do trabalho, representando tipos de relações sociais, relacionadas. O informal e o formal estão respectivamente, uns menos e outros mais, uns indiretamente e outros diretamente, vinculados à valorização do capital, retroalimentando a expansão do capitalismo no país e em diversas partes do mundo.

Entre 1970 e 1980, nos países centrais, uma outra concepção de informalidade passou a ser utilizada, exprimindo atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, passou-se a se identificar com a chamada *economia subterrânea ou não registrada*, ou ainda, com a economia submersa, *redefinindo o conceito de setor informal à luz de um critério jurídico*. É essa a concepção mais lembrada pela mídia/imprensa mundial, que ao vincular notícias sobre informalidade na televisão ou nos diversos meios de comunicação, inclusive na internet, geralmente retratam este aspecto dito ilegal, dando uma aceção negativa à atividade, como algo que, ao invés de contribuir para os rendimentos de um país, termina servindo como fonte de perda de divisas,

⁵³Sobre a influência do capitalismo, de sua indústria cultural, na música, festejos e ritos locais, ver Glauber Sezerino (2007), na dissertação “Brasil Caboclo: música e cotidiano na população cabocla em movimento”.

de arrecadação, além de ser relacionada, quase sempre, como uma importante esfera de competição desleal, principalmente pelo não pagamento de impostos⁵⁴.

Para Lima (1985, p. 12), a economia subterrânea ou submersa pode ser também denominada de “criptoeconomia”, oriundo de “criptos” (escondido, oculto, secreto). Este termo pode ser definido, conforme a autora, citando Vito Tanzi do FMI, como sendo “ ‘[...] o produto nacional bruto que, por não ser declarado e/ou subdesenvolvido, não é medido pelas estatísticas oficiais’ ”. É, portanto, uma economia que, conforme Lima (Ibid., op. cit.), vem aumentando nesses anos de recessão (décadas de 70 e 80), incorporando um amplo contingente de trabalhadores sem amparo legal (trabalhista e social). Logo, nessas duas décadas, observou-se nos países centrais o fenômeno da intensificação da chamada economia submersa e nos países periféricos (no Brasil) o surgimento da chamada “nova informalidade”⁵⁵, em grande parte, advinda da reestruturação produtiva, da retração dos postos de trabalho (antes) formais e da entrada na informalidade de trabalhadores advindos do setor formal, do setor até então protegido, seguro, bem como da ocorrência de formas de trabalho informais (precárias, autônomas, subcontratações, trabalho temporário etc.) no meio formal (LIMA e SOARES, 2002). Muito desse processo, certamente, resulta de um fenômeno estrutural e de dimensões globais, o *desemprego estrutural*⁵⁶.

Lima e Soares (Ibid., p.167) consideram essa “nova informalidade” como “[...] sinônimo da flexibilidade dos novos tempos”. Esta seria caracterizada pelo “[...] retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família [via atividades informais,

⁵⁴Em economia, é comum referir-se a economia informal como o local por excelência do regime de *concorrência perfeita ou concorrência pura*, no qual as vendas acontecem sem elementos determinantes comuns. Quer dizer, no geral, por estes trabalhadores não se encontrarem na esfera de produção direta de mercadorias, eles não regulam seus preços conforme os custos de produção e sim conforme o fluxo da demanda, isto é, se tem demanda mantém-se ou aumentam-se os preços, caiu a demanda, cai os preços, e assim sucessivamente. Por vezes, o *equilíbrio de preços* ou a padronização de preços de oferta é rompido em um *piscar de olhos*. Neste tipo de concorrência, o importante é vender, nem que seja com pouca margem de ganhos. A qualquer conversa ou negociação direta, pode-se alterar o preço de venda de determinado produto ou serviço, é o reino da *pechincha*.

⁵⁵Ver (CACCIAMALI, 2000, FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002).

⁵⁶Para uma discussão sobre autores/as que tratam da questão da “nova informalidade”, ver Lopes (2008).

realizadas por ex-formais] e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho [com atividades precárias]” (Id., *ibid.*, *loc.cit.*). Seria, pois, a mistura de elementos inovadores em espaços tradicionais, sejam estes formais ou informais.

A marca dessa “nova informalidade” parece ser a própria reconfiguração das atividades informais com caracteres inovadores (modernizados, tecnológicos etc.). Como afirma Lopes (2008, p.27), ocorre a “[...] criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como a redefinição de outras anteriormente já existentes, mudanças refletidas na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos [...]”. Parte dessas redefinições serão tratadas em nossa pesquisa com os camelôs de produtos tecnológicos, que, sem dúvida, parecem representar essas mudanças típicas da “nova informalidade”.

De acordo com Araújo (2010, p.15), que também trata dessa questão conceitual, a relevância da denominação “nova informalidade” dar-se-á pelo fato dela

[...] permitir identificar as transformações nas atividades identificadas como tradicionais e típicas do ‘setor informal’ (como o trabalho autônomo, do vendedor ambulante, por exemplo) e as conexões entre as pequenas ou microempresas, o assalariado desprotegido e outros tipos de relações de trabalho com a dinâmica de acumulação de capital na sua atualidade.

Por fim, para resumir a nossa compreensão do que é conceitualmente informalidade, vamos a uma breve síntese. Esses dois conceitos que têm por base a unidade econômica (institucionalizado pela OIT) e o de base jurídica concebem a divisão da economia em setores (teoria dualista, formal e informal, estanques). Essa divisão foi bastante criticada por diversas correntes da economia e da sociologia do trabalho, no caso específico do Brasil, e pode-se afirmar que já é ultrapassada, pelo menos em seu sentido originário, de um setor fechado, com seu sistema próprio e rígido de funcionamento.

Essas foram apenas algumas das “crenças” difundidas a contento no mundo ocidental, em suas fundamentações ideológicas e, sobretudo, nos países denominados periféricos ou de economias atrasadas, como foi o *caso brasileiro*, latino, africano etc. Difundiu-se que o trabalho de rua – que outrora era prática corrente em certas cidades, algo tipificado como “informalidade”, isto é, não-formal, que estava fora das regras jurídicas do setor econômico e da sociedade, constituindo-se como algo oculto, não declarado, subterrâneo, ilegal⁵⁷ – utilizava práticas ditas não-capitalistas, com baixos rendimentos, escassez de recursos e de trabalhadores, relações de trabalho rudimentares e sem qualquer direito social implícito, compondo, dessa forma, um trabalho tipicamente familiar, vinculado à sobrevivência imediata. Um tipo de trabalho que passava por fora do que era visto como o “caminho” adequado de desenvolvimento do próprio trabalho e da sociedade moderna, industrializada.

A informalidade recebeu essa taxação, principalmente a informalidade de rua, urbana, colocada como justaposição do mundo regular/legal, em uma falsa dicotomia formal-informal, uma visão estática.

Nossa intenção aqui, ao chamar atenção, ainda que brevemente, para essas formulações e concepções sobre o trabalho de rua, vai na direção proposta por Bourdieu de *pôr em suspenso* o próprio conceito estabelecido, às próprias noções consolidadas, perfazendo, assim, parte do que ele denomina de Sociologia Reflexiva (Bourdieu, 2001), própria da “reconversão” conceitual e prática no fazer sociológico.

Décadas se passaram desde as primeiras formulações desse gênero, que foram sacramentadas, principalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos anos 70 do século XX, e, ainda hoje, luta-se para *pôr em suspenso* ou à prova essas concepções. Percebe-se, pois, a força ideológica de tais formulações que, por vezes, limitam as próprias

⁵⁷Usou-se as seguintes denominações: trabalho informal, ilegal, arcaico, pretérito, invisível, oculto, não-capitalista, pré-capitalista, alternativo, entre outras.

construções científicas do presente, às vezes, dificultando até a colocação de críticas e novas construções teóricas/reflexivas. Todavia, o universo da informalidade não ficou *hermético* e à *parte* como se imaginava, funcionando, exclusivamente, como o *outro lado* do trabalho regular. Curiosamente, ele sempre esteve dentro do sistema de circulação de mercadorias, participando da inclusão de pessoas em atividades laborais, possibilitando também fluxos econômicos, não tão volumosos como os vivenciados em outros setores. Não obstante, a informalidade sempre esteve imbricada ao capitalismo, ao menos no caso brasileiro. Conforme Lautier (2004, p.36), a imagem que vem nos anos 2000 de diversos organismos internacionais (como Banco Mundial, OIT) é a de que o trabalho informal existe e está inserido numa ideia positiva, resumida numa máxima: determinado trabalhador informal é “pobre, mas empreendedor”. Isso é apenas para evidenciar os diversos níveis de ligação que existem da informalidade ao capitalismo. Tal nível em questão chama ainda mais atenção, pois evidencia uma ideologia implícita nesses órgãos internacionais. Tal conjectura, conforme o referido autor (Id., *ibid.*, loc. cit.), vem reviver uma nova época de “contos de fada”, a que alia ser *empreendedor* com ter supostamente mais *autonomia* e *dignidade* no trabalho.

A concepção de informalidade em geral

O conceito de informalidade que temos por base aqui é uma mescla dos dois conceitos apresentados acima, com a incorporação de alguns novos elementos, como a garantia da dimensão de interconexão (complementariedade) ou do dito *espaço intersticial* (CACCIAMALI, 2000), mais relacionado tanto a formas de organização da produção (unidade econômica), ao trabalho por conta própria e à microempresa, como também a diferentes formas de assalariamento ilegal (unidade jurídica), mesmo dentro de empresas

legais (de acordo com a noção da “nova informalidade”⁵⁸). Entretanto, estas diferentes formas de inserção possuem características em comum: “[...] são atividades, trabalhos e rendas realizados desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais.” (CACCIAMALI, *ibid.*, p. 153); são atividades que têm a marca da precariedade, pois são vulneráveis, possuem incertezas de renda e de perspectiva futura; e, constituem, geralmente, estratégias de sobrevivência.

Então, falar de informalidade no presente momento é compreendê-la como um fenômeno mais ampliado do que aquele mero “setor de ajustes” econômicos e muito mais complexo e profundo do que um simples campo de ilegalidades. É compreendê-la como sendo uma *inserção possível* de uma parcela crescente de trabalhadores/as, em estreita conexão com o mundo formal e com o sistema capitalista. Ademais, como afirma Araújo, “Repensar a informalidade torna-se necessário quando se observam relações cada vez mais intrincadas, as interconexões dinâmicas entre esse segmento do trabalho desprotegido e informal e as atividades econômicas nas quais predomina o trabalho formal [...]” (2010, p.07). Ainda conforme a autora (*Idem*), a informalidade ganha uma dimensão central na acumulação, diz:

Por meio dos processos de terceirização e de flexibilidade das relações de trabalho, a informalidade se encontra hoje no coração da formalidade. Ela se apresenta como um componente imprescindível do processo de acumulação e da busca por maior produtividade, redução de custos e maiores lucros. (*Ibid.*, p.15).

Uma gama de trabalhadores/as que se sujeitavam a trabalhos precários e aviltantes dentro de empresas, indústrias e corporações diversas vão também conquistar como autônomos ou microempresários, muitas vezes na rua, sua sobrevivência nos calçadões e vielas deste país e em diversas partes do mundo. Isso é a informalidade hoje, uma face do

⁵⁸(FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002).

próprio modo de produção capitalista, tão impregnado no sistema, como a própria denominação apresentada por Lima (1985, p. 12), *como um “criptos”, que ao mesmo tempo é escondido, oculto e obscuro, é também semovente, fluído e invisível, impossível de contabilização, mas completamente factível para sobrevivência imediata*⁵⁹. Além de já estar completamente cristalizada, como uma marca do mundo moderno, expressão de relações contemporâneas, é extremamente funcional para atender a gama de desempregados, mas é ruim para arrecadação, apesar de ser bastante útil para movimentação de mercadorias, logo, para circulação e geração de ganhos para determinadas empresas, como poderemos ver no caso dos camelôs de tecnologia. É, portanto, um claro-escuro de similitudes e incongruências, questão social contemporânea de grande relevância.

Limites do conceito de informalidade

Tal conceituação de informalidade que delimitamos acima, mesmo tendo sido feitas restrições, permanece demasiadamente ampla, conduz a uma operacionalização difícil. Isto é, no universo da informalidade, podem ser postos diversos segmentos e formas de trabalho totalmente distintas entre si. Como exemplo da diversificação das formas de trabalhos informais, citaremos os autônomos diretos na rua (para o público) ou em domicílio, o camelô de ponto fixo, o taxista, o empregado de uma pequena empresa sem carteira assinada, o trabalhador temporário, avulso, de uma grande corporação, ou, por fim, o guardador de carros, o engraxate, o vendedor ambulante, entre tantos outros casos que poderiam ser elencados. Quer dizer, é um campo por demais multifacetado, o que torna uma definição unívoca, por vezes, insuficiente. Além disso, como tratar de um conceito que de certo modo foi delimitado

⁵⁹Não é nossa intenção afirmar que a informalidade só se integrou ao capitalismo agora, ao contrário, no caso brasileiro, ela faz parte do próprio desenvolvimento do capitalismo, integrada desde o começo, desde sua fase comercial, no caso, como trabalhadores de rua. Sobre tal questão, ver Durães (2006).

como sendo o “outro” tipo de trabalho da sociedade, o trabalho não-formal. Como saber o limite entre formalidade e informalidade hoje em dia? Essa fronteira está cada vez mais invisível. Mesmo dentro da formalidade, existem espaços de informalidade, seja em um trabalho a mais não pago (trabalho extra) ou em um tipo de serviço não contabilizado como emprego⁶⁰. Enfim, trata-se de um campo totalmente *dinâmico e entrelaçado*. É mais plausível pensar em feixes de formalidades e informalidades, ambas próximas e interconectadas. Portanto, uma indagação ganha vazão: Será que a informalidade ainda é o outro tipo de trabalho, o outro lado, que não o regular/formal? Mais provável que não. Como disse, é bem mais exequível pensar na informalidade como um misto de alternativas de trabalho (para aqueles que foram expulsos do trabalho formal ou que querem começar um negócio informal), que vez ou outra está imbricada por estilos formais, senão diretamente em seus termos legais, mas em suas manifestações práticas, no nível de suas realidades imediatas, marcadas por toda uma carga de intensidade de trabalho (longas jornadas de trabalho, separação entre donos e funcionários) e exploração (no geral, apenas para auferir a sobrevivência e para circular mercadorias para o capitalismo). Ainda nesse plano interno da informalidade, podemos perceber como representam espaços de influências do mundo capitalista, no próprio processo de trabalho, como veremos no caso do camelô de tecnologia, que parece adotar toda uma *feição* empresarial (formal), todavia, permanece exercendo suas atividades na ilegalidade típica da rua.

Por fim, vale dizer que o conceito de informalidade é bastante amplo, está relacionado tanto às formas de organização da produção (unidade econômica), o trabalho por contapropria e à microempresa, como também às diferentes formas de assalariamento ilegal (unidade jurídica), mesmo dentro de empresas legais. Além disso, caracteriza-se, como dissemos acima, por representar uma conceituação bastante problemática, notadamente, por

⁶⁰Sobre essa mistura de trabalhos formais e informais no setor de confecções, ver Lima e Soares (2002).

agregar numa mesma denominação diferentes formas de trabalho, sendo, por isso, bastante criticado e já considerado sem validade heurística (MACHADO DA SILVA, 2003; OLIVEIRA, 2004).

A informalidade, no caso mais recente, chega a ser tomada como uma prática de trabalho inovadora, flexibilizada, uma espécie de modelo, ideal para a economia reestruturada, como diz Lima e Soares (2002, p.164): “O que antes era resquício de formas anteriores de produção passou a representar [ser interpretado como] a dinâmica do novo momento da acumulação”. Isso é apenas para mostrar a amplitude do conceito e suas diferentes interpretações.

A Informalidade de rua (a concepção que adotamos)

Assim, temos como parâmetro central do texto a compreensão da informalidade como um fenômeno em expansão, mas, todavia, é criticada principalmente pelo poder público (municipal, estadual e federal), tratada muitas vezes como *casos de polícia* ou, no jargão mais comum, como atividades criminosas (sonegação de impostos, descaminho etc.).

Para dirimir um pouco este problema da amplitude do conceito de informalidade, utilizaremos aqui a denominação *trabalho de rua* ou *informalidade de rua* para tratar das atividades não-regulamentadas (sem registro em carteira de trabalho), direcionadas para a sobrevivência, contando, muitas vezes, com a participação de auxiliares e ajudantes (em geral, familiares) e que possuem a peculiaridade de ocorrerem (ou estarem) nas ruas. São utilizados também funcionários (empregados) contratados para trabalharem na rua, uma forma de contratação (assalariamento) repleta de ilegalidade do ponto de vista das garantias legais e trabalhistas do país.

Almeja-se aqui tratar da informalidade ligada a suas formas de trabalho realizadas na rua, quer dizer, ao universo da rua, urbano, portanto, não entrará em nossa perspectiva abordar a informalidade em outras situações. Assim, a rua é o ponto aglutinador e homogeneizador da conceituação de informalidade que usaremos aqui, isto é, tentaremos sempre nos referir ao termo informalidade *de rua* para assim evitar equívocos maiores. Contudo, num ou noutro momento faremos referência a outras formas de informalidade, mas isso será muito mais uma exceção do que regra.

Capítulo 2: Os camelôs no Brasil ou as acepções da informalidade de rua

1- Síntese de algumas pesquisas atuais sobre informalidade ou o *estado da arte* das pesquisas sobre informalidade no Brasil

Os estudos especificamente relacionados ao trabalho de rua no Brasil, as formas de trabalho de camelôs, são de certo modo pouco numerosos. Talvez isso se dê, em parte, devido ao pouco interesse que a sociologia e a economia do trabalho, no caso brasileiro, dedicaram a tal tema⁶¹. Se compararmos a tantos outros temas que sempre tiveram atenção das ciências sociais, como a questão do proletariado/operário, classe social, sindicato, industrialização, da migração campo-cidade, da pobreza, das desigualdades sociais, da religião, da questão indígena ou ainda das questões raciais/étnicas, podemos perceber como a informalidade foi sendo esquecida, nem ao menos tida como *questão social* relevante, ao contrário, demorou a ser percebida (e colocada) como tal. Como afirma Ramires (2001, p.86), referindo-se a ausência de estudos sobre camelôs e ambulantes nas análises das “[...] relações de trabalho na sociedade brasileira [...]”:

[...] os trabalhadores formais; os processos históricos de constituição de sindicatos, sobretudo do setor industrial; e o aumento do número de pessoas deslocadas para o setor de serviços, mais recentemente, parecem monopolizar a atenção de sociólogos, historiadores, economistas, geógrafos etc. (Ibid., op. cit.).

⁶¹Conforme Castro (et al., 1997, p.10), nos anos 70 e 80, a sociologia do trabalho no Brasil “[...] assumiu as marcas e preferências temáticas que a qualificaram mais propriamente como uma sociologia da indústria, ou quando menos, uma sociologia do trabalho industrial”. Ainda conforme a autora (2004, p.21), somente nos anos 90 em diante é que a sociologia do trabalho alarga seus horizontes e campos de pesquisa, inaugurando-se, assim, estudos de trajetórias de empresas e trabalhadores. Conforme a autora (Id.,ibid., p.29), a sociologia do trabalho deve se “[...] sentir desafiada a entender tanto os contextos empresariais [...], quanto os contextos de trabalho em que os indivíduos transitam [...], ao redor das redes dominantemente privadas (e com frequência familiares) de promoção de alguma ocupação, capaz de prover algum rendimento”. E continua, “[...] somos obrigados a incorporar, ao estudo da sociologia do trabalho, cenários analíticos que transbordam a metáfora fabril [...]” (Id.,ibid., p.30).

Assim, talvez por conta da pouca atenção dispensada a essa questão, tenham surgido relativamente poucas dissertações e teses sobre o assunto. Isso começa a mudar notadamente a partir da década de 80⁶² e, na atualidade, vem ganhando nova dimensão. Tem surgido um novo interesse em pesquisas sobre informalidade, talvez porque agora, no início do século XXI, mais do que nas décadas passadas (70 e 80), tais práticas informais ganhem ainda mais relevância na composição da população economicamente ativa, não tendo sido reduzida com a expansão e o desenvolvimento industrial como se esperava. Ao invés disso, ganhou novo impulso, notadamente após os processos de reestruturações produtivas (e flexibilizações dos parques produtivos) desencadeados na década de 90, os quais tiveram como consequência principal a elevação dos níveis de desemprego e o surgimento do denominado desemprego estrutural⁶³, além da ampliação das formas precárias de trabalho. Se pensarmos em âmbito mundial, foi a partir da década de 70 que tal temática ganhou relevância, ainda que para ser compreendida e combatida. Nas últimas décadas do século XX, muitos estudos foram realizados sobre informalidade e especificamente sobre camelôs no Brasil e no mundo⁶⁴. Iremos aqui trazer a tona apenas algumas textos como exemplos que consideramos mais diretamente relacionados com o universo do trabalho de rua, do vendedor ambulante, do

⁶² Alguns dos trabalhos pioneiros nas décadas de 70 e início de 80, bastante representativos, foram os de Machado da Silva (1971); Prandi (1978) e Souza (1980).

⁶³ De acordo com Conserva (2003, p.23), “[...] a problemática e o tema da informalidade foi objeto de uma revalorização crescente nos anos de 1980 e 1990, em função da crise do crescimento fordista e do desenvolvimento. O fenômeno informal – esclareçamos – foi valorizado em face dos impasses da sociedade salarial ou das perspectivas de alcançá-la, coexistindo assim novas e velhas formas de informalidade, nas quais o fenômeno deixa algo de específico de realidades subdesenvolvidas, passando a ser parte integrante das sociedades desenvolvidas”.

⁶⁴ Sobre o debate conceitual da informalidade na América Latina, baseados em critérios econômicos, ver OIT (1990), “*Urbanización y sector informal em America Latina*”. Neste texto, entre outras coisas, afirma-se que o setor informal está crescendo na América Latina, pós-crises dos anos 80, servindo como setor de refúgio (alternativo) da falta de emprego urbano (OIT, 1990, p. 95).

Ainda sobre a informalidade na América Latina, pode-se ver o trabalho organizado por Tokman (2001), intitulado “*De La informalidad a La modernidad*”, que trata especificamente de como transformar formas tipicamente informais de trabalho em formas legais, um debate em torno da questão da formalização ou regulamentação da informalidade. Para uma visão de outros autores estrangeiros, ver De Soto (1994), no livro “*L'autre sentier*”, onde apresenta o debate e questões centrais da informalidade no “terceiro mundo”; Rakowski (1994); Lautier (2004); Myriam Désert (2006), a autora apresenta o debate russo atual, pós-socialismo, sobre a informalidade naquele país. Baseia-se em textos europeus e americanos. Este texto chama atenção, pois se pode fazer pontes entre a Rússia e países ocidentais; e, por fim, Crevoisier; et. al. (2007), em um livro coletânea denominado “*L'économie informelle*”.

camelô ou, como dizem alguns outros estudiosos, da *camelotagem*⁶⁵. Não é nossa intenção pôr em xeque o uso destes diferentes termos. Apenas fazemos questão de ressaltar que incluímos aqui trabalhos que têm como traço comum a informalidade de rua, seja esta denominada de diferentes formas (e nomes) ou constituída por tipos diversos de atividades.

Por certo, muitos dos trabalhos aqui mencionados tratam especificamente da informalidade de rua tida como “tradicional”, constituída por características como: direcionada para a sobrevivência, a imediatividade e heterogeneidade em suas práticas de trabalho, marcada peremptoriamente pelo uso de poucos recursos materiais, físicos ou financeiros, sem separação entre capital e trabalho, composta por indivíduos com pouca ou nenhuma formação escolar, baixa qualificação, reduzida tecnologia e técnica, quase sempre se valendo de familiares como ajudantes e, claro, com baixos rendimentos. Muitas vezes, é ocupada por pessoas que por falta de oportunidades ou porque nunca tiveram uma experiência (de trabalho ou emprego) formal, terminaram se inserindo nessas formas de trabalho como atenuante ao desemprego. Serão escassos os trabalhos citados que tratam da nova configuração da informalidade, em específico, dos camelôs de produtos tecnológicos. Ou seja, pouca coisa será acrescentada sobre o que estamos denominando de *nova configuração da informalidade de rua* ou dos *camelôs de tecnologia*, de *produtos tecnológicos* ou *globais*, todavia, servem como uma espécie de paralelo entre o tradicional e o reconfigurado.

Vale antes de tudo registrar que existem pouquíssimos trabalhos que abordam diretamente o nosso objeto de estudo. Na verdade, citaremos apenas quatro que tratam de questão parecida⁶⁶. Apesar disso, nenhum deles aborda especificamente este tipo de camelô,

⁶⁵Termo usado, por exemplo, por Ivanildo Rodrigues (2007) ao estudar os camelôs de Presidente Prudente-SP e também por Pires (2005), Mafra (2005), Ostrower (2007) e Quezada (2008), ao estudarem os camelôs do Rio de Janeiro, entre outros estudiosos. Nós, diferentemente dos referidos autores, preferimos utilizar os termos trabalho de rua, informalidade de rua, camelôs ou vendedores ambulantes. Todavia, não achamos necessário aqui aprofundar esta questão da terminologia.

⁶⁶Estamos nos referindo aqui aos trabalhos de: (RABOSSI, 2004; CARDIN, 2006, RIBEIRO, 2007 e MACHADO, 2008).

nem trata de suas peculiaridades. Por isso, nosso estudo ganha relevância. Todavia, atrelado a isso, passa a ter também maior dificuldade de realização devido à escassez de textos sobre o assunto.

Algumas pesquisas sobre os camelôs em geral

De uma forma geral, as pesquisas sobre camelôs no Brasil, pelo menos as que tivemos conhecimento, possuem muitas características em comum, mas, sem dúvida, isso não diminuiu o mérito e a riqueza de tais análises. Tais práticas de trabalho de rua são constituídas por uma heterogeneidade peculiar, obviamente que possuem também similitudes e estilos em comum. Como existem tantas diversidades, complexidades e quantidades (e qualitativos) sempre crescentes de novos informais, que a pesquisa sociológica e antropológica nunca se tornará desnecessária⁶⁷.

Os estudos citados aqui tratam das formas mais tradicionais de trabalho de rua, ora referindo-se aos camelôs (de barracas, bancas, boxes, ou tabuleiros, de ponto fixo ou não), ora aos ambulantes (aqueles que vivem a perambular de um canto a outro da cidade ou se locomovendo dentro de ônibus, trens etc.). Sempre se referem a formas de trabalho que, normalmente, estão direcionadas para sobrevivência, marcadas por características típicas da informalidade, como apresentamos acima, não se reconfigurando em demasia, salvo raras exceções, com as mudanças da sociedade em geral. Isto não quer dizer que fiquem alheias ao sistema capitalista, pelo contrário, terminam servindo de alguma forma ao processo de retroalimentação do capital.

⁶⁷A *inovação* é uma das características principais da informalidade de rua, basta andar pelas cidades, que volta e meia aparece uma inovação, seja na mercadoria comercializada ou mesmo na forma como tais produtos são anunciados ou ainda no estilo adotado pelos/as trabalhadores/as para realizar as vendas.

Desde muito tempo, o país conviveu com tais formas de trabalho, basta ver o exemplo das diversas feiras livres espalhas pelo país. Nestas, vive-se sob a égide da informalidade, apesar de ser um espaço também controlado. Mesmo com a criminalização e os preconceitos sobre esses espaços, as feiras sobrevivem ao tempo, mesmo em grandes cidades, e dão um colorido, um cheiro e um som especial aos concretos da *cidade veloz*⁶⁸.

Se tomarmos o Brasil de norte a sul ou de leste a oeste, raramente iremos encontrar uma cidade que não tenha pelo menos uma feira livre. No geral, as cidades brasileiras têm sempre um comércio ambulante, ainda que pequeno, mesmo que em dias específicos da semana⁶⁹. Ou seja, a informalidade é uma *forma de trabalho típica* no Brasil, não pode ser tratada, como afirma o Sociólogo Chico de Oliveira, como a *outra forma de trabalho* diversa da formal, ou, se pudéssemos denominar, o “lado b” do trabalho no país. Vejamos o que diz Oliveira (2004, p.11):

É verdade que nossa forma de acumulação truncada utilizou o trabalho chamado informal como mecanismo quase de acumulação primitiva. Hoje, o trabalho informal [...] não é o ‘outro’ do trabalho formal ou com carteira: ele é agora modelo para o que ainda resta de trabalho com relações formalizadas.

Como exemplos de pesquisa sobre camelôs “tradicionais” no Brasil, citaremos alguns casos, sabendo que deixaremos vários outros trabalhos sobre “feiras livres”⁷⁰ e também

⁶⁸Esses espaços das feiras são verdadeiros lócus de cultura e tradição que resistem às transformações urbanas, ainda que reconfigurando, mas preservando um estilo de venda peculiar, onde a *pechincha* é o carro chefe das transações, onde também se pode conversar a vontade, reencontrar amigos, distrair-se, bem como saborear delícias que teoricamente só existem em feiras como, por exemplo, o tradicional pastel frito *na hora* com caldo de cana ou ainda saborear frutas frescas ali mesmo e de cortesia, entre outros doces e petiscos. Como diz o ditado popular “chova ou faça sol, o dia da feira é *sagrado*”.

⁶⁹Como determinados serviços de vendas de alimentos: barracas de pastéis, que abrem apenas um ou dois dias por semana, no interior de São Paulo, ou ainda, carrinhos, barracas ou bancas de lanches (salgados, cachorro-quente, sanduíche, churrasquinho, milho cozido, crepes, acarajé etc.).

⁷⁰Um trabalho muito interessante sobre feiras, no caso, sobre a feira de São Joaquim, em Salvador, uma feira antiga e de grande projeção na cidade, permeada por tradições e culturas diversas, pode ser visto em Marcia Paim (2005), em uma pesquisa intitulada: “Do sete a São Joaquim: O cotidiano de ‘Mulheres de Saia’ e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964 – 1973)”. Costuma-se dizer que a feira de São Joaquim funciona 24hs. Um

sobre camelôs/ambulantes fora, ou por desconhecimento ou por escolhas metodológicas que fizemos⁷¹.

Começaremos com um exemplo de estudo da informalidade de rua em São Paulo. Em pesquisa sobre os camelôs de Marília, Tomé (2003) entrevistou 13 trabalhadores/as de ponto fixo, tendo como foco central a problematização de questões em torno do ponto de vista dos trabalhadores, indagando se realmente se trata de uma *escolha racional* o fato de estarem em atividades de camelôs ou se deriva, justamente, da falta de escolhas⁷².

A autora (Idem), muito precisamente, assume a segunda possibilidade, quando afirma:

[...] com crises econômicas e políticas do sistema de reprodução social, que atingem à todas as classes, mas de maneira especialmente degradante àquela que já se encontra na **borda do sistema**, muito mais sensíveis à essa crise, ficam ainda mais limitadas as alternativas postas pela totalidade social. Ou seja, **as escolhas ficam ainda mais reduzidas e apresentam muitas similaridades, principalmente no que diz respeito ao retorno financeiro**. (Id., *ibid.*, 85, grifo nosso).

Ainda segundo Tomé (Idem), até para fazer um planejamento profissional, torna-se muito difícil, vejamos:

outro material, nesse caso um vídeo, sobre feiras e trabalhadores ambulantes e camelôs em Recife-Pe é o vídeo “Queres ou não queres?” (1995), sob direção de Isabela Castro.

⁷¹Um estudo que também abordou a questão das feiras e dos camelôs na cidade de Goiânia-Goiás é a tese de Edmar Lopes (2008), que se valeu de 430 questionários e 129 entrevistas qualitativas. Logo, uma grande pesquisa quantitativa e qualitativa, que elenca diversas questões como a escolaridade, renda, cor, gênero etc.

⁷²Também sobre trabalho de rua em São Paulo, ver a dissertação de Ramires (2001), intitulada “Severinos da metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo”, a qual aborda migrantes nordestinos que foram tentar a vida em São Paulo. O autor se vale de entrevistas diretas com trabalhadores. Para o autor, tratando do camelô “tradicional”, “[...] o comércio ambulante desnuda um caráter opressivo do trabalho no ambiente urbano que não há como esconder. Opressivo por não significar (1) satisfação das necessidades presentes; (2) por estar totalmente desvinculado dos direitos trabalhistas; (3) e por não conferir a possibilidade de formação de uma poupança que sirva de alavanca para a transformação da situação do trabalhador.” (Id., *ibid.*, p.83).

Ainda sobre pesquisas em São Paulo, ver o livro de Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), “O mapa do trabalho informal [...]”, no qual é apresentado vários dados sobre informalidade em São Paulo, especificamente, sobre a informalidade tida como tradicional. Este livro traz tabelas com as principais variáveis desta área como renda, sexo, cor, horas de trabalho, entre outras.

Esta classe de trabalhadores [ambulantes, camelôs], muito mais sensíveis às adversidades, por não ter em quem se apoiar, sobretudo financeiramente, não pode planejar uma carreira profissional que lhes desse condições de pelo menos concorrer aos empregos ou ocupações disponíveis atualmente. (Id., *ibid.*, p.84).

E continua sua argumentação sobre a questão da escolha racional individual, remetendo às condições reais/materiais de existência desses trabalhadores, seguindo o marco teórico de Marx e de Georg Lukács. Conforme Tomé:

As oportunidades ou alternativas proporcionadas pela condição de classe desses trabalhadores, altamente desprotegidos pelo Estado nacional, a saúde e a educação de péssima qualidade, restringem ainda mais o que Lukács conceituou ‘margem de manobra’ dos indivíduos singulares. Ou seja, a ‘escolha’ de trabalhar como camelô, por exemplo, ou de ocupar qualquer atividade precarizada no mercado de trabalho, não pode ser compreendida verdadeiramente, em todas as suas dimensões, subjetivas e objetivas, tendo como fonte de análise os valores ou preferências desses indivíduos. (Id., *ibid.*, p.134).

De fato, concordamos com a reflexão da autora ao chamar atenção para o aspecto estrutural dessa questão da escolha dos indivíduos. Difícil falar em escolhas racionais quando se precisa literalmente sobreviver, ou ainda, vive-se no limite da sobrevivência, na escassez.

A autora finaliza a questão, afirmando que:

[...] acredita-se que o camelô, objeto deste estudo, não ‘escolheu’ ou decidiu por esta atividade, porque agia racionalmente, com vistas à satisfação de desejos de realização profissional, pessoal, ou financeiro. Percebeu-se, especificamente nas entrevistas aqui realizadas, **que toda a trajetória destes trabalhadores foram determinadas unicamente pela necessidade de sobrevivência** [...]. (Id., *ibid.*, p.135-136, grifo nosso).

Pode-se perceber nas reflexões propostas por Tomé, apresentadas nas passagens acima, o quão *imediatistas* são estas formas de trabalho de rua, ligadas diretamente à sobrevivência imediata. Em linhas gerais são práticas de trabalho direcionadas para a

sobrevivência, muitas vezes, pela falta de preparo escolar, de capacitação profissional e de outros apoios sociais necessários a uma vida com melhores inserções sociais. Ou seja, faltou-lhes o apoio necessário para encampar um estilo de vida “planejado”.

A pesquisa de Marinalva Conserva (2003) trata especificamente dos ambulantes de João Pessoa/Paraíba. No caso dessa pesquisa, trabalhou-se com cerca de 25 entrevistas, buscando ressaltar a questão das *redes sociais*, principalmente, familiares que se constituem no universo da informalidade de rua. Como afirma a autora (Id., *ibid.*, p.VIII, grifo nosso): “A relação trabalho e família é a base de organização da atividade ambulante – o que nos permite inferir que **produção e reprodução são indissociáveis** na atividade ambulante”.

Quer dizer, pensar nas práticas informais de rua é atentar para um vasto segmento composto por *redes familiares e de parentesco*⁷³. Isto, inclusive, é o que permite a manutenção e mesmo novas inserções nestas atividades, representando uma característica deste tipo de trabalho. Talvez, esse seja um traço que permanece ainda muito forte mesmo em processos de reconfiguração dessas atividades, como no caso dos camelôs de produtos tecnológicos, nos quais pudemos notar que em vários boxes existem também familiares e parentes trabalhando.

Todavia, quando a autora chama atenção para o fato de que a “produção e reprodução são indissociáveis”, ou seja, estão diretamente vinculadas, ela está juntando duas esferas teoricamente tidas como diferentes. Algo que antes, no mundo formal, era claramente separado. Por exemplo, o trabalho (a produção) se concentrava em um local específico, como na fábrica, já a reprodução social desse indivíduo se dava no lar, na família, na sociedade, no lazer, no mercado, nas compras, ou seja, *fora do trabalho*. O salário representaria supostamente a quantidade necessária de dinheiro para permitir a *reprodução social* do

⁷³Também sobre redes sociais presentes no universo da informalidade, como redes familiares, de amigos ou de vizinhança, que funcionam como apoios sociais, amparam na hora da necessidade, bem como auxiliam na reinserção em novas atividades, ver Beloque (2007, p.130, 131 e 132).

trabalhador, bem como de sua família. Isso, portanto, é uma mudança crucial do tipo de trabalho formal para a informalidade de rua.

A autora se baseia nas relações de trabalho dos ambulantes para afirmar que estes unificam em um mesmo campo produção e reprodução social, sendo que isso se daria através da figura do ajudante (remunerado ou não), o qual seria parte da família (CONSERVA, 2003, p.123). Ou seja, apenas pelo fato do coletivo de trabalho na rua ser composto por familiares, ter-se-ia tal unidade, como no caso citado pela autora, do vendedor de tapioca que comporta uma divisão em tarefas/funções entre os familiares, dividindo-os em duas equipes, uma específica para o preparo dos ingredientes (compra de matéria-prima; produzir o requeijão, raspar o coco etc.) e a outra direcionada para venda (peneirar o coco, fazer a tapioca, vender etc.), mas o controle geral da atividade fica sob a responsabilidade do pai (Id., *ibid.*, p.125 e 126).

Contudo, não concordamos totalmente com esta concepção da autora, principalmente porque tais esferas na informalidade não são fáceis de serem percebidas (produção e reprodução), nem sua separação, nem sua mistura. De um lado, estariam as diversas formas de trabalho de rua e, de outro, as formas de organização e realização da vida. Como ver isso separado nas atividades de rua ou como não as ver? É possível que ocorram os dois casos, tanto produção e reprodução juntos. Assim como é possível ter situações bem definidas, nas quais o trabalhador delimita especificamente seu local de trabalho, sua produção, e depois, em outras esferas fora do trabalho, ele efetiva sua *reprodução social*. Além disso, não se pode reduzir a ideia de reprodução social apenas à família, como mostramos antes. A ideia de reprodução envolve vários aspectos/esferas. Assim, consideramos a justificativa da autora insuficiente, ainda mais tratando-se de um universo de trabalho complexo e heterogêneo. Talvez, ela tivesse que investigar outros aspectos da vida dos envolvidos (cultura, relações

sociais fora do trabalho, lazer etc.) para saber de fato como ocorre essa produção e reprodução social. Essa questão ainda é um debate em aberto e complexo.

Por ora, voltemos para a questão das *redes sociais* posta por Conserva (Ibid.). Foi sobre essa questão que ela mais se deteve em sua pesquisa e apresentou vários argumentos nesse sentido, o que permite até perceber como tais redes funcionam como mecanismos de resistência ao desemprego e à vulnerabilidade social. Vejamos:

A informalidade, apesar da exclusão e da precariedade, é também um fenômeno com que a resistência à subordinação do trabalho assalariado se transforma e se organiza sobre a capacidade de constituir redes de cooperação social produtiva. (Id., *ibid.*, p.40).

Segunda a autora (Id., *ibid.*, p.159), existe um “labirinto de redes” no universo dos camelôs, onde a família tem importância crucial, como afirma:

[...] do ponto de vista subjetivo [para os camelôs e ambulantes] [...], na ausência de um sistema de proteção formal (a seguridade), a família (ampliada em malhas de redes) **apresenta-se como sendo a única fonte de proteção (em meio à insegurança do comércio de rua)** [...]. (Id., *ibid.*, p.163, grifo nosso).

Realmente, para quem observa estas práticas de trabalho de rua nas cidades brasileiras, dá para perceber como estes trabalhadores e trabalhadoras estão literalmente jogados à própria sorte, geralmente, sem contar com apoio estatal, ou de outro órgão de defesa de seus interesses⁷⁴. Ao contrário, a figura do Estado quase sempre aparece para coibir e reprimir, compondo um *estado de tensão* permanente na vida destas pessoas, principalmente, para quem não tem licença para trabalhar.

⁷⁴Existem Sindicatos ou Associações destes trabalhadores, porém, nem sempre têm a devida organização ou força para agir em defesa dos trabalhadores. Em muitos casos, estão ligadas ao poder público ou ainda a interesses particulares. No caso do Camelódromo da Uruguaiana, no centro do Rio, existe uma associação que representa os camelôs e de fato administra o espaço e os defende.

Enfim, percebe-se nestas formas de trabalho de rua que a única fonte de apoio que eles e elas possuem são oriundos da família ou de amigos (das redes). Todavia, existe uma característica marcante na informalidade de rua que talvez a torne ímpar, que é justamente decorrente destas redes sociais, são os *laços de solidariedade* formados através do trabalho, os quais permitem pensar em uma forma de *identidade da rua*, de serem todos trabalhadores ou trabalhadoras de rua. Isso os une, mesmo diante de situações tão adversas e precárias⁷⁵. Esta questão fica em aberto para futuras pesquisas, principalmente, para se pensar em questões de classe social. O tratamento que é dado aqui por Conserva é diferente de Lautier (2004), onde as redes aparecem como “barreiras de entrada” para informalidade.

Outra questão polêmica que sempre aparece nos estudos sobre a informalidade de rua tida como tradicional é sobre a não separação entre *capital e trabalho*⁷⁶, a qual correntemente é dita como não estando presente nas atividades informais. Isso ocorre, por exemplo, quando a pessoa que é dona do negócio é a mesma que trabalha, ou quando não há separação clara dos donos e dos funcionários, ou ainda, quando não se separam funções, ou mesmo, não há um cálculo para investimentos futuros (ampliação dos meios de produção, do negócio) ou para fazer um balanço de receita⁷⁷. Enfim, são vários argumentos que existem nesta linha que já se tornaram quase um consenso nos estudos sobre informalidade. Na verdade, iremos ver em nossa pesquisa sobre os camelôs de produtos tecnológicos que tal característica parece ter se alterado com a nova configuração da informalidade, permitindo pensar sim em uma possível separação entre capital e trabalho na rua, no processo de *empresarização* da rua, numa

⁷⁵Sobre redes de solidariedade, ver Machado (2005), onde é evidenciado as relações de companheirismo e solidariedade entre sacoleiros indo fazer compras em Ciudad Del Este e entre os camelôs em Porto Alegre.

⁷⁶Sobre essa relação, vejamos o comentário de Beloque (2007), no qual a autora não considera possível a existência de capital na informalidade: “Os trabalhadores ‘informais’ utilizam os seus recursos monetários apenas para a reposição dos meios de produção e a subsistência do grupo familiar. Desta forma, tais recursos monetários circulam como dinheiro e não como capital”. (p.142).

⁷⁷Sobre as características da informalidade tidas como tradicionais, ver Cacciamali (2000).

separação básica entre donos, camelôs-proprietários, e funcionários, camelôs-empregados. Esta questão faz parte de nosso problema de pesquisa.

Na atualidade, vem ocorrendo um novo movimento nas grandes cidades brasileiras, a composição de espaços específicos para as práticas do comércio ambulante, seja com a regulamentação de ruas e pontos específicos de venda ou com a construção de espaços específicos para tais atividades, como os *Shoppings Populares* ou os Camelódromos, a exemplo de Ilhéus-Ba, Feira de Santana-Ba, Campinas-Sp, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia, Marília-SP, Indaiatuba-SP, Porto Alegre e várias outras médias e grandes cidades brasileiras, onde o trabalho informal de rua se torna uma questão relevante, um item dos programas de governo.

Sobre esta questão da regulamentação, podemos citar o texto de Forte e Rodrigues (2004) que trata da reestruturação do espaço urbano em Fortaleza-CE, onde afirmam que tais mudanças, em direção à regulamentação, na verdade, representam um aprofundamento da desigualdade. Vejamos:

[...] as iniciativas visando demarcar socialmente a utilização do espaço urbano, em Fortaleza, acabaram por expressar com mais intensidade as profundas desigualdades sociais nela existentes. (p.241).

Continuam as referidas autoras:

[...] a planificação urbana ao instituir políticas que demarcam espacialmente quais as áreas valorizadas e periféricas, as residenciais e comerciais, as administrativas, as de lazer e turismo, bem como as mudanças geradas por alterações ou deslocamentos das atividades próprias a essas áreas, repercute diretamente sobre a esfera do trabalho. (Id.,ibid., p.244).

O processo de regulamentação⁷⁸ repercute, especificamente, ou mais intensamente, sobre a parte menos protegida desses espaços, no caso, sobre ambulantes/camelôs. São vários os exemplos em que o ordenamento do espaço público tende a privilegiar determinados setores ou grupos sociais em detrimento de outros. Não é nossa intenção aprofundar isso aqui. Vamos citar apenas alguns casos em que ocorreram processos de revitalizações urbanas. Inclusive, um dos fenômenos em voga, como política municipal é o denominado *programa de revitalização* dos centros antigos das grandes cidades. Aqui, são também os ambulantes e camelôs que mais sofrem (além, claro, dos moradores de rua), mesmo porque são sempre nestes espaços do centro das cidades onde se localizam maiores quantidades de trabalhadores/as. Isso foi o que ocorreu em Salvador com o processo de revitalização do Centro Histórico em meados de 1990, onde muitas pessoas foram impedidas de habitar e trabalhar em determinadas áreas do Pelourinho. Sobre isso, ver Guedes (2004).

Um exemplo também de ordenação e controle do centro da cidade pode ser visto no trabalho de Patrícia Mafra (2005). Em uma pesquisa sobre os camelôs do centro do Rio de Janeiro, ela fez uma etnografia do centro popular da Uruguaiana (ou Camelódromo da Uruguaiana), focando sua análise em dois tipos de trabalhadores, os camelôs com box e ponto fixo no camelódromo e os ambulantes localizados na “pista”. A pista é o local de passagem, na calçada de uma rua ou mesmo no caminho de passagem de pedestres ou na própria rua (MAFRA, id., ibid.). De acordo com essa autora (Id., ibid., p.21), “No contexto carioca, o Centro é o local preferencial para a camelotagem”. E é sempre nestes espaços onde o poder repressivo municipal é mais intensivo.

Ainda sobre informalidade no Rio de Janeiro, vale a pena citar a pesquisa de Florinda Oliveira (1998), intitulada “A luta pelo trabalho: os novos camelôs no Rio de Janeiro”, cujo

⁷⁸Sobre o início do processo de ordenamento de espaços para trabalhadores informais no Rio de Janeiro, ver Mafra (2005).

enfoque principal se dá em torno da escolaridade dos trabalhadores. Nesta pesquisa, a autora valeu-se da utilização de questionário com cerca de 46 trabalhadores/as situados em dois bairros da cidade, Copacabana e Botafogo. Um dos principais achados da autora foi perceber que estava ocorrendo *um aumento do nível de escolaridade* entre os informais. Esse aumento do nível de escolaridade também foi observado em Salvador⁷⁹. A escolaridade sempre foi dada como baixa nas atividades informais de rua. Todavia, essa é uma questão que vem se alterando, principalmente, para determinadas atividades de rua que vêm se reconfigurando, como é o caso dos camelôs de tecnologia. Isto aconteceu em um período no qual houve uma diminuição sem precedente dos postos de trabalho formais (década de 90 e início do século XXI). Começou a ser exigido além da escolaridade, conhecimento em idiomas, cursos especializados, pós-graduações etc., qualificações, que terminaram afastando dos postos formais trabalhadores/as que não estavam bem preparados/as.

Já em 1998, conforme Mafra (Idem), houve um processo de reconfiguração na informalidade de rua, antecipando uma realidade que se tornaria mais evidente 10 anos depois. Dos 46 entrevistados pela autora, quase metade, 22 trabalhadores (15 mulheres) possuíam pelo menos o segundo grau completo (nível médio). Destes, constatou-se que 10 possuíam nível superior, sendo sete com nível completo e três com nível incompleto. Vejamos:

A totalidade (10) é proveniente de faculdades particulares. Coursaram a faculdade na condição de trabalhador: uns estudaram em cursos noturnos, outros nos fins de semana e alguns conciliando os horários de trabalho com os de estudo. Os três camelôs com 3º grau incompleto abandonaram os estudos por não conseguirem pagar a faculdade e necessitaram de uma dedicação maior ao trabalho. Os cursos com maior predominância estão na área de Ciências Sociais e Humanas [...]. (Id., *ibid.*, p.181).

⁷⁹Sobre isso, ver Durães (2006, p.155).

Além disso, conforme a autora, muitas vezes a atividade informal, apesar de ser tida como provisória, na verdade, torna-se muito mais permanente, como afirma:

Mesmo percebendo existir no imaginário dos camelôs pesquisados o sentimento de estar provisoriamente na atividade, constatamos a tendência de um mecanismo constante de expulsão de trabalhadores do mercado denominado ‘formal’, independente do nível de escolaridade, concomitantemente ao fortalecimento e ao aumento de formas autônomas de trabalho. Ao contrário das expectativas dos entrevistados é cada vez maior a possibilidade da atividade de camelô tornar-se um trabalho permanente para a grande maioria. (Id., *ibid.*, p.183).

Outras pesquisas tratam das diferentes formas de inserção nas atividades de rua. O universo da informalidade urbana é composto por um conjunto de inserções, umas mais precárias, mais vulneráveis à fiscalização, ou seja, menos seguras, outras, no entanto, possuem uma condição um pouco mais equilibrada. Este é o caso dos vendedores e camelôs regulamentados para o exercício de suas atividades, como também dos camelôs lotados em camelódromos ou locais onde existam maior proteção, normalmente, com um sindicato ou associação que cumpre o papel de ordenar e assegurar a permanência de tais trabalhadores/as, funcionando assim como uma organização sindical/coletiva⁸⁰.

Trataremos aqui de três estudos antropológicos desenvolvidos junto à UFRJ, os quais apresentam trabalhadores/as de rua em diferentes situações. O primeiro é o trabalho de Dina Quezada (2008), "Ser ou Estar? Eis o dilema: o cotidiano de ambigüidades dos camelôs de Copacabana", sobre os camelôs no calçadão e ruas de Copacabana (Rio de Janeiro), realizado através de observações diretas no campo e conversas com trabalhadores/as. O interessante é

⁸⁰Sobre este tipo de Sindicato que exerce um “controle” e uma forte representação junto ao poder público municipal e aos trabalhadores/as, ver a pesquisa etnográfica de Camilo Braz (2003), denominada “Camelô no Sindicato: etnografia de um conflito no universo do trabalho”. Nesta pesquisa, o autor aborda os trabalhadores de rua de Campinas-Sp, especificamente, os que ficam situadas na região do Terminal Central de ônibus urbano da cidade, no centro de Campinas. Além de entrevistar trabalhadores (cerca de sete), ele entrevista alguns diretores do sindicato dos ambulantes, acompanhando um pouco de suas trajetórias de vida. Pode-se perceber nesta pesquisa como o sindicato exerce um controle no ordenamento e manutenção dos pontos de trabalho informais no Terminal Central de ônibus da cidade de Campinas.

que a autora (Idem) traz um dilema no título que permanece por todo o trabalho, o *estar camelô*, como ela diz: “[...] o virar camelô nunca é um projeto de vida, mas uma alternativa de vida [...]” (Ibid., p.22). No geral, para tais trabalhadores/as, a inserção em trabalhos de rua é realizada de modo tranquilo, salvo para os casos onde se comercializam produtos “piratas” (falsificados, como bolsas, relógios ou óculos de marcas famosas), ou quando se está comercializando sem autorização do poder público. Nestes casos, a fiscalização pode ocorrer a qualquer momento, em qualquer dia (Id., ibid.). Ou seja, vive-se mais intensamente em momentos de tensões e imprevisibilidades.

Outra pesquisa, também etnográfica, é a de Isabel Ostrower (2007) sobre os vendedores em ônibus, intitulada “‘Fazendo do limão uma limonada’: moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro”. Neste trabalho, a autora faz uma série de entrevistas (vinte e uma), em três momentos (2003, 2004 e 2006), com vendedores ambulantes, em ônibus, em dois bairros do Rio, Copacabana e Botafogo. É também um texto descritivo sobre as condições de trabalho, a trajetória e as perspectivas sobre a vida desses trabalhadores. No geral, eles não sofrem repressão direta pelo fato de estarem comercializando em ônibus, apesar de serem barrados no acesso a determinados veículos, por ordem das empresas do setor.

A terceira pesquisa, já na zona norte da cidade, é sobre os vendedores em trens no Rio, de Lênin Pires, intitulada “Esculhamba, mas não esculacha” (2005). Esta também fornece uma profícua descrição tanto da dinâmica dos trens urbanos da cidade como também evidencia as formas e relações de trabalho e de sociabilidade dos vendedores em trens. Conforme o autor, esta forma de atividade é “não autorizada” e “reprimida” (Id., ibid., p.10), por vezes, permeada por situações constrangedoras para os vendedores ou para os transeuntes. Tais situações são denominadas pelo referido autor como “esculacho”, como momentos que expressam “[...] sentimentos de desconsiderações, seja da parte de quem sofreu seus efeitos –

o esculachado –, seja da parte de quem testemunhava ou, na maioria das vezes, tomava conhecimento de tais ações” (Id., *ibid.*, p.140). No geral, trabalhar como ambulante/camelô em trens é estar sujeito a repressões diversas, não raro poderia ocorrer apreensões das mercadorias pelos vigilantes dos trens, momento este descrito pelo autor como o “derrame” (Id., *ibid.*). Segundo Pires (Idem), quando ocorria o derrame,

[...] acarretava prejuízos significativos, do ponto de vista material, aos camelôs. Estes, muitas vezes, classificavam seu infortúnio como sendo do ‘jogo’, um acontecimento previsível dentro do quadro de imprevisibilidade a que estavam acostumados. (*ibid.*, p.149).

Essa ideia presente na citação acima, de que o “derrame” e a repressão fazem parte do “jogo”, um “acontecimento previsível”, parece que termina por construir um processo (ou pelo menos faz parte dele) de naturalização da violência cometida contra estes trabalhadores. Aqui fazendo menção a diversas ações de repressão e fiscalização, por parte da guarda municipal, como ações violentas, impetradas contra grupamentos humanos que estão procurando exercer algo essencial em suas vidas, o trabalho. Pessoas procurando alguma forma de sobrevivência em uma sociedade excludente, cujos principais espaços ocupacionais são relegados a certos nichos sociais, mas que, ainda assim, não podem exercer o direito ao trabalho, sendo agredidos e, sem dúvida, novamente, expropriados. Esse processo de naturalização parece se ampliar nas sociedades contemporâneas. No caso do Rio de Janeiro, pode-se perceber andando pela cidade ou no noticiário que é prática corrente e virou até política do governo municipal, parte do marketing administrativo de uma suposta boa gestão, o “choque de ordem”, implantado desde 2008, pelo prefeito Eduardo Paes, que prioriza o combate aos trabalhadores informais irregulares – como se isso fosse construir uma cidade melhor, mais limpa, mais ordeira, mais educada, mais bonita. Não percebem, ou melhor,

deixam de falar que o problema é muito mais complexo, passa por questões mais profundas, históricas, sociais como a desigualdade social estrutural que se perpetua na cidade.

Ainda sobre trabalho de informais em trens, agora em Recife, temos o trabalho de Ana Silva (2008), denominado “Na linha do Metrô: um estudo dos sentidos do trabalho para as mulheres do metrô do Recife”, uma dissertação de mestrado. Tal pesquisa retrata a precariedade do trabalho de trabalhadores/as de ponto fixo no metrô. A autora realizou dez entrevistas. Conforme Silva (Ibid., p.87), no geral, tal tipo de atividade é composta na maioria por mulheres e são, normalmente, atividades voltadas para sobrevivência imediata.

Por fim, um último tema que abordaremos aqui refere-se à relação *comércio formal x comércio informal* ou ainda mundo formal x mundo informal. Isto é, existe imbricação ou não entre estes dois lados? São de fato polos opostos? As atividades informais são realmente compostas por trabalhos tidos como não tipicamente capitalistas? Essa é outra polêmica que durante muitos anos, até décadas, veio atravancando o avanço da compreensão e do debate teórico em torno da informalidade, pois se dizia que a informalidade (de rua) era totalmente separada das relações formais, representando polos estanques e conflitantes, e que sua existência representava apenas perdas de divisas⁸¹ e “roubo” do lucro do comércio regular⁸². Ou seja, esse tipo de interpretação perdurou por longos anos na sociedade brasileira, engessando as próprias reflexões acadêmicas. Contudo, felizmente, desde o início da década de 1970, começou a ser superada, principalmente com Oliveira (1972), como vimos no capítulo 1, porém ainda levou alguns anos para que seu ponto de vista fosse mais aceitável nas reflexões econômicas e sociológicas.

⁸¹Não queremos dizer aqui que não existem perdas de divisas, claro que ocorre, porém, deve-se pensar em uma política ampla e inclusiva para tentar solucionar ou minimizar tal questão. Outrossim, indiretamente os ambulantes e camelôs vivem pagando impostos. A maioria paga também licenças municipais para estarem trabalhando, o que já representa uma forma de arrecadação. Apesar disso, acreditamos que não há uma saída em definitivo para tal questão e que não se tem como “formalizar” todos, são práticas de trabalho peculiares que não podem ser reduzidas à formalização.

⁸²Sobre essa ideia de ‘roubo’ do lucro, isto representa geralmente uma fala constante quando se conversa ou entrevista algum comerciante formal que tenha seu negócio próximo aos ambulantes.

Pode-se falar que na atualidade, as pesquisas que surgem já não deixam de perceber a imbricação existente entre o mundo informal com o formal, principalmente, na relação de complementaridade existente do comércio informal para o formal. Existe toda uma gama de serviços e de vendas de bens que é feita gratuitamente⁸³ ou a baixíssimos custos por parte dos ambulantes e camelôs, gerando dividendos para o segmento formalizado, como na venda de doces, chocolates, na rua, em ônibus, trens etc. (circulação de mercadorias). Tais produtos, muitas vezes, são adquiridos de empresas legais⁸⁴, muitos trabalhadores possuem notas das compras, como pode ser observado no documentário do alemão Benjamin Hermer (2007) sobre os camelôs do Rio de Janeiro, intitulado “Camelô: mão-de-obra expulsa”.

Também ressaltando esta relação informal-formal, pode-se ver o trabalho de Leslie Beloque (2007), intitulado “A cor do ‘trabalho informal’: uma perspectiva de análise das atividades ‘informais’”, na qual foram entrevistados 20 trabalhadores informais em diferentes atividades em São Paulo, não apenas relacionados à informalidade de rua, mas também a microempresas e outras formas de pequenos e médios negócios informais. A autora defende que os trabalhadores informais (em um sentido mais amplo) não estão fora do sistema de produção capitalista, mas sim interligados em suas diferentes partes, seja via trabalho temporário/parcial ou via cooperativas de trabalhadores. Conforme a autora, “[...] as atividades informais não estão nos interstícios, nos poros da economia capitalista, mas também no núcleo, no coração da reprodução capitalista” (Id.,ibid., p.154), estando presentes como “[...] integrantes da produção ou da esfera da circulação da economia [...]” (Id., ibid., p.05). Concepção também defendida por Tavares (2004), no livro “Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho”, onde a autora põe o trabalho

⁸³Sobre “trabalhadores gratuitos”, ver Durães (2005).

⁸⁴Sobre esta inter-relação existente entre o informal e o formal, ver Durães (2006). Existem vários outros exemplos deste intercâmbio. Pode-se citar também o processo de comercialização de grandes empresas de cosméticos e perfumes existentes no Brasil, como Avon, Natura, entre outras, que terminam se valendo de milhares de trabalhadores informais no processo de comercialização de seus produtos, com as revendedoras e revendedores. Sobre tal questão, ver Ludmila Abílio (2007).

informal como componente das novas formas de acumulação capitalista, principalmente, via trabalho terceirizado, mas também via cooperativas e autônomos subcontratados para empresas, como no caso do setor de confecções.

Beloque (Idem) diferencia *dois tipos de inserção* dos informais no sistema capitalista. O primeiro, no processo produtivo, ligado aos que participam diretamente do processo de valorização e realização do capital; e, o segundo, na esfera da circulação, trata dos

[...] produtores de bens e prestadores de serviços [que] trabalham de maneira independente, controlam seu processo de trabalho e vendem seus produtos diretamente a indivíduos e a empresas. Assim, as suas atividades compõem a circulação da economia capitalista [...]. (p.120).

Sobre o primeiro tipo de inserção, a autora relaciona as seguintes atividades, ligadas diretamente ao capitalismo: *operador de telemarketing*, a qual é representada pela figura de um jovem universitário, que possui um baixo salário (menor que o salário mínimo) registrado na carteira, ganha percentual por vendas de assinaturas de jornais e trabalha cerca de 6 horas por dia; *cabeleireira*, composta por uma mulher de 47 anos, que perdeu o emprego e foi trabalhar no salão de uma amiga, sem carteira assinada e também ganha percentual por produtividade (BELOQUE, *ibid.*, p.100); *cooperativa*, representada por uma jovem cooperada de 19 anos, sem experiência em emprego anterior, que recebe cerca de 600,00 reais por mês e trabalha de quinta a domingo, cerca de 8 horas por dia, em festas e eventos diversos e não possui carteira assinada (Id., *ibid.*, p.105); *empresa de contabilidade*, composta por um dono e quatro empregados sem carteira assinada, que presta serviços a várias outras empresas legais (Id., *ibid.*, p. 111-112); e, por fim, a *atividade de “revendedora”* de produtos de perfumaria,

que não se caracterizam apenas como vendedoras, mas também como “compradoras” (Id., *ibid.*, p.115-116).

Sobre esta última atividade, é bastante significativo como representa ganhos relevantes para as fábricas de cosméticos, não somente através da redução ou extinção do setor de vendas, mas também via redução de salários, entre outras formas de benefícios, como afirma Beloque (2007, p.116):

[...] além de todas as vantagens advindas da redução dos custos, ainda se reduziram os riscos de operação da empresa, pois o ganho da 'consultora' provém de uma comissão aplicada sobre o total das vendas que ela própria realiza, e o pagamento dos pedidos feitos, quando o consumidor final não paga é garantido pela consultora.

Continua a autora, ainda se referindo aos benefícios desse tipo de atividade:

[...] outro efeito extremamente valioso para o capitalista, nesta combinação de sua produção com as atividades dos 'trabalhadores informais' [é a venda]. A venda é a fase final que completa o ciclo da reprodução do capital. É com a venda que o sobrevalor, que é apenas potencial na forma mercadoria, se torna real, se realiza, ao se converter em dinheiro. Marx se refere à fase final da venda como 'o salto mortal da mercadoria', pois é com a sua realização que o capitalista saberá se a reprodução de seu capital vai se completar ou não. Por essa razão, não é pouco o que os 'distribuidores' e as 'consultoras' fazem, pois realizam não uma mera venda porta a porta, nos momentos de tempo livre, mas contribuem para completar o ciclo de reprodução do capital. E mais, os capitalistas ainda se aproveitam da capilaridade da teia de relações sociais estabelecidas pelos 'trabalhadores informais' e de todo o seu esforço de divulgação para venderem os seus produtos. (Id., *ibid.*, p.116).

Sobre o segundo grupo de inserção da informalidade na economia capitalista, via a esfera da circulação de mercadorias (são produtores simples e vendedores, os quais não contribuem para o processo produtivo em geral), a autora entrevistou 10 trabalhadores/as informais, ligados diretamente a produção de bens e serviços (autônomos). Estes trabalhadores/as estão assim distribuídos:

[...] são produtores de bens – um ourives; uma produtora de doces, de bolos e de salgados; uma produtora de artigos de decoração de seda; um produtor de bijuterias; duas produtoras de artigos de decoração de porcelana fria e um produtor de lanches - além de três prestadores de serviços, vidraceiro, jornalista *free lancer* e segurança/guardador de carros, todos produzem em suas casas, ou em cômodos da moradia transformados em oficina, geralmente sozinhos [...]. A produção é manual, assentada em suas habilidades e utilizam apenas ferramentas como instrumentos de trabalho; nenhum destes trabalhadores usam máquinas, mesmo que isoladas, ou qualquer outro 'recurso tecnológico' no exercício de suas atividades. (Ibid., p.120).

Mesmo com a exposição destes exemplos, consideramos que faltou, por parte da referida autora, mais detalhes da participação da informalidade na composição do “valor” (esfera produtiva), primeiro grupo de informais vinculados ao capital apresentados. Quer dizer, ela precisava explicar mais amplamente como que os informais contribuem neste processo de valorização do capital. Todavia, sabemos que as práticas informais significam contingentes significativos de pessoas e de recursos na composição dos ganhos do capital, principalmente, com relação à esfera da circulação de mercadorias (ou de realização do “valor”).

A autora sintetiza os comentários sobre a relação formal-informal ou sobre a participação da informalidade no sistema capitalista do seguinte modo:

A contratação 'ilegal' de força de trabalho, a transformação da relação de emprego em uma relação comercial [no caso das cooperativas] e outros expedientes que os capitalistas vêm encontrando no desenvolvimento da produção capitalista, em nada perturba o processo produtivo. Ao contrário, a diversificação das formas de combinação da produção com as atividades 'informais' aumenta as possibilidades de atendimento das diversas necessidades das empresas que emanam de características específicas de seus processos produtivos; e tanto as empresas capitalistas, quanto os 'trabalhadores informais' vêm se adaptando, por diferentes razões, a esse amálgama de relações de trabalho. (Id., ibid., p.133).

Conclui afirmando o caráter histórico e atual desta relação:

As atividades que, nas últimas décadas, passaram a ser denominadas de 'informais', são espécies de trabalho que fazem parte da economia desde o início do capitalismo, vieram se combinando com as formas de produção 'tipicamente capitalistas' e influenciando-se, mutuamente, ao longo do desenvolvimento deste sistema econômico. Atualmente, as atividades 'informais' são realizadas, grosso modo, por

um amplo espectro de trabalhadores, cuja amplitude vai dos produtores de bens e serviços que trabalham autonomamente ou subordinados a processos produtivos de empresas de todos os tamanhos, passa por trabalhadores assalariados e chega até os trabalhadores que vendem 'serviços' sob os mais variados matizes de combinação e subordinação à produção de empresas de diversos tamanhos. E, em nenhum destes casos, tais atividades são 'informais' e exteriores à economia; ao contrário, são partes constituintes da economia capitalista, seja da produção, seja da circulação de bens e de serviços. (Id., *ibid.*, p.158).

Ainda evidenciando a relação informal-formal, tem-se o trabalho de Sirlei Terra (2007), denominado “O trabalho sem futuro: a informalização na atividade dos chapas em São Paulo”, o qual contou com dez entrevistas de trabalhadores “chapas”. Uma pesquisa muito relevante sobre os indivíduos (homens) que prestam serviço de carga e descarga de caminhões e também não raramente atuam como guia de caminhoneiros que chegam à cidade. A autora trata de um tipo de atividade totalmente precária, de certo modo, antiga, informal (que também existe similar no mundo formal), e que presta um serviço para empresas formais, pois muitos dos caminhões estão trazendo cargas para empresas ou indústrias legais. Como explica a autora:

Os chapas são trabalhadores que não possuem vínculo empregatício, isto é, são autônomos que podem contribuir ou não para a previdência social. São também trabalhadores precários, uma vez que desempenham uma função em que há correspondência em empresas afins e regularizadas pelo Ministério do Trabalho [...]. Localizando-se nas regiões da zona cerealista, em postos de gasolina e ao longo das grandes rodovias. Entretanto, como ambiente de estudo, optou-se pelos chapas que trabalham nas marginais dos rios Pinheiros e Tietê da Região Metropolitana de São Paulo. (Id., *ibid.*, p.132).

De modo geral, para as atividades por nós aqui estudadas em nossa pesquisa (os camelôs de tecnologia), esta relação com o mundo formal se dará (sobretudo) na medida em que muitas das mercadorias comercializadas, ainda que entrem no Brasil sem registro, quando são de fato originais, alimentam as empresas formais que produziram tais equipamentos ou peças eletrônicas. Ou seja, estão imbricadas no processo de circulação de mercadorias,

fazendo parte, portanto, da fase final de realização da mercadoria, a própria realização do valor⁸⁵.

Para as mercadorias ditas “piratas”, ao serem escoadas via camelôs no Brasil, representam um novo estímulo para as fábricas chinesas produzirem mais, ou seja, também retroalimentam o sistema de produção, como fica evidenciado em Machado (2008). Todavia, não necessariamente esta produção na China é vista ou tida como ilegal, por vezes, é regulamentada pelo governo, como afirma a autora:

[...] nas raízes dessa cadeia [dos produtos eletrônicos produzidos na China], um sistema legitimado socialmente, no momento em que o governo central chinês, velada e notoriamente, apóia tal mercado, entendendo que ele tem sido âncora do crescimento e do boom da economia nacional. (Id., *ibid.*, p.08).

Além disso, existe uma vasta rede de relações que perpassa este comércio transnacional de mercadorias eletrônicas que termina se utilizando de inúmeros serviços e recursos do sistema formal, seja no transporte, como na hospedagem, alimentação, ou no próprio uso do sistema formal de cartões de crédito e débito no processo de vendas diretamente nos boxes do camelódromo. Essa questão será retomada mais a frente.

Pesquisas relacionadas aos camelôs de tecnologia

Iniciaremos com um texto da antropóloga Rosana Machado (2008), que escreveu sobre o comércio China-Paraguai-Brasil, justamente, sobre a rota comercial que abastece a maioria dos camelôs de nossa pesquisa. A autora produziu um texto denominado “Mercados periféricos na ordem do capitalismo global: a rota China-Paraguai-Brasil”, no qual descreve

⁸⁵Sobre a passagem da esfera comercial para esfera produtiva e vice-versa, ver Marx (1991).

os principais agentes e os deslocamentos geográficos que são feitos pelos produtos eletrônicos até chegarem ao Brasil. A autora fez isso, indo pessoalmente até o local onde são produzidas tais mercadorias, a China. Tal pesquisa, compreendeu anos de investigação, que se estendem por três fases de pesquisa de campo: de 1999 a 2004 em Porto Alegre, de 2005 a 2006 em Ciudad Del Este e entre final de 2006 a início de 2007 na China, onde ficou por 7 meses nas

[...] Zonas Econômicas Especiais (ZEE) da província de Guangdong (China), visitando fábricas e centros de distribuição daqueles bens que encontramos à venda nos mercados populares brasileiros. (Id., *ibid.*, p.05).

Conforme Machado (Idem), sua pesquisa teve como objetivo principal “[...] acompanhar uma cadeia produtiva completa” (Ibid., p.04). Sobre o percurso gasto até a mercadoria chegar ao Brasil, ela afirma o seguinte:

O tempo de uma mercadoria ser fabricada na China até chegar às mãos de um consumidor final brasileiro através de uma banca de camelô ou uma loja de ‘1,99’, por exemplo, pode levar 45 dias, segundo meus cálculos maximizando todas as etapas do processo. (Id., *ibid.*, op. cit.).

Segundo a autora (Idem), tem-se que, de certa forma, relativizar quanto à questão do legal ou ilegal, do falso ou verdadeiro e do formal e informal, pois estes universos estão misturados tanto na China quanto no Brasil, vejamos:

O estudo da cadeia completa revela ondas complexas, as quais **entrelaçam sistemas legais/ilegais; formais/informais; hegemônicos e não-hegemônicos. Acompanhar uma mercadoria mostra-nos que tais categorias se metamorfoseiam ao longo de sua vida social**, dependendo dos espaços onde circulam e, principalmente, das vozes que a legitimam. Deixando de lado as propriedades materiais de uma mercadoria, certamente, na China uma mercadoria é menos falsa do que no Brasil, uma vez que cada país possui concepções divergentes no que concerne ao entendimento histórico e cultural a respeito da produção de cópias. (Machado, id., *ibid.*, p.07, grifo nosso).

De fato, é necessário tamanha amplitude (um olhar mais global) para dar conta até das relações mais localizadas. Sobre estas relações imbricadas entre sistemas de classificações

diferentes, como formal-informal, realmente, percebe-se como se mesclam. Imaginemos a quantidade de arranjos e inter-relações que devem existir entre o universo comercial deste tipo de mercadoria e os marcos formais (e geográficos, espaciais) por onde elas passam. Os favores, os serviços, enfim, toda uma rede de atributos que é requisitada para acomodar e para transportar as mercadorias, que nem sempre é feita fora da lei e com atividades apenas informais. Por exemplo, quando um sacoleiro se hospeda em um hotel para descansar e dormir, para depois pegar as mercadorias e retornar ao local de origem, está ali mais um momento de uso de um serviço formal, legal, que é o hotel⁸⁶. Isso atesta quão presente e interconectada é a relação formal-informal. Todavia, apenas sentimos falta, por parte da referida pesquisadora, de citar o que ocorre com a entrada no Brasil de mercadorias realmente originais, também produzidas na China, por empresas multinacionais produtoras de marcas conhecidas globalmente que migraram pra lá (através de filiais), mas que acabam escoando sua produção por várias vias, mesmo sabendo que a fronteira entre o original e a cópia seja bastante delicada. Por vezes, uma dessas vias dos produtos originais é justamente a entrada de modo ilegal no Brasil, sem nota de entrada, via Ponte da Amizade, o que termina deixando o produto mais barato e, assim, são repassados para a venda pelos camelôs de produtos tecnológicos. Isso foi uma das possibilidades que percebemos em nossa pesquisa. E para as grandes empresas (de bens tecnológicos) que conseguem escoar parte de sua produção por essas vias, acaba sendo uma boa opção, bastante rentável, principalmente porque elas não pagam nada a mais por este escoamento (não pagam encargos com distribuição, logística etc.). Ou seja, o escoamento pelas mãos destes camelôs (e sacoleiros), com produtos vindos do Paraguai, acaba sendo quase que totalmente gratuito, por isso, pensamos nestes trabalhadores também como "trabalhadores gratuitos"⁸⁷ para o capital (como já havíamos dito

⁸⁶Sobre este tipo de situação vivida por sacoleiros na fronteira do Brasil com o Paraguai, entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, ver Machado (2005).

⁸⁷Sobre trabalhadores gratuitos, ver Durães (2005).

antes), que estimulam o consumo e a produção de novas mercadorias⁸⁸. Aqui está presente grande parte da imbricação que existe entre informalidade e formalidade, isto é, não são de modo algum campos isolados, ao contrário, estão sempre em "simbiose", como diria Chico de Oliveira (1972). E existe, obviamente, as vias legais de comércio internacional, o caminho oficial/legal, aquele que exporta com nota fiscal, onde o produto eletrônico vai para Europa para depois chegar no Brasil ou vem direto para o Brasil, tudo de modo legal e mais oneroso, para, assim, ser comercializado em *shoppings*, em lojas de eletrônicos ou até em boxes de camelôs⁸⁹. Há ainda diversas pequenas empresas virtuais que hoje praticam esse comércio pela internet, muitas vezes, valendo-se de práticas ilegais na tramitação dos produtos, mas que parecem representar um segmento em expansão, pelo menos, no caso do Brasil. É possível encontrar diversos sites que oferecem produtos pela internet, nesse esquema legal-ilegal.

Também sobre essa rede de formalidade-informalidade, legal-ilegal, vivenciada pelas mercadorias eletrônicas, vejamos uma citação da dissertação de Eric Cardin (2006), “Sacoleiros e ‘laranjas’ na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo”. Conforme Cardin (Idem), referindo-se às diversas formas de trabalhos precários que podem haver no universo de produção e circulação destas mercadorias, bem como de sua vinculação ao modo de acumulação dominante no capitalismo contemporâneo, a acumulação flexível, diz:

A ‘viagem’ realizada pela mercadoria poderia nos levar a distâncias ainda maiores, onde as relações de trabalho estão muito degradadas. O percurso ‘quase ficcional’ da mercadoria, após uma breve observação da sua procedência, permite exemplificar e visualizar a capacidade de atuação da acumulação flexível. (p.17).

⁸⁸Parecem existir outros custos nesse tipo de comércio como os que resultam do deslocamento dos produtos das fábricas até o Paraguai ou para outros pontos de distribuição. A questão é saber quem arca com eles, no caso desse comércio global informal. Será que é o capital industrial? Acreditamos que não. Parece mais provável ser outros comerciantes atravessadores. Assim, mais uma vez, o capital industrial (produtor) estaria ganhando com essa transação global. Não conseguimos mais informações sobre essa questão.

⁸⁹Informações obtidas através de conversas diretas junto a trabalhadores informais de produtos eletrônicos no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2008, na fase de aplicação dos questionários.

Continua o autor, agora, tratando da entrada destes produtos no Paraguai:

Os computadores produzidos por essa nova configuração imposta ao processo de trabalho [acumulação flexível, exploração e precarização do trabalho] são então vendidos em todo o mundo. Porém, no Paraguai, estes e tantos outros produtos possuem isenção fiscal e são comercializados por vendedores que desempenham suas funções sem as menores garantias trabalhistas [compristas, laranjas, sacoleiros, camelôs] [...]. (Id., *ibid.*, p.20).

Tal autor, em sua dissertação, vai tratar, através de dez entrevistas qualificadas, dos sacoleiros e laranjas na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Foz do Iguaçu, buscando, entre outras coisas, mostrar as relações precárias de trabalho destes trabalhadores que lidam com estas mercadorias eletrônicas. Além disso, ele procura evidenciar a relação que existe entre estas práticas de trabalho de rua e o sistema capitalista em geral, tentando mostrar uma relação estreita entre às mudanças organizacionais e funcionais do capitalismo, de sua organização econômica e social, com as formas de trabalho de rua. Não concordamos com tal vinculação feita pelo autor, seja porque ele não consegue comprovar essa ligação ou porque não se pode fazer uma relação direta (quase mecânica) entre campos diferentes, apesar de serem interconectados. Não se pode pegar transformações peculiares a determinados segmentos do capitalismo, como o processo de precarização do trabalho ou formas de organização deste como o toyotismo, a acumulação flexível e, simplesmente, colá-los nas práticas de trabalho dos sacoleiros e laranjas – como se houvesse uma influência direta desse meio e a informalidade de rua. Por ora, deixaremos tal questão em suspenso, voltemos para a discussão de pesquisas relacionadas ao nosso objeto de investigação.

Falaremos agora de uma pesquisa sobre a forma de entrada dos produtos contrabandeados no Brasil, do argentino Fernando Rabossi (2004), sobre o comércio em Ciudad Del Este, intitulada “Nas ruas de Cuidad de Este: vidas e vendas num mercado de

fronteira”. É uma tese de doutorado em Antropologia Social, defendida na UFRJ, Rio de Janeiro, cujo objetivo foi “Apresentar e analisar as dinâmicas de um mercado particular [...]” (Rabossi, id., ibid., p.05). Este mercado fica em Ciudad Del Este no Paraguai, próximo a fronteira com o Brasil, próximo a Ponte da Amizade, a qual liga Ciudad Del Este a Foz do Iguaçu-PR. Especificamente, um mercado de compras e vendas de diversos produtos para re-exportação, entre eles os eletrônicos, tanto em lojas comerciais quanto nos *mesiteros*, como são denominado os camelôs (de ponto fixo) em Ciudad Del Este⁹⁰.

Conforme Rabossi (Idem), existe uma gama de trabalhos diretamente ligados ao comércio de re-exportação (muitos trabalhando de modo legal), desde segurança de lojas em *shoppings* ou centros comerciais até taxistas e kombistas paraguaios, moto-taxi de ambos os lados, paraguaios e brasileiros, passando por carregadores, “cambistas” (paraguaios), indo até os “paseros”, que passam mercadorias brasileiras do Brasil para o Paraguai, como também existem os/as denominados/as “laranjas”⁹¹, que significam os/as brasileiros/as que vivem indo e voltando na fronteira, diariamente atravessando mercadorias alheias e que são em sua maioria compostos por mulheres (RABOSSI, ibid., p.80). Existe, portanto, uma gama de trabalhos informais relacionados a este comércio fronteiriço⁹².

⁹⁰Rabossi faz uma boa exposição sobre os *mesiteros*, revelando detalhes de suas relações econômicas, sociais, culturais e afetivas. No geral, não são eles que abastecem os sacoleiros brasileiros. Normalmente, como pode ser visto na pesquisa de Rabossi, os sacoleiros compram de centros comerciais (lojas) existentes em Ciudad Del Este. Sobre isso ver Rabossi (2004).

⁹¹Segundo Rabossi (2004), estes “laranjas” se valem de sua cota de 150 dólares para passar na fronteira, porém, não podem ser fichados, isto é, registrados. Caso sejam pegos, têm que esperar 30 dias para seu nome desaparecer do sistema e poderem voltar a passar tranquilamente pela fronteira. Como descreve o autor: “Alguns trabalham em esquemas mais regulares como, por exemplo, para um mesmo ‘patrão’ que vem fazer compras em dias determinados. Outros fazem isso em esquemas mais estruturados, trabalhando em grupos que garantem a chegada do produto ao outro lado da fronteira. Outros simplesmente esperam em algum ponto em particular de Ciudad del Este, em geral na estrada de algumas galerias e auto-serviços, para que algum comprista os contrate. Difícil estimar o número de laranjas trabalhando em Ciudad del Este. Centenas com certeza, milhares talvez”. (Id., Ibid., p.73).

⁹²Cardin (2006) caracteriza os laranjas do seguinte modo: “Os ‘laranjas’ são os trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantia de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como ‘cota’. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal” (Ibid., p.11). Para este autor (Id., ibid., p.83), existem três tipos de laranjas: 1) os autônomos, que vão por conta própria atrás de produtos para transportar; 2) os que trabalham para um “patrão” definido, sempre sabem o que

Rabossi caracteriza o comércio desta fronteira do seguinte modo:

Junto aos veículos, o movimento das pessoas: andar, vender, comprar, acumular ou dividir as mercadorias para atravessar a ponte, voltar para comprar o que falta. Cruzar outra vez. Todos os dias. (Id., *ibid.*, p.03).

O referido autor define também o comércio em Ciudad Del Este como:

Um **mercado transnacional** para o qual afluem circuitos comerciais que articulam uma multiplicidade de espaços localizados em vários continentes através de comerciantes e mercadorias. (Id., *ibid.*, p.05, grifo nosso).

Continua o autor, ainda se referindo ao que chama de peculiaridade de Ciudad Del Este:

Sua peculiaridade está vinculada à sua incorporação em **circuitos comerciais transnacionais que articulam dito espaço com distantes lugares de produção e com centros comerciais localizados noutras partes do mundo**, e por onde fluem pessoas de diversas origens e mercadorias das mais variadas procedências. (Id., *ibid.*, p.10, grifo nosso).

Ou seja, como fica claro nas citações de Fernando Rabossi, esta área de Ciudad Del Este representa algo muito mais ampliado do que um simples mercado local, na verdade, representa algo transnacional. Ribeiro (2007), o último pesquisador com afinidade temática com nossa pesquisa, cujo trabalho será discutido em seguida, afirma que este comércio ilustra a “globalização popular”. Para Ribeiro (*Idem*), tal globalização é composta por:

[...] mercados populares e fluxos de comércios que são compostos, em grande medida, **por gente do povo e não por representantes das elites**. Estas redes de

estão transportando; e, 3) os “cotistas”, são os que trabalham por “cota”, recebem um valor fixo por transporte, no caso, lidam apenas com o transporte de produtos de informática.

comércio formam **parte do sistema mundial não-hegemônico** e, em geral, suas atividades são consideradas como ilegais, como ‘contrabando’. Uma grande quantidade de mercadorias que vendem são denominadas de produtos piratas pelos poderes estabelecidos. (Ibid., p.07, grifo nosso; tradução livre).

Essa percepção de Ribeiro, de que tal comércio representa, na verdade, o que ele denomina de “globalização popular”, traz a tona a existência de parcelas crescentes de pessoas no mundo que ao não conseguirem se encaixar ou serem encaixadas dentro da ordem legal estabelecida, dentro dos limites legais de trabalho e emprego, nem mesmo dentro dos marcos dominantes do que são as formas de globalização econômica, terminam, pois, se encaixando de modo alternativo, diferente das práticas regulares e legais de trabalho. Parecem representar a forma como os povos denominados excluídos, ou ainda, não diretamente necessários no processo geral de acumulação do capital, se inserem na dinâmica mais geral. É, pois, a reação de grupos humanos à própria “globalização perversa” (SANTOS, 2002). Assim, vão compondo redes gigantescas e complexas, as quais superam distâncias geográficas e barreiras de idiomas, quase sempre voltadas para a sobrevivência e talvez movidas por um ideal de melhoria de vida. É a forma como grupos populacionais se incluem e se sentem incluídos no mundo avançado dos produtos tecnológicos. Tal inclusão pode representar uma justificativa de *função social* das atividades dos camelôs⁹³, estes estariam fornecendo produtos mais baratos a populações com menos recursos financeiros.

Ainda segundo Ribeiro (Idem), o comércio de “globalização popular” representa formas não-hegemônicas. Neste ponto, tendemos a discordar, pois acreditamos que as formas hegemônicas, diga-se de passagem, as predominantes, as legais/formais, não estão tão separadas assim de tais formas populares e vice-versa. Neste sentido, vamos na direção

⁹³Informação obtida em conversa com um indivíduo (o qual chamo de Joaquim, como dissemos antes na Introdução), que já prestou serviço para camelôs de tecnologia no Rio de Janeiro. Conversa/entrevista realizada em agosto de 2008 no centro do Rio de Janeiro. Joaquim falou dessa função exercida pelos camelôs, contou isso como se representasse, sob sua ótica, uma questão positiva dessas formas de trabalho, afirmando coisas como: “Ainda bem que existem esses camelôs para venderem produtos bons e baratos, imagine se não existissem, como os mais pobres e nós mesmos poderíamos ter acesso a tais produtos”.

proposta por Machado (2008), quando se refere ao comércio triangular China-Paraguai-Brasil e afirma:

A commodity chain estudada, compreendida entre China-Paraguai-Brasil, revela que se trata de uma manifestação, sobretudo, popular, pelas características mais amplas do universo de produtores, distribuidores e consumidores; mas muitas vezes **ligados ao sistema hegemônico**, ou paralelo a ele. (p.07, grifo nosso).

Como já explicitamos antes, nestas relações comerciais dos produtos de tecnologia, bem como das próprias atividades informais de rua em geral existem inter-relações com o sistema formal, sejam de trabalho ou de leis. Enfim, são espaços imbricados e, por vezes, complementares, não podendo ser tratados na dicotomia formas hegemônicas e não-hegemônica, estão imbricados, por vezes, misturam-se numa mesma transação econômica global.

Voltando para Rabossi (2004) e ainda nos mantendo neste debate do comércio transnacional e das relações existentes entre o universo formal e o informal, legal e o ilegal, dentro de uma perspectiva agora política/social do mercado, vejamos o que afirma o referido autor:

O ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, **faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei**. Isto é, legal/ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar a priori setores do funcionamento do social ou universo preexistentes, *mas* sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades. (p.16, grifo nosso).

Como pode ser lido na citação acima, tais espaços econômicos representam desde já possibilidades alternativas de inserções sociais e econômicas de grupos da sociedade. Digamos, é mais uma forma de como se pode sobreviver em situações de exclusão e necessidade.

Para concluir com as referências à Rabossi, exporemos duas citações. A primeira, relacionada ao modo como o autor define a imagem pública que existe correntemente sobre Ciudad Del Este e seu comércio, que tem como foco central a re-exportação⁹⁴. Para o autor, a imagem desta cidade é de “[...] um espaço crítico em termos de segurança atravessado por uma profunda desconfiança sobre as pessoas, os grupos, as atividades e os produtos que por ali circulam” (2004, p.21)⁹⁵. Por fim, a segunda citação trata de um resumo da concepção do autor relativo à Ciudad Del Este, onde diz:

Ciudad del Este é o pivô que articula esses circuitos sacoleiros. Sua centralidade reside precisamente naquilo que a torna destino de tantas pessoas: **o lugar das compras e oportunidades onde milhares de pessoas ganham sua vida através do comércio**. Antes que um lugar de relações e distensões, um lugar de passagens e tensões.” (Id., ibid., p.268, grifo nosso).

Agora, retornaremos a Ribeiro e iremos para parte final desta síntese. O texto de Gustavo Ribeiro (2007), denominado “*El sistema mundial no-hegemônico y lá globalização popular*”, trata especificamente do que ele denomina de “globalização popular”, como citamos anteriormente, e de sua vinculação a um tipo de comércio que ele considera parte do sistema mundial não-hegemônico.

Apenas como exemplo da dificuldade que temos em lidar com tal objeto de estudo, que trata de produtos eletrônicos em sua maioria que entraram no país de modo ilegal, citamos Ribeiro (2007), que apresenta um pouco da imagem social difundida sobre tais camelôs, no caso em específico, dos sacoleiros. Mas, como sabemos que muitos camelôs são

⁹⁴Conforme Rabossi (2004, p.29), existem inúmeros chineses e libaneses nesse tipo de comércio. Muitos chineses, inclusive, valem-se de sua nacionalidade para buscar produtos com maior facilidade.

⁹⁵Este tipo de “desconfiança” relatado por Rabossi também pode ser verificado no camelódromo da Uruguiana, apesar de que aqui se trata de um nível menos hostil e não tanto globalizado, quer dizer, não representa um comércio feito por agentes de diversas partes do mundo. Aqui, significa um comércio feito por pessoas do Brasil. Existem apenas 6 estrangeiros como camelôs, como nos relatou uma diretora da Associação do Mercado Popular da Uruguiana em 2008. Todavia, as mercadorias, estas sim são globais e marcadas pela desconfiança, principalmente, quanto à originalidade, procedência, qualidade e garantia.

também sacoleiros, pois vão buscar suas mercadorias no Paraguai ou em São Paulo, então, isso serve também para nossa pesquisa. Conforme o autor, uma imagem corrente é

Todos são – desde os ‘sacoleiros’ aos membros dos cartéis de droga – colocados no mesmo saco, imersos no universo cuja caracterização como ilegal é tomada como natural e moralmente óbvia. (Ibid., p.09).

Para finalizar a referência ao trabalho de Ribeiro, vejamos a citação abaixo, onde o autor trata da “globalização popular” e de sua significação para as populações que dela sobrevivem:

[...] a globalização popular é hoje um importante tópico de investigação para as ciências sociais. **Através de seu estudo, podemos perceber as maneiras em que os atores populares se apropriam de fluxos globais de riqueza e criam novas oportunidades que, de outro modo, seriam inexistentes.** (Ibid., p.20, grifo nosso).

Concordamos com o autor sobre a ideia da “globalização popular”, apenas não validamos a ideia já debatida acima de que ela estaria sendo efetivada em separado do sistema mundial hegemônico, ainda mais, se for pensado nas esferas econômicas desse processo. Para nós, não dá para deixar de falar das imbricações. Uma destas, a qual já nos referimos antes, trata dos produtos “originais” que também são comercializados por esta via. A questão que se coloca é a seguinte: geram ou não dividendos para as grandes empresas⁹⁶ (marcas) que as produziram na China ou em outro país da Ásia?

⁹⁶Conforme Romero (2006, p.12): “Calcula-se que, das 500 maiores multinacionais do mundo, 90% têm filiais na China. Ou seja, não é apenas o produto chinês que está sendo vendido a preços competitivos para o mundo, mas também as multinacionais usufruem desse cenário”. Diversos produtos que são comercializados no Brasil, em grandes redes de lojas ou também em pequenas, formais, desde roupas até produtos eletro-eletrônicos, entre outros, foram produzidos na China, pelas filiais das grandes empresas multinacionais, que, certamente, foram para lá por um elemento principal: o baixo preço da força de trabalho. Ou seja, foram em busca de expansão das taxas de lucro. Mas, desses aspectos pouco se fala, parece ter caído no comum, na naturalização, sendo, quase sempre, exemplo da própria globalização (ou são ocultadas de propósito?). Um exemplo colocado como

Em pleno século XXI, convive-se com um número crescente de formas de trabalho não formais ou ainda diversas dos trabalhos formais. Esse processo não é exclusivo do Brasil ou restrito aos países de terceiro mundo, também denominados de “países em desenvolvimento”, que por questões circunstanciais estariam enfrentando o “problema” do desemprego e da informalidade⁹⁷. Na verdade, é quase um consenso a ideia de que as práticas de trabalho informais não são meras formas de trabalho provisórias e passageiras, ao invés disso, cada vez mais, apresentam-se como práticas correntes e permanentes⁹⁸. Existem diferentes práticas informais dentro do universo tipicamente formal, como em empresas que terceirizam, por vezes, *quarteirizam*, e em muitos casos a informalidade está presente não apenas em pequenas, mas também em médias e grandes empresas, através de formas de contrato irregulares, temporários etc., como pode ser visto em Beloque (2007).

Procurou-se aqui, elencar pesquisas que, de algum modo, referiam-se a *temas correntes* no campo teórico e empírico da informalidade de rua brasileira. Contudo, estes não necessariamente são os mesmos temas vigentes para as atividades que se reconfiguraram, como é o caso dos camelôs de tecnologia de nossa pesquisa, apesar de ainda existirem similitudes, como a questão das *redes familiares*, do *aumento da escolaridade*, da *relação formal-informal*, entre outras questões. Os temas suscitados relativos aos camelôs concebidos como *tradicionais* foram abordados na seguinte sequência: **primeiro**, tratou-se da possibilidade da existência na informalidade de rua da “escolha racional”. Foi possível perceber que estruturalmente ela não se efetiva, haja vista, que os trabalhadores estão diretamente ligados às questões candentes direcionadas para sobrevivência (presos em

positivo, fantasioso. Realmente, é interessante a movimentação/circulação de produtos em escala global, todavia, não pode ser deixado de lado os elementos concretos/reais presentes nesse processo, como a própria origem social das mercadorias, sua odisséia ou a própria força humana explorada envolvida nesses superlucros e, mesmo, os verdadeiros grupos ganhadores com essa globalização.

⁹⁷Sobre formas de trabalho informais (ou atípicas) em outros países e na Europa, ver: Portes et al. (1989); Dedecca e Castro (1998); Portes e Haller (2004); e Vasapollo (2005).

⁹⁸É a condição “provisório-permanente”, ver Oliveira (2005).

determinações concretas), e, que, portanto, seu universo de escolhas é bastante reduzido/limitado; **segundo**, a questão das *redes sociais*, as quais estão presentes nas atividades informais, principalmente, através de redes familiares, como demonstrou Conserva (2003); **terceiro**, ainda se referindo ao trabalho de Conserva (Idem), discutimos a temática da *produção-reprodução social*, em que medida estão imbricadas ou separadas nas atividades de rua; o **quarto** tema versou sobre a relação polêmica entre *capital-trabalho* no universo informal, estão ou não dissociados? E como foi possível perceber, tal relação vem se reconfigurando com o advento de novas formas de trabalho na rua, como é o caso dos camelôs de tecnologia. Algo que veremos mais detalhadamente nesta tese; o **quinto** aspecto abordou especificamente o processo de regulamentação – ordenação, fiscalização e repressão por parte do poder público municipal –, evidenciando como tal assunto é bastante corrente nas práticas de trabalho informais urbanas, onde a coerção e o controle são marcantes. Aqui, não importa de que tipo de camelô se está tratando, a repressão e controle sempre se fazem presentes; o **sexto**, uma forma de reconfiguração ou uma tendência presente nas atividades informais urbanas, qual seja, a elevação do nível de escolaridade. Isto é, as atividades informais de rua vêm recebendo em suas fileiras trabalhadores/as mais escolarizados/as, representando claramente indivíduos que, por falta de opção na economia regular, por desemprego, terminam aderindo a estas práticas; o **sétimo** tema referiu-se às diferentes formas de inserções na rua, as quais possuem singularidades, mas também diferenciações significativas. Estar trabalhando na praia, no calçadão, perambulando pelas ruas, vendendo em ônibus, em trens, ou ainda, como camelôs de ponto fixo, certamente, compreende inserções variadas (heterogêneas), umas mais seguras e menos precárias, outras nem tanto, porém todas se circunstanciam numa mesma condição, o do trabalho nas ruas, com toda sua carga de imprevisibilidade e peculiaridades (como a *transitoriedade*, *diversidade* e *inovação*), próprias aos trabalhos de rua, como o controle e fiscalização por parte do poder público; o

oitavo e último tema que abordamos aqui foi sobre a relação *formal-informal* ou *das possibilidades de integração* entre a economia, digamos, capitalista formal e a capitalista informal. Sobre esse aspecto, ficou claro que não se tratam de coisas díspares e distantes, ao invés disso, representam complementariedades, partes de uma totalidade.

Por fim, ainda sobre o universo dos camelôs tradicionais, vale à pena frisar que em todos os trabalhos reunidos por nós, pudemos perceber que sempre aparecem as *condições precárias* de trabalho e de vida. Que dizer, apresenta-se como um traço constitutivo destas formas de trabalho o fato delas serem *marcadas pela condição precária*⁹⁹ e por vezes *insalubre*¹⁰⁰ de trabalho, além do constante estado de tensão vivido por tais trabalhadores/as no Brasil, devido à possibilidade de repressão por parte do poder público municipal (também estadual ou federal). Ou seja, duas esferas são sempre lembradas nas pesquisas, o espaço interno relativo às próprias atividades (a precariedade de suas condições de trabalho) e o espaço, digamos, externo, oriundo da coerção do poder público. Como afirma Conserva (2003, p.129), “[...] a precariedade é inerente à estrutura e ao funcionamento da atividade ambulante. Como tal tem estreita correspondência com sua lógica interna de organização deste segmento”. No geral, quem mais reprime é o poder público municipal, que é o responsável pelo uso do solo, entretanto não é raro ocorrerem repressões por parte do poder estadual e federal (por parte das polícias), principalmente, em relação a trabalhadores que lidam com material falsificado (pirataria, falsidade ideológica etc.) ou fruto de contrabando (crime de descaminho).

⁹⁹ Quando nos referimos aqui à condição precária ou ao trabalho precário, estamos nos referindo à precariedade e não ao processo de precarização advindo com as reestruturações produtivas, pós década de 80 e 90 do século passado, no caso brasileiro.

¹⁰⁰ Conforme Conserva (2003, p.129), são condições próprias das atividades de rua: a “[...] atividade de rua expõe os ambulantes às condições de vulnerabilidade, em termos ambientais, devido à variabilidade climática (sol, chuva) e às variabilidades próprias de quem ‘tá na rua’ (violência, conflitos, inerentes às questões urbanas da vida moderna)”.

Sobre o universo da informalidade de rua que compreende a segunda parte do texto, priorizamos realizar uma reflexão geral sobre os trabalhos existentes que tivessem ligação direta com nosso objeto de pesquisa, no caso, com os camelôs de tecnologia. Nesta parte, ressaltamos a relação ampliada que tal objeto suscita, notadamente, com processos econômicos globais, como a rota comercial de mercadorias eletrônicas (China-Paraguai-Brasil), apresentada pelo texto de Machado (2008).

Concluímos ressaltando que as práticas de trabalho informais, a informalidade em geral, devem ser pensadas não como um “problema” urbano a ser sanado, mas como uma *questão social* de máxima importância na atualidade, pois, entre outras coisas, ela representa um grande contingente de pessoas que estão em busca, por vezes frenética, da sobrevivência. Cabe à sociologia, dessa maneira, desvendar as formas de funcionamento dessas práticas de trabalho, compreender suas conexões com outras esferas da vida social (pensar relacionalmente), para assim cumprir parte de seu papel de revelar as complexidades do real, bem como colocar questões e problematizações que não eram postas – intervindo, inclusive, na própria realidade. É função do sociólogo suscitar objetos que não necessariamente eram tratados como tal por determinada área do saber, ou seja, trazer questões novas, recolocar problemas, enfim, fazer reconversões do que está posto (BOURDIEU, 1999). Além disso, o universo do trabalho não pode ser concebido (teoricamente e socialmente) sem pensar na diversidade das relações de trabalho vivenciadas na informalidade. Como afirma Conserva, é necessário “[...] inserir a problemática da atividade ambulante nas determinações de maior alcance, em termos globais, que passam, principalmente, pelas questões estruturais do mundo do trabalho.” (2003, p.166).

Neste contexto, uma das formas de comércio de rua que mais intriga na atualidade é, sem dúvida, os *camelôs de tecnologia, de produtos tecnológicos* ou *globais*, os quais estão diretamente relacionados com os “mercados transnacionais”, como aponta Rabossi (2004),

compondo formas de inserções econômicas alternativas na sociedade atual, inseridas na denominada “globalização popular”, como afirmou Ribeiro (2007). Portanto, esta é uma questão que necessita de maiores reflexões e entendimentos de seus complexos mecanismos de funcionamento, tanto internos, ligados à própria atividade, que parecem representar um processo de *empresarização da rua*, possível separação entre capital-trabalho, quanto nos mecanismos externos, ligados às mercadorias tecnológicas/globais. A empresarização descrita acima pode ser entendida em, pelo menos, duas facetas. A primeira ligada à própria atividade, referente à reconfiguração do camelô, que passa a aderir a um estilo “formal” de trabalho, apresentando-se como um tipo de “empresário”, um empresário informal do comércio popular, parte da *formalização às avessas* a que nos referimos antes. A outra constitui-se de pessoas, digamos, imbuídas na busca de ganhos (de lucro) que vêm no universo informal, principalmente, no caso da comercialização de produtos tecnológicos, uma ótima oportunidade de aumentar sua renda, a rua é usada como “negócio”. Aqui, nesta segunda face, aparecem os empresários que passam a se valer do universo informal para comercializar produtos sem nota, para ganhar mais dinheiro, explorando outros trabalhadores/as, de modo intencionalmente ilegal, compondo verdadeiras redes de controle sobre pontos de venda no camelódromo e nas ruas – terminamos optando por não aprofundar nesse aspecto, mesmo porque não fez parte direta de nossa análise e investigar tais tipos de relações é por demais perigoso.

2- As duas acepções do trabalho de rua, da informalidade de rua

O trabalho de rua na sociedade brasileira está presente desde antes do Brasil ser independente. Desde a época dos descobrimentos (século XV e XVI) já havia registros de

formas de trabalho que estavam ligadas diretamente à rua, seja para carregar mercadorias para os navios ou destes para o continente ou para transportar mercadorias, bens e até pessoas nas cidades nascentes.

Por todo o século XVII, XVIII e, principalmente, XIX, o Brasil, no caso o Brasil colonial, moveu-se por formas de trabalhos de rua. Suas cidades eram povoadas por trabalhadores/as de rua. Ou seja, no Brasil, o trabalho de rua é mais do que uma resultante de “falhas” econômicas, como vai ser dito em meados do século XX, é, sobretudo, parte culturalmente constitutiva das próprias cidades. Ele esteve representado pelas figuras dos escravos de ganho ou ao ganho, depois pela figura dos carregadores e ganhadores¹⁰¹ libertos, mesmo antes da abolição da escravatura, em 1888¹⁰².

No geral, os trabalhos de rua eram compostos por pessoas de origem africana, negros, mestiços, mas também houve a participação de alguns brancos pobres¹⁰³. Além disso, nesse universo dos trabalhos de rua, como parte dos ganhadores (e ganhadeiras¹⁰⁴), havia também diversos tipos de trabalhos autônomos realizados nas ruas ou em casas como, por exemplo, o carpinteiro, pedreiro, chapeleiro, carregador, quituteira, lavadeira etc. Tais trabalhadores/as ficavam perambulando de um lado a outro da cidade, ou concentrados a espera de clientes nos locais denominados de “cantos”, que eram os pontos fixos onde ficavam. Em cada canto, havia toda uma estrutura simbólica e também legal/oficial de funcionamento. No caso, tinha estatuto (lei) específico para regulamentação de tais locais, normalmente, estes representavam alguma esquina de ruas movimentadas. A polícia fiscalizava (repressivamente) tais “cantos” e havia um representante, o “capitão do canto”,

¹⁰¹Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua (carregador, prestador de serviço, entre outras).

¹⁰²Sobre formas de trabalho de rua de Salvador do século XIX, ver Reis (1991, 2000, 2003) e Durães (2006).

¹⁰³Ver Reis (2000).

¹⁰⁴Sobre as ganhadeiras, ver Campos (1943) e Soares (1994).

escolhido pelos próprios trabalhadores (REIS, 2000). Este era uma espécie de líder, era ele que fazia a mediação entre o poder público e os/as trabalhadores/as.

Portanto, o trabalho de rua sempre foi uma constante nas cidades brasileiras, principalmente, no caso das capitais Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Nessas cidades litorâneas, o ponto central do movimento econômico se dava pelos portos cuja carga e descarga era feita por trabalhadores de rua.

Com a independência do Brasil, depois com a abolição, não se extinguiram as formas de trabalho de rua, ao contrário, sempre permaneceram como uma prática corrente, sobretudo para as populações nacionais de passado escravista (negros, ex-escravos, libertos). Essas populações, desde aquele período, não encontravam outra forma de sobrevivência a não ser em trabalhos incertos, perseguidos e, tantas vezes, insalubres das ruas. Era muito comum, em meados do século XIX, a prisão destes trabalhadores, ganhadores, muitas vezes por estarem perambulando pelas ruas, até por causa de suas vestes/vestimentas¹⁰⁵. Na verdade, havia um preconceito de uma elite branca sobre os tipos da rua. Ou seja, as formas de trabalho de rua, desde o século XIX e início do XX, não significaram mera fonte de escolhas individuais dos/as trabalhadores/as, representando muito mais a única forma de sobrevivência possível diante de um contexto social excludente e ameaçador como era na época o mundo escravista e das oligarquias rurais. Uma sociedade que buscava apagar a todo custo as marcas do passado, as marcas da escravidão, da discriminação, do preconceito, visando, assim, alcançar um suposto nível de “civilização” e “progresso” que era aclamado na Europa, na França por excelência. Essa busca por um *status* de civilização fez com que o Brasil, inclusive, importasse força de trabalho estrangeira para atender à expansão da agricultura do sul e sudeste (para as plantações de café).

¹⁰⁵Sobre prisões de trabalhadores de rua desse período, em Salvador, ver Durães (2006).

No início da década de 1970, como vimos, surge o conceito de setor informal. Aparece inicialmente como uma denominação para grupos, pessoas e setores sociais que não se enquadravam em formas de trabalho típicas do mundo capitalista, as formas de trabalho assalariadas/formais. Era uma tipificação feita para diferenciar estes trabalhos não-formais (trabalho de rua, prestadores de serviços urbanos, trabalhos autônomos, por contapropria) dos formais, e apresentava como característica a base de trabalho familiar, a não separação entre capital (donos do negócio) e trabalho (força de trabalho), o uso de técnicas de trabalho simples ou rudimentares e os baixos ganhos auferidos. O setor informal era visto como separado do formal (visão dicotômica), como um resquício de trabalhos tradicionais, como discutimos no capítulo anterior.

Todavia, ainda na década de 70, como vimos, alguns teóricos rompem com essa visão dicotômica e lançam uma concepção mais integradora. Além dessa visão inovadora, tivemos outras. Por exemplo, haveria uma relação de complemento entre o mundo informal e o formal, em que a informalidade, principalmente a de rua (dos camelôs e ambulantes), conduz a uma funcionalidade para com o capitalismo, já que representa duas coisas. A primeira, constitui parte da esfera de circulação de mercadorias, aqui falando de mercadorias produzidas de modo legal. Por exemplo, um doce (um chocolate, um bombom) que é produzido por uma empresa formal ou uma água mineral terminam sendo comercializados pelo universo informal. São os “trabalhadores gratuitos”¹⁰⁶ para o capital. A segunda coisa é que estes trabalhadores de rua informais constituiriam parte do denominado Exército de Reserva. Ou seja, seriam uma fonte de trabalho apta para ingressar no mundo formal a qualquer momento de crescimento econômico.

Por fim, vale dizer que o conceito de informalidade, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, estava associado à ideia de que esta seria temporária, mera questão de desajuste

¹⁰⁶ Ver Durães (2005).

econômico. Contudo, terminou ocorrendo o desenvolvimento, ainda que moderado, da indústria, adotou-se tecnologia de ponta etc., e, ainda assim, a informalidade não retrocedeu. Ao contrário, ela terminou se expandindo, inclusive, entrando em universos formais, como no caso da informalização dos formais, via casos de terceirização, subcontratação, cooperativas de trabalho etc., ou ainda, diversas formas de trabalho (informais) que surgem devido às demissões de trabalhadores formais de indústrias, no caso da “nova informalidade”¹⁰⁷, como parte do desemprego estrutural, típico da era de reestruturação produtiva no cenário do mundo globalizado.

Existe no presente uma forte imbricação entre trabalhos informais, informalidade e formas de terceirização do trabalho, dentro de empresas modernas de ponta do capitalismo globalizado. Conforme Tavares (2004), os “fios invisíveis” da produção capitalista estão na terceirização, que traz consigo formas de informalidade, objetivando o aumento de lucros com a redução de salários e a intensificação da produtividade. De acordo com Tavares (Idem), sobre essa questão: “[...] o trabalho informal [via terceirização] cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua ocupação na indústria, nos ramos comerciais e/ou financeiros, sob uma explícita relação empregado-empregador” (Ibid., p.19 e 20). A autora explicita sua tese:

Tem-se no centro da empresa um núcleo de assalariados com uma relação de emprego estável, e na periferia, dois grupos distintos: o primeiro formado de assalariados contratados por tempo determinado, de estagiários e provisórios; e o segundo, constituído por colaboradores exteriores à empresa, frequentemente prestadores de serviços, sub-contratados ou independentes. (Id., *ibid.*, p.54).

Tavares (Idem) refere-se a dois núcleos de trabalhos informais que participam desse processo de acumulação capitalista. Um primeiro que seria composto por microempresas, estagiários, trabalhadores provisórios; e, o segundo grupo, composto por trabalhadores em

¹⁰⁷Ver: (CACCIAMALI, 2000, FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002).

domicílio, pequenos prestadores de serviços, que não estariam diretamente instalados na empresa central, parte do processo de externalização da produção, como costureiras, que fazem seus serviços em casa, em pequenas fabriquetas, facções. Isso permite tratar a informalidade em pé de igualdade com os trabalhos formais típicos. Ou seja, formas de trabalho que compõem o novo cenário do capitalismo flexível, como diz Tavares (Ibid., p16): [...] formal e informal coexistem na mesma unidade, e que, nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado [...]”.

Hoje, o universo do trabalho comporta processos de precarização do trabalho formal, ampliação das formas de trabalho informais e, sobretudo, reaparecimento de práticas ditas pretéritas de trabalho (sem direitos trabalhistas, sem garantias sociais, com intensificação do trabalho), o que permite enxergar “similitudes” com as formas históricas de trabalho de rua, principalmente, no tocante a suas condições de trabalho¹⁰⁸. Passaram-se anos, décadas e séculos e ainda existem formas de trabalho lotadas nas ruas do país, sem direitos, com excessos de trabalho, com participação majoritária de negros e mestiços. A informalidade de rua, portanto, ainda conserva traços que lhe são peculiares, bem como comporta alterações/reconfigurações. Veremos parte dessas mudanças no universo da rua aqui, lembrando, contudo, que este universo, sem dúvida, não ficou de fora das reconfigurações e mudanças do mundo capitalista. Por certo, essa informalidade não adentrou na esfera produtiva diretamente, como no caso referido do processo de terceirização, mas, de todo modo, está dentro do sistema de circulação das mercadorias, parte do circuito do valor e dentro da sociedade capitalista, portanto, não pode ser pensada em separado, mas sim, com conexões e inter-relações.

¹⁰⁸Sobre similitudes e incongruências entre o trabalho de rua de Salvador de finais do século XIX e a atualidade, ver Durães (2006).

Neste trabalho, então, trataremos de dois tipos de acepções do trabalho de rua, que em nenhum momento devem ser compreendidos em separado, substancializados. Somente em conexão de um com o outro e destes com as situações reais de existência é que podemos compreender e apreender as acepções da informalidade de rua. De uma perspectiva, tem-se os que aqui denominamos de camelôs tradicionais e, de outra, num plano de reconfigurações do mundo e da própria atividade, tem-se os camelôs de tecnologia, globais ou de produtos tecnológicos, como veremos agora.

Em nenhum momento se pretendeu partir da visão dual clássica de conceber a sociedade dicotomizada como arcaica e moderna. Na verdade, estamos tratando apenas de um fenômeno social, da informalidade de rua, e de como esta se reconfigurou (e se reconfigura) no desenrolar das transformações do capitalismo, a luz dos processos de desenvolvimento tecnológicos e econômicos, bem como de crise social e política, sempre tendo como prisma o entendimento de que estamos nos referindo a um fenômeno diretamente ligado ao capitalismo. Apenas vale registrar que se pretendeu aqui captar como que um grupo determinado, um segmento social, reconfigurou-se (foi marcado por mudanças e se modificou) mais do que outro. No caso, como uma parcela não exatamente definida, os camelôs de produtos tecnológicos assumem feições distintas, apesar de terem semelhanças com as formas mais tradicionais do trabalho de rua.

3- O camelô tradicional e o camelô de produtos tecnológicos

O espaço tradicional das atividades de rua no Brasil foi e, de certo modo, ainda é historicamente marcado pela existência de um conjunto de práticas de trabalho e de tipos de sobrevivência próprios. Essas práticas de rua, ao longo de sua formação, foram constituindo e consolidando uma lógica própria de trabalho (no processo e nas relações de trabalho) que se

manteve e, em certos casos, ainda se mantém avessa às práticas totalizantes ditas formais/regulares de trabalho da sociedade capitalista, ainda que estejam conectadas com a lógica mais geral do capitalismo, vivendo em conexão com o fluxo econômico geral do capital, principalmente, via circulação de mercadorias¹⁰⁹. A rua, enquanto lócus secular de (produção e) reprodução social, foi relegada a uma gama de excluídos da sociedade regular, os quais encontraram apenas nessas atividades sua possibilidade de sobrevivência. Pode-se dizer que essas atividades de rua são anteriores ao desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, mas fazem parte do capitalismo desde seu período comercial, como afirmamos antes, ainda quando nos referimos a intensa participação de trabalhadores/as de rua na movimentação do comércio e das cidades, no período colonial¹¹⁰.

Enfim, pensar no trabalho de rua na sociedade brasileira é atentar para formas e modos de trabalho por demais peculiares, que possuem, certamente, uma forte relação de simbiose e complementariedade com o trabalho formal. Sem dúvida, fazem parte do capitalismo, mas mantêm também, em si, muitos aspectos de singularidade, tais como, no geral, a imediatividade, sem separação (direta) entre capital e trabalho, sem planejamento regular das ações, sem realização de balanços de receitas versus pagamentos. Constitui um cotidiano marcado por lógicas próprias de trabalho, que se aproximam, mas não tanto, do mundo formal, quer dizer, inventam e reinventam mais do que reproduzem o modelo formal, no tocante a realização de suas atividades – esta é parte de sua *transitoriedade* constitutiva.

Hoje, essas duas formas de trabalho, a formal e a de rua, assemelham-se muito pela condição precária e fragmentada de realização de suas atividades, principalmente se pensarmos em algumas formas de trabalho terceirizadas e flexibilizadas. Assim, o

¹⁰⁹ Ao tratarmos aqui das práticas de trabalho formais, estamos nos referindo a relações de trabalho (tidas como) tipicamente capitalistas, baseadas em regras jurídicas e direitos trabalhistas. Além disso, implicam em uma série de obrigações por parte dos trabalhadores, como horário de trabalho definido, produtividade etc.

¹¹⁰ Ver Durães (2006).

trabalhador, inserido em algum desses dois contextos, termina passando por privações e sofrimentos similares para a conquista de sua reprodução social. Neste ponto, existe uma grande similitude de condições de vida e de trabalho, notadamente voltada para sobrevivência imediata, para práticas individualistas etc. – por certo, a condição formal ainda é mais segura e com direitos. Todavia, as atividades de rua talvez ganhem mais pontos positivos nesta comparação, haja vista que, no aspecto da satisfação pessoal/individual, parece ser muito mais valioso *trabalhar para si* do que para outros, para patrões (Durães, 2006). Só fazemos essa referência aqui, a título ilustrativo.

As práticas informais de rua estão normalmente localizadas no mar de incertezas e imprevisibilidades, marcadas peremptoriamente pela precariedade de suas formas e relações de trabalho – longas e intensas jornadas, condições insalubres de trabalho, expostas a diversas vicissitudes das ruas, como assaltos, roubos, fiscalizações, repressões, apreensões de mercadorias, intempéries climáticas, sol, chuva etc.–, tanto no nível da permanência na própria atividade, da continuidade, quanto no de sua existência futura, que para os trabalhadores de rua é imprevisível – regra que também pode ser pensada para as ditas formas de trabalho formais, afinal, ninguém tem mais certeza de permanecer empregado, principalmente, quando se trata de contextos de crise e reestruturações como na atualidade. Pode-se falar em outra ligação entre formalidade e informalidade, que ocorre pelo fato de serem atividades que estão de uma forma ou de outra imersas na sociedade capitalista, passando por pressões, sobretudo, da sobrevivência, da obtenção de uma renda, da conquista da estabilidade financeira e no trabalho, que para ambas esferas têm semelhanças. É conhecida a incerteza existente no universo formal, no âmbito privado, o trabalhador não sabe se permanecerá empregado amanhã.

Assim, diante desse cenário da informalidade de rua brasileira, mais precisamente, dos camelôs, é que vamos tecer nosso olhar. No século XXI, na sociedade global, onde as

relações sociais, culturais, econômicas e políticas se mundializaram – ressalvadas algumas diferenciações nesse processo como no caso da mundialização econômica, que sabemos ser marcadamente desigual e perversa¹¹¹; onde relações de trabalhos formais são remodeladas, flexibilizadas, fragmentadas, terceirizadas, e também *informalizadas* –, quer dizer, diante de diversas transformações macroestruturais, advindas, principalmente, com o avanço das políticas neoliberais (e da reestruturação do capitalismo), a informalidade também se modifica, reestrutura-se, não do mesmo modo, mas com elementos que parecem indicar nexos de similitude para com o universo formal. Hoje, ocorre, principalmente, um fenômeno novo denominado de “nova informalidade”, como dissemos¹¹², resultante da crise do emprego formal, aumento do desemprego, que termina ocasionando a entrada de uma gama de profissionais mais qualificados em diversas atividades informais, inclusive de rua. Isso ocorre não pela ação direta de grandes gestores ou empresários de multinacionais, nem por gerentes de recursos humanos e muito menos por especialistas em MBA, mas sim é fruto de arranjos e rearranjos estruturais macroeconômicos e macrosociais e também devido a elementos próprios (internos) das atividades de rua, oriundos dos desejos e intencionalidades próprias dos envolvidos, dos informais.

Pode-se compreender o trabalho de rua do Brasil em duas acepções intercorrelacionadas e por demais complexas, por suas características peculiares ligadas aos seus elementos e caracteres tradicionais próprios. Essas acepções talvez sejam um dos principais elementos de diferenciação desses trabalhadores sob um ponto de vista nacional.

A primeira, a mais tradicional, corresponde àquela na qual o trabalhador vive literalmente no limite da sobrevivência, conquistando dia a dia suas necessidades imediatas,

¹¹¹Sobre esse processo de globalização ou mundialização econômica desigual, ver as reflexões propostas por Chesnay (1996), Hirst e Thompson (1998), Ianni (1998), Harvey (1999) e Santos (2002).

¹¹²Ver (CACCIAMALI, 2000, FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002).

sua alimentação, vestimenta, moradia, é composta pelos *trabalhadores mais tradicionais* – menos reconfigurados por elementos inovadores internos à atividade e externos da sociedade em geral. Vivem vendendo hoje para comer amanhã ou até ficando sem comer porque o dia de *vendagem* foi insuficiente. São os mais vulneráveis às ações de controle e repressão do poder público municipal e praticamente desprovidos do acesso à seguridade social e à saúde. Vivendo com rendimentos baixos, qualquer perda ou apreensão de mercadorias ou instrumentos de trabalho representa um grande impacto, e qualquer dia de não-trabalho (por diversos motivos, como doenças) é um dia a menos de conquista da sobrevivência, podendo até rebaixar sua base de consumo diário.

Neste tipo de trabalho de rua, seu baixo poder econômico não o permite galgar uma série de relações simbólicas de proteção e apadrinhamento e até de convivência com os *mandarins* e seus subordinados da repressão pública¹¹³. Aqui, temos, em geral, vendedores de alimentos (lanches, petiscos, frutas, doces etc.), perfumaria e cosméticos e as mais estranhas *bugigangas* e artefatos do lar e para o corpo à luz da moda. Geralmente, são atividades que não necessitam de grandes investimentos e nem de qualificação profissional específica. Praticamente não existem barreiras de acesso se comparadas ao trabalho formal para se iniciar nessas atividades¹¹⁴. Pode-se também ser incluído aqui nesse grupo os vendedores ambulantes das cidades (e de praias), desde os regulamentados (fixos ou ambulantes) aos

¹¹³Não negamos aqui a existência de tais relações, apenas ressaltamos que não são tão fortes, devido sobretudo ao baixo poder aquisitivo de tais trabalhadores/as. Sabemos que o universo do trabalho de rua é permeado por relações que não necessariamente são lastreadas pelo poder aquisitivo, ao contrário, existem *relações* de outro nível, como familiares, afetivas, de parentesco, de companheirismo/amizade etc., como pode ser visto no trabalho de Conserva (2003). Algo similar pode ser visto em Lautier (2004). Para este autor (Id., *ibid.*, p.54 e 55), tais redes terminam por compor “barreiras não-financeiras” para a entrada na informalidade. Caso o trabalhador não consiga aval de determinada rede, certamente, não conseguirá trabalhar com certa atividade ou naquele lugar.

¹¹⁴“O pouco capital”, em geral, necessário para iniciar a atividade, representado pelo custo dos equipamentos utilizados e a relativa facilidade das tarefas a serem executadas – que ‘não exigem uma qualificação muito alta’ para serem desenvolvidas – são fatores que contribuem para a adaptação rápida do comércio ambulante às transformações econômicas que afetam as atividades formais e informais” (SENA, 2002, p. 128, grifo nosso).

desregulamentados que estão ainda mais vulneráveis. Contudo, todos estão inseridos dentro de um mesmo prisma: *busca direta pela sobrevivência*.

Esses trabalhadores, inseridos nessa primeira caracterização, criam e reinventam modas e estilos, por vezes apenas reproduzindo uma estética do dito mundo formal, outras vezes, inserindo inovações de vendas nunca vistas nos meios formais, servindo até como modelos de venda ou de inovação em alguns casos de sucesso (como a Banca do David¹¹⁵). No entanto, no geral, vivem a perambular, mascateando em todos os *cantos* sociais a que têm acesso, sob situações das mais diversas, típicas das ruas das grandes cidades – por exemplo, roubos, assaltos, brigas, repressão policial, repressão dos agentes de fiscalização municipal, sol, chuva, entre outras –, ou, ainda, vivem a ocupar os ditos “espaços intersticiais” (CACCIAMALI, 2000), situados no entorno de atividades formais¹¹⁶. De fato, as atividades de rua vão se estruturando no entorno e em nítida correlação com o mundo denominado formal/regular. Por exemplo, é no centro das grandes cidades brasileiras que se aglomera o maior número de trabalhadores informais de rua e é lá também que se concentra o centro comercial da cidade. Além disso, encontram-se nas mais avançadas empresas do país, os entregadores de lanches, almoços, doces e derivados, ofertando seus serviços e produtos pessoalmente, valendo-se do meio de comunicação *boca a boca* ou via *call center*. Portanto, a linha divisória do mundo formal para o informal é bastante tênue, em alguns casos é invisível, como na contratação de trabalhadores informais por empresas formais (terceirização etc.).

¹¹⁵ David (ou a Banca do David) se tornou referência pelo seu estilo criativo e inovador de venda e pelas suas variadas técnicas de atrair a clientela, ofertando serviços e promoções inovadoras. Hoje ele tem um *call center* para atendimento de sua clientela na Av. Presidente Wilson, no centro do Rio de Janeiro, ofertando os mais variados doces e chocolates, sempre com promoções especiais, como: na compra de um real em doces a pessoa concorre a quinhentos reais ou a uma TV ou a uma bicicleta, enfim, são várias promoções ao longo do ano. Além das palestras, concede inúmeras entrevistas à mídia nacional e internacional. David Portes já fez mais de 600 palestras para inúmeras empresas, que aprovaram o talento e o sucesso dele como palestrante. Ver sítio <http://www.bancadodavid.com>.

¹¹⁶ “[...] a lógica de funcionamento e organização do comércio ambulante está diretamente ligada à lógica de funcionamento e organização das atividades formais, que ‘criam os espaços’ [são os espaços intersticiais] para que esse segmento do Setor Informal se desenvolva.” (SENA, 2002, p. 128, grifo nosso). Estes espaços, como foi dito antes, possuem traços bem peculiares como baixos fluxos de dinheiro e alta volatilidade, pois vive-se no limite da sobrevivência e pode-se mudar de local de trabalho da noite para o dia, a depender do fluxo da atividade formal ali existente.

Assim, esses indivíduos da primeira acepção, os informais tradicionais, são os que auferem menores rendimentos e vivem presos a longas jornadas de trabalho, mesmo que aparentem ter ampla liberdade na realização da atividade. Todavia, estão dia a dia conquistando sua sobrevivência, no geral, sem poderem *abstrair do seu real imediato* e partir para novos empreendimentos, caindo muitas vezes em uma luta *solitária*, no máximo familiar, quase sempre remando em uma *busca imaginada e, geralmente, irrealizável* de melhoria de vida, via empreendedorismo ou excesso de trabalho. Pensam que é possível expandir o negócio e assim aumentar seus rendimentos, ou mesmo que é possível ganhar mais aumentando a jornada de trabalho. Chegam até a aderir a microcréditos¹¹⁷ como forma de melhorar ou iniciar-se em uma atividade, quando, na verdade, apenas protelam os sofrimentos e as decepções. Depois de uma vida de labuta, a descoberta de uma vida sem garantias sociais e trabalhistas.

Esses trabalhadores, expostos a essas condições precárias e incertas das ruas, terminam por contribuírem para reforçar o isolamento e a não formação de lutas coletivas, fragmentando, geralmente, possíveis ações coletivas e de organização de classe¹¹⁸, pois uns terminam conseguindo melhores inserções em determinadas ruas, em determinados pontos, do que tantos outros. É muito comum no universo informal a ocorrência de reivindicações, ações, atos ou passeatas de modo separado, ou seja, por grupos de trabalhadores/as a depender do tipo de atividade e da localização social deste na cidade. Por exemplo, ocorreu no centro do

¹¹⁷Como exemplos desses créditos temos os concedidos aos diversos tipos de trabalhadores informais, desde os vendedores de amendoim ou picolé, a banca de jornais, micro-empresas de corte/costura. Um exemplo são os créditos concedidos pelo Governo do Estado da Bahia (pelo órgão suplementar, Desenhahia), o *Credibahia*, que concede pequenos empréstimos, com juros mais baixos do que o convencional. Para maiores informações, ver o sítio www.desenhahia.gov.br. Todavia, existem outras linhas de créditos no Brasil (de bancos), concedidos diretamente aos informais (no país como um todo) como no caso da Caixa Econômica Federal, como nos informou a Representante da Associação dos Informais do Camêlódromo da Uruguaiana, em entrevista realizada em outubro de 2008.

¹¹⁸Aqui, pensando em um sentido mais amplo, a ideia de classe enquanto um coletivo de identidades e de pertencimentos em comum (vivências), como diria Thompson (1987, p. 09, 10, 11, 12), onde o mote formador da classe é a “experiência” em comum, de situações, de *tradições* e de *inovações*. Enfim, um conjunto de práticas vivenciadas em comum é o elemento definidor e agregador da classe, e isso em contraposição a outros grupos de indivíduos que possuem interesses diferentes dos primeiros. A ideia de classe aqui é fruto de relações históricas.

Rio de Janeiro, em janeiro e fevereiro de 2009, duas ações em um curto espaço de tempo, menos de um mês entre elas, mas realizadas por grupos diferentes. No dia 29 de janeiro, aconteceu uma passeata/manifestação dos camelôs e ambulantes na região da Cinelândia, centro do Rio, que trabalham fora do camelódromo da Uruguaiana, exigindo mais licenças da prefeitura e respeito para com sua profissão, resultou em tumulto e foi bastante criticada pela prefeitura. Já no dia 18 de fevereiro, um pouco mais de 15 dias depois, houve um ato (não uma passeata como foi tirada em assembléia da categoria) dos camelôs (donos e funcionários) do camelódromo da Uruguaiana. Tal informação foi dada pela própria diretora da Associação do Mercado Popular da Uruguaiana, em conversa/entrevista que tivemos em 05 de março de 2009, na sede da Associação. Ela disse, dentre outras coisas: “Nós fizemos algo diferente da passeata que teve na Rio Branco, não fazemos parte daquela baderna, fomos convidados, mas não fomos. Nosso movimento é outro, queremos paz e somos ordeiros”. Ou seja, em sua fala fica evidente como ela procura se diferenciar dos outros trabalhadores que estão fora do camelódromo. Eles próprios se diferenciam, claro que com influências de setores da sociedade, como os meios de comunicação e o próprio poder público. Para a prefeitura, sem dúvida, é melhor uma diferenciação para, assim, serem mais facilmente geridos/controlados, uma vez que uma grande união dos informais poderia causar lutas e atos mais fortes, logo, resultaria em mais problemas para administração municipal¹¹⁹.

Vive-se, pois, nessa primeira acepção, no limite da sobrevivência, mas de forma aparentemente fragmentada e individualista. Isso para não falarmos de uma possível aproximação (de classe) desses trabalhadores com os trabalhadores formais. Apesar de estarem todos inseridos em processos de precarização do trabalho e da vida, em incertezas, há toda uma fragmentação enquanto componentes da mesma classe trabalhadora. Pelo menos,

¹¹⁹Sobre tais manifestações, ver notas do Jornal do Brasil: “Paes alerta atacadistas e diz que a farra acabou na cidade”, de 29/01/2009; “Camelódromo fará manifestação contra venda do terreno da Uruguaiana”, de 14/02/2009; “Camelôs farão protesto contra venda de terreno”, de 15/02/2009; “Protesto dos camelôs vira abraço simbólico”, em 18/02/2009.

parece existir uma forte pressão social (sobretudo dos meios de comunicação do país) para diferenciar o trabalho informal do formal, dificultando, assim, uma percepção de situações e realidades em comum, algo que seria crucial para formação de uma identidade conjunta entre os diferentes grupos de trabalhadores envolvidos. Parece, pois, não existirem elementos fortes/diretos de conexão entre os dois grupos (formais e informais), a não ser o fato de ambos estarem internamente fragmentados e isolados. Existe quase um abismo entre a condição informal de rua (totalmente sem direitos e sem garantias) e a condição formal¹²⁰, apesar de todos (informais e formais) refletirem a lógica estrutural da sociedade regida pelo capital, que tem no individualismo um valor determinante e constitutivo das práticas e relações sociais¹²¹. Sem dúvida, esses trabalhadores de rua contribuem para a circulação de mercadorias, servindo, assim, à lógica do capital. Nesse ponto estão todos esses trabalhadores, informais e formais, em uma mesma condição (em uma mesma classe, a classe trabalhadora), a serviço do processo de valorização ou realização do capital¹²².

Do ponto de vista da ascensão individual (via empreendimentos), são raros os casos de sucesso para o camelô tradicional. No geral, a ascensão é ilusória, limitada. O que há de fato é todo um imaginário – difundido pelos meios de comunicação, como programas de televisão tipo “Pequenas empresas grandes negócios”, Sebrae, Cursos de Administração Empresarial/Empreendedorismo, etc. – que insiste em afirmar que ser camelô *ou autônomo* é a própria realização de si, a conquista de seu próprio negócio, é a possibilidade fictícia de ser também capitalista, por não ter patrão e ser um *empreendedor* (um ser dotado de saber e de

¹²⁰Em 2009, o governo do presidente Lula criou um tipo de registro especial para os trabalhadores informais, o programa Microempreendedor Individual, o qual cria CNPJ para os informais, direitos na seguridade social, poderão também pagar impostos sobre os produtos comercializados e sobre serviços prestados e, ainda, contratar, com carteira de trabalho assinada, até um funcionário. A exigência principal do programa é que tenha uma receita anual de no máximo 36 mil reais. Ainda não fizemos qualquer avaliação desse programa, pois faltam dados.

¹²¹Sobre práticas individualistas presentes no universo da informalidade, ver o trabalho de Eric Cardin (2006), sobre laranjas e sacoleiros em Foz do Iguaçu.

¹²²Essa reflexão feita aqui em torno da questão de classe, da classe trabalhadora, representa um debate em aberto e rodeado por polêmicas. Almeja-se lançar pistas sobre esta questão ao longo da tese.

capacidade criativa e, principalmente, dotado de coragem para arriscar e disputar uma fatia do mundo capitalista)¹²³. O fato de estar exercendo *trabalho de rua* já é viver em situação precária e incerta (em contextos de fiscalização/repressão), que por si só tem o poder de engessar rupturas e fugas dessa situação. Em outras palavras, o sujeito que está vivendo de trabalho de rua, provavelmente, irá permanecer assim até o fim de sua vida. Mesmo que existam trabalhadores/as que consigam uma melhor inserção, no caso, uma inserção formal, são exceções e não a regra comum. Normalmente, essas melhores inserções são também precarizadas e subcontratadas, sendo, por vezes, preferível voltar para a rua do que viver vilipendiado na execução de um trabalho para outrem, com baixos rendimentos se comparado à informalidade. Na fala dos próprios trabalhadores: “[...] *tô no que é meu, faço o que quero na hora que quero*”¹²⁴. Quer dizer, estão vivendo na crença do *melhor sofrer para si*. Este tipo de trabalhador (tradicional, de rua) existe espalhado por todo o Brasil. No entanto, sua predominância parece ser no nordeste ou são compostos em maiores proporções pelas populações de origem nordestina. Populações que historicamente sofreram de exclusão no acesso aos meios de qualificação formais de qualidade (escolas, cursos profissionalizantes, universidades etc.) e que, portanto, encontraram na informalidade de rua uma *inserção possível* na busca pela sobrevivência.

Os espaços de sobrevivência deste grupo já estão delineados, o que se faz é inventar ou reinventar formas de execução da atividade, mas as formas de trabalho ainda permanecem *na rua*, sem garantias e sem direitos. É como se seu campo de atuação já estivesse pré-constituído. Hoje, mais do que nunca, a trajetória seguida pelos indivíduos tende a implicar diretamente nas suas formas de inserções sociais, nos seus tipos de trabalho. O espaço de

¹²³Como diz Tavares (2004, p.54): “[...] os defensores do capital assumem a tarefa de esconder as contradições do sistema, realçando a superfície, como se esta fosse a essência. No caso do trabalho informal, ressalta-se a autonomia, a transformação do empregado em patrão, [...] enquanto a relação capital-trabalho vai sendo obscurecida”.

¹²⁴Conforme entrevista de um trabalhador no centro de Salvador (2002), fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, coordenada pelas Professoras Graça Druck e Iracema Guimarães.

manobra possível é limitado. É como se o sujeito só pudesse se inserir na rua, em atividades de fácil acesso. Inevitavelmente, uma gama cada vez maior de brasileiros, predominantemente negros e mestiços, vai continuar a ingressar nesses tipos precários de inserção social, sofrendo as intempéries e agonias de se trabalhar nas ruas do país. Isso para aqueles que conseguirem se encaixar ou serem encaixados nessas formas de trabalho, pois, o que se vê nas diversas prefeituras do país é uma intensificação da repressão e do controle à entrada de novos trabalhadores na informalidade de rua¹²⁵. O que antes funcionava como válvula de escape do desemprego, na denominação de “setor de ajustes” (OIT, 1972), hoje (em 2011) constituem as mais modernas portas de reafirmação do desemprego e do trabalho precário, faltando apenas exibir um anúncio em jornal ou em rede de TV: *aqui não há mais vagas*. Em outras palavras, se parece não haver mais espaço para ser trabalhador formal, pois o mercado está saturado e é excludente em força de trabalho, agora, também não está havendo mais possibilidade, pelo menos facilmente, de inserção em trabalhos tipicamente desregulamentados, ilegais, informais de rua¹²⁶.

A inserção nas atividades de rua, principalmente para os trabalhadores informais de rua tradicionais, é resultante de uma não inserção nos principais assentos do *bonde da civilização*, justamente por não se ter acesso a meios formais de qualificação, como escolas, cursos técnicos/profissionalizantes, universidades. Aqueles que vivem fora desses meios de qualificações profissionais terminam se inserindo na informalidade como prática atenuante de existência. Contudo, uma questão que vem a tona no momento presente, para complexificar ainda mais essas atividades tradicionais e tornar mais difícil o acesso dessas populações formalmente (des)preparadas para os empregos modernos: houve uma mudança na

¹²⁵Sobre este tipo de situação, ver Durães (2006), Lopes (2008), entre outros.

¹²⁶Não se pode simplesmente colocar uma banca na rua ou pegar uma caixa de isopor e sair vendendo. Não é tão simples. Existem regras de, pelo menos, duas dimensões. As internas à atividade, do controle feito pelos próprios trabalhadores em atividade nos locais de venda, e as externas, da fiscalização/repressão da prefeitura. Esses são apenas exemplos que evidenciam que o universo informal de rua não é tão aberto como se acostumou afirmar. São essas regras internas que, Lautier (2004) diz representar parte das barreiras não-financeiras.

composição desses trabalhadores? Sim, há uma incorporação de indivíduos mais escolarizados e mais qualificados nessas atividades, principalmente em decorrência do desemprego estrutural da atual fase do capitalismo, o que coloca uma série de atributos nas atividades de rua que antes não existiam¹²⁷. Isso acarreta em aumento de custos para se iniciar na atividade e termina por exigir uma capacitação extra, em alguns casos específicos, como veremos no decorrer da tese. No tocante aos custos, representa o que Lautier (2004, p.51) denomina de “barreiras financeiras” para entrada na informalidade. O custo financeiro (o capital fixo inicial e o circulante) seria uma barreira, precisa-se de dinheiro para iniciar em tais atividades. O autor faz uma crítica a concepções passadas da informalidade que a concebia como sendo atividades sem barreiras, abertas. Ao contrário, para ele, as barreiras (diversas) são marcantes e representam, inclusive, “[...] a principal razão da diferenciação interna da economia informal”. (Id., *ibid.*, op. cit., tradução livre).

Os camelôs de tecnologia ou a segunda acepção da rua

Hoje, na informalidade de rua, em específico nos camelôs, ocorrem mudanças internas sem seguir ordens de chefes, aparentemente sem seguir um receituário interno, um padrão de excelência/eficiência/produtividade, um paradigma. Aparentam muito mais acompanhar o desenvolvimento da sociedade em geral, de modo livre e individualizado. Não que eles adotem novas práticas apenas de modo repetidor, como comportamento coletivo, seguindo o que vem de fora. Pelo contrário, eles resignificam e se apropriam do externo, daquilo que não está sendo imediatamente vivenciado por eles, mas que os influenciam, reestruturando suas ações e práticas, compondo parte de sua própria característica, parte de

¹²⁷Ver este tipo de mudança em Durães (*Ibid.*), Lopes (*Ibid.*), entre outros.

sua *transitoriedade* intrínseca. Apenas afirmamos que não existe uma equipe especializada de gestores nas atividades de rua, para fazer ou propor essas reconfigurações, para pensar, por exemplo, qual o melhor produto a ser comercializado ou qual a melhor forma de atrair a clientela. Isso não ocorre porque o espaço das atividades de rua é hiperdisputado, a fragmentação e o individualismo em suas práticas se afirmam de modo exorbitante, o que certamente não contribui para a formação de coletividades, de grupos que pensem a própria atividade, que procurem remodelar as ações do conjunto dos trabalhadores, buscando, assim, uma melhor inserção ou uma melhor prática de trabalho. No tocante à informalidade de rua, tudo ou quase tudo é concebido na própria prática cotidiana. Além disso, talvez essa mudança nas práticas informais de rua seja quase que totalmente decorrente da “nova informalidade” (CACCIAMALI, 2000)¹²⁸, da entrada de novos tipos de trabalhadores na informalidade, trabalhadores com maiores qualificações, maior preparo profissional, com técnicas e relações novas de trabalho.

O caso (que parece ser mais) típico de reconfiguração existente nas atividades de rua é o que aqui denominamos de *camelô de tecnologia, de produtos tecnológicos ou global*. Claro que não representa o único caso de reconfiguração da informalidade de rua, certamente, existem outros exemplos e com outros tipos de mercadorias, mas nesta pesquisa optamos por tratar deste tipo específico. Diante disso, vamos adentrar no *objetivo geral* deste capítulo, que é suscitar a reflexão teórica em torno da questão da reconfiguração da informalidade de rua, focalizando o camelô de tecnologia. Aproveitaremos também para levantar, pelo menos, as seguintes problematizações: são os camelôs de tecnologia uma forma de empresa de rua, ou, ao contrário, são ainda os típicos informais, avulsos, ligados à sobrevivência imediata? Qual a lógica (do processo e das relações de trabalho) que predomina nesse tipo de atividade, a do trabalhador, ligado à sobrevivência, ou a da empresa, ligada ao lucro, exploração do trabalho

¹²⁸Ver também Filgueiras; Druck e Amaral (2000); Lima e Soares (2002); e Machado da Silva (2002).

alheio, uma lógica empresarial etc.? Quer dizer, será que a informalidade de rua mudou sua lógica interna de funcionamento (sua dialética) e sua própria aparência imediata?

Essas questões que aqui levantamos servem muito mais, como dissemos anteriormente, para suscitar reflexões, abrir portas, do que para dar respostas prontas e acabadas. Consideramos que o fenômeno que pomos em questão está ainda em mudança, o que não permite tecer respostas ligeiras e diretas, sem cair em reducionismos ou generalizações vazias.

O fato concreto é que essas atividades, os camelôs de tecnologia, estão se espalhando cada vez mais pelo país, ocupando novos espaços e entrando em várias cidades, sendo, por um lado, uma verdadeira questão social para o Estado, por representar uma perda significativa de impostos/tributos e, por outro, uma perda de consumidores (de demanda) para as empresas de produtos e serviços tecnológicos/formais (lojas e indústrias), espalhadas pelo país.

Essas atividades, pela sua complexidade, reconfiguração e expansão, representam em si uma questão-problema para a própria Sociologia. Antes mesmo de ser uma questão para o Estado brasileiro, apresenta-se como fonte de estudos e análises, assim, cabível de indagações e tentativas de desvendamentos.

Os camelôs de Tecnologia podem também ser denominados de *elite das ruas*, elite dos camelôs, são quase *empresas de rua*. Compõem o segmento de rua que consegue maiores lucros, ligado à venda de produtos eletrônicos e de alta tecnologia, incorporando toda uma *lógica e estilo*¹²⁹ (DURÃES, 2008) capitalista/formal de venda e de relações de trabalho, porém mantém-se no lugar por excelência das atividades tradicionais, a rua. Essa denominação refere-se a uma mescla de influências típicas do capitalismo – incorporação de um certo *estilo* de trabalho que imita traços dos trabalhos regulares/formais, como no tocante

¹²⁹ Ver Durães (2008).

a relações de assalariamento; *possível* separação capital-trabalho; uso de fardas, sacolas e cartões de visita personalizados; adoção de pagamento via cartões de crédito e débito; uso de tecnologias de comunicação na rua, como telefone, fax e internet, entre outros artifícios, como ligar para clientela para ofertar lançamentos tecnológicos. Ainda assim, mantêm características singulares das atividades de rua, ligadas a inovação e a criatividade, peculiares a essas formas de trabalho. Incorporam toda uma *lógica* formal de trabalho de uma empresa, porém, se realiza na rua, sem registro de microempresa ou coisa do gênero, apenas com uma inscrição na prefeitura, uma licença provisória. Convivem lado a lado vendedor tradicional e moderno, como na região do Terminal Central de ônibus de Campinas¹³⁰ ou no camelódromo da Uruguaiana, centro do Rio¹³¹. Isto é, formas historicamente precárias de trabalho, consideradas como atrasadas, pretéritas, representam o que de mais novo existe nas atividades de rua; quer dizer, o que era o *lôcus* do *velho*, hoje é a expressão máxima do *novo*. Esse grupo *parece ser diretamente reconfigurado por elementos inovadores*, todavia sem anular por completo o passado, suas características históricas. Parece haver mais uma *hipersimbiose* do velho com o novo, com maior participação do novo que do velho, consolidando uma configuração contraditória sem ser anacrônica, não estão fora de época. Do ponto de vista do processo de trabalho, é mais do que evidente que eles estão, agora, mais do que nunca, de acordo com as formas de trabalho do mundo formal moderno/capitalista, vivenciando também, *possivelmente*, processos e mecanismos de precariedade, incertezas, intensidade de trabalho, elementos típicos do assalariamento padrão/tradicional. Assim, o camelô de

¹³⁰O Terminal é dividido em setores específicos, cada qual com tipos peculiares de vendedores. Desse modo, o informal de tecnologia fica em uma área própria, contudo, ainda assim, fazem fronteira com outros tipos de trabalhadores, havendo em alguns casos uma certa mistura de tipos de produtos comercializados. Inclusive são os próprios trabalhadores (via o Sindicato da categoria) que se auto-organizam espacialmente, conforme as regras postas pela prefeitura. Observações colhidas de visitas ao local e de entrevistas com a presidente do Sindicato informal, em 2007/8.

¹³¹No camelódromo ocorre algo similar ao registrado sobre Campinas. Os camelôs estão distribuídos em quadras (A, B, C e D) e misturam estas duas formas, tradicionais e modernizadas. Neste caso, percebe-se algo diverso que é a reconfiguração de outros tipos de camelôs, não apenas os que vendem produtos tecnológicos, por exemplo, aqueles que vendem roupas. Estes, de modo também sofisticado (na aparência), assumem novas feições e parecem incorporar também a “lógica e estilo” eminentemente formal de trabalho (DURÃES, 2008).

tecnologia não está fora de época, mas, pelo contrário, inserido dentro do tempo da sociedade da tecnologia (do capital), via incorporação de *lógica e estilo* do trabalho assalariado/formal. Na verdade, essa interface velho-novo será melhor detalhada no transcurso da tese, onde se poderá adentrar nos conteúdos e nas reconfigurações destas formas de trabalho. Assim, poder-se-á saber, por exemplo, se esse processo realmente resulta apenas da entrada dos “novos-informais” (CACCIAMALI, 2000; FILGUEIRAS, et al., 2000; LIMA e SOARES, 2002; e MACHADO DA SILVA, 2002), os quais trazem consigo um estilo capitalista de trabalho (um *modus operandi*) ou se decorre do tipo de produto comercializado, as mercadorias tecnológicas, que trazem consigo um estilo de venda próprio (uma carga simbólica), o qual terminou influenciando na forma de ser das atividades de rua (no nível de suas representações concretas de trabalho e de vida); ou, ainda, se foi um processo resultante de outras situações.

Esses trabalhadores vendem produtos sofisticados como computadores, máquinas digitais, aparelhos de DVD, MP3, MP4, MP7, MP9, entre outros equipamentos eletrônicos¹³². Auferem maiores rendimentos, possuem todo um estilo à semelhança das empresas formais. Mesmo lotados na rua, usam uniformes¹³³, letreiros e propagandas (*lay aut*) com o nome dos boxes ou das bancas, como se fossem empresas – como a *Dataplay*, cujo slogan de sua estampa comercial é “Tudo com qualidade e garantia”, ou a *Story’s Eletro & Informática*, especializada em “Acessórios para informática, sons para carro e eletrônicos em geral”, ambas funcionando em *boxes/bancas* no Terminal Central de ônibus de Campinas –, utilizam-se de sacolas e cartões personalizados, atendimento especial e qualificado, máquinas de

¹³²Não incluímos aqui os vendedores de CD/DVD pelo menos por duas razões: primeira, por representarem um fenômeno por demais generalizado no país, que agrega tanto trabalhadores regulamentados quanto desregulamentados (com bancas, pontos fixos e ambulantes), quer dizer, grupos com inserções diferenciadas na atividade de rua, uns mais precários do que outros; e, a segunda, dá-se pelo fato desses trabalhadores de CD/DVD venderem produtos diferenciados dos camelôs de tecnologia, pois ofertam produtos com baixo valor agregado, produtos mais baratos, com uma carga negativa maior, pois lidam com pirataria (falsidade ideológica, contravenção), além disso, certamente possuem níveis de renda diferenciados. Desse modo, para evitarmos incongruências mais graves, optamos por restringir e delimitar mais rigorosamente nossa análise.

¹³³O uso de uniformes é corrente no caso de Campinas. Já no camelódromo do Rio, ocorre muito raramente, mesmo porque a associação do Mercado Popular da Uruguaiana, do camelódromo, proibiu o uso de uniformes, para que não se criem diferenciações por roupas, conforme informação dada pela vice-presidente, em entrevista realizada em 2008.

cartões de crédito e débito, subassalariamento. Possuem seguranças privados nas ruas. Enfim, seguem toda uma *lógica e estilo* próprios do sistema de trabalho formal/regular de uma empresa capitalista.

Esse grupo de trabalhadores parece (também) estar inserido diretamente dentro do processo de realização do capital (via circulação de mercadorias, funcionando como “*trabalhadores gratuitos*”¹³⁴, os quais contribuem para realização do capital, sem cobrar nada) e também estar diretamente conectado com o mundo globalizado, via comercialização de produtos de diversas partes do mundo, como China, Coréia, Japão etc. Dessa maneira, eles se portam como um fenômeno por si só contraditório, o qual é, ao mesmo tempo, *moderno* (valendo-se de práticas ditas formais, modernizadas, sofisticadas, tanto no nível da técnica de venda quanto dos tipos de produtos comercializados) por incorporar produtos e qualificações modernizantes e modernizadas, como também é tradicional por manter-se no lugar por excelência da informalidade, na rua, e por correlacionar práticas modernas com lógicas tradicionais peculiares à própria atividade, como suas formas típicas e singulares de atrair os clientes, via gritos ou exposição de mercadorias. Inclusive, mantêm uma de suas características principais, a saber, a existência na rua, sem pagamento de impostos pela circulação de mercadorias e sem carteira assinada (no geral)¹³⁵. Portanto, por si só, essa acepção parece compor um curioso paradoxo de aparência formal (modernizada) e essência informal (sem garantias/direitos).

¹³⁴Sobre os trabalhadores gratuitos, ver Durães (2005).

¹³⁵Segundo a representante da Associação do camelódromo da Uruguaiana, em entrevista realizada em 2008, existem trabalhadores com carteira assinada no camelódromo, mas são poucos. Além disso, ela informou que muitos trabalhadores (funcionários), ao serem demitidos, recebem uma indenização por parte do camelô-proprietário. Em alguns casos, segundo essa representante, é a própria associação que faz os cálculos dos direitos (tempo de serviço) do funcionário demitido, através de seus advogados. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, segundo uma funcionária-gerente em entrevista realizada em maio de 2009, no próprio camelódromo, tratam-se de registros feitos em outros negócios fora do camelódromo, mas que pertencem ao mesmo proprietário-informal. Ou seja, o trabalhador é registrado pelo mesmo patrão que tem outro negócio fora do camelódromo.

Diversos fatores históricos de trajetória social e de vida precária implicam em estar situado em determinada condição de vida, de trabalho, na rua, situado de determinada forma e não de outra. É como se o espaço de existência e de vida desses agentes sociais ficassem em alguns casos *subsumidos*¹³⁶ diante da força estrutural da sociedade que os constitui, sobrando pouco espaço para suas intervenções subjetivas e individuais no nível de sua inserção e reprodução social (no plano das ações autônomas).

As formas de trabalho de rua representam certamente uma grande questão da sociedade brasileira da atualidade, em pleno século XXI. A informalidade de rua tradicional, existente provavelmente desde os tempos mais remotos de formação das cidades brasileiras, não funciona mais como um espaço de trabalho aberto (sem barreiras), apto para equilibrar o desemprego no país. Na verdade, nessa primeira década do século XXI, a informalidade de rua começa a exibir barreiras de acesso e, em certos casos, alguns níveis para ingresso, como é o caso dos camelôs de tecnologia, que aparentam possuir maiores níveis educacionais e capacitação profissional mais elevada, além de todo um cabedal de conhecimentos sobre tecnologia que se tem que ter para comercializar este tipo de produto. Nem todos/as que sobrevivem em trabalhos de rua possuem conhecimentos para lidar com os produtos sofisticados como são os tecnológicos, que a cada dia se diferenciam. Sempre surgem novos produtos, que rapidamente são vendidos, exigindo do trabalhador (do camelô de tecnologia) um aprimoramento constante para acompanhar esse desenvolvimento. Claro que muito desse aprimoramento parece ser adquirido no dia-a-dia, na prática, mas exige um conhecimento prévio do trabalhador. Algo que sinaliza para existência de barreiras de ingresso.

Esta é a nova face da informalidade de rua, que representa uma estreita conexão e imbricação com sofisticados elementos modernos do mundo formal/regular. Ocorre hoje uma

¹³⁶Mais do que puramente subordinados, estão constituídos/formados por uma determinada lógica estruturadora e modeladora das práticas sociais.

reordenação na antiga informalidade de rua, até então nunca vista. Pode-se dizer, portanto, principalmente por essa via do trabalhador de tecnologia, que *a informalidade de rua se* apresenta não como um fenômeno do passado, tradicional, nem muito menos como uma volta a tal estado, mas sim como um fenômeno diretamente integrado ao capitalismo em uma das esferas mais desenvolvidas e avançadas, no campo da tecnologia e da informática. Acreditamos também que esse tipo de trabalhador funciona como um veículo de divulgação e inclusão de tecnologias e produtos sofisticados para uma parcela da população que estaria excluída dessas inovações, como no acesso à máquinas digitais de última geração, equipamentos sofisticados para veículos, entre outros. Isso representa, por um lado, a inclusão de populações com menor poder aquisitivo, que assim tem acesso às inovações tecnológicas, como também, por outro lado, implica numa expansão de ganhos para grandes empresas de desenvolvimento e produção desses equipamentos, quer dizer, parece representar ganhos para o capital (tecnológico). A rua termina servindo diretamente como mais um espaço de expansão de ganhos e lucros, mesmo que seja um espaço ilegal e informal.

Capítulo 3: Os Camelôs de Tecnologia ou a empresarização da rua: a rua como negócio

1- O Perfil dos camelôs de produtos tecnológicos

Os camelôs¹³⁷, aqui considerados, representam um conjunto de trabalhadores/as situados/as no camelódromo da Rua Uruguaiana, no centro do Rio de Janeiro. Este camelódromo foi criado em 1994, na gestão do prefeito César Maia. Ele é construído com estruturas e cobertura também de metal, num estilo de galpões, porém abertos, ou seja, não é fechado com cimento e tijolos, como ocorre nos galpões tradicionais. O camelódromo é composto por quatro quadras (setores ou blocos), A, B, C e D, todos na mesma área, em um terreno acima do metrô da Uruguaiana, mas são separados por ruas. No geral, as quadras são especializadas em determinados produtos, apesar de estar ocorrendo uma mudança muito significativa, vários camelôs estão mudando seus produtos de venda e passando a trabalhar com eletrônicos. Mudar de produtos comercializados é, desde muito tempo, uma característica forte dessas atividades, faz parte de suas dinâmicas internas de funcionamento e organização (sua *transitoriedade* inerente). Em muitos casos, as mudanças estão atreladas à venda, ao que está tendo maior saída em determinada época (maior venda). Claro que isto tem uma relação direta com os consumidores, são estes que acabam influenciando nos tipos de produtos comercializados. Esta realidade é a expressão da clássica lei da economia da oferta e procura. Parece estar havendo um aumento considerável da procura por bens/produtos eletrônicos, e, isto termina por conduzir a um aumento da quantidade de camelôs que querem ofertar tais

¹³⁷ Neste texto utilizamos os termos “dono do negócio”, “proprietário do negócio”, ou “camelô-proprietário”, ou ainda “camelô-patrão” para designar os donos ou donas da atividade que se realiza e não, necessariamente, donos do box. Muitas vezes, como soubemos na pesquisa, os boxes são alugados, emprestados ou até compartilhados, numa espécie de negócio partilhado/dividido/sociedade. Em contrapartida, para os empregados/funcionários, denominaremos de “camelô-funcionário” (não-proprietário). Foi aplicado o mesmo questionário para os dois grupos, com algumas questões específicas para cada segmento.

tipos de produtos. Existe um total de 1600 boxes cadastrados (no caso, 1600 camelôs), conforme dado obtido junto à Associação de Comerciantes Informais do Mercado Popular da Rua Uruguaiana. Mas não, 1600 “negócios”. Digo isso, pois muito dos “negócios” possuem mais de um box conjugado, por vezes, existem 2 ou 3 boxes, mas que representam apenas um negócio, onde pode ter mais de um camelô-proprietário associado. Isto é, o número de negócios é menor. Assim, não é um box igual a um negócio, podem ter mais de um em um único negócio. Cerca de 250 “lojas” (negócios) lidam diretamente com eletrônicos, conforme contagem direta que fizemos. Nestas, estimamos que existam cerca de 450 camelôs (proprietários) envolvidos. Nossa pesquisa entrevistou 42 “lojas” (42 pessoas) de um total aproximado de 250, via questionário, que, apesar de ser de cunho eminentemente qualitativo, abarcou cerca de 17% do total de “lojas” de camelôs de tecnologia. Todavia, como dissemos, é um dado estimado.

Quem define o tipo de produto comercializado é o próprio dono do negócio, são eles/as que definem o que vão vender, cabe apenas à Associação fazer a fiscalização geral (sem poder coercitivo) e dar suporte para a venda¹³⁸.

Este novo informal não comporta mais características típicas dos camelôs ditos tradicionais, como baixa escolaridade, poucos rendimentos, baixo ou nenhum nível de qualificação formal, reduto de pessoas mais velhas, excluídas de trabalhos formais, quase inexistência de relações de trabalho “assalariadas” (donos-funcionários, capital-trabalho). Contudo, eles ainda exercem seus trabalhos na rua, com registro municipal, mesmo diante da sofisticação dos produtos tecnológicos.

Pode-se notar na tabela 01 abaixo uma expressiva participação feminina, chegando a quase 60% do total de pesquisados. É um dado relevante. A participação feminina sempre foi

¹³⁸A Associação arrecada 30 reais por semana de cada box para a administração do camelódromo (para o pagamento da energia, da equipe de segurança, incêndio, manutenção, limpeza e conservação geral), conforme nos falou a vice-presidente da associação em entrevista, no segundo semestre de 2008.

expressiva em atividades informais, que em si é um dado similar ao informal tradicional em geral. Ademais, como pode ser observado na tabela 02, na sequência, na distribuição que fizemos dos/as proprietários/as por sexo, essa participação feminina ocorre, sobretudo, como funcionárias/empregadas e não como donas/proprietárias do negócio. Do total de mulheres pesquisadas, 24 trabalhadoras, cerca de 21% (apenas 5 delas) são donas do negócio. Já com relação aos homens, proporcionalmente, esse dado é muito mais expressivo. Do total de pesquisados, 18, cerca de 55,5% (10) são donos. Aqui, aparece a inserção feminina predominante em situações de trabalho mais precárias, haja vista, que irão possuir menores rendimentos e não terão tanta autonomia, pois não são donas do negócio e sim subordinadas aos padrões informais, que podem ser homens ou mulheres. Vejamos abaixo as tabelas 01 e 02 sobre a divisão por sexo.

Tabela 01 - Distribuição dos Entrevistados por Sexo

Sexo	Frequência	%
Masculino	18	43
Feminino	24	57
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

**Tabela 02 - Distribuição dos Entrev. Cruzando Dados:
Sexo e Donos/as do negócio**

Sexo	É proprietário/a do/a negócio?		Total
	Sim	Não	
Masculino	10	8	18
Feminino	5	19	24
Total	15	27	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Ainda sobre a inserção dos camelôs por divisão sexual, pomos em evidência um cruzamento de dados relativo à escolaridade distribuída por sexo. As mulheres perdem para os homens, proporcionalmente, sob o ponto de vista da escolaridade, apesar de serem responsáveis por um dado significativo, fazendo, pois, parte do aumento do nível de escolaridade dos pesquisados em geral. Como fica evidente na tabela 03 abaixo, a partir do segundo grau completo, existem 17 mulheres para 14 homens, de um total de 24 mulheres pesquisadas e de 18 homens, ou seja, significa que cerca de 71% das mulheres possuem pelo menos o segundo grau completo, enquanto representa aproximadamente 78% dos homens com este mesmo nível de escolaridade.

Tabela 03 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Sexo e Escolaridade

Sexo	Escolaridade					Total
	Até o 1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
Masculino	4	0	11	0	3	18
Feminino	5	2	12	4	1	24
Total	9	2	23	4	4	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Do ponto de vista da escolaridade em geral, percebe-se, um aumento do nível de formação escolar, vejamos a tabela 04:

Tabela 04 – Distribuição dos Entrev. por Escolaridade

Escolaridade:	Frequência	%
Até o 1º grau completo	9	21
2º grau incompleto	2	5,0
2º grau completo	23	55
Superior incompleto	4	9,5
Superior completo	4	9,5
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Nota-se que cerca de 74% (somados os pesquisados com nível superior completo e incompleto) do total de trabalhadores/as possuem, pelo menos, o segundo grau completo. Se observarmos apenas os de nível superior (completo e incompleto), temos um percentual aproximado de 19%. Estes dados representam, pois, um nível relevante de escolaridade, possivelmente grupos melhores inseridos socialmente, mais capacitados, estão agora migrando para atividades informais. Sem dúvida, esse quantitativo decorre do processo mais geral de crise do trabalho, do desemprego, de globalização e reestruturação econômica, que não cabem aqui serem explicitados, como mostraremos nas duas tabelas a seguir.

Do total de entrevistados que tiveram experiência anterior de trabalho, 32 trabalhadores/as, cerca de 71%, vieram de empregos formais (incluídos os trabalhadores com carteira assinada)¹³⁹, conforme tabela 05 abaixo.

¹³⁹Esse dado vem reforçar uma ideia comumente aceita no campo da informalidade no Brasil, o fato de que esta terminou por aumentar seu contingente nas últimas décadas, devido à inserção de pessoas que vieram do emprego formal (demitidas), compondo, assim, parte da denominada “nova informalidade”. Sobre esta questão, ver: Cacciamali (2000), Filgueiras, et al. (2000); Lima e Soares (2002); e Machado da Silva (2002).

Tabela 05 – Distribuição dos Entrev. sobre o último trabalho antes do atual

Último Trabalho:	Frequência	%
Vendedor c/ carteira*	7	21,9
Operário/c cart	1	3,1
Feirante	1	3,1
Empregado com carteira	11	34,4
Vigilante/porteiro/c.cart	2	6,3
Empregado s/ carteira	6	18,8
Loja de informática c/ carteira	1	3,1
Comerciante	1	3,1
Telemarketing/Atendimento ao cliente c/ cart.	1	3,1
Empregada doméstica s/ cart.	1	3,1
Total**	32	100,0

*Dois destes vendedores não possuíam carteira assinada, mas trabalharam em lojas formais.

**O total reduziu para 32, pois existem dez trabalhadores que estão no primeiro trabalho. As categorias “c/ carteira” significam com registro em carteira de trabalho. Os “s/ cart.” significam os sem registro em carteira.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Referente ao total de camelôs de tecnologia pesquisados, cerca de 76% iniciaram nesta atividade nos últimos 3 anos. Destes, aproximadamente 35% iniciaram nos últimos 6 meses, conforme tabela 06 abaixo. Isto sugere que muitos perderam o emprego ou saíram recentemente e terminaram se inserindo na atividade de camelô de tecnologia.

Tabela 06 – Distribuição dos Entrevistados pela Entrada na Venda de Eletrônicos

Tempo que entrou:	Frequência	%
Até 1 mês	3	7,1
Mais de 1 até 3 meses	6	14,3
Mais de 3 a 6 meses	6	14,3
Mais de 6 meses até 1 ano	11	26,2
Mais de 1 a 3 anos	6	14,3
Mais de 3 até 7 anos	5	11,9
Mais de 7 anos	5	11,9
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Sobre a inserção em atividades de rua, temos a tabela 07 abaixo, que traz dados similares. Cerca de 64% dos pesquisados afirmaram que entraram na informalidade de rua nos últimos 2 anos. É mais um dado que vem a corroborar com nossa afirmação de uma inserção recente em trabalhos informais. Se observarmos a entrada em até 1 ano, pode-se notar que se trata, principalmente, de uma inserção recente como camelô de tecnologia, cerca de 62% do total, tabela 06 acima, e, na própria informalidade em geral, cerca de 48%, tabela 07 abaixo.

Tabela 07 – Distribuição dos Entrevistados pela Entrada em Atividades Informais de Rua

Tempo que entrou:	Frequência	%
Até 1 mês	1	2,0
Mais de 1 até 6 meses	10	24
Mais de 6 meses até 1 ano	9	21
Mais de 1 até 2 anos	7	17
Mais de 2 até 5 anos	3	7,0
Mais de 5 anos a 10 anos	7	17
Mais de 10 anos	5	12
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Relativo à idade, tem-se outra surpresa, conforme dados da tabela 08 abaixo.

Tabela 08 - Distribuição dos Entrevistados por Idade

Idade	Frequência	%
Jovens (15 a 24 anos)	22	52
Adultos (25 a 40 anos)	15	36
Acima de 40 até 55 anos	5	12
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Cerca de 88% possuem até 40 anos, somados os jovens (de 15 a 24 anos) e os adultos (de 25 a 40 anos). Trata-se, dessa forma, de um universo de pesquisa marcado por pessoas jovens, como pode ser visto no percentual desta faixa, temos cerca de 52% de jovens. Parece haver, neste tipo de atividade, grande participação de jovens, notadamente, pessoas mais ligadas, de algum modo, aos recursos e atributos tecnológicos, às inovações recentes ocorridas no mundo. Também, pode-se notar que foi entre os jovens que ocorreu uma maior quantidade de cursos realizados antes de estarem neste trabalho atual, como pode ser observado na tabela 09 abaixo, no cruzamento entre curso profissional e idade do pesquisado. Os jovens possuem um nível de qualificação formal e atuam no universo informal. Esta, sem dúvida, é uma mudança expressiva. São justamente os jovens um dos segmentos que, de um modo geral, mais sofrem para encontrar trabalho formal, notadamente, quando se refere ao primeiro emprego.

Tabela 09 - Distribuição dos Entrev. cruzando dados: Idade e Curso (profissionalizante) p/ alguma profissão

Idade	Curso-profissão?		Total
	Sim	Não	
Jovens (15 a 24 anos)	17	5	22
Adultos (25 a 40 anos)	11	4	15
Acima de 40 até 55 anos	4	1	5
Total	32	10	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Do total de jovens pesquisados (22), cerca de 77% fizeram algum curso profissional (17 pessoas). Dentre estes, 59% (10 pessoas) fizeram curso direcionado para área de tecnologia como informática/eletrônica ou manutenção de celular, como pode ser visto na tabela 10 abaixo.

Tabela 10 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Idade e Curso

Curso	Idade			Total
	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 40 anos)	acima de 40 até 55 anos	
Telemarketing/atendimento/secretariado/aux. de escritório/aux. adm	4	1	0	5
Serviço geral/pederiro/garçon	0	1	0	1
Informática/eletrônica/manutenção de celular	10	7	2	19
Torneiro mec/operário/motorista	0	2	2	4
Gestão de negócios /marketing/vendas/ técnico em publicidade, adm empresas de nível médio	3	0	0	3
Total	17	11	4	32

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

No caso dos adultos (15 ao todo), houve também uma participação expressiva relativa a cursos profissionais. Cerca de 73% fizeram algum curso. Destes, 64% fizeram em áreas afins à tecnologia, conforme tabela 10 acima. Agregando-se o percentual de jovens e de

adultos que fizeram cursos, temos aproximadamente 87,5%. Já os ligados à informática e eletrônica, nessa mesma faixa etária, totalizam 17 pessoas, um percentual expressivo de 53% em relação ao total de trabalhadores/as que fizeram algum tipo de curso, que são 32 pessoas. Estes representam cerca de 76% do total de pesquisados.

Com relação à cor, ocorreu uma outra novidade, mas não tão representativa. Nota-se, conforme tabela 11 abaixo, uma quantidade relevante de pesquisados que se autodeclararam brancos, cerca de 48%. Isso demonstra uma participação expressiva de brancos em atividades relacionadas à tecnologia, em atividades que lidam com maiores possibilidades de renda. A participação de negros (considerando os que se autodenominaram pretos e pardos) ainda é bastante representativa, chegando a cerca de 45% do total de pesquisados. Quer dizer, os camelôs de tecnologia (de nossa pesquisa) são compostos quase que igualmente por brancos e negros.

Tabela 11 – Dist. dos Entrev. por Cor

Cor:	Frequência	%
preto	5	11,9
branco	20	47,6
Amarelo	3	7,1
Pardo	14	33,3
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Vejamos agora os dados relativos à questão da migração. Este tipo de camelô é predominantemente composto por populações do próprio município do Rio e grande Rio, região metropolitana (baixada fluminense), como pode ser visto na tabela 12 abaixo. Do total de entrevistados, cerca de 64% são oriundos da própria cidade (mais região metropolitana). Não se trata, portanto, majoritariamente de populações que vieram de fora para viver deste

tipo de atividade. Não obstante, existem cerca de 36% que vieram de fora, conforme tabela 12 abaixo.

Tabela 12 – Dist. dos Entrev. por Local de Nascimento

Local de nascimento	Frequência	%
Rio de Janeiro e Região Metropolitana (+ Baixada, Niterói e São Gonçalo)	27	64
Outro Estado (Nordeste/Norte)	12	29
Outro Estado (Sudeste/Sul)	3	7,0
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

O curioso neste dado é que, dos migrantes que exercem a atividade, 29% são compostos por pessoas oriundas de estados do Nordeste/Norte, conforme tabela 12 acima. Todavia, não se trata essencialmente de migrações recentes, no caso de tomarmos como migração recente aquela ocorrida nos últimos 5 anos. Cerca de 47% migraram nos últimos 5 anos, ver tabela 13 abaixo. Este dado nos reporta as seguintes indagações: a atividade informal atrai os migrantes ou é onde muitos deles encontram formas de inserções, de trabalho? Caberia ainda indagar, qual o fascínio que este tipo de atividade (de tecnologia) exerce nestas populações para estimularem sua vinda, ou, o que permite que estes migrantes se insiram nestes trabalhos? Será que a entrada desses imigrantes nestas atividades está relacionada a uma falta de opção, ou, pelo contrário, é a própria consolidação de um “negócio”, resultado de um planejamento? Seriam as redes sociais dessas atividades (familiares, de amizade etc.) que abrem as portas para essas pessoas? Como vimos antes, tais redes possuem, pelo menos, um duplo sentido: são base de apoio/suporte, senha de acesso para uns, mas também constituem verdadeiras barreiras de ingresso para outros (a maioria). A informalidade de rua, pode-se afirmar, não se apresenta como um lócus aberto de trabalho, como disse a vice-presidente da Associação dos camelôs, em entrevista realizada em 2008:

[...] aqui temos uma lista de espera de pessoas que querem virar camelôs, são mais de 10 mil pessoas cadastradas. Aí, quando aparece vaga, nós vamos seguindo a lista. Essa lista é feita na prefeitura. Mas, damos preferência para deficientes, idosos e ex-presidiário. É a regra da prefeitura. Antes o cadastro era diferente [...], mas hoje é muito difícil. Quando é com um ex-presidiário, o oficial de justiça vem aqui no Mercado [no camelódromo] e fiscaliza se o ex-preso está realmente trabalhando, nós recebemos ele aqui. Temos vários ex-presidiários aqui dentro [...] e a gente dá condições de trabalho aqui dentro. Dá certo. Eu tenho um rapaz que trabalha em meu box [...], [ele] era bandido perigoso, traficante, gente da pesada. E hoje em dia é um ótimo pai de família, uma pessoa integrada na sociedade, entendeu? uma pessoa que você senta, conversa, não quer saber de passado. Não tem passado, o passado dele começou aqui, o passado é o presente, aqui.

Essas são questões para se pensar, não necessariamente para serem resolvidas aqui, servem como reflexões sociológicas mais amplas. Nessa fala da vice-presidente aparecem algumas das barreiras de entrada na informalidade, no caso, as barreiras legais, mas sabe-se que muitos entram de outras formas, alugando boxes, comprando etc. Vale também falar que a prefeitura normatiza o acesso a concessão provisória (a licença) para ser camelô, para ter direito ao box, como foi dito, e concede vagas preferencialmente a deficientes e idosos. O caso dos ex-presos é um acordo da prefeitura com a Associação e com a Justiça.

Tabela 13 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Local de Nascimento e Tempo que Mora no Rio

Local de Nascimento	Tempo que mora no Rio			Total
	até 5 anos	de 5 anos e um dia a 10 anos	mais de 10 anos	
Rio de Janeiro e Região Metropolitana (+ Baixada, Niterói e São Gonçalo)	0	0	27	27
Outro Estado (Nordeste/Norte)	6	1	5	12
Outro Estado (Sudeste/Sul)	1	0	2	3
Total	7	1	34	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Ainda no contexto da composição do perfil, evidenciaremos também a questão dos rendimentos na atividade. Por sinal, tal tema despontou muita dificuldade de captação de sua

veracidade, principalmente, quando se trata de pesquisa sobre informalidade de rua, ambulantes e camelôs. Era e é bastante comum neste tipo de pesquisa o pesquisado não saber ao certo quais são seus rendimentos, notadamente, quando se trata de atividades informais mais tradicionais, mesmo porque, não se fazia praticamente nenhum cálculo de entrada e saída de mercadorias, de estoques¹⁴⁰. Praticamente, ia se vendendo e comprando mais e vendendo novamente, sem um cálculo/controle por trás. Era tudo feito basicamente no costume/tradição¹⁴¹. No caso, dos camelôs de produtos tecnológicos, nota-se uma mudança neste perfil. Agora, aparece muito bem definido a noção do cálculo e do controle das vendas. Como exemplo disso, vejamos a tabela 14 abaixo.

Tabela 14 - Dist. dos Entrev. pelo Tempo que Faz o Balanço das Mercadorias

Fazem controle de vendas e compras?	Frequência	%
Sim	40	95
Não	2	5,0
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Percebe-se um percentual alto de controle de vendas, cerca de 95% fazem controle de entrada e saída de mercadorias. Destes que fazem controle, 40 camelôs, cerca de 97,5% fazem, pelo menos, uma vez por mês, como pode ser visto na tabela 15 abaixo, bem como cerca de 40% fazem, pelo menos, uma vez por semana, somado os que fazem todo dia. Assim, a informalidade de rua não é mais o universo do aleatório, sem controle, ao contrário, pode-se

¹⁴⁰A atividade do camelô tradicional corresponde àquela na qual o trabalhador vive literalmente no limite da sobrevivência, conquistando dia-a-dia suas necessidades imediatas, sua alimentação, vestimenta, moradia. É composta pelos *trabalhadores mais tradicionais* – menos reconfigurados por elementos inovadores. São os mais vulneráveis às ações de controle e repressão do poder público municipal e praticamente desprovidos do acesso à seguridade social e à saúde. Sendo economicamente mais fracos. Sobre este tipo de caracterização, ver Durães, (2006).

¹⁴¹Sobre camelô tradicional, ver: Oliveira (1998), Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), Conserva (2003), Durães (2006) e Lopes (2008), entre outros/as.

falar em uma informalidade de moldes empresariais, como veremos mais claramente à frente, com outros dados que mostraremos.

Tabela 15 – Dist. dos Entrev. sobre o Controle de Vendas

Controle:	Frequência	%
Uma vez por semana	11	27,5
A cada quinze dias	7	17,5
Uma vez por mês	16	40,0
Todo dia	5	12,5
Uma vez por ano	1	2,5
Total*	40	100,0

*Houve dois pesquisados que afirmaram não fazer controle de vendas.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Neste tipo de pesquisa, é comum os/as pesquisados/as ocultarem seus rendimentos ou informarem um valor estimado ou abaixo do real. Isto serve como uma forma de proteção ou defesa usada para tentar permanecer invisível diante da fiscalização, principalmente, quando se realizam atividades marcadas, de alguma forma, por ilicitudes, como é o caso de nossa pesquisa, dos camelôs que ofertam produtos, geralmente, contrabandeados, pirateados, de origem duvidosa, fruto de roubo de cargas etc. Quando se trata das rendas mais elevadas, no caso dos proprietários dos negócios, do camelô-proprietário, a dificuldade aumenta. Muitos destes falavam um valor muito abaixo do que se esperava. Em alguns casos, não queriam revelar na frente de outras pessoas qual era sua renda, nem em nossa frente, já que fizemos a pergunta direta, de modo oral. Todavia, conseguimos obter informações mais fidedignas com alguns informantes devido a boa qualidade da relação estabelecida no momento da aplicação do questionário. Assim, de certa forma, tivemos algumas respostas mais apuradas sobre esta questão da renda, o que terminou servindo como base (até como um dado controle), na verdade, como valores limites. Por isso, pôde-se comparar algumas respostas e perceber que

havia discrepâncias muito grandes. Como solução, resolvemos colocar faixas de rendimentos, o que não necessariamente resolveu por completo o problema, mas, serviu como base, como fronteiras salariais. Nesta questão da renda, faremos, num primeiro momento, a análise dos funcionários, na tabela 16 abaixo, que apresentaram uma renda menor, e, depois, apresentaremos a tabela 18, com a análise sobre o rendimento dos donos. Com isso, será possível fazer uma diferenciação dos rendimentos por ser ou não dono do negócio, por ter ou não uma renda maior. No geral, os funcionários possuem benefícios (como transporte, alimentação e comissões), que terminam servindo como complemento da renda, como veremos mais a frente.

Conforme a tabela 16 abaixo, existe uma grande variação de renda entre os camelôs, que vai de aproximadamente 1 salário mínimo até mais de 10 salários mínimos. Este último é de um proprietário do negócio. Mas, a maioria dos camelôs pesquisados possuem uma renda superior a 1 até 3 salários mínimos. Estes representam cerca de 62% do total de camelôs, quase totalmente compostos por funcionários (cerca de 93%), conforme dados contidos na tabela 18 mais a frente.

Tabela 16 – Distrib. dos Entrev. Conforme a Renda na Atividade de Camelô de Tecnologia

RENDA	Frequência	%
Até 1 S.M*	1	2,4
Mais de 1 a 2 S.M	15	35,7
Mais de 2 a 3 S.M	11	26,2
Mais de 3 até 4 S.M	5	11,9
Mais de 4 até 5 S.M	2	4,8
Mais de 5 até 7 S.M	3	7,1
Mais de 7 até 10 S.M	3	7,1
Acima de 10 S.M	2	4,8
Total	42	100,0

*Equivale ao valor do salário mínimo em abril de 2009, no Brasil, R\$ 465,00 reais.
Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Essa predominância de camelôs com rendimento superior ao salário mínimo nacional representa um traço de grande importância, haja vista, que estão dentro de uma renda superior a milhares de outros trabalhadores formais no país. Este fato aparece como uma das justificativas para muitos permanecerem na informalidade. Costumam dizer que ganham mais onde estão, mesmo sem ter carteira assinada, principalmente, para os jovens. Tal afirmação foi dita diversas vezes no período de trabalho de campo, em conversas com os trabalhadores. Como vimos, pelo fato de haverem muitos jovens presentes neste tipo de atividade de tecnologia, muitos terminam deixando de pensar no futuro, ficando mais preocupados com os ganhos presentes. Essa foi uma questão muito afirmada nas entrelinhas do questionário. Se observarmos o cruzamento de dados feito na tabela 17, abaixo, entre o desejo de mudar ou não para um emprego formal e a idade dos entrevistados, observa-se que entre o total de jovens que responderam a essa questão (22), seis não desejam mudar para um emprego com carteira, o que representa quase 30% dos jovens entrevistados. Ou seja, um percentual relevante de jovens prefere permanecer na informalidade, mesmo sem garantias, nem direitos.

Tabela 17- Distrib. dos Entrev. cruzando dados: Idade e Gostaria de mudar p/ empreg c/ carteira

		Gostaria de mudar para emprego c/_carteira?			Total
		Sim	Não	Não respondeu	
Idade	Jovens (15 a 24 anos)	15	6	1	22
	Adultos (25 a 40 anos)	8	6	0	14
	acima de 40 até 55 anos	3	1	0	4
Total*		26	13	1	40

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

*O total caiu para 40, pois um camelô era aposentado e o outro já tinha carteira assinada em outro trabalho.

Já na tabela 18 abaixo, retomando a questão da renda, apresenta-se a distribuição dos rendimentos conforme ser ou não proprietário do negócio. Fizeram parte da pesquisa 15 proprietários, como pode ser visto na tabela, e 27 camelôs que se declararam funcionários/as. Conforme vai aumentando a renda, ocorre uma diminuição e mesmo extinção da participação de funcionários, o que em si serve para caracterizar que os maiores rendimentos são dos donos do negócio, os patrões¹⁴².

Tabela 18 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Ser Proprietário do Negócio com Renda na Atividade

Renda nesta atividade:	Proprietário do negócio?		
	Sim	Não	Total
Até 1 S.M	0	1	1
Mais de 1 a 2 S.M	0	15	15
Mais de 2 a 3 S.M	2	9	11
Mais de 3 até 4 S.M	3	2	5
Mais de 4 até 5 S.M	2	0	2
Mais de 5 até 7 S.M	3	0	3
Mais de 7 até 10 S.M	3	0	3
Acima de 10 S.M	2	0	2
Total	15	27	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Ainda conforme a tabela 18, percebe-se também alguns funcionários com renda um pouco maior do que a maioria, no caso, 2 deles, duas mulheres. Estas chegam a ganhar entre 3 e 4 salários mínimos, claro, são minorias entre os funcionários, apenas 7% do total. Nestes dois casos, são pessoas que possuem uma função importante no negócio, uma espécie de supervisores ou gerentes, como declararam ser. No caso específico de uma delas, é uma pessoa de confiança no negócio, sendo, inclusive, prima do dono, que possui outros negócios de venda de tecnologia, um localizado no próprio camelódromo. Por sinal, o box em que essa

¹⁴²Esta é a forma como os/as funcionários/as se referem aos donos do negócio. Em conversas que tive com estes e nas diversas entrevistas e visitas que fiz ao local, em 2008 e 2009, ficou claro que eles lidam com a atividade como se fosse uma outra forma de trabalho qualquer.

funcionária trabalha é superequipado, com seis grandes vitrines de vidro, idêntico a uma loja. É, na verdade, um dos maiores boxes do camelódromo e um dos mais estruturados. Dentro existe ar-condicionado, muita iluminação e sistema de segurança com câmara. Os funcionários que trabalham lá, com exceção dessa funcionária, usam fardamento e, como ela disse, ganham menos. Este é um dos raros boxes no camelódromo que se utiliza de fardamento, mesmo porque tal artifício é proibido, conforme nos falou uma das representantes da Associação dos informais do camelódromo¹⁴³. A funcionária-gerente deste box possui nível superior, recém concluído, e já está em vista de outras atividades, mas disse: “[...] por ora, a renda que ganho aqui na rua é o suficiente para ir sobrevivendo bem”¹⁴⁴, e acrescentou, referindo-se ao dono dos boxes, seu primo, “[...] meu primo não fica mais aqui no camelódromo, ele agora é empresário”. Ou seja, é justamente essa reconfiguração, esse processo de mudanças que procuramos evidenciar, o próprio processo de *empresarização da rua*.

Após a exposição dos dados do perfil dos novos trabalhadores de rua do Rio de Janeiro, dos camelôs de tecnologia, vale aqui fazer algumas observações gerais, as quais vão muito mais no sentido de frisar alguns aspectos essenciais dessa reconfiguração da informalidade de rua do que colocar novas reflexões.

O primeiro ponto a ser ressaltado, talvez o de maior relevância, é o que se refere à mudança qualitativa no próprio perfil dos informais atuais. Agora, não podemos mais falar de uma informalidade de rua direcionada apenas à sobrevivência imediata, sendo constituída por parques rendimentos, com baixa qualificação profissional, sem quase nenhuma experiência prévia, com nível de escolaridade restrito. Percebe-se um novo tipo de composição da informalidade urbana, cuja principal característica é sua feição empresarial, nos moldes do

¹⁴³Em entrevista realizada em outubro de 2008, na sede da associação, no próprio camelódromo da Uruguaiana.

¹⁴⁴Conforme anotações que fiz no próprio questionário aplicado a esta funcionária, em 12 de novembro de 2008, no camelódromo da Uruguaiana, Rio de Janeiro.

universo formal, numa atividade na qual se obtém maiores rendas, se comparada ao salário mínimo nacional, como também passa a se valer de técnicas empresarias na lida comercial, como o controle de vendas.

O segundo ponto e último que iremos nos referir, trata-se, pois, de uma mudança na própria lógica interna da informalidade. Vê-se uma reconfiguração, com novos desenhos constitutivos. O universo interno de trabalho das atividades de rua, relacionado diretamente ao próprio processo de trabalho, parece ganhar novos contornos nunca antes existentes, já que adota práticas de trabalho tipicamente formais, parecendo evidenciar um processo de *empresarização da rua*. Contudo, ainda preserva alguns elementos tradicionais do processo de trabalho de rua. Assim, a rua é usada como efetivação de negócios, *negócios informais*, altamente sofisticados, do ponto de vista dos produtos comercializados, todavia, mantém uma das características clássicas da informalidade urbana, a saber, o caráter de ilegalidade de algumas de suas práticas, como na comercialização de produtos sem o pagamento de impostos. Em outras palavras, a informalidade se reconfigura, adota novas práticas, novos atores são incorporados, sobretudo, jovens e trabalhadores mais qualificados, com maior escolaridade e outros que vieram do meio formal, assumindo novas aparências, muito semelhantes as do mundo formal-regular. Porém, ainda pode-se perceber traços constitutivos mais tradicionais, como a questão da existência comercial na rua, o não registro em carteira assinada e a consequente falta de direitos legais trabalhistas. Mais uma vez, a informalidade mantém seu caráter de heterogeneidade, principalmente, em sua forma de funcionamento, em seus elementos internos e na sua prática de trabalho singular.

Dentro do que foi exposto e discutido, podemos perceber como a informalidade está marcada por elementos inovadores, típicos do mundo formal e, sobretudo, não se pode negar a vinculação dessas práticas de trabalho com a sociedade capitalista. São trabalhos que estão de

uma forma ou de outra dentro do processo mais geral de acumulação, participando da circulação de mercadorias globalizadas.

2- A elite das ruas do Camelódromo da Uruguaiana ou o “negócio” de sucesso de rua (Uma *formalização às avessas*: possível separação capital-trabalho na rua)

Como transpareceu ao longo da exposição do perfil e será também mostrado aqui através de outros dados, passa a ficar delineado um novo tipo de camelô, cujo lastro central se dá pela existência de um conjunto de práticas inovadoras, baseadas não apenas em características internas à própria atividade, mas, sobretudo, marcadas por elementos externos, oriundos de outras formas de trabalho, as formais, as quais, efetivamente, passam a servir como modelos para as práticas da rua – com influências no estilo do negócio, representando uma transformação no modo de realização do comércio de rua.

A informalidade de rua vivencia, assim, transformações substanciais, remodelamentos e reconfigurações. Mudou-se fortemente sua lógica de funcionamento, adquirindo novos atributos, novas ferramentas para o negócio, bem como incorporou-se um estilo diferenciado no processo e nas relações de trabalho, cujo epicentro é a própria ideia capitalista de ter naquela atividade um meio de obtenção de maior renda, de lucro.

Não se pode mais falar em indivíduos que vivem apenas ligados à sobrevivência imediata, com baixa escolaridade, baixa ou nenhuma qualificação, com pouca ou nenhuma experiência em trabalhos formais, sem adoção de técnicas de negócio/venda, sem funcionários que não sejam os tradicionais parentes/familiares (ajudantes). Pode-se falar agora de uma atividade, de um camelô eminentemente modernizado, que possui um “negócio” na rua, não apenas um ponto ou um box, mas uma estrutura sofisticada de venda, com telefone próprio, internet, vitrine, ar-condicionado, aceitando cartões de débito e crédito, dando garantia dos

produtos vendidos, entre outros atributos. Aliás, sobre a garantia, temos um dado unânime, todos os/as entrevistados/as afirmaram que dão garantia para os produtos comercializados. Verificou-se que o que varia é a quantidade de dias dessa garantia. Como pode ser visto na tabela 19 abaixo, aproximadamente 98% dos entrevistados dão garantia de pelo menos um mês e, dentro destes, cerca de 26% dão ao menos três meses. Algo que, para uma atividade informal, ilegal, sem registro de empresa, é muita coisa. Demonstra, no mínimo, um nível de confiabilidade entre o consumidor e o vendedor/camelô. Serve, inclusive, para combater um forte estigma que existe sobre as atividades de rua de que só lidam com produtos de baixa qualidade, sem garantia alguma de funcionamento. Vejamos a distribuição dos pesquisados com relação à garantia:

Tabela 19 – Distrib. dos Entrev. Pelo intervalo de tempo em que dão garantia

Tempo em dias e meses	Frequência	%
Menos de 1 mês	1	2,4
1 mês	13	31,0
De 1 mês e 1 dia a 3 meses	17	40,5
De 3 meses e 1 dia a 6 meses	8	19,0
Mais de 6 meses	3	7,1
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Um estigma que associa o informal com o socialmente inferior, com o ilícito, danoso para “boa” vida social, predatório para a moral coletiva. Em nossa pesquisa, percebeu-se o contrário. Puderam-se verificar, em diversos casos, relações sociais de confiança e novas formas de lidar com a atividade que não aquela negativista. Pudemos perceber que parece existir uma *nova moralidade* para os trabalhadores de rua, uma moralidade constituída na

própria lida diária, que certamente não passou por grandes elaborações mentais, intelectuais ou políticas, mas que parece consolidar um novo momento para os envolvidos – a afirmação positiva de sua forma de trabalho. Parece existir uma redefinição clara do que é legal, do que é ilegal e, principalmente, da função social que exerce, por um lado, como trabalhadores quaisquer, mais uma *forma de trabalho* subordinado à lógica mais geral da sociedade capitalista e, por outro, como comerciantes de produtos sofisticados, que agora podem ser ofertados a preços mais acessíveis.

Durante a realização da pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de presenciar trocas de produtos defeituosos, dentro do prazo previsto, feitas de modo rápido, sem problemas maiores. Obviamente, uma situação que evidencia um novo tipo de trabalhador informal, aquele que se preocupa mais diretamente com seu negócio, com sua atividade, com seus produtos. Numa outra situação, vimos a tentativa sem êxito de troca ou conserto de um determinado produto cujo prazo de garantia já havia sido expirado.

Alguns dos novos atributos destes camelôs podem ser conferidos na tabela 20 abaixo, na qual aparece, por exemplo, que cerca de 93% dos entrevistados possuem em seu box, pelo menos, telefone e máquina para cartões de crédito, além de cartões de visita/de divulgação. Algo que em si já implica numa mudança do estilo informal de trabalhar.

Tabela 20 – Distribuição dos Entrev. pelo que possuem no box

Possuem no box:	Frequência	%
Equipamentos de “loja”*	9	21
Fardamento, crachás + equip. de “loja” + auxílio por telefone	1	2,0
Equip. de “loja” + internet	1	2,0
Equip. de “loja” + auxílio por telefone de como usar os produtos	13	31
Equip. de “loja” + auxílio por telefone + ligam p/ clientes p/ ofertar produtos	3	7,0
Apenas cartões de visita	2	5,0
Equip. de “loja” + auxílio por telefone + internet	13	31
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

* Equipamentos da “loja” significa telefone, cartões de visita e cartões de crédito/débito.

Estes camelôs terminam sendo uma espécie de “loja” nas ruas, ou ainda, a própria *formalização às avessas*, pois assumem toda feição formal, mas não possuem qualquer aparato legal/jurídico de empresa ou microempresa, apenas o registro (a licença) de funcionamento municipal e o cadastro na associação dos informais, ambos como camelô¹⁴⁵. Trata-se, pois, de se valer da rua como negócio, é a própria *empresarização* dos camelôs. Não são meros camelôs, são camelôs-empresários, que fazem “negócios”. Sempre ou quase sempre estão atentos com as mudanças do mercado, o que vende mais em determinado período, melhores técnicas de venda, modificando suas estratégias de acordo com as alterações mais gerais da própria sociedade. É um camelô de estilo (feição) formal e relações globais, já que lidam com produtos de alta tecnologia e que advém dos lugares mais diversos do planeta como da China. Vejamos agora a tabela 21 abaixo, que traz a resposta dos

¹⁴⁵Em 2009, a prefeitura do Rio de Janeiro lançou um projeto de formalização dos informais, a “empresa bacana”, justamente, para criar registro/CNPJ. Também o governo federal, no mesmo ano, lançou o programa “empreendedor individual”, com intuito similar. Ver sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. São iniciativas incipientes, o que ainda não permite avaliar sua efetividade.

pesquisados sobre ser ou não uma loja. Cerca de 83% disseram que a atividade que realizam é como se fosse uma empresa.

Tabela 21- Distrib. dos Entrev. em resposta a pergunta: O senhor acha que essa atividade é como uma empresa normal (uma loja)?

É como se fosse uma empresa?	Frequência	%
Sim	35	83
Não	7	17
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Essa questão foi respondida tanto por funcionários quanto por proprietários dos negócios, ou seja, tanto da ótica do dono quanto do funcionário, a atividade é vista como uma empresa, como disse um camelô-proprietário:

Isso aqui é como uma empresa qualquer, temos horário fixo de funcionamento, fazemos vendas, controlamos o que vende e o que não vende, pagamos taxas para associação, ficamos de olho no horário dos funcionários, enfim, é uma empresa, a diferença é que estamos na rua [...]. (Camelô-proprietário, 2008)¹⁴⁶.

Um camelô-funcionário (2008)¹⁴⁷ respondeu da seguinte forma:

Aqui é como se fosse uma loja normal de *shopping*, temos horário para cumprir, ganhamos um salário, temos horário de almoço, tem cobrança do patrão. É puxado como numa loja, principalmente, quando tem clientes chatos.

¹⁴⁶ Anotações feitas diretamente no questionário.

¹⁴⁷ Anotações feitas diretamente no questionário.

Outro exemplo que ilustra esse tipo de visão apresentada acima pode ser visto no depoimento de Mario (nome fictício), camelô-proprietário, de 38 anos, entrevistado no dia 21 de outubro de 2008, que diz:

O dinheiro é todo declarado no imposto de renda. Se você tem um funcionário você paga os direitos. Por isso, somos como uma empresa, meio clandestina, mas é legal também, pois a prefeitura autoriza a gente a funcionar.

Mario (Idem) informou também que contrata funcionários no final do ano, período com maiores vendas, como ele diz “[...] período de agitação, de correria”. Disse que contrata cerca de 3 funcionários extras, todo ano, por até 3 meses e que paga, além do salário mensal ou semanal, parte do 13º salário, como acontece no meio formal legal. Perguntei sobre esse tipo de contrato que ele faz, mas Mario desconversou e afirmou apenas que é um contrato pessoal dele com o funcionário e que é legal. Disse que assina recibo, inclusive.

Contraditoriamente, esse mesmo camelô respondeu afirmativamente a questão seguinte do questionário, se ele se considera camelô, justificando que não é uma “firma” (uma empresa registrada), ou seja, diferente da resposta imediatamente anterior dele. Por sinal, apenas para situar, Mario é um camelô que está em atividade desde 1994, período em que surge o camelódromo da Uruguaiana, é um dos antigos do lugar. Ele começou, pois, a trabalhar na informalidade com 24 anos, antes teve alguns trabalhos formais como o de porteiro na própria cidade do Rio de Janeiro, quando veio do Nordeste. Ele informou também que pagava INSS e que tem um irmão que também é camelô, proprietário do negócio, que também mexe com eletrônicos.

Essa característica da “contradição” nas falas dos camelôs é recorrente na informalidade, sobretudo na informalidade de rua. É comum eles darem informações que aparentemente são opostas, que de imediato podem ser assim interpretadas, mas que, todavia,

após uma breve reflexão-análise, pode-se perceber que, na verdade, trata-se de parte da complexidade da própria atividade de rua, a qual mistura, ao mesmo tempo, elementos totalmente ilegais, como a falta de contrato formal de trabalho, a falta de seguridade social, a origem duvidosa das mercadorias, com elementos legais, como o pagamento de parte dos direitos trabalhistas, a jornada fixa de trabalho, a garantia dos produtos para troca, o controle contábil das vendas, ou ainda, a adoção de vendas com cartões de crédito/débito, que sem dúvida dá ao negócio uma aparência de legalidade. Mas, essa complexidade apontada como peculiar à rua, vale registrar, apresenta-se como uma característica marcante desse tipo novo de informalidade, dessa informalidade reconfigurada. Portanto, é bastante típico dessa atividade metamorfoseada apresentar elementos aparentemente desconexos e paradoxais que, em profundidade, fazem parte de sua forma atual. É um tipo de trabalho que apresenta um *estilo* de formalidade no universo tipicamente desregulamentado, informal. Caracteriza-se, pois como uma informalidade que ganha feições empresariais (aparentemente formais), a própria *empresarização da rua*, como viemos debatendo aqui.

Ainda sobre essa controvérsia no discurso dos camelôs de tecnologia, podemos citar a resposta dada por Mário a outra pergunta do questionário: “Como o senhor chama essa atividade?”. Ele diz: “Não somos camelôs, somos comerciantes [...]”.

Na tabela 22 abaixo, vemos os principais argumentos dos trabalhadores para justificar a similitude com o universo formal – ainda que uma semelhança no nível da aparência do negócio. Pode-se ver que aproximadamente 94% (somados todos os itens, exceto o item “damos garantia, o cliente confia”) dos entrevistados afirmam que suas atividades se parecem a de uma loja, justificam tal semelhança por possuir características similares, seja na estrutura do negócio (como vitrine, cartões de crédito/débito, funcionários etc.), ou porque fazem tudo o que uma loja faz no ato da venda, vendem da mesma maneira ou, ainda, porque possuem

regras e horários também fixos (jornada fixa de trabalho), bem como salários e benefícios determinados.

Tabela 22 – Distribuição dos Entrev. em resposta a pergunta: Se parece com uma empresa, por quê?

Se sim, por quê?	Frequência	%
Temos uma estrutura parecida (vitrine, cartões de crédito/débito, func. etc.), temos autorização municipal	14	40
Fazemos tudo que uma loja faz na venda, só não se paga impostos	7	20
Trabalhamos com produtos de primeira, sofisticados	1	3,0
Damos garantia, o cliente confia	2	6,0
Temos regras, horários a cumprir, benefícios, tudo parecido com o trab. Formal	6	17
Fazemos tudo que uma loja faz, só não temos carteira assinada	5	14
Total*	35	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

*O total caiu para 35, pois 7 camelôs responderam negativamente a esta questão.

Como se pode notar, a *rua* não é tão ilegal assim, bem como as atividades ali existentes não são tão facilmente explicadas/compreendidas. Por fim, ainda sobre essa questão das contradições das falas dos trabalhadores, brevemente, podemos evidenciar um dado que reforça essas diferenças, que sinaliza algumas possíveis incongruências. Do total de pesquisados, cerca de 83%, 35 deles, disseram que suas atividades se parecem com uma empresa, como mostramos acima, contudo, cerca de 62%, isto é, 26 do total, afirmaram também que são camelôs, conforme tabela 23 abaixo. Quer dizer, muitos deles responderam positivamente as duas questões, claramente, contradizendo-se. Vale registrar que o índice dos que também se consideraram camelôs caiu 20% se comparado ao dado relativo a ser empresa. Isto pode indicar um processo de mudança interno da própria atividade informal, a qual

estaria passando por uma reconfiguração de tal monta que passaria a se identificar não mais com camelô tradicional, típico das ruas, mas, agora, com um tipo novo, uma informalidade em moldes empresariais.

Tabela 23 – Distribuição dos Entrev. em resposta a pergunta: O senhor se considera camelô?

Se considera camelô?	Frequência	%
Sim	26	62
Não	16	38
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Além de algumas características gerais apresentadas ao longo da exposição do perfil que evidenciavam a existência de uma relação capital-trabalho, como a questão da renda (mais elevada) e da realização de balanço (contábil) de vendas, agora traremos outros dados que reforçam tal conjectura. Esta relação capital-trabalho na rua é lastreada, tal qual no universo formal, na relação de “assalariamento” entre dois entes, de um lado, o camelô-proprietário (que paga o salário) e, de outro, em situações de maiores precariedades, de subordinação, com menores rendas (salário¹⁴⁸) e, certamente, maior intensidade de trabalho, os camelôs-funcionários, majoritariamente compostos por jovens.

Um dado efetivo que evidenciaremos sobre tal questão trata da existência de funcionários. Em cerca de 93% dos boxes de camelôs pesquisados, ou seja, em 39 deles, existe, pelo menos, um funcionário trabalhando. A tabela 24 abaixo traz a renda apenas dos funcionários. Este dado, em si, já permite confirmar a existência da diferenciação entre donos e funcionários, algo que transpareceu também nas falas dos próprios/as trabalhadores/as. O

¹⁴⁸Pensando o salário, na perspectiva apresentada por Marx nos Manuscritos (2004) e no Capital (2002), como um valor monetário mínimo possível destinado a mera reprodução social (subsistência) do trabalhador como trabalhador, na perpetuação de sua condição como força de trabalho, apta a vender-se novamente ao capitalista e perpetuar o ciclo do capital.

fato da grande maioria ter, ao menos, um funcionário trabalhando em conjunto corrobora com a ideia de *empresarização* da rua, haja vista, que um dos princípios da empresa, mesmo pequena, é possuir uma equipe de trabalhadores.

Tabela 24 - Distribuição da Renda dos funcionários por mês*

Renda	Frequência	%
Até 1 S.M	1	2,6
Mais de 1 a 2 S.M	23	59,0
Mais de 2 a 3 S.M	11	28,2
Mais de 3 até 4 S.M	3	7,7
Mais de 4 a 5 S.M	1	2,6
Total**	39	100,0

*Esta tabela é sobre renda dos funcionários, mas permite saber o total de boxes que possui funcionários, já que tal questão foi aplicada a todos/as os/as entrevistados/as, sejam donos ou funcionários.

**Este total caiu para 39 camelôs, pois três são donos do negócio e trabalham sozinhos (duas mulheres e um homem).

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Do total de boxes com funcionários, como descrito na tabela 24 acima, os quais totalizam 39 boxes, cerca de 57%¹⁴⁹ possuem funcionários relacionados na condição de “funcionários” mesmos, empregados e não como parentes, conforme tabela 25 abaixo. Não se trata majoritariamente de uma atividade marcada por relações familiares.

¹⁴⁹ Agrega-se a este percentual as categorias funcionário (36%), patrão + funcionário (10%), parentes + funcionário (8%) e patrão/parente + funcionários (3%), sabendo que, neste somatório, incluiu-se categorias que sempre tinham funcionários relacionados, pelo menos um.

Tabela 25- Distribuição pelo parentesco entre as pessoas que trabalham e o dono do negócio

Essas pessoas que trabalham com o/a senhor/a são:	Frequência	%
Apenas parente (filhos, irmãos/as, pai/mãe, marido/mulher)	7	17,9
Amigos	1	2,6
Sócio	1	2,6
Funcionário	14	35,9
Patrão/dono do negócio	7	17,9
Patrão + funcionário*	4	10,3
Parentes+funcionário*	3	7,7
Patrão/parente	1	2,6
Patrão/parente + funcionário*	1	2,6
Total**	39	100,0

* Essa codificação diz que existem, entre as pessoas que trabalham no box, pelo menos, uma pessoa de cada.

** Este total caiu para 39 camelôs, pois três são donos do negócio e trabalham sozinhos (duas mulheres e um homem).

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Ainda sobre a tabela 24, agora falando dos rendimentos dos funcionários, pode-se perceber que a renda majoritária fica na faixa acima de 1 a 2 salários mínimos, representando cerca de 59% do total. Portanto, acima do mínimo nacional. Isto também demonstra que se trata de uma atividade que possibilita maiores rendimentos até para os funcionários, como dissemos. No caso destes, existe um outro fator que, de certa maneira, aumenta o valor total dos rendimentos recebidos, pois se agrega ao salário fixo. Trata-se dos benefícios extras. Vejamos na tabela 26 abaixo.

Tabela 26 - Distribuição dos “benefícios” dos funcionários por mês

Proventos e Benefícios	Frequência	%
Salário + alimentação + transporte	5	12,8
Salário + alimentação + transporte + comissão	2	5,1
Salário + alimentação + transporte + férias e 13º	18	46,2
Salário + comissão por vendas	1	2,6
Salário + alimentação + transporte + comissão + 13º + férias	12	30,8
Comissão + alimentação + transporte + 13º + férias	1	2,6
Total*	39	100,0

* O total aqui reduziu, pois três pesquisados são donos e trabalham sozinhos.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Percebe-se, na tabela acima, que, do total de funcionários, cerca de 46% recebem além do salário, auxílio alimentação/transporte, férias remuneradas e 13º salário. Se observarmos o percentual dos funcionários que recebem além do salário, alimentação e transporte, temos um percentual expressivo de aproximadamente 95%. A maioria, portanto, dos funcionários que trabalha como camelôs de tecnologia recebe além do salário, outros “benefícios” típicos do universo formal. O curioso é que se agregarmos os que recebem além do salário, comissão por vendas, temos um percentual de aproximadamente 38,5% dos pesquisados. Quer dizer, um dado relevante, funcionários pagos também por comissões – algo que também ocorre no universo formal e que é utilizado para contratar trabalhadores de modo precário, sem salário fixo, por exemplo, garçons, vendedores etc. Temos, assim, quase a totalidade dos funcionários recebendo além do salário algum outro “benefício”, cerca de 97%.

Há um caso de um funcionário que recebe apenas comissão mais “benefícios” em geral, não recebendo salário pré-definido. Quer dizer, um funcionário típico de um processo de precariedade, cuja renda fica praticamente atrelada a sua capacidade de vender, sua produtividade. Quanto mais ele conseguir vender, maior será seu salário. Essa pode ser,

inclusive, a mais nova faceta encontrada pelos donos dos boxes para contratar funcionários a custos mais baixos. Essa é uma forma extremamente precária de inserção laboral, em que o indivíduo não possui nenhuma certeza de seu ganho presente, não podendo, dessa forma, fazer planos econômicos em sua vida. Seria, de certa forma, uma dupla precariedade ou uma precarização de uma condição que historicamente foi precária – ressalvada a redundância, é a própria precarização do precário.

No geral, encontrei dois tipos básicos de comissão por vendas. Um que estipula um percentual sobre tudo que é vendido, de 3% até 5%. Este último percentual é, sobretudo, para os casos onde não existe salário fixo. O outro ocorre na definição de uma espécie de meta de venda, atingindo essa meta, obtém-se uma comissão. Logo, também funciona como estímulo para venda, como no caso de um box de games (que vende aparelhos, jogos e acessórios), em que havia uma quantidade fixa de aparelhos para ser vendida por dia, uma meta, eram dez aparelhos por funcionária, eram três funcionárias. Essa estratégia para venda além de colocar, por vezes, o funcionário num contexto de precariedade, longas jornadas, trabalho intenso, muitas horas em pé, exposto às vicissitudes da rua, ainda obriga-o a concorrer com o colega de trabalho, em busca de uma certa “produtividade” na venda, no caso, “eficiência”.

Portanto, tudo o que foi evidenciado aqui configura formas de trabalho que se espelham no universo formal. Claro que não são da mesma forma (não é mero reflexo), mas conseguem também instituir situações de precariedade e insalubridade – como no caso do barulho que é intenso, da escassez de sanitários ou da falta de espaço no local de trabalho, já que os boxes são pequenos e quase sempre abarrotados de produtos e clientes do lado de fora, é um verdadeiro formigueiro humano, um formigueiro de consumidores e trabalhadores/as, um formigueiro de e para o consumo.

As formas de trabalho de rua representam certamente uma grande questão da sociedade brasileira da atualidade. Elas existem provavelmente desde os tempos mais remotos de formação das cidades brasileiras, mas hoje não funcionam mais como um espaço de trabalho aberto, apto para equilibrar o desemprego no país. Na verdade, a informalidade de rua começa a exibir *barreiras de acesso* e, em certos casos, alguns níveis para ingresso, como é o caso dos camelôs de tecnologia, que são compostos por uma população mais instruída (maiores níveis educacionais e capacitação profissional), além de um cabedal de conhecimentos sobre tecnologia que se tem que ter para comercializar este tipo de produto. Nem todos/as informais de rua possuem conhecimentos para lidar com os produtos sofisticados, que a cada dia se diferenciam. A cada mês surgem novos produtos, que rapidamente são vendidos nas ruas, o que exige do/a trabalhador/a um aprimoramento constante.

Após uma breve exposição dos dados, nota-se quão reconfigurados estão os camelôs. Suas relações de trabalho e seus métodos de comercialização/venda se tornaram diversificados. Mas, certas coisas permanecem, como o fato de continuarem trabalhando na rua, sem pagamento de impostos diretos, sem garantias legais e jurídicas do trabalho e de seguridade social (direitos do trabalho). Permanecem também outros elementos que não aprofundamos, mas que são visíveis nestas formas de trabalho, como a questão das relações de solidariedade e de amizade, que, sem dúvida, ainda são mais fortes neste universo do que no universo formal/regular. Isto talvez se deva a própria condição de ter, supostamente, maior liberdade no local de trabalho, apesar de também vigorar formas de exploração e controle do trabalho por parte da relação proprietários-funcionários.

A ideia da *formalização às avessas* a que nos referimos em outra parte do texto está atrelada à *lógica e estilo* de trabalho da rua, ligada ao seu *modos operandi* de funcionamento. Constitui-se de relações de trabalho similares as do assalariamento formal, mas também

adota-se toda uma estrutura e aparato de uma loja, com traços sofisticados de venda (cartões, slogan etc.) e de estrutura física, além do fato de comercializarem produtos de alto valor agregado e alta tecnologia. Todavia, essa formalização é avessa por não incorporar os direitos e aparatos legais intrínsecos à formalidade. Além disso, caracteriza-se por ser “perversa”, pois incorpora em seu fazer diário a ode do lucro empresarial, vivenciado tanto pelo camelô-funcionário quanto, sobretudo, pelo camelô-proprietário. Este, incorporado nesse ideário empresarial, termina por “viver” (guiado) pelos ganhos obtidos na comercialização, vigiando, explorando e buscando novas formas para melhor se utilizar dos camelôs-funcionários, muito similar ao que faz o patrão-formal. A lógica de trabalho entre os funcionários passa, por exemplo, a estimular a concorrência e disputa entre eles, para ver quem consegue maiores comissões ou metas de venda. Estas comissões e metas assumem inicialmente um viés de melhorar a própria renda dos envolvidos, dos funcionários, mas, na verdade, terminam estimulando lógicas de trabalho competitivas, individualistas e precárias, tal qual àquelas vivenciadas no mundo formal, na sociedade capitalista como um todo.

Vale frisar que a informalidade no caso em específico liga-se ao capitalismo não apenas pelo meio da circulação de mercadorias, via “trabalhadores gratuitos” para o capital (Durães, 2005), comercializando produtos eletrônicos também originais, muitas vezes, de marcas conhecidas; mas também via um outro nível, pela via simbólica da formalização às avessas – no nível das aparências dessas atividades. Dessa maneira, a informalidade se apresenta ligada diretamente às influências e relações da sociedade em geral. Reestrutura-se, modifica-se conforme as mudanças na sociedade.

Esse tipo de informalidade reconfigurada, lotada no universo econômico da circulação (de mercadorias), pode também ser compreendido em outro nível, em outra dimensão (qualitativa), não apenas como a esfera substancializada da comercialização, da troca, mas, por conseguinte, como algo a mais, de significação e relevância diferente, uma coisa com

mais centralidade no processo de valorização capitalista (ainda que na realização do valor). Dessa forma, podem ser tomadas como atividades tão produtivas para acumulação capitalista como as oriundas de outras esferas do sistema, no caso, da esfera industrial. Aqui, estamos pensando que não haveria uma ideia de hierarquização entre as diferentes esferas existentes na ordem capitalista, ao contrário, haveria complementariedade e interconexão. Dessa maneira, o meio de circulação de mercadorias, a esfera comercial, por excelência, assumiria relevância similar sob o ponto de vista da *produção e reprodução do capitalismo* – nisto estaria a produtividade dessa esfera. Sem isso, muito provavelmente, não se poderia pensar a própria noção concreto-abstrata de Marx (2002) do valor de troca das mercadorias. Não que a produção do valor de troca ficasse restrito a um local definido, à fábrica, mesmo ocorrendo em outros espaços, que também são dotados de trabalho criativo/humano, algo que de fato ocorre, como no domicílio, no setor de serviços, nas formas de trabalho imateriais, mesmo assim, nada disso se concretiza, no plano da efetividade de sua existência concreto-real, sem o espaço da circulação, da troca, seja ele no mercado típico ou em outros meios de circulação, como nos meios virtuais. Portanto, aqui tendemos a conceber o universo da circulação, a esfera comercial, como *parte da própria produção* do valor mercadoria. Pensando no grau de relevância e centralidade que esta esfera (da circulação) adquire e possui, sem ser colocada como o momento que vem depois, o segundo, podemos conceber que a própria noção do valor de troca (MARX, 2002), do valor em si, na sua acepção de ser *produtivo* para o sistema capitalista, de ser resultante de atividade laboral humana e de gerar riqueza transformada em autovalorização do capital, no caso desses camelôs, via seu tipo de comércio sofisticado, é também parte da produção e reprodução do sistema. Novamente, não que ele produza valor em si como ato de produção direta, mas suas formas de trabalho são também vitais para existências mesma do valor – seria uma forma de produtividade indireta. Esta esfera comercial é também compreendida por nós como um universo produtivo por excelência,

integrante da lógica mais geral de expansão do capital, pois, ao escoar produtos sofisticados, estaria retroalimentando o sistema capitalista e, ademais, permitindo a própria continuidade e efetividade dele, que sem dúvida ficaria comprometido sem o consumo, sem o escoamento via camelôs de tecnologia – sem a fase final da mercadoria, seu salto mortal (Id., *ibid.*). A esfera da circulação é por nós compreendida não apenas como complementar, mas sim, como essencial, parte da produtividade geradora do valor de troca, parte constitutiva (em geral). Sem ela, nada haveria, nada continuaria, sendo assim, é fundante, tal qual o trabalho que concebeu a criação de determinado produto, de determinado valor-de-uso (determinada utilidade). Ela também traz em si trabalho humano criativo e imprescindível. Essa é uma interpretação que deixaremos em aberto para futuras reflexões.

Esse é o caráter produtivo que damos a tal esfera da circulação. Por certo é, em parte, diverso do sentido clássico, o qual foi concebido pelo próprio Marx (2008), em que a produção do valor estaria restrita a esfera da produção, através da extração da maisvalia, na relação clássica capital-trabalho (força de trabalho etc.). Mas, por se tratar de uma questão por demais polêmica, por certo, sem consenso no campo marxista, resolvemos não centralizar nossa reflexão nessa linha. Não que não seja proveitoso, todavia, é recheado de armadilhas. Ao contrário, almejamos um caminho diferente, mas lastreado nas mesmas bases de antes, partindo do mesmo edifício conceitual, mesmo porque consideramos bastante válido a compreensão geral do capitalismo apresentada por Marx. Certamente, alguns aspectos (menos centrais) da sociedade capitalista foram se alterando, parte da própria dialética do sistema e do mundo social, mas suas linhas gerais permaneceram. Nessa via, seria um exagero esperar que todos esses aspectos e questões fossem resolvidos e explicados por este autor. Assim, vemos como profícuo a tentativa de construção de novos entendimentos, os quais não são contraditórios com o escopo geral da reflexão marxiana e não modificam suas bases.

Por fim, uma questão vem à tona e se apresenta sem solução aparente. Se o mundo formal vivencia contextos de remodelações, flexibilizações do trabalho, desemprego, precariedade, entre outros elementos reestruturadores do trabalho e da vida, potencializados pela lógica mais geral da sociedade do capital, marcados pela busca inerente e constante para atender ao par produtividade/lucratividade, assim, por que as atividades de rua ficariam fora desse processo? E já que estão também conectadas com o sistema em geral, na forma mais comumente aceita, via circulação, participando do processo de realização do valor, então, como pensá-las em separado? Quer dizer, por que tais formas de trabalho ficariam intocáveis, fechadas diante das mudanças da própria sociedade? Seria isso possível? Para responder a tais indagações, certamente, seria necessário um aprofundamento na temática da informalidade em geral, além da realização de mais pesquisas, de análises de mais casos, situações etc. Contudo, podemos afirmar uma coisa: *o camêlo de tecnologia, global, ou de produtos tecnológicos representa uma nova fronteira de expansão do capital, ligado pela ponta ao capitalismo global, pelos produtos tecnológicos*. É, pois, uma forma de trabalho reconfigurada, mas que também reconfigura a própria noção de informalidade. Estaria restrita a ser apenas uma válvula de escape para sobrevivência? Parece-nos que não, está muito mais direcionada para a *reprodução do sistema* econômico, sendo mais uma parte desse processo, ganhando, assim, uma relevância nunca antes imaginada, movimentando milhões em ganhos e lucros¹⁵⁰ (em diversas moedas), sem serem contabilizados ou taxados em impostos e tributações, mas que, por certo, devem ser/fazer um grande impacto no comércio global. São coisas ainda em aberto para serem compreendidas e investigadas.

¹⁵⁰Em uma abordagem clássica desses termos, que estaria baseada na compreensão marxiana, o camêlo de tecnologia obteria apenas *ganhos*, já que não realiza processo de produção (diretamente), quer dizer, não põe meios produtivos em atividades. O *lucro* seria aqueles dividendos obtidos com o processo de produção direta, estaria voltado para as empresas e indústrias de produtos tecnológicos.

3- Por trás do brilho e das cores dos produtos, para além das aparências: a *lógica e o estilo* do camelô de produtos tecnológicos:

a- As formas e técnicas de venda (ou o estilo e a lógica formal no universo informal);

b- A percepção da atividade pelos próprios envolvidos: os trabalhadores em cena [suas falas e percepções].

A intenção neste item é apresentar parte dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas. Desse modo, apresentaremos a fala dos próprios trabalhadores, tanto proprietários quanto funcionários, homens e mulheres, jovens e adultos, mais e menos escolarizados. Em certa medida, os *patrões camelôs* são aqui também tratados como trabalhadores, mesmo que exerçam funções diversas, típicas da parte oposta ao trabalho, semelhantes às dos capitalistas, mas como existem proximidades para o caso da informalidade de rua entre os dois segmentos, achamos melhor, em alguns momentos, integrar as duas partes, mesmo sabendo que possuem, de fato, diferenciações profundas, no nível de suas realidades concretas, no dia-a-dia do processo de trabalho, como foi mostrado antes e como será tratado mais a frente. Portanto, estamos sendo condizentes com especificidades da informalidade que sempre apresentaram uma face de semelhança entre esses dois lados, patrões e funcionários (muitas vezes, devido à reduzida dimensão do negócio, de pequeno porte), uma junção do capital-trabalho, como se seu universo de trabalho e de atividade fosse todo ele uma esfera de *autoemprego*, do trabalhador ser também ao mesmo tempo *patrão de si*. Sem dúvida, isso, na verdade, representa a própria aparência fenomênica – parte inicial das reflexões científicas. Portanto, sempre que tratarmos de modo similar esses dois polos dessa forma de informalidade, estaremos, no nível inicial, na superfície do fenômeno, nas primeiras aproximações, em seus caracteres mais perceptíveis, os quais são úteis para lançar caminhos para investigações – essenciais para apreensão de suas dimensões constitutivas, como diria o próprio Marx (1946). Nossa base é o mundo “concreto”, o mundo real (MARX, Ibid.), é este o fundamento do próprio pensamento.

Nessa parte do texto, usaremos nomes fictícios na exposição dos casos, mas as falas, comentários, trajetórias e perfis dos camelôs apresentados serão fidedignos. Essa será uma forma de preservar suas imagens e identidades, mesmo porque é conhecida a vigilância policial e jurídica sobre estes trabalhadores, sobretudo, pelo tipo de mercadorias que vendem.

Pretende-se, assim, trazer os trabalhadores e suas percepções, sua ótica, seus pontos de vista, ainda que breve, pois foram captados não em entrevistas com esse fim exclusivo, mas como parte integrante do próprio questionário aplicado – que trouxe também 25 questões de caráter aberto/qualitativo/explicativo, que tiveram suas respostas cuidadosamente registradas no corpo do próprio questionário por mim e pela minha assistente de pesquisa. É sabido que existem elementos específicos dessas atividades que só aparecem com a manifestação (na conversa) dos próprios envolvidos, no contato face a face. Nada melhor do que os próprios trabalhadores, portanto, para falarem de si. Tentar-se-á aqui pôr em cena os próprios trabalhadores, algumas de suas percepções, pensamentos, reflexões e também incongruências.

Adotamos o seguinte procedimento para realização da análise das informações qualitativas¹⁵¹: primeiro, dividimos os questionários em dois blocos, um dos *camelôs-proprietários* e outro dos *camelôs-funcionários*. Em segundo lugar, escolhemos alguns casos emblemáticos dentro dos dois grupos. Emblemáticos, principalmente, por apresentarem respostas com um mínimo de conteúdo que pudessem ser interpretadas/analizadas. Por certo que a negativa ou a resposta curta/breve para determinada questão diz, certamente, alguma coisa em relação à pesquisa ou em relação ao próprio fenômeno estudado. Levamos isso em conta no horizonte de reflexão, porém achamos melhor não aprofundar tais aspectos. Terceiro,

¹⁵¹Vale frisar que foi feita a análise desses dados qualitativos também em tabelas, isto é, foram tabuladas todas as questões abertas que haviam no questionário. Mas, justamente, pelo fato de que esse procedimento deixa de lado parte considerável das respostas, principalmente, a forma da fala, a linguagem empregada, as expressões e palavras usadas, seu conteúdo mais específico, achamos necessário a realização e exposição de mais uma parte de análise, a qualitativa. Vale lembrar também que as informações apresentadas serão do final de 2008, período da aplicação dos questionários. Não iremos atualizar os dados para 2011, manteremos os valores, idades e outros dados do gênero. O salário mínimo que tomamos por base, a título de comparações e análises, foi o de abril de 2009, R\$ 465,00.

procuramos evidenciar casos diferenciados, tanto de homens quanto de mulheres, tanto de jovens quanto de adultos, uns mais escolarizados, outros com pouca escolaridade. Procuramos, por conseguinte, trazer uma *diversidade* de casos. Algo que, em si, evidencia uma das características centrais das atividades de rua, qual seja, a própria dinâmica peculiar da informalidade, a variedade de situações e trajetórias. Por fim, escolhemos, dentro das 25 questões abertas, cerca de 04 nas quais iremos nos deter com maior precisão: 1- se consideram ou não a atividade como uma loja/empresa; 2- se se considera ou não como camelô; 3- se é ou não independente, com autonomia no trabalho; e, por fim, 4 – se gostaria ou não de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada.

Será evidenciado também um breve perfil de cada caso analisado, seguidos de uma breve trajetória do trabalhador e, por último, a parte que está mais diretamente relacionada com esta pesquisa, a empresarização da rua ou alguns traços desse processo. Mostraremos os casos em dois blocos. O primeiro trará os camelôs-proprietários, serão 03 exemplos. O segundo, na sequência, trará os camelôs-funcionários, também com 03 exemplos, mas sem adentrar em profundidade, lembrando que fizeram parte da pesquisa 15 proprietários e 27 funcionários, totalizando 42 questionários. Não tivemos como critério a questão da predominância (ou proporcionalidade) na pesquisa, fomos apenas seguindo um critério qualitativo para exposição dos exemplos, trazendo-os conforme o conteúdo dos dados. Como é uma análise qualitativa, primamos muito mais pela qualidade das informações do que pela quantidade.

Ainda a título de introdução a esse item, vale expor algumas informações relevantes. Fizemos a pesquisa de campo sem partir da certeza de que havia uma separação entre donos e funcionários, entre patrões e empregados, comerciantes e vendedores. Havíamos apenas suscitado tal conjectura em nossa hipótese. Fomos coletando os dados, conversando com os trabalhadores, com o pessoal da associação e fazendo reflexões e análises a respeito,

relacionando as informações. Todavia, a cada dia, seja diretamente no momento da pesquisa ou nas conversas que tínhamos, eu e minha assistente pudemos perceber que existia um *tipo diferente* de camelô nas atividades de tecnologia. Havia um camelô que, diretamente, exercia o controle (comando) do negócio e outro que obedecia (subordinado), cumpria ordens, com horário fixo de trabalho, recebia alguns “benefícios” (vale-transporte, alimentação diária, salário) e exercia a sua principal *função* na lida, a venda (o comércio). Claro que deveria (e deve) haver este tipo de relação de trabalho em outros tipos de negócio (os quais vendem outros produtos) dentro do camelódromo, mas como estávamos focados no caso da tecnologia, dessa maneira, era para esse tipo de comércio que tecíamos maior atenção.

A cada dia ficava mais evidente a separação entre esses dois tipos de camelôs, algo que a própria pesquisa pôde revelar nas análises dos dados, *a posteriori* (pós-fato). Vale falar isso aqui, pois, sem dúvida, devem existir traços diferenciados para esses dois segmentos de camelôs, com nuances e características próprias, contudo, devem também haver traços comuns e olhares similares, mesmo que partindo de inserções diferenciadas e, principalmente, de ganhos/rendas díspares. Uns parecem ter rendimentos ou ganhos enquanto outros, os funcionários, recebem salário, o que caracteriza uma espécie de vínculo empregatício e de compra e venda da própria força de trabalho. É para mostrar partes dessas diferenças, bem como das semelhanças que esse item qualitativo irá servir.

Em uma perspectiva generalista ou empirista/factual, essas diferenças (da relação patrão-funcionário) fazem parte de um mesmo prisma, são todos camelôs, ou ainda trabalhadores, como havia dito. E, nisso estaria resolvido e compreendido o fenômeno, já seria a verdade dessas atividades, estaria dado a completude do objeto em questão, tornando desnecessárias investigações mais aprofundadas sobre o tema. Quer dizer, as denominações camelô ou trabalhador informal de rua podem, de fato, ser usadas para se referirem a esses indivíduos, independentes da posição social e do trabalho que ocupam na rua. Porém, em uma

análise mais profunda, uma compreensão que busque dar conta, minimamente, de parte da totalidade desse fenômeno ou de partes de suas totalidades constitutivas, que em si possuem uma diversidade de situações e características próprias, determinações diversas, múltiplas, muitas vezes ocultas às primeiras aproximações, chegar-se-ia às próprias diferenciações dessas atividades. Nessa via, percebe-se, entre outras coisas, que são indivíduos que ocupam posições sociais diferenciadas no negócio, no trabalho, e são também identificados de modo diverso, além de terem visões, por vezes, diferentes diante da mesma realidade de trabalho em que vivem. Certamente, vivem e percebem (e interpretam) o mundo de modo diverso – obviamente que, no plano das individualidades, se formos levar ao máximo de relativismo, em todos os trabalhadores, em qualquer um dos lados, patrões e funcionários, isso ocorreria. Mas, nosso plano aqui é outro. Procurou-se perceber laços maiores, laços que relacionassem esse nível da individualidade (em si relevante) com algo mais amplo, mais duradouro, como a própria ideia de agrupamento de indivíduos com visões similares, com uma forma de trabalho parecida. Sem dúvida, receber ganhos diferenciados com um trabalho similar e possuir rotinas de trabalhos diferentes, jornada fixa e não-fixa, implica em *estados de consciência e de identificação* (e identidade) diferentes. Conforma, pois, uma *vida diferente* não só de *produção material (social, cultural)*, mas também de *reprodução e relação social* (tipo de vida, estilos, gostos etc.). Não chegaremos aqui a adentrar largamente nessas diferenças profundas, como na linha aqui apresentada, mas tentar-se-á apresentar caminhos qualitativos que deixem pistas abertas para novas reflexões e para que se perceba, de fato, elementos constitutivos dessas formas de trabalho, para que, dessa maneira, possamos compreender o fenômeno e não ficarmos limitados a sua aparência, ao nível inicial.

Perspectivas dos *camelôs-proprietários* [ou a fala do dono, patrão, comerciante]

1º Caso – Robson

O primeiro caso que iremos apresentar é o de Robson, um migrante nordestino que veio tentar a vida no Rio de Janeiro, “na cidade grande”, como disse na entrevista realizada em outubro de 2008 – “Vim aventurar” (ROBSON, camelô-proprietário, outubro de 2008). É um destino similar ao de milhares de outros nordestinos que aportaram no Sudeste do país, em busca de melhores oportunidades de trabalho e da realização do sonho de melhorar de vida, já que o trabalho no Nordeste do país sempre foi bastante limitado/restrito, com salários baixos se comparados à região Sul/Sudeste. Este é um caso, aparentemente, de sucesso, mesmo porque, apesar das batalhas e sofrimentos que ele teve na vida, como relatou ao longo da entrevista, ainda assim, conseguiu comprar sua casa, ter seu carro, como diz “[...] tenho um carro novo, graças a Deus” (Idem), continua, “[...] tenho boa condição de vida, depois de muito trabalho” (Idem), e afirma, “Num dependo de ninguém” (Idem). Após 13 anos empregado no trabalho formal, Robson foi demitido e, então, deu início a sua jornada no mundo informal, justamente, como camelô. O curioso é que esse tipo de entrada foi bastante relatado por outros trabalhadores. Ele afirmou que tinha tido um emprego formal, “registrado”, numa grande rede de comércio varejista (de produtos variados, alimentos, brinquedos, roupas etc.), foi supervisor de segurança e depois foi demitido – referindo-se ao seu último trabalho formal/registrado. Passado algum tempo, cerca de 3 meses, começou a trabalhar como camelô, ou seja, ficou pouco tempo desempregado e, ademais, elaborou/projetou um meio de vida. De um modo geral, nas histórias levantadas na pesquisa, a inserção no ramo da informalidade é instigada através do convite ou incentivo de um amigo,

conhecido ou parente que já era camelô, contingenciada pela falta de oportunidades melhores no momento.

Só a título de curiosidade, apresentamos abaixo a tabela com a resposta a pergunta “Como o senhor começou nessa atividade?”, onde se pode ver que mais da metade, cerca de 52% dos pesquisados, começaram na atividade de camelô *com a ajuda/indicação de amigo ou parente* (das redes sociais). Se somarmos ainda os que começaram também *por necessidade de trabalhar, começou sozinho* (falta de recursos próprios, sem ajuda de ninguém), vemos que o percentual vai para 78%. Portanto, o início na informalidade possui essa característica de receber ajuda de alguém ou decorrer da própria falta de opção de uma nova inserção no trabalho formal.

Tabela 27 – Distribuição dos Entrevist. pelo início na atividade

Como o senhor começou nessa atividade?	Frequência	Percentual
Contou com ajuda/indicação de amigo ou parente	22	52,4
Por necessidade de trabalhar, começou sozinho (falta de trabalho, recursos próprios, sem ajuda)	11	26,2
Pegou empréstimo (banco)	1	2,4
Continuou atividade dos pais/família	8	19,0
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Robson é um camelô-proprietário, 45 anos, casado, oriundo do interior de Alagoas, vive no Rio de Janeiro há cerca de 24 anos, possui segundo grau completo e declarou-se de cor branca. Ele é proprietário do negócio (no sentido da atividade de vendas de produtos tecnológicos) e dono apenas de seu box. Além dessas características, afirmou que paga o INSS como autônomo, possui plano de saúde e renda aproximada mensal de R\$ 2.400,00. Ou seja, aparenta ter uma vida, de certa forma, equilibrada financeiramente, já que mora em casa própria, possui plano de saúde, paga INSS e possui uma renda bem acima do salário mínimo

mensal do período (R\$ 465,00). Não obstante, a própria fala de Robson, ao longo de diversas perguntas, expressa, em certa medida, essa condição equilibrada de vida, apesar dele mesmo afirmar que ainda assim é devido a muito trabalho. Sem dúvida, o fato de sempre estar trabalhando, lutando pela *sobrevivência*, já que disse que é originário de família humilde, certamente marcou sua vida.

Robson é filho de pais ambulantes e feirantes. Disse que seus pais trabalhavam em feiras (vendiam frutas e verduras) e também vendiam coisas pela cidade. Ele representa, pois, a segunda geração de trabalhadores ligados à rua, à informalidade, apesar de ter ido para o Rio e ter conseguido trabalhar por mais de 10 anos com carteira assinada naquela cidade, ficando cerca de 8 anos no seu último trabalho, onde chegou ao cargo de supervisor de segurança. Seu início como camelô foi através da utilização da indenização que recebeu pela demissão. Contudo, relatou que, quando ainda trabalhava formalmente, já vendia algumas coisas nos horários vagos. Disse que comprava produtos (brinquedos, biscoitos, entre outros) que estavam em promoção na loja em que trabalhava e depois revendia por um preço maior. E foi, justamente, no ramo de venda de brinquedos que ele começa como camelô, há 13 anos. Somente há 4 anos começou com eletrônicos. Indagado sobre o motivo pelo qual começou a trabalhar com os produtos eletrônicos, respondeu:

Antes trabalhava com brinquedo, mas fui vendo que eletrônicos vendia mais, via isso aqui, o pessoal de eletrônicos sempre ficava com o box cheio, era mais procurado no mercado e agente vai atrás do que as pessoas querem. Tem que ficar atento para essas mudanças. (Idem).

No caso de Robson, um camelô-proprietário, ele possui três boxes conjugados no seu “negócio”. O correto, conforme nos informou uma representante da Associação dos comerciantes do camelódromo, em entrevista que realizamos¹⁵², era que cada pessoa só

¹⁵²Em entrevista realizada em outubro de 2008, na sede da associação, no próprio camelódromo da Uruguaiana.

poderia ter um box. Isso era o aspecto legal, formal. Mas, pudemos perceber em conversa com os próprios trabalhadores, fora do momento das entrevistas, que existem várias formas de ter mais de um box, basta pôr no nome de outras pessoas ou alugar outro, ou alguma outra coisa do gênero. Isso não importa muito para nossa pesquisa, serve apenas como característica geral, como parte da compreensão do fenômeno. Robson é um desses casos, além de possuir um box em seu nome, tem outro no nome da esposa e um outro que não consegui saber ao certo, mas parece ser alugado. Sei que ele paga taxas para associação por cada box, separadamente. Taxas normais, com valores padronizados, comuns a todos os camelôs do camelódromo, semanais – por sinal, inúmeros camelôs reclamaram sobre essas taxas, principalmente, pelo fato de serem cobradas por cada box separadamente. Ele possui também quatro pessoas trabalhando para ele, sendo que uma era a própria esposa e as outras, funcionárias que recebiam salário (R\$ 150,00 por semana, mais um valor para o transporte e para alimentação diária), além do 13º salário e férias remuneradas no período do final do ano, cerca de 15 dias, conforme relato de Robson. Ele disse que possui uma espécie de “loja”, de comércio, de empresa, como disse em resposta a pergunta “O senhor acha que sua atividade é como se fosse uma empresa (uma loja)?” – “Sim, é como se fosse uma microempresa, fazemos a mesma coisa que uma loja, infelizmente não é registrada, mas muita gente que trabalha aqui tem cabeça e conhecimento para tocar uma empresa registrada” (Idem). No caso desse camelô, suas respostas foram extremamente coerentes. De fato, ele percebe que sua atividade é parecida com uma empresa, mas apenas isso e reafirma que não é registrada legalmente, dessa forma, diz-se camelô também. Vejamos o que relata em resposta a pergunta “O senhor se considera camelô?” – “Não é uma firma registrada, então sou camelô, se passar a ser registrada vou deixar de ser” (Idem). Além disso, ele afirma que se considera “comerciante informal” (Idem). Por fim, vejamos duas últimas perguntas: “O senhor se considera independente (tem autonomia, liberdade...) nesse trabalho?” e “O senhor gostaria de

mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?”. Nessas perguntas, pode-se ver, entre outras coisas, o informal como um sujeito que possui mais liberdade no trabalho, sobretudo, por não ter patrão, essa é parte da interpretação decorrente da própria fala de Robson. Isso é algo que aparece, como poderemos perceber, sobremaneira, na fala dos camelôs-proprietários, haja vista que para os funcionários essa tal “liberdade” é relativa, afinal, são subordinados aos donos do negócio. Nesse caso, Robson responde as questões, respectivamente, do seguinte modo:

Não. Não tem patrão, mas também dependo das pessoas que administram o camelódromo e dependo da prefeitura. Dependendo do prefeito, o prefeito que é dono de tudo aqui, do lugar todo, eles que administram. (Idem).

Sim. Se me derem condições de não ficar escravo do patrão, de ter minha casa própria e não passar necessidade, como muita gente que conheço, que vive no limite, que trabalha o dia todo, sofre muito, houve reclamação, se irrita, e ainda recebe uma merreca, aí, gostaria de ter carteira sim. (Idem).

Na primeira resposta, aparece uma coisa que foi recorrente ao longo da pesquisa, é o fato de dizer que eles não sabem até quando irão poder continuar trabalhando no camelódromo, pois isso vai depender dos prefeitos que apareçam. E, também por esse motivo, dizem que procuram trabalhar muito agora, enquanto é permitido, buscando, assim, fazer um certo “pé de meia”, como disse um camelô, proprietário, em novembro de 2008. Ou seja, esse é um elemento de *imprevisibilidade* da vida desses camelôs. De um modo geral, essa realidade é recorrente em vários camelôs do país, isto é, estão sempre dependendo de autorizações da prefeitura para manterem-se em funcionamento e, realmente, tais autorizações são fornecidas em caráter provisório, a título de concessão, pois trata-se, geralmente, de uso do espaço público, que, na visão dos governantes, não pode ser privatizado por apenas uma pessoa ou uma certa quantidade de indivíduos, o que remete a um debate entre o que é público e o que é privado, o que é de uso de um e do outro, debate que não adentraremos aqui.

Imaginemos como isso pode afetar a vida dessas pessoas, vivendo sem saber até quando poderão continuar no seu próprio trabalho, ocupando determinado espaço, realizando determinada atividade, logo, essa característica remete, de uma forma ou de outra, mesmo para os camelôs-proprietários, e principalmente para eles, a uma existência incerta, a uma condição instável.

Uma última observação sobre a atividade de Robson, ele afirmou que costuma pegar empréstimo todo mês para aquisição de mercadorias, diz: “[...] precisamos estar sempre renovando os produtos, é isso que chama os clientes”. (Idem). Ele adota um tipo de prática comum em empresas que é estar sempre fazendo novos investimentos e renovando o estoque, ou mantendo estoques reduzidos, ir trabalhando conforme a demanda, ver tabelas 28 e 29 abaixo. Robson relata não trabalhar com estoques, isso evita, segundo ele, que o “[...] produto fique sem vender, fique ultrapassado e que a pessoa fique com dinheiro preso”. (Idem). Portanto, mesmo que ele não perceba seu negócio como empresa por causa da legalidade, estrutura-a sob um regime de trabalho e estilo de atividades que se assemelham ao de uma “loja”, uma espécie de loja de rua. Caracteriza, por assim dizer, uma forma de *empresarização da rua*.

Tabela 28 – Distribuição dos Entrev. que fazem estoque

Faz estoque?	Frequência	%
Sim	16	39,0
Não	25	61,0
Total*	41	100,0

*O total ficou reduzido, pois 1 camelô-funcionário não soube responder a essa questão.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Tabela 29 – Distribuição dos Entrev. que pegaram empréstimo para comprar mercadorias?

Empréstimo para comprar mercadorias	Frequência	%
Sim	7	25,0
Não	21	75,0
Total*	28	100,0

*O total ficou reduzido, pois vários camelôs-funcionários não sabiam determinadas informações pertinentes ao “negócio”.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Como pode ser visto na tabela 28 acima, mais da metade dos pesquisados, cerca de 61%, informaram que não fazem estoques. Nesse caso e na tabela 29, também apresentada acima, a pergunta foi feita para donos e funcionários. Sobre o ato de pegar empréstimo, o percentual é bem menor, aproximadamente 25% (7 casos) disseram que pegavam empréstimos. Isso ocorre, possivelmente, pelo fato dessa prática ser recente nesse universo de trabalho, na informalidade de rua, todavia, já demonstra que vem ocorrendo uma mudança, ainda que incipiente.

2º Caso – Zé Marcos

O segundo caso que evidenciaremos é também interessante, é o de Zé Marcos, camelô-proprietário, 48 anos de idade, natural da cidade do Rio de Janeiro. Possui nível superior cursado na UFRJ. É divorciado, mas vive com outra mulher e sempre residiu no Rio. Sua história chama atenção, principalmente, porque ele aparenta ser, pelo menos essa foi a impressão que tive ao entrevistá-lo, um sujeito com consciência crítica do mundo, das coisas e de sua própria atividade. Mostrou-se bastante perspicaz diante dos temas abordados e sempre terminava o diálogo suscitando novas reflexões e trazendo novos temas para a conversa, os quais nem faziam parte de nossa pesquisa. Por sinal, suas colocações, de tão críticas,

chegavam a ser irônicas. Nesse sentido, terminou sendo um entrevistado muito importante para fornecer diversas informações sobre o funcionamento do camelódromo e sobre a atividade de tecnologia em geral. Trazia dados e pensamentos que ultrapassavam as questões aparentes da atividade. Por diversas vezes, pôde explicar com propriedade a própria rota comercial enfrentada por grande parte das mercadorias que vinham da China, entravam no Brasil pelo Paraguai e finalmente terminavam sua odisséia nas bancas dos camelôs da Uruguaiana. Falava desse tipo de conjectura e ainda afirmava que isso era uma perda de arrecadação para o governo, mas que movimentava milhões para grandes empresas do setor de tecnologia e, sobretudo, que representava a forma de sobrevivência de milhares de famílias por todo o Brasil. Mostrou-se, por assim dizer, um indivíduo que percebia a relação de sua atividade com outros níveis macrossociais, saindo, assim, via reflexões, do plano imediato, concreto de sua prática de trabalho e de vida, indo para horizontes estruturais. Tentei marcar entrevista com ele, com uso de gravador, mas ele não quis. Terminou desmarcando nos dias combinados ou mesmo dando desculpas. Tentei mais de cinco vezes e terminei desistindo, pois percebi que ele não queria ter conversas mais profundas e, principalmente, fora do camelódromo, muito menos, conceder entrevista com ou sem gravador. Portanto, para não me tornar um pesquisador inconveniente, que não respeita a negativa do entrevistado, terminei não insistindo e, assim, consegui manter ainda contato e pudemos estabelecer mais conversas, no próprio local de trabalho. Esse tipo de negativa e de medo de fornecer entrevista foi algo sempre constante na pesquisa. Percebíamos que, muitas vezes, preferiam conversas no próprio local de trabalho ou nas imediações, nunca fora do camelódromo. A “negativa” com relação a entrevistas terminou funcionando como componente de pesquisa, serviu, em algumas situações, para clarear novos caminhos a serem seguidos e permitiu a compreensão da profundidade ou gravidade de determinados assuntos tratados, além de servir como uma forma de indicação da própria complexidade que envolve o fenômeno. Terminamos, dessa

forma, nos valendo de diversas conversas “informais”, não gravadas, que serviram por demais para fundamentar nossos passos futuros nas investigações científicas. Esse foi o caso do Zé Marcos. Pelo menos, uma vez por semana passava pelo box dele para conversar um pouco, saber algumas informações sobre o camelódromo, as novidades do comércio local etc. Procurava fazer perguntas para esclarecer dúvidas decorrentes da própria pesquisa. Tentei, ao longo dos dias, tornar esse contato mais constante, para, assim, criar mais proximidade, mas não obtive muito êxito, nesse caso, sobretudo, porque o próprio camelô se esquivava e colocava limites objetivos para minha aproximação. Ele gostava de perguntar sobre minha pesquisa, queria saber quando iria concluir a tese, sempre questionava em tom de desconfiança e um pouco de ironia. Certa vez, disse: “E aí rapaz, terminou a tese? Vai ficar pesquisando quantos anos? Cê ainda quer saber coisa dos camelôs? Pensei que tinha lhe contado tudo.” (ZÉ MARCOS, camelô-proprietário, 2008)¹⁵³. Mantinha sempre uma distância entre nós, o que não impediu que tivéssemos boas conversas com informações úteis. Como exemplo de informações que obtive com ele, vou apresentar dois casos. O primeiro deu-se num dia comum do camelódromo, era uma terça-feira, início da tarde, com pouco movimento de clientes, como era de se esperar para um início de tarde, horário em que diversas pessoas que costumam freqüentar o camelódromo estão em seus trabalhos. Pude perceber que o fluxo aumenta no horário do almoço e no final da tarde, quando os trabalhadores formais das imediações circulam pelo local, em horários que estão livres do seu trabalho. Passei no box de Zé Marcos e conversei um pouco, antes de continuar com a aplicação dos questionários. De repente, ele perguntou se eu estava sabendo que a polícia estava vigiando o camelódromo e que já tinha lacrado cerca de 5 boxes por irregularidades, produtos falsificados e que estavam rondando o lugar. Em seguida, disse pra ele que não estava sabendo de nada e ele, imediatamente, começou a explicar em detalhes, informando, inclusive, qual era a delegacia

¹⁵³Informação colhida de minhas anotações de campo.

que estava a frente do caso e a quantidade de policiais na operação. Terminou, nesse dia, recomendando que não era bom fazer pesquisa, pois o pessoal estava muito assustado e podiam fazer relações da pesquisa com a polícia. Resultado, por causa dessa informação, terminei indo conversar com o pessoal da Associação, eles também estavam com aparência assustada e nervosos com o fato. Terminaram confirmando a história, mas não entraram em detalhes – essa era uma prática comum da Associação, nunca entravam em assuntos “delicados”, procuravam sempre passar uma imagem de legalidade e organização, o que era de se esperar de uma entidade que luta e defende uma categoria de trabalhadores. Assim, suspendi a pesquisa por uma semana. Depois de uns dias, voltei no camelódromo, rodei pelo lugar para sentir o clima e conversei com alguns camelôs, só depois, retomei a pesquisa de campo. No segundo caso, ele relatou a divergência que existe entre dois grupos do camelódromo que disputam o controle da associação, quer dizer, um grupo de oposição à atual gestão, que não estão contentes com a administração e que tentaram tomar a direção “na força”. Como disse Zé Marcos, chegaram a invadir a sede da Associação, em um dia de sábado, pela tarde, momento em que o comércio dos camelôs fecha as portas. Por pouco não houve confronto físico. A polícia terminou aparecendo para defender a administração da associação. Ou seja, não conseguimos fazer entrevistas gravadas com os trabalhadores, sobretudo, por causa desse tipo de situação existente no camelódromo, o que, certamente, deixa os trabalhadores tensos e receosos. Conseguimos apenas uma entrevista, uma exceção, uma funcionária, que foi bastante solícita e por ter uma boa compreensão do significado da própria pesquisa acadêmica, terminou concedendo entrevista gravada, mas com uma única condição, desde que fosse no próprio camelódromo, em um dia de sábado, no final do expediente. Aceitei a condição, sem problemas. No geral, como disse acima, pudemos, através dessas *conversas informais*, obter inúmeras informações que tornaram possível a

compreensão de relações e questões ocultas a primeira vista, que foram extremamente relevantes para o andamento da pesquisa em geral.

Continuando com a exposição do caso de Zé Marcos, nosso segundo camelô-proprietário apresentado, após algumas conversas que tivemos, pude ir confirmando a primeira impressão que tive dele, mostrou-se um sujeito crítico e consciente de seu trabalho. Vejamos partes da trajetória dele. É um caso bastante peculiar de uma pessoa que possuía um bom emprego, formal, em um banco, mas que terminou sendo demitido depois de mais de 10 anos, por uma crise econômica e que, devido à falta de outras oportunidades de trabalho na época, terminou optando pela informalidade, como ele mesmo disse:

Quando o banco quebrou, demitiu muita gente e eu não tinha muita qualificação para arrumar outro trabalho na área, o mercado também tava complicado, poucas oportunidades, resultado, botei esse negócio e comecei a luta como camelô. (ZÉ MARCOS, camelô-proprietário, novembro de 2008).

Zé Marcos é dono do seu próprio box, apesar de serem dois conjugados, um está no nome da ex-mulher, ele não entrou em detalhes sobre isso, desconversou. Possui casa própria, carro, paga INSS como autônomo, plano de saúde e possui renda mensal aproximada de R\$ 3 mil. Neste caso em específico, tivemos uma confiabilidade extra com relação à renda, pois o entrevistado foi enfático e não demonstrou ressalvas quanto ao rendimento, pelo contrário, entrou em detalhes, mostrou um livro de contabilidade e disse que coloca tudo em planilha no computador. Relatou também que vez por outra tentava calcular quanto de dinheiro circulava diariamente no camelódromo como um todo, em todos os boxes. Terminou sem apresentar esses cálculos. Disse que gostava muito de fazer cálculos e de matemática e que pela quantidade de boxes existentes no lugar, cerca de 1600, haveria um fluxo muito grande de dinheiro, movimentando milhões de reais por mês. Certa vez disse, referindo-se ao camelódromo e a atividade de camelô de tecnologia: “É um negócio e tanto, isso aqui é uma mina de ouro e os governantes e empresários sabem disso. Não é por acaso que o povo briga

pela direção da Associação. É muito dinheiro.” (Idem). Zé Marcos possuía um *notebook* com internet que ficava fixo no box e disse que fazia todo o controle de gastos e despesas de seu negócio a partir dele, dessa maneira, que sabia com detalhes os valores do seu salário e de seus dois funcionários (uma mulher e um homem, que ganham semanalmente, respectivamente, R\$ 350,00 e R\$ 200,00). Aliás, a funcionária já trabalhava há mais de 5 anos com ele e, assim, tinha a confiança dele. Quando ele viajava para buscar mercadorias, ela que ficava responsável pelo box. Talvez, por essa razão, seu salário seja maior do que o do outro funcionário. Essa é outra prática muito comum entre esses camelôs, ter alguém de confiança, que não necessariamente seja um parente, mas um funcionário mais antigo, que tem por função administrar o lugar na ausência do dono – é uma forma de aumentar responsabilidades e funções. Algo que também ocorre em lojas formais, construção da confiança. Outra questão curiosa deste camelô é que ele não faz empréstimos para comprar novas mercadorias e não trabalha com estoques, disse que compra tudo à vista e que gosta de ter poucos produtos, pois assim, pode estar sempre renovando as opções de mercadorias vendidas, como afirma: “Procuro sempre trazer novidades para vender, é isso que atrai as pessoas e garante uma boa clientela”. (Idem). Nessa questão do estoque, lembra muito o caso anterior do Robson, que também prefere ter pouca quantidade de produtos e prima pela variedade. Sobre isso, podemos relacionar com um dos lemas do modelo de organização do toyotismo que é estoque zero (GOUNET, 1999).

Zé Marcos é filho de um funcionário público federal aposentado e sua mãe é “dona de casa” (trabalha apenas em sua própria casa, em atividades/trabalhos domésticos). Desde que foi demitido, começou a procurar atividades informais. Terminou conseguindo 5 anos depois, quando adquiriu um box no camelódromo. Em 2008, estava em atividade há 15 anos, desde o início do camelódromo, portanto, é também um “dos antigos” do lugar. Talvez até tenha sido esse tempo de trabalho que permitiu que ele acumulasse um bom conhecimento do

funcionamento da atividade e dos camelôs. Desde seu início como camelô, seu negócio foi direcionado para venda de eletrônicos. Disse que sempre viajou para buscar mercadorias no Paraguai, que isso deixa o produto mais barato, já que não paga para atravessadores. Contudo, fazer isso cansa e nem está mais compensando tanto do ponto de vista do preço, pois já tem gente que entrega direto no box dele com preços similares. Mas prefere ir, pois assim pode garantir uma certa procedência dos produtos e comprar o que lhe agrada, conforme os pedidos dos clientes. Como diz: “Procuro adequar meus produtos ao que tem mais saída, fico de olho na procura e sempre trago novidades”. (ZÉ MARCOS, camelô-proprietário, novembro de 2008).

Vejamos como Zé Marcos respondeu as questões qualitativas. Veremos que ele mantém sua coerência argumentativa, afirmando a todo instante que é camelô, que é informal, mesmo tendo uma estrutura de loja, mas que, ainda assim, é camelô, pois não tem registro de empresa. O que chamou mais atenção é uma crítica dele aos outros camelôs, que se mantêm com uma “mentalidade de camelô”, que, por isso, não são comerciantes, não são empresários. Respondendo a pergunta “O senhor acha que essa atividade é como se fosse uma empresa (uma loja)?”, diz:

Não. Somos uma barraca melhorada, com mais estrutura. Não temos garantia de nada. Hoje você está aqui e amanhã pode não estar mais. É tudo incerto, como pode ser uma empresa, se existe tanta incerteza? (Idem).

Já com relação a questão “O senhor se considera camelô?”, responde afirmativamente:

Sim. Você ainda tem repressão, fiscalização, apreensão. **Aqui as pessoas têm a mentalidade de camelô.** Eles não sabem a força que têm e nem percebem que as coisas tão mudando. Mas, hoje é tudo camelô. É difícil mudar isso. Tem muita gente que já se acostumou com essa bagunça, com a desordem, a esculhambação. (Idem, grifo nosso).

Quando perguntado como ele chama sua própria atividade, dá uma pista para uma possível lógica diferenciada do tipo de trabalho que exerce, apesar de não se contradizer com o fato de se considerar camelô, diz: “É comércio, compra e venda. Somos comerciantes”. (Idem). A pessoa pode ser denominada de comerciante informal ou formal, ou seja, são todos de uma forma ou de outra comerciantes, existe uma unidade de condição nessa situação. Portanto, não é um tipo de palavra ou expressão que pareça denotar contradição na fala do entrevistado.

Por fim, uma última resposta dele sobre a penúltima questão do questionário, “O senhor se considera independente (tem liberdade, autonomia) nesse trabalho?”. Esta é, por sinal, uma questão bastante discutida e recheada de problematizações no campo dos estudos sobre informalidade. Uma de suas polêmicas é justamente porque muitos pesquisadores, ao longo dos anos, no caso brasileiro, sempre consideraram que o universo do trabalho informal, ocorrendo em que espaço for, diretamente para o público, como no caso do trabalho de rua, de serviços diversos, ou de modo indireto, dentro de empresas/indústrias, fazendo atividades complementares dentro do processo produtivo ou de um negócio qualquer, prestando apenas um serviço (trabalhando em casa ou na rua), sempre se pensou que estas formas de trabalho fossem o espaço por excelência dotado de maior liberdade, de mais autonomia, mesmo porque não se teriam determinadas exigências (cobranças) típicas da relação de trabalho assalariada ou dos rigores do contrato formal de trabalho com suas regras implícitas à relação de assalariamento. Além disso, os autônomos, os informais que são donos dos seus próprios negócios, donos de suas atividades, seriam, por assim dizer, pessoas dotadas dessa tal liberdade do trabalho, pois são donas de suas atividades. Todavia, como veremos na fala de Zé Marcos, não é bem isso que aparece e pudemos verificar tal interpretação em outros casos pesquisados, portanto, vai na direção oposta deste tipo de autonomia e liberdade. Diz Zé Marcos:

Não me considero livre. **Dependo de muita coisa, de muita gente.** Da associação autorizar nosso funcionamento, eles mandam em tudo aqui. Da polícia, que sempre aparece pedindo dinheiro ou levando mercadorias. E tem ainda a prefeitura, que deixa ou não nosso trabalho aqui. Então, que liberdade é essa? Tá todo mundo preso. (Idem, grifo nosso).

3º Caso – Maria Cecília (nome fictício)

O terceiro e último caso que apresentaremos dos proprietários é de uma mulher jovem, de 20 anos¹⁵⁴, que veio para o Rio há pouco tempo, cerca de 2 anos, para trabalhar como vendedora no camelódromo, seguindo a indicação de sua irmã, que veio da mesma cidade, do interior da Bahia. Quer dizer, veio seguir o caminho de muitas outras mulheres e homens que se aventuram a uma vida melhor ou para novas opções de vida. O Rio de Janeiro possui, ao menos, uma imagem de cidade da praia, da “curtição”, da “juventude”, mesmo porque é desta cidade que surgem inúmeros atores, atrizes e modelos de sucesso no país. Tal imagem, possivelmente, termina influenciando no horizonte de perspectivas futuras das pessoas, sobretudo, de cidades menores e do Nordeste do país, que vêm em busca de melhores trabalhos. Neste caso, Maria Cecília fez uma migração para trabalhar (migração de trabalho), mas disse também que veio para o Rio por ser uma cidade bonita, movimentada, turística etc. Ela veio com um pouco mais de certeza e de contatos/indicações do que inúmeros outros brasileiros – teve uma rede de apoio. Terminou fazendo uma migração virtuosa, no sentido de ter conseguido uma condição financeira melhor do que a existente na cidade natal. Essa rede de contatos prévios, certamente, contribuiu para uma boa inserção na nova cidade. Ela acabou tendo um pouco mais de sorte ao se casar com um camelô-proprietário, se é que podemos considerar o casamento como uma questão de sorte. Disse que se casou com um homem um pouco mais velho do que ela, que era proprietário também. Além do box, possuía uma loja em

¹⁵⁴Questionário aplicado em novembro de 2008.

um *shopping* da cidade, ambos “negócios” no mesmo ramo de atividade, comercialização de produtos eletrônicos. A irmã dela permanece trabalhando em outro box, no próprio camelódromo, no mesmo ramo. Nas entrevistas que fizemos, na fase de aplicação do questionário, pude conhecer outras funcionárias que eram amigas de Maria Cecília, que também tinham vindo de cidades do Nordeste, o que permite pensar novamente na ideia de redes de amizade, de solidariedade, parceria, migração para ser camelô etc. Certamente isso caracteriza um tipo diferente de migração. Agora, pode-se ver uma migração direta para a informalidade de rua, essa seria a melhor condição de trabalho e de vida na cidade grande. Quer dizer, a que ponto chegou esse novo tipo de informalidade, ganhando uma dimensão de melhora de vida social, mesmo que seja pensada para um curto e médio prazo, ainda assim, é uma questão nova e relevante.

No caso dessa camelô, vale a pena informar que ela reside na zona sul da cidade, que, no caso do Rio de Janeiro, significa residir em bairros de classe média e alta, com mais infraestrutura, entre outras melhorias, além do *status social* implícito. Isso em si já representa um fator de distinção social quando comparado a condição de outros trabalhadores em geral, que vivem em outros locais da cidade, que, em muitos casos, deslocam-se de longe para os centros, para o trabalho. Apesar da boa localização da moradia, disse que é um apartamento alugado e que os custos são divididos com o marido. Não possui filhos e ninguém mais que resida em sua casa, portanto, é de família nuclear pequena, o que pode até facilitar na hora da escolha da moradia, podendo residir em um lugar menor, com um preço mais baixo. Ela possui segundo-grau completo e informou que pretende cursar uma faculdade particular, disse que iria começar em breve. Não possui veículo, mas disse que o marido tem. E, classificou-se como de cor parda. Para completar o perfil de Maria Cecília, vejamos mais algumas informações. Ela possui plano de saúde, que o marido paga. O box em que trabalha está no nome do marido, mas, como ela disse: “Esse negócio aqui é meu. Sou eu que tomo conta”

(MARIA CECÍLIA, camelô-proprietário, novembro de 2008). Nesse caso, trata-se de um box apenas, por sinal, é bastante apertado, praticamente só cabe uma pessoa dentro mais as mercadorias. É um box especializado em venda de vídeo-games e de produtos para games, jogos, controles etc. Ela ainda informou que não paga INSS e que possui renda mensal de R\$ 4 mil reais. Nesse caso, ela também pareceu estar sendo bem sincera sobre o valor do seu ganho, pois houve uma boa empatia no momento da entrevista, possivelmente, pelo fato dela ter sido indicada por outra camelô e por sermos conterrâneos. Muitas vezes, isso contribui para estabelecer um bom contato no momento da pesquisa.

Maria Cecília disse que veio de família de classe média baixa do interior baiano. Seu pai é Engenheiro Agrônomo da prefeitura e a mãe, dona de casa (trabalha em atividades domésticas em sua própria casa). O trabalho como vendedora ambulante foi seu primeiro trabalho, que, aliás, revelou gostar muito. Já está há cerca de 1 ano e 9 meses nessa atividade, portanto, praticamente, desde que veio da Bahia. Disse que começou como vendedora, trabalhando em outro box e que, cerca de 5 meses depois, casou-se e passou a ter seu negócio, em conjunto com o marido, que já era camelô-proprietário, como havíamos dito. Em seu box trabalha mais uma funcionária, a qual também é nordestina (baiana), foi indicada por amizade e veio da Bahia direto para o camelódromo. Esta funcionária recebe R\$ 150 reais por semana, mais 4% sobre as vendas, além de auxílio para o transporte e alimentação, pagos diariamente em dinheiro. Informou também que paga férias remuneradas e um abono tipo décimo terceiro e que tudo isso era feito em acordo (de boca) com o “empregado”.

Esse é um caso típico de um camelô-proprietário que se vê como uma “loja”, uma “empresa”, e, ao mesmo tempo, por não possuir determinadas questões legais, também se considera camelô. Vejamos a resposta de Maria Cecília às questões “A senhora acha que sua atividade é como se fosse uma empresa (uma loja)?” e “A senhora se considera camelô?”. Respectivamente: “Sim. Antigamente o pessoal falava que isso aqui era lona, sujeira, hoje

não. Hoje é melhor, tem infraestrutura, cobertura boa, cadeado, o pessoal da segurança, ar-condicionado. Somos uma loja, parece muito com uma loja normal”. (Idem); “Sim, isso aqui não deixa de ser um camelódromo, não temos registro formal”. (Idem). Questionada ainda sobre como ela chamava sua atividade, diz: “Vendas”. (Idem).

Vejam os ainda uma última questão, a última do questionário, que também transparece a fala contraditória dessa proprietária, que, na verdade, permite compreender a perspectiva do dono do negócio. Foi-lhe perguntado: “A senhora gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?”. Ela prontamente responde que não, porém terminou justificando, sob a perspectiva atual dela, de proprietária: “O salário é muito baixo, aqui se ganha mais [até aqui tudo bem]. O governo desconta muito imposto pra você vender produtos”. (Idem). Ou seja, termina se referindo a possibilidade dela legalizar juridicamente seu negócio e não apenas ir se inserir como trabalhadora formal. Isso evidencia a própria existência de *olhares* diferenciados diante de uma mesma atividade, de um trabalho similar, do trabalho de rua, do camelô.

Para fecharmos essa parte da fala e do ponto de vista dos proprietários, iremos trazer em cena, ainda que de modo breve, um camelô que nos parece ser um caso típico das mudanças e reconfigurações vivenciadas pela atividade de venda de produtos tecnológicos, pela atividade de camelô de tecnologia. Trata-se do caso de Alexandre (nome fictício), camelô-proprietário, recém iniciado na informalidade de rua, que possuía apenas 3 meses como camelô, quando aplicamos o questionário, em novembro de 2008. Alexandre tem 27 anos de idade, é natural da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, um proprietário com uma idade relativamente baixa. Autodenominou-se de cor branca e possui nível superior completo, cursado em Universidade pública do Rio, na área similar a de informática¹⁵⁵. É formado,

¹⁵⁵ Definimos a área de formação superior dessa forma para protegermos a identidade do entrevistado.

portanto, em área estritamente ligada à própria atividade exercida na rua. Esse é um caso curioso, pois além de ser camelô, possui outro trabalho formal, na sua área de formação, em uma empresa privada, onde começou como estagiário, ainda na época da graduação. Disse que a atividade de camelô era uma experiência nova: é “[...] uma oportunidade de negócio, um teste para aumentar minha condição de vida [...]”. (ALEXANDRE, camelô-proprietário, novembro de 2008). Tal conjectura, em si, já representa uma entrada diferenciada na informalidade, que, nesse caso, não decorre da falta de opção de trabalho, do desemprego, da própria necessidade de sobrevivência, nem também segue uma tradição de trabalhos de rua, uma *tradição informal*. Ao contrário, trata-se de uma inserção para efetivação de *um meio a mais* para se ganhar dinheiro, aumentar renda, quiçá empreender um negócio próprio, ser também um “empresário”. Disse que começou como camelô em tecnologia há apenas 3 meses e que ainda estava aprendendo os “macetes” do trabalho (Idem), um iniciante, como diz: “Sou um novato, ainda estou apreendendo os segredos do negócio” (Idem). Seu box é alugado e possui dois funcionários contratados, sendo que cada um recebe cerca de R\$ 900,00 por mês, além de auxílio transporte, alimentação e comissão por vendas (1% sobre tudo que é vendido). Isto é, ele é mais um que está dentro de uma espécie de *script*, aderindo a determinados estilos de contratação e de execução da atividade similares às do trabalho formal, seguindo uma *lógica e estilo* formal de trabalho, do ponto de vista das relações sociais. Ele já começa na atividade com dois funcionários, justamente, como um negócio. Além dessas características apresentadas, Alexandre tem uma renda mensal aproximada de R\$ 4.500 reais como camelô, portanto, uma renda elevada, ainda mais se somada a seu outro trabalho, como funcionário de nível superior, cujo valor ele não informou. Disse ainda que sua atividade é sim como se fosse uma empresa, afirma: “Sim, somos uma empresa, igual a uma loja. Não vejo nada de diferente, mesma coisa, mesmo trabalho, você calcula quanto vende quanto deixou de vender, subtrai os custos, faz balanço, compras.” (Idem).

Pudemos encontrar em duas outras respostas, essas relações com o trabalho formal e com elementos típicos da formalidade. A primeira, em resposta a questão “Porque o senhor começou a trabalhar com os produtos tecnológicos?”, diz: “Sempre trabalhei com isso no setor formal, tenho experiência nessa área. É um bom negócio, compensa, por isso, resolvi **arriscar**”. (Idem, grifo nosso). Aqui aparece a experiência no trabalho anterior, que ele ainda mantém em paralelo, como um diferencial para sua entrada na informalidade, quer dizer, a experiência formal contribuiu para *iniciativa informal* ou a *entrada informal*. No final da resposta, ainda podemos ver que ele considera sua nova atividade, seu novo trabalho, como algo que ainda é *fonte de riscos*, haja vista que é uma coisa nova para ele e que está há pouco tempo, 3 meses, além de ser um tipo de trabalho que realmente envolve riscos, riscos com a prefeitura, com a polícia, com as mercadorias, com os próprios colegas etc. Essa é mais uma característica similar aos negócios e empreendimentos formais/legais, em que o empresário investe determinada quantia (dinheiro, recursos, empréstimos etc.) e aguarda um retorno, mas, de antemão sabe dos riscos do investimento e que precisa de um tempo para recuperar o dinheiro investido. No caso de Alexandre, ele demonstrou ter plena noção disso, com a diferença de que não pegou empréstimos para iniciar na atividade, mas apenas para retroalimentar o negócio, como ocorre com diversos outros camelôs, que terminam pegando empréstimos em bancos, como pôde ser visto antes. Isso, em si, já dá outra feição a estas atividades, uma feição empresarial, de negócio e evidencia a necessidade de se ter recursos (capital inicial) para iniciar nesse ramo de atividade, algo que pode perfeitamente funcionar como uma barreira de acesso, como diria Bruno Lautier (2004). Sobre os empréstimos para iniciar na atividade, vejamos a tabela 30 abaixo (essa pergunta foi feita apenas para os proprietários).

Tabela 30 – Distribuição dos pesquisados em relação a pegar empréstimo para iniciar na atividade?

Pegou empréstimo para iniciar na atividade?	Frequência	%
Sim	04	27
Não	11	73
Total	15	100,0

* O total ficou reduzido, pois apenas os proprietários responderam a essa questão.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Conforme a tabela, cerca de 27% dos donos (4) pegaram empréstimos para começar na atividade, o que pode representar o próprio *processo empresarial* na rua, o início e a expansão de novas práticas de trabalho na rua. Alguns relataram que começaram na atividade com recurso recebido de indenização de outros trabalhos, ou mesmo com a ajuda de parentes e amigos. Muitos destes fazem parte, certamente, dos cerca de 73% que não pegaram empréstimo. É um dado que vem reforçar a ideia da barreira de acesso, ou seja, a maioria possuía antes de iniciar o negócio uma determinada quantia de dinheiro disponível para ser aplicado nesse tipo de atividade.

Voltando para o caso de Alexandre, a segunda resposta dele é sobre a pergunta “Quais os pré-requisitos que são exigidos na seleção/contratação de um novo funcionário?” Ele respondeu: “Saber mexer com tecnologia, todo dia as coisas estão se modificando, aí, temos que contratar alguém que esteja atento para as mudanças” (Idem). Aqui aparece, outra característica para esse novo tipo de trabalho informal, que é a necessidade de um funcionário com um determinado nível de conhecimento prévio, no caso, que conheça o funcionamento e tipos diversos de produtos eletrônicos. Como disse Paola (2008)¹⁵⁶, nome fictício, uma camelô-funcionária que será apresentada a frente, em resposta a questão “A senhora acha que a pessoa tem que se qualificar para trabalhar com produtos tecnológicos?”: “O produto vai mudando muito rápido. De dois em dois dias tem coisa nova, é muito rápido”. Certamente,

¹⁵⁶Entrevista realizada em 03 de novembro de 2008, no camelódromo da Uruguaiana.

que tal exigência é mais *uma barreira* para possíveis interessados em vagas informais de camelô-funcionário ou até de camelô-proprietário. É provável que existam outras. Mas, sabe-se que a indicação via redes de amizades ainda surte efeito, o que também funciona no trabalho formal tradicional.

Perspectivas dos *camelôs-funcionários* [ou a fala dos vendedores, subordinados]

Pode parecer anacrônico e sem sentido falar que estes camelôs funcionários contratados são subordinados, pois estão exercendo atividades no próprio universo (no lócus) tido como da “liberdade” do trabalho, no espaço da autonomia, na informalidade de rua, porém não é bem assim. Tais trabalhadores, mesmo nesse tipo de ambiente, sofrem sim situações também de subordinação, controles etc. Situações típicas às vivenciadas no espaço formal tradicional de trabalho, típicas da relação patrão-empregado – que também empregam trabalhadores informais sem registro, com regime de trabalho assalariado. Serão mostrados aqui alguns relatos que reforçarão essa perspectiva, além dos olhares dos próprios funcionários diante da própria atividade que exercem, se se consideram ou não como empresas, como camelôs, enfim, responderão às mesmas perguntas feitas para seus patrões, os donos do negócio.

Em diversos discursos (falas) e conversas destes camelôs-funcionários, foi possível confirmar e perceber essa forma diferente de lidar com a atividade, como uma atividade que tem um dono que é diferente dele. Na condição do trabalho de rua, dos camelôs, o camelô-funcionário é apenas um contratado sem contrato formal, um empregado sem registro, mas com regime fixo de trabalho (jornada regular), apesar de, em muitos casos, serem vistos e tidos também como camelôs, ou seja, em pé de igualdade no plano da existência laboral. De

fato, no nível externo das aparências, das primeiras impressões (abordagens), pode realmente transparecer, ou ser apreendido, que todos exercem uma mesma *função* e ocupem uma mesma *posição social* no trabalho. Contudo, após conversas e análises mais aprofundadas, pode-se notar o real sentido de tais formas de trabalho e suas divisões sociais internas.

Se formos pensar do ponto de vista estritamente das subjetividades envolvidas, de suas representações e percepções sociais, nesse plano, não saberíamos afirmar ao certo se essa diferença se faz presente ou não. Ademais, podemos conceber que nesse prisma das subjetividades, *pode ser* que haja um reconhecimento comum, onde todos se percebam como parte de um mesmo todo, da condição informal, mas isso é apenas uma *possibilidade*, não podemos avançar mais sem correr o risco de cair em especulações, apesar de tal conjectura não anular a existência de diferenciações no plano da materialidade concreta da existência desses trabalhadores/as. Em outras palavras, ainda que todos se percebam enquanto componentes de uma mesma condição do trabalho, como informais, não quer dizer que todos sejam iguais sob o aspecto da *função e posição* no trabalho. É até razoável aceitar que eles/as se percebam como iguais, num plano mais generalista, afinal, todos vivem em uma realidade similar. Mas, veremos, e foi isso que nossa pesquisa conseguiu evidenciar, que existem clivagens na informalidade de rua, nesse tipo de camelô de tecnologia. Essas clivagens são, por assim dizer, marcantes e facilmente reconhecidas entre os participantes da condição informal de rua, presentes no mesmo espaço de trabalho. Uma clivagem fundamental que existe é a da própria divisão entre donos e contratados, como já mostramos ao longo da pesquisa. Muitas vezes, presenciamos os/as próprios/as funcionários/as chamarem o dono de patrão e muitas entrevistas só foram possíveis quando o dono autorizava, ou sinalizando com a cabeça, expressando o consentimento, após uma breve explicação por parte do pesquisador, ou, antes, procuravam saber detalhes, faziam indagações, para, em seguida, “sugerir” forçosamente que o funcionário respondesse ou não, numa típica cena de exercício de poder

com seu subordinado, como ocorre corriqueiramente no trabalho formal tradicional. Cheguei a presenciar vários casos dessa natureza, como também vi um diferente, diria de resistência e enfrentamento do funcionário, evidenciando um típico caso de conflito do trabalhador com o patrão (luta do trabalho contra o capital?). O patrão falou para o funcionário responder ao questionário e esse não quis, em seguida, o patrão falou novamente, dessa vez num tom de voz e de expressão facial imperativo/impositivo, ainda assim, o funcionário resistiu e disse que não queria. Era um conflito entre uma funcionária e o dono, na frente de outro camelô, do box vizinho, o que, a meu ver, deixou o patrão irritado, uma vez que este tinha que mostrar seu poder e, possivelmente, viu naquela atitude um ato de insubordinação. Resultado, falei que não precisava e desisti dessa entrevista. Este episódio serviu aqui para mostrar como esse tipo de informalidade também está permeado por relações de trabalho típicas das relações formais, as quais são também marcadas pelo conflito. Tal relato serve também para mostrar que se trata de um universo multifacetado, com diversas determinações, objetivas e subjetivas envolvidas, o que torna a pesquisa bastante complexa, haja vista, que tem que dar conta minimamente desse emaranhado de possibilidades, em que toda afirmação categórica por parte do pesquisador é arriscada, apesar de sabermos que a ciência também se constrói por caminhos nem sempre determinados e claros. A ciência ou o pensamento científico é também marcado por incertezas e indeterminações racionais, mas que cabe ao pesquisador pôr os diferentes cenários e situações do fenômeno pesquisado dentro do escopo de análises, foi isso que procuramos garantir.

Ademais, boa parte desse conflito que evidenciamos entre funcionários e patrões é típica das formas de trabalho da sociedade capitalista, as quais são marcadas por contradições e desigualdades. Assim, esse tipo de conflito nos trabalhos informais de rua é esperado. Todavia, parece que essa questão ganha mais intensidade neste tipo de informalidade reconfigurada da rua, uma vez que está marcada pela empresarização, adotando um *estilo e*

lógica formal de trabalho, busca pelo lucro, exploração do trabalho etc. Isso, possivelmente, contribui para o aumento desse tipo de conflito (patrão-empregado) no trabalho de rua.

Existiram diversas falas e repostas similares entre os funcionários e os donos. Isso será visto aqui. Mas também ocorreram diferenciações que, na medida do possível, serão também elencadas, ainda que de modo breve. Como exemplo de diferenças, temos as duas últimas questões do questionário que já foram apresentadas antes, a que trata da autonomia ou liberdade no trabalho e a que pergunta se a pessoa gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada. Nessas questões, pode-se ver diferenças de visões, principalmente, porque são resultantes de inserções diferenciadas na lida de rua. É nesse momento, entre outros, que fica nítido a perspectiva diferente dos dois grupos.

Na primeira questão referida, a autonomia sempre aparece como positiva para o dono do negócio, afinal, é resultado de um empreendimento, é a própria realização do sujeito que vira patrão, nesse sentido, a atividade quase sempre aparece representando *liberdade e autonomia*. Isso é, em partes, diferente sob a ótica de quem está contratado para ser um funcionário informal, um camelô-funcionário ou um empregado informal. Tal situação pode ser vista na tabela 31 abaixo.

Tabela 31 – Cruzamento de dados: Ser livre, ter autonomia com ser proprietário do negócio

Tem autonomia/liberdade, porquê?	Proprietário do negócio?		Total
	Sim	Não	
Sou livre, faço o meu horário, não tenho patrão	8	0	8
Apesar de ter patrão, aqui é mais livre	0	9	9
Ganho mais aqui	2	5	7
Flexibilidade de horário	0	4	4
Não ter carteira assinada	0	1	1
Trabalho menos aqui	1	0	1
Total	11	19	30

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Como pode ser visto na tabela, 11 proprietários do total destes pesquisados (15) responderam positivamente a essa questão, representam 73% do total, ou seja, a maioria deles se considera com autonomia e liberdade no trabalho. A maior parte destes afirmaram que isso se deu ao fato de se acharem livres, de terem liberdade de horário e não terem patrão, como aparece na primeira linha da tabela. O segundo fator que mais aparece como justificativa para essa liberdade é bem menos expressivo, apenas dois casos, ou 18%, que disseram que ganham mais naquela atividade, por isso, teriam mais liberdade. E, apenas um deles, 9%, referiu-se ao fato de trabalhar menos. Quer dizer, uma liberdade associada aos ganhos obtidos e que também é ligada a uma carga menor de trabalho, mesmo porque, muitos possuem funcionários.

Para os funcionários, por coincidência, a questão da renda maior é também a segunda que aparece como relevância no conjunto dos funcionários que responderam positivamente a essa questão, representando um percentual maior, aproximadamente 26%, 5 funcionários. Do total de funcionários pesquisados (27), cerca de 70%, ou 19 deles, responderam afirmativamente nessa questão da liberdade/autonomia. De fato, um percentual alto comparado ao total de funcionários. Já o aspecto mais representativo considerado de liberdade e autonomia pelos funcionários foi uma resposta passível de interpretações, que foi a seguinte: *Apesar de ter patrão, aqui é mais livre*, que representou cerca de 47% ou 9 funcionários. Essa é uma resposta que pareceu indicar que apesar do fato da atividade ser regulada/controlada por um dono, o patrão, ainda assim, por ser um *patrão informal*, seria, pois, algo mais flexível. Foi, basicamente, nesse sentido que foram dadas aquelas respostas. Por isso, enquadrámos daquela forma, naquela categoria. Contudo, vale frisar que, no caso das justificativas dadas pelos funcionários, não houve maioria em resposta entre as categorias, como houve com os donos. Aliás, estes últimos reforçam a qualidade de donos do negócio, usando tal atributo como fator positivo para valorizar sua condição de proprietário, de patrão.

Todavia, cabe uma última observação sobre a tabela. Aparecem nas respostas dos funcionários outras categorias que merecem comentários. Primeiro, têm 4 funcionários, cerca de 21%, que disseram que sua liberdade está relacionada à flexibilidade de horário, ou seja, tal variável pode ser aproximada com aquela resposta sobre o padrão informal. É possível que este tipo de trabalho, apesar de ter jornada fixa, como é dito no perfil anteriormente no texto, possua ainda algum nível de maleabilidade maior quando comparado ao trabalho formal – parece tratar-se também de uma atividade com intensidade de trabalho, pois exige que o trabalhador fique horas em pé, atendendo clientes (muitos funcionários entrevistados reclamaram disso). Em segundo lugar, apenas um funcionário referiu-se ao fato de não ter carteira de trabalho assinada, isto é, a ter ou não, digamos, que “bater o ponto”, cumprir horário fixo e rígido, onde qualquer atraso é facilmente registrado e descontado ou compensado. Esse fato reforça a questão da intensidade do trabalho apresentada, uma vez que nenhum deles fez menção à questão de ter liberdade/autonomia por trabalhar menos, como aparece na última linha da tabela.

Por fim, na outra questão suscitada acima, de querer ir ou não para um trabalho com carteira, vejamos a tabela 32:

Tabela 32 – Cruzamento de dados: Mudar p/ um trabalho com cart. assinada com ser proprietário do negócio

Mudar p/ um trabalho com carteira, porquê?	Proprietário do negócio?		Total
	Sim	Não	
Se ganhasse o mesmo ou mais do que ganho como camelô	5	2	7
Pelos direitos, garantias trabalhistas, aposentadoria (segurança)	0	18	18
Para ter um horário menor de trabalho	1	0	1
Total	6	20	26

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

O dono do negócio praticamente não cogita mais o retorno a condição de empregado, no máximo, pensa em formalizar o negócio, transformar em empresa legal, mas desde que ele permaneça como dono. Dos que querem ir, apenas 6 de 15 entrevistados, 40%, desejariam mudar de condição, mas desde que fossem para algo que pagasse “*o mesmo ou mais do que ganho como camelô*”. Isso torna essa vontade de ir para o trabalho formal praticamente inviável, porque eles já possuem um ganho bem acima do mínimo nacional, cerca de 53% deles, 8 donos, ganham acima de 5 até 10 salários mínimos, sendo que, destes, 25% (dois) ganham acima de 10 mínimos. Em contrapartida, os funcionários vão representar uma situação oposta a dos donos, realmente, na linha de sua condição, na condição de trabalhador. Do total de funcionários pesquisados (27), cerca de 74% desejam mudar para um trabalho com carteira. Esse dado, em si, já representa muita coisa quando comparado aos donos. Apesar deles majoritariamente terem dito que querem mudar de condição, isso nem sempre condiz com a real condição profissional desse trabalhador, bem como não quer dizer que trata-se de uma mudança a curto ou médio prazo. Muitas vezes, tais decisões são jogadas para o futuro, como nos foram relatadas algumas vezes na fase da pesquisa de campo. Porém, o curioso, ainda no caso dos funcionários, é que a extrema maioria, 18 funcionários ou cerca de 90%, quer ir para condição formal por causa dos benefícios e direitos ligados ao trabalho, totalmente diverso do camelô-proprietário, que, em muitos casos, aparenta ter uma condição de vida um pouco melhor. Cerca de 67% desses últimos possuem veículo, plano de saúde para ele e para família e 46% contribuem para o INSS como autônomo. Os funcionários, com percentuais menores, ficaram assim distribuídos: cerca de 15% possui veículo, 37% têm plano de saúde e apenas 26% pagavam INSS, ver tabelas 33 e 34 abaixo.

Tabela 33 – Cruzamento de dados: Ser proprietário com possuir veículo e ter plano de saúde

Proprietário do negócio?	Possui veículo?		Tem plano de saúde?		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
Sim	10	5	10	5	15
Não	4	23	10	17	27
Total	14	28	20	22	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Tabela 34 – Cruzamento de dados: Ser proprietário com contribuir para o INSS como autônomo

Proprietário do negócio?	Paga INSS?		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
Sim	6	7	13*
Não	7	20	27
Total	13	27	40

*O total caiu para 13, pois um camelô-proprietário era aposentado e o outro já tinha carteira assinada em outro trabalho.

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Por um lado, pode-se ver a lógica de quem está no topo da atividade, de quem controla o negócio, inserido em uma condição mais cômoda, o dono dos meios de trabalho, o patrão. Noutro plano, aparece o trabalhador contratado que deseja, em geral, o trabalho com carteira, mas desde que mantivesse o salário mais alto. Ele almeja os direitos sociais e legais que não possui, no sentido pleno e amplo.

Por fim, antes de apresentar a fala dos próprios funcionários, vamos mostrar mais um cruzamento de dados em que fica evidente essa diferença de pontos de vista, entre donos e funcionários. Vejamos a tabela 35.

Tabela 35 – Cruzamento de dados: Ser proprietário do negócio com a resposta a se parecer com uma loja ou empresa, se sim, porquê?

Se parece com uma loja, porquê?	Proprietário do negócio?		Total
	Sim	Não	
Temos uma estrutura parecida (vitrine, cartões de crédito/débito, func.,etc.), temos autorização municipal	8	6	14
Fazemos tudo que uma loja faz na venda, só não se paga impostos	2	5	7
Trabalhamos com produtos de primeira, sofisticados	0	1	1
Damos garantia, o cliente confia	1	1	2
Temos regras, horários a cumprir, benefícios, tudo parecido com o trab. Formal	0	6	6
Fazemos tudo que uma loja faz, só não temos carteira assinada	0	5	5
Total	11	24	35

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

A maioria dos funcionários, cerca de 75%, justificaram sua resposta a questão de que sua atividade se parece com uma empresa afirmando coisas relativas ao próprio funcionamento da atividade, ao próprio processo de trabalho como, por exemplo, horários a cumprir, fazer tudo o que uma loja faz, mas não se tem carteira assinada. Já a maioria dos proprietários, cerca de 73% ou 8 deles, dos 11 que responderam a essa questão positivamente, fizeram referência à própria estrutura mais geral da atividade, a questão da visibilidade, da aparência do negócio, é o caso da primeira linha da tabela. Ou seja, pela resposta da maioria de cada grupo, pode-se perceber um certo olhar diferenciado para com o mesmo trabalho.

Voltemos agora para a exposição da fala de alguns funcionários apreendidas com maior profundidade, de forma qualitativa e que evidencia partes das trajetórias dos trabalhadores. Não iremos nos deter em descrições ampliadas acerca da trajetória como fizemos anteriormente, com os proprietários. A trajetória desses grupos possuem diversos

elementos em comum, como será visto, o que, em si, já evidencia o próprio perfil desse novo tipo de camelô. A diferença entre esses dois grupos parece se acentuar com intensidade na própria inserção no trabalho, na forma de inserção atual. Em um sentido amplo, são grupos que possuem trajetórias de vida parecidas, com escolaridade semelhante, passagens por trabalhos formais, busca por inserção laboral, contudo, possuem sim um aporte de recursos diferenciados, o que provavelmente deve ter contribuído para uns serem donos e outros empregados. Todavia, muitos dos funcionários atuais poderão, sem grandes problemas, serem patrões amanhã. Isso é para dizer que não parece existir um *fosso social e de trajetória/percurso profissional* entre esses dois grupos, apesar da inserção no trabalho ser diferente e de possuírem ganhos diversos. Essa parece ser uma possibilidade aberta de *mobilidade* para o camelô-funcionário, algo praticamente impensável, ou, pelo menos, incomum, para o caso dos trabalhadores formais. Claro que, em alguns casos, a diferença de ter ou não um aporte de recurso para iniciar seu próprio negócio deve-se, sobretudo, a própria idade da pessoa, pode ainda ser jovem demais e, assim, não ter conseguido acumular dinheiro suficiente, ou, obviamente, não teve recursos de família, de casamento etc.

1º Caso

O primeiro exemplo é o de Paola (nome fictício), nascida na cidade do Rio de Janeiro. Possui 21 anos, é casada, declarou-se parda e possui 2º grau completo. Mora em casa alugada e disse que está há apenas sete meses na venda de eletrônicos, onde começou por indicação de uma amiga que também trabalha no mesmo ramo, no camelódromo. Disse que fez curso de informática voltado para o mercado de trabalho. Ela não paga INSS, possui plano de saúde, mas não é ela quem paga, é dependente do marido, que possui um plano do trabalho dele.

Apesar de parecer ser de uma família modesta/simples, como ela mesma disse, não foi alguém excluído de certas possibilidades mínimas de ascensão ou mesmo de uma razoável inserção social. Digo isso, pois pode ser comparada a trajetória de um proprietário qualquer. Seu pai trabalha para a Infraero e sua mãe não trabalha fora de casa. Claro que, no caso dela, a pouca idade, apenas 21 anos, não possibilitou um acúmulo de recursos suficiente para começar o próprio negócio. O ramo da tecnologia, sem dúvida, exige mais recursos financeiros iniciais que um simples camelô tradicional.

Paola informou que trabalha com mais duas funcionárias no box e que o dono possui mais boxes no camelódromo, mas ela não quis informar quantos¹⁵⁷. Em resposta a pergunta “Acha que a atividade que você faz é como se fosse uma empresa/loja)?”, diz: “Oferece todos os benefícios de um trabalho como qualquer outro, não tenho carteira assinada, mas aqui é melhor, ganho mais do que ganhava no *shopping*”. (PAOLA, camelô-funcionária, nov. de 2008).

O caso de Paola é de extrema coerência em suas respostas. Em todas as perguntas sempre defendeu que não era camelô, apesar de não ter carteira-assinada, e que sua atividade era sim como a de uma loja normal. O seu caso chama atenção, pois ela havia deixado, há cerca de 11 meses, o trabalho que tinha numa loja, em um *shopping* famoso da cidade, na Zona Norte, onde trabalhava com horário fixo e era registrada em carteira. Disse que saiu deste trabalho porque quis, estava cansada da rotina da loja e do *shopping*. Disse ainda que ficou cerca de 4 meses desempregada e que, em seguida, foi chamada para trabalhar no camelódromo com eletrônicos e topou, onde já trabalha, como disse antes, há 7 meses.

¹⁵⁷ Anotei tal informação no questionário no dia da entrevista, 03 de novembro de 2008.

Em resposta a pergunta se se considera camelô ou não, ela responde: “Não sou camelô, aqui é uma loja, apesar de não ter CNPJ” (Idem). Ela descreveu seu dia-a-dia de trabalho do seguinte modo:

É normal, chego às 9 horas, abro a loja, tomo café, vendo. Saio para almoçar. Temos uma hora de almoço. Precisando sair em outro horário eu saí, o dono deixa, é flexível. Depois das 19 horas, saio, fecho a loja. Todo dia é uma novidade, é uma diversão, apesar do dia ser longo, mas é bom. (Idem).

Na fala de Paola, pode-se perceber que ela trata da atividade como um trabalho formal qualquer, claro que aparenta gostar do que faz, mesmo porque, segundo ela, é um tipo de trabalho em um lugar, no mínimo, inusitado, onde um dia nunca é igual ao outro, sempre ocorrem mudanças, novidades, surpresas. Tem dia que a fiscalização aparece, em outro vem a polícia, tem dia que tem briga entre cliente e camelô, tem também muitas piadas, casos e histórias que são contadas, enfim, é um universo de trabalho diferenciado, carregado de sutilezas singulares. Talvez seja isso que encanta Paola, não perguntamos isso para ela, mas podemos conjecturar.

É curioso que entre os funcionários parece existir uma visão diferente em relação a sua atividade de camelôs. Isto deve acontecer pelo fato de estarem inseridos como contratados, funcionários e não como donos, assim, terminam concebendo sua atividade como mais um trabalho qualquer. Muitos disseram que estavam ali porque foi o que “apareceu” ou, como no caso de determinados migrantes que vão direto para esse tipo de inserção, já é a forma de trabalho destinada. Parte disso pode ser visto na resposta de Paola a questão “Porque a senhora começou a trabalhar com os produtos tecnológicos?”, diz: “Foi indicação, estava precisando, aí, aceitei”. (Idem).

Portanto, muitos funcionários enxergam sua atividade como uma empresa normal, como mais um tipo de trabalho dentre um leque de opções que existem no momento. Pode-se

ver tal conjectura na tabela 36 abaixo, onde aparece que aproximadamente 52% dos funcionários não se consideram camelô, mas funcionários do comércio, vendedores, algo do gênero.

Tabela 36 – Cruzamento de dados: ser proprietário do negócio com ser camelô

É proprietário?	O senhor se considera camelô?		Total
	Sim	Não	
Sim	13	02	15
Não	13	14	27
Total	26	16	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Já entre os proprietários, esse dado é bem menos expressivo, apenas 13% não se considera camelô, dois casos. Isso vem, inclusive, mostrar que boa parte dos donos se consideram empresários e camelôs ao mesmo tempo, como havia sido evidenciado antes. Isso parece caracterizar, aparentemente, uma situação contraditória, a qual já abordamos.

2º Caso

O segundo exemplo é também o de uma mulher, da Carla (nome fictício). Ela também nasceu no Rio, tem idade parecida com a de Paola, 22 anos, e possui apenas o primeiro grau incompleto, parou de estudar, pois sempre teve que trabalhar. Trouxe esse caso apenas para mostrar a própria diversidade que existe na atividade de rua e como tal tipo novo de camelô está atraindo trabalhadores com trajetórias variadas. A Carla trabalhava nas imediações do camelódromo, como camelô, vendendo refrigerantes, águas etc., há cerca de 12 anos, ou seja, desde criança. Ela disse que sempre trabalhou para si, como conta-própria, porém, agora, há cerca de 10 meses, resolveu trabalhar como funcionária em boxes do camelódromo e que

estava há 2 meses num box de eletrônico, pois acredita que irá ganhar mais nesse tipo de comércio. Muito provavelmente, Carla seria alguém que, se tivesse uma determinada quantidade de dinheiro e os contatos (redes), possivelmente, iria montar seu próprio negócio de eletrônicos. Enfim, ela é separada, mora fora da cidade do Rio, na região de Niterói. Declarou-se parda, mora em casa alugada e possui 3 filhos. Não paga plano de saúde, não possui carro, nem paga INSS. Disse que nunca fez curso profissional, mesmo porque, alegou que nunca teve muito tempo para estudar. Esse parece ser um caso típico de alguém de vida mais apertada e de origem social mais limitada, oriundo das camadas baixas da classe trabalhadora. Informou ainda que trabalha num box com mais 4 pessoas, o box é grande, são quatro conjugados. O proprietário tinha outros boxes no camelódromo.

Como sempre trabalhou na rua, Carla nunca teve experiência de trabalho formal. Talvez, por isso, ela se considere enfaticamente como uma camelô, como veremos, apesar de dizer que sua atividade parece com a de uma loja normal. Seu pai trabalhava com uma banca de jogo do bicho e sua mãe é cozinheira autônoma. Em resposta às perguntas: “Acha que a atividade que você faz é como se fosse uma Empresa (uma Loja)?” e “A senhora se considera camelô?”, respondeu, respectivamente: “Sim. Fazemos a mesma coisa que uma loja, a única diferença é a carteira que não é assinada”. (CARLA, camelô-funcionária, nov. de 2008); e, “Sim. Temos fiscalização, tem que correr e fechar o box, é uma correria”. (Idem).

Essas respostas de Carla representam mais uma vez uma contradição direta do tipo de percepção do negócio, que faz parte dessa informalidade.

Carla apesar de não ter tido uma experiência formal, possui uma boa percepção do que este tipo de trabalho pode significar devido à segurança social, por causa da carteira de trabalho. Vejamos o que diz em relação à pergunta “A senhora gostaria de mudar pra um

emprego com carteira de trabalho assinada?”, diz: “Sim, teria um seguro melhor para o futuro, seria mais valorizada, mais respeitada”. (Idem).

Pelo fato dela ter entrado nesse ramo para tentar uma melhor inserção social, termina sentindo-se presa com a atividade que faz. Vejamos a resposta em relação a ter autonomia/independência no seu trabalho. Diz: “Não tenho. Aqui você fica preso com o horário, é bem puxado de segunda a sábado. O patrão fica em cima de nós, confere tudo e fica pedindo pra nós vendermos mais. Diz que o vizinho, que trabalha sozinho, vende mais que nós”. (Idem).

3º Caso

Esse é o último caso que iremos apresentar, do camelô Fábio (nome fictício). É uma história bastante ilustrativa. Trata-se de um rapaz de 35 anos, que tem nível superior em área ligada a informática. Possui um trabalho como autônomo na área de sua formação, mas resolveu trabalhar na rua para tentar obter um ganho extra. É uma situação parecida com a do proprietário Alexandre, mostrada anteriormente. Estão na mesma área de formação superior, com trabalhos parecidos, todavia, possuem *inserções diversas*, um é autônomo e o outro formal. Nas atividades de rua, também são diferenciados, um é camelô-funcionário e o outro proprietário. No caso de Fábio, ele trabalhava há cerca de 5 anos em uma indústria no setor de produção, com máquinas, contudo acabou pedindo demissão, pois queria trabalhar em sua área de formação superior, mas a indústria não aceitou. Assim, saiu desse trabalho há cerca de 1 ano e passou a trabalhar com consultoria, como autônomo, na área de informática, junto com mais uns amigos, em uma pequena empresa. Foi também trabalhar na rua, no camelódromo.

Fábio é também do Rio de Janeiro e declarou ser de cor parda. Disse que fez curso profissionalizante de informática, antes mesmo de terminar a faculdade. Mora em casa própria, possui veículo, não tem plano de saúde. Informou ainda que começou nesse trabalho há apenas 6 meses e que tem mais um outro funcionário que trabalha com ele, além do dono.

Respondeu às questões de ser empresa e ser camelô de modo similar a Paola, bastante coerente com sua concepção de negócio sobre a atividade que faz, disse: “Somos uma loja, tem produtos, funcionários, ponto fixo, é quase igual” (Fábio, camelô-funcionário, nov. de 2008); “Não sou camelô. O camelô fica na rua, não tem ponto fixo, é tudo ilegal” (Idem). Ele também informou que ganha cerca de 1200 reais por mês e que possui comissão, transporte e alimentação que são pagos diariamente pelo dono do negócio.

Terminaremos a breve história de Fábio, mostrando sua última resposta do questionário a questão: “O senhor gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?”, disse: “Sim. Pelos benefícios. Agente fica doente aqui e não tem nada, num recebe nada. Você com carteira é melhor, você pode crescer na vida”. (Idem). Pelo visto, Fábio deve ter se arrependido de ter pedido demissão da indústria onde possuía todos os direitos e parece que sonha em voltar para um trabalho formal, principalmente, pelos direitos, mas isso, ao mesmo tempo, pode ser apenas um sonho, pois ele atualmente paga INSS, possui dois trabalhos informais e quem sabe pode montar seu próprio negócio como camelô proprietário. Contudo, sua vontade era entrar em uma boa empresa formal na área de informática. Quer dizer, o espaço do trabalho de rua está servindo, inclusive, para abrigar pessoas jovens que vieram do trabalho formal, mas que esperam acumular algum dinheiro, ir se preparando para voltar a ter uma boa inserção empregatícia. Ou seja, também se caracteriza como uma atividade temporária, um meio de vida, uma coisa momentânea, que cumpre uma função para o trabalhador envolvido, fornecer meios para sobrevivência e um certo acúmulo de dinheiro para tentar novas opções de vida, inclusive, tornarem-se proprietários. Não pude

analisar esse caso em profundidade, para assim poder colocar interpretações mais consistentes, mas, parece-nos, como dissemos, que a informalidade de rua serve também como parte de um planejamento para determinados camelôs-funcionários, um planejamento passageiro/temporário, que pode ser transformando em negócio.

4- A dialética capital-trabalho na rua, real ou imaginária?

Apresentaremos aqui breves reflexões em torno da relação capital-trabalho, sem a pretensão de atualizar ou inovar a visão marxiana sobre essa relação. Na verdade, ao longo dessa pesquisa, foi possível mostrar e discutir como a atividade informal do camelô de tecnologia passou a se reconfigurar como uma forma de trabalho diferenciada quando comparada à informalidade de rua em geral e aos camelôs tradicionais, por exemplo. Portanto, apresentou-se um tipo de trabalho que possui uma dinâmica nova, uma organização e estruturação diferenciada, de novo formato e isso, certamente, trouxe à cena uma informalidade de moldes empresariais. Agora, pode-se verificar um trabalho que está ligado diretamente ao processo de trabalho capitalista, que possui semelhança com o trabalho formal, com suas lógicas e dinâmicas internas. Vive-se nesse tipo de informalidade de rua dimensões antes específicas do trabalho formal como a jornada fixa de trabalho, o auxílio alimentação, transporte, décimo terceiro, ainda que surjam na forma de bônus, prêmios ou gratificações, mesmo que não representem um salário extra completo, nem garantias e direitos legais subjacentes. Todavia, existem salários maiores, contratação de funcionários que não são parentes, a efetiva busca do lucro por parte do camelô-proprietário. Enfim, foi possível visualizar, ainda que em elementos gerais, o *processo* de empresarização da rua. Falamos de processo, pois, antes de tudo, tratam-se de relações sociais, que não podem ser concebidas

como momentos estanques, como acontecimentos completos, que possuiriam fases dadas, definidas. Ao contrário, são momentos contínuos de transformações, que não podem ser absolutamente datados e localizados em sua totalidade, mas que podem ser compreendidos em suas partes, que em si são também totalidades.

Sem dúvida, representa uma informalidade de novo tipo, de tipo absolutamente capitalista, a serviço do capital. Uma atividade que se reconfigurou, cujo traço principal passou a ser a busca pelo lucro, para tanto contrata-se funcionários, impõe-se uma jornada fixa de trabalho, paga-se salário, ocorre na rua a separação de dois entes, patrões e funcionários, enfim, adota uma *lógica e estilo* similar ao trabalho formal. Algo que em si supera a noção de simbiose com o mundo formal, independe disso, está para além, ultrapassa. Em outras palavras, não fica presa à dinâmica do trabalho formal, como um espaço complementar, ao contrário, representa formas de trabalho capitalistas próprias. Representa novas formas de trabalhar e de servir à ampliação do lucro do capitalismo em geral. São os novos espaços da reprodução do capital na rua, que não são constituídos apenas pelo intercâmbio com o mundo formal, pelas trocas daí resultantes. Agora, a própria dinâmica da rua, dos camelôs de tecnologia, constitui uma relação de novo tipo, essa é certamente sua novidade principal. Ela é, com suas lógicas internas constitutivas, uma relação do capital com ou sem vinculação e intercâmbio com o mundo formal. É também um espaço singular e que atende à expansão do capital, por certo, empregando milhares de trabalhadores/as.

Nesse cenário mais amplo das atividades de rua, iremos desenvolver reflexões teóricas gerais, cujo intuito maior é tentar contribuir para compreensão dessas formas de trabalho. Ou seja, a teoria estará a serviço do desvendamento e clareamento do real/histórico, do mundo vivido. Além disso, temos também o objetivo de, através da teoria marxista, redimensionar o significado dessas atividades, desses trabalhos, no conjunto da sociedade produtora, de modo a conferir um outro nível de relevância para a informalidade, um outro nível de compreensão.

Um nível que possa quicá alçar uma nova centralidade do trabalho concebido como informal no jogo da acumulação do capital. Trabalhos que haviam sido lançados, de uma maneira geral, no espaço dos *inadequados* em décadas passadas, assumem novas feições e significações.

A relação capital-trabalho que ora estabelecemos como possível nas atividades informais de rua (dos camelôs de tecnologia) não é, por certo, de *mesmo tipo* da relação vivenciada comumente no trabalho assalariado padrão. Não podemos, por conseguinte, cometer anacronismo, devido à própria consolidação histórica dessas formas de trabalho, a assalariada típica e a informal, no Brasil. Tal conjectura, certamente, levaria a equívocos, para o caso do trabalho de rua é conhecido o debate que insere este tipo de trabalho com anterioridade em relação ao denominado trabalho assalariado livre nacional (DURÃES, 2006). Assim, possuem *tempos históricos* diversos, níveis de realidades distintas, contextos e constituições diferenciados, os quais precisam ser levados em conta em qualquer reflexão. Outro possível problema com esta relação na rua seria de uma certa e indesejada imprecisão conceitual. Sabemos da distância de realidades da informalidade e do trabalho socialmente e juridicamente protegido (formal), por isso, aliás, ensaiamos aqui as devidas mediações e reflexões analíticas e metodológicas, para que, dessa forma, se não escaparmos dos problemas concernentes aos conceitos, pelo menos, mitigaremos os danos maiores. Queremos, principalmente, deixar claro que foram preocupações levadas em conta.

Acreditamos que os sujeitos, patrões e funcionários, camelôs de tecnologia, podem representar a relação clássica capital-trabalho, claro que com mediações e ressalvas, como dissemos. Contudo, surge a indagação: é possível pensar tal questão nesse tipo de informalidade de rua? Parece-nos que sim, ainda que como representação geral da relação capital-trabalho, pois, sabemos que é difícil defender que o camelô-proprietário constitua um “capital”, seja um “capitalista” no sentido tradicional do termo. Nossa interpretação é que ele

representaria a *lógica mais geral do capital*, como o estímulo ao consumo, o papel de agente que controla o trabalho alheio, que explora o trabalho, buscando inovações e novas mercadorias para aumentar seus ganhos etc. São, pois, a própria representação da relação social do capital em geral, parte do estilo da relação capital/trabalho assalariado.

Por certo, tal construção conceitual, da relação capital-trabalho, esteve, por assim dizer, envolvida em situações específicas de expansão e consolidação do modo capitalista de produção, sem dúvida, algo diverso de realidades presentes do trabalho de rua, mas que, ainda assim, possuem pelo menos um elo em comum, a saber, o fato de serem atividades capitalistas, de formas diferentes de trabalho, mas todas de uma maneira ou de outra contribuindo para a acumulação geral, sobretudo, no final do século XX, juntamente com a expansão da denominada globalização econômica.

A relação capital-trabalho vivenciada na rua, por conseguinte, não é de mesmo tipo. Ela possui nível existencial distinto. São proporcionalmente desiguais no plano da magnitude de *valor trabalho* cristalizado (objetivado, incorporado, materializado), ou ainda no âmbito da significação visível/imediata de suas *formas de trabalho*, no reino da aparência. Umas são diretamente vinculadas à própria produção, produzem diretamente “valor” (mercadorias) e são vangloriadas como as formas padrões de existência laboral, o trabalho por excelência, que ganha um estatuto social cidadão, o caso da maioria dos trabalhos formais, que são trocados no mercado como mercadorias, as quais representam a essencialidade da produção do valor no modo de produção capitalista¹⁵⁸ – são, portanto, trabalhos produtores de “valor”, de maisvalia. Representam, por assim dizer, a forma em que o trabalhador vende sua mercadoria, o trabalho (como força de trabalho), no mercado e recebe uma contrapartida, um equivalente, na forma salário, uma quantidade de dinheiro determinada para sua reprodução social. A

¹⁵⁸Sobre a composição do valor-trabalho nas mercadorias ou a própria magnitude do “valor” corporificado nas mercadorias, sua forma qualitativa e quantitativa, ver cap.1 do Capital, Marx (2002).

outra, as formas do trabalho de rua, foram historicamente minimizadas, desprestigiadas e perseguidas, nem sempre marcadas por um pagamento definido, por um salário, muito menos, pelo uso de força de trabalho (sub)contratada. Isto é, não necessariamente eram usadas como mercadorias, compradas (troçadas) com esse sentido. Assim, não entravam diretamente na esfera da produção – ainda que participassem do circuito capitalista de forma indireta, contribuindo para circulação de mercadorias. Todavia, não eram pensadas assim, como partes indiretas do processo, que poderiam contribuir em outros momentos e fases para a necessária realização do valor ou a comercialização/troca dos diversos produtos. Sempre foram secundarizadas, tidas no passado recente como formas de não-acumulação do capital, como formas não-capitalistas, voltadas apenas para a subsistência. Meros resquícios de modos de produções passados, que iriam, na melhor das hipóteses, pouco a pouco ser incorporadas ao capitalismo regular, com o desenvolvimento das forças produtivas. Foram tratadas socialmente como formas de trabalho prejudiciais ao sistema, por serem fonte de perda de arrecadação, concorrência desleal etc., concebidas como formas de trabalho diferentes do trabalho formal, o outro lado da moeda. Seriam os trabalhos precários, permeados por diversidades, heterogeneidades, na melhor das situações. Terminaram sendo *permitidos* pela lógica mais geral do capitalismo não apenas por serem espaços de sobrevivência de grandes contingentes populacionais, mas também, principalmente, *por se tornarem espaços de expansão do capital* – ou por serem reconhecidos como tal, ainda que de modo velado e dissimulado – como um espaço valioso de circulação do valor.

Por fim, por essas e outras características suscitadas, a *relação* que ora propomos deve ser pensada no nível estritamente reflexivo, isto é, analítico, não podendo ser cristalizada em casos concretos imediatos da mesma forma ou encontrada de modo igual na rua, como se fosse uma parte que pudesse ser imediatamente acoplada na outra, encaixada, sem problemas (justapostas). Isso não é possível. É um tipo de relação que chega nas formas de rua apenas

como uma *lógica e estilo* geral de trabalho, o que não deixa de ter validade real, influências práticas que funcionam como uma espécie de *script* que iluminam (influenciam) as relações concretas, mas não as determinam diretamente. Não é, pois, a mesma coisa e nem poderia ser – existe espaço para criatividade e contingência –, mas não anula possíveis semelhanças com o estilo formal de trabalho, desde que explicitadas e definidas.

Em outros termos, é uma *relação* que pode ser apreendida na rua não como a relação típica existente no mundo formal, mas apenas como *estilo similar de práticas sociais*. Seria um tipo de similitude com o assalariamento, mas que não é igual, não possuem uma mesma origem social. É na reflexão teórica que se pode perceber a existência dessa relação, a qual é similar no plano abstrato, enquanto forma, não enquanto prática vivida, conteúdo – não é pura repetição concreta e mecanicista do assalariamento formal. Com isso, não propomos uma comparação de situações iguais, como se a rua estivesse reproduzindo diretamente e concretamente o trabalho assalariado capitalista. Mas acreditamos que no nível das *subjetividades* envolvidas no *processo* do trabalho, as relações se assemelham às relações assalariadas – possuem também níveis de exploração, controle e jornada de trabalho.

A atividade de rua, no caso desses camelôs, representa uma semelhança com a relação capital-trabalho no estilo geral do negócio desenvolvido. Ocorre uma similitude na existência de características práticas como no controle do patrão sobre o trabalho dos funcionários, no pagamento do salário, na separação dos donos/patrões e funcionários (trabalhadores contratados), na diferença de rendas. Enfim, este tipo de atividade informal parece seguir um *script* do assalariamento sem ser a mesma coisa, sem ser uma cópia. Assume, por assim dizer, uma *lógica e estilo* do trabalho formal, sem incorporar direitos nem garantias sociais. Como dissemos, não pode ser uma relação igual, mesmo porque não existe a parte definida do capital clássica, a figura do capitalista, nem também a do trabalho produtor direto de valor.

Estas formas de trabalho de rua passaram a seguir um *script* típico do mundo assalariado, que não foi pensado por algum camelô em particular ou algum ex-empresário formal que migrou para a rua. Elas representam, e aqui mora a novidade que procuramos evidenciar, *formas de trabalho* que sofreram e sofrem influências da sociedade capitalista em geral. Nesse sentido, seguiram entre outras coisas um *estilo capitalista de existência laboral*, no caso, da relação capital-trabalho. É como se a rua representasse, em linhas gerais, a existência de um nível real que foi o resultado de um *script* do trabalho assalariado, como se ali fosse uma *reprodução do mesmo ideário capitalista*, mas que não é a simples cópia dos traços gerais da relação capital-trabalho clássica, apesar de possuir coisas parecidas, no caso, ter também no fundamento do salário o meio de pagamento da força de trabalho ali empregada. Algo que, aliás, nesse caso, pode ser interpretado como uma *positividade* para os trabalhadores envolvidos, haja vista que o *valor* socialmente definido para essa força empregada chega a ser duas vezes maior, em dinheiro, que o preço do salário em condição similar no trabalho formal com carteira assinada, como um vendedor em uma loja formal que vende os mesmos produtos. Mas, obviamente, é também um *campo de negatividade*, tendo em vista que não há garantia alguma de seguridade social, muito menos, de direitos sociais e do trabalho. Como exemplo dessa negatividade, pode-se dizer que funda-se uma relação de trabalho que pode ser marcada por exploração e intensificação da jornada de trabalho e eles não tem como se furtar disso, pois, não existe algum lugar ao qual tais trabalhadores possam recorrer como forma de proteção e auxílio, como há no caso do trabalho formal. Nesse caso, o vendedor de uma loja regular pode simplesmente recorrer à Justiça do Trabalho e obter êxito em suas reivindicações. Isso é quase impossível no caso da rua¹⁵⁹. Portanto, é um grande

¹⁵⁹Dizemos que é quase impossível, pois foi-nos relatado, no período da pesquisa de campo, que alguns trabalhadores, número bastante reduzido se comparado ao total de informais do camelódromo, menos de 10 casos, fizeram acordos com seus ex-patrões informais, recebendo, assim, uma quantia de dinheiro relativo a uma espécie de indenização, algo que ocorre de modo frequente no trabalho formal – tais trabalhadores chegaram a

espaço de negatividade quando comparado ao trabalho formal. Existem diversas outras situações que podem ser elencadas de positividade e de negatividade, mas que não fazem parte de nossa investigação.

Sob outra perspectiva, iremos suscitar uma aproximação mais direta dessa relação capital-trabalho com os camelôs de tecnologia, para tentar, sem nos alongarmos muito, exemplificar a comparação proposta.

No plano da materialidade concreta (imediata) dessas práticas de trabalho de rua, pode-se fazer aqui uma comparação. Na rua, podemos considerar que ocorre *operação similar* a vivida no Mercado de Trabalho assalariado formal, *duas figuras* se encontram e mantêm relações, mediadas pelo dinheiro, que também funciona como equivalente. De um lado, a figura do “[...] possuidor de dinheiro” (MARX, 2008, p.44), o capitalista, que precisa pôr seu dinheiro para circular como capital produtivo, base do sistema capitalista – afinal, dinheiro parado não é capital, é apenas dinheiro. Aqui, temos a figura do dono do negócio informal, o *camelô-proprietário*. É evidente, que essa figura não realiza a operação clássica de transformar dinheiro em mercadoria e depois em mais dinheiro e, em seguida, gerar novas mercadorias sucessivamente, enfim, não é o produtor clássico de capital (do capital produtivo). Contudo, podemos concebê-lo pelo menos sob *dois aspectos*. No primeiro, sendo uma espécie de representante (e agente de ganhos) do capital industrial (empresarial) que produziu as mercadorias tecnológicas, dessa maneira, uma figura que *cumpr*e o papel de transformar o capital-dinheiro (forma metamorfoseada do capital produtivo e da própria mercadoria) cristalizado na mercadoria em novo dinheiro – realizar, pois, a *efetivação* da maisvalia, do trabalho excedente que, ao assumir formas diversas (como a forma mercadoria, capital-mercadoria, capital-dinheiro), termina aumentando o capital e gerando riquezas para o

procurar a justiça. Essa informação foi confirmada pela representante da Associação do camelódromo, a qual entrevistamos em 2008.

capitalista –, perpetuando o ciclo do sistema. Nesse papel, o camelô-funcionário também participa, porém em outro nível, afinal, ambos são “trabalhadores gratuitos” (DURÃES, 2005) para o capital e compartilham, em muitos casos, o mesmo ambiente/espço de trabalho, o *comércio* (a esfera comercial). Aliás, o camelô-funcionário termina sendo a parte concreta de efetivação desse ciclo para o grande capital tecnológico, pois é, geralmente, quem participa diretamente do ato da venda para o consumidor, para assim chegar na fase final da mercadoria, no consumo propriamente dito. O segundo aspecto é também do dono dos meios de produção (do negócio), da atividade, do dinheiro empregado, do espaço de realização (ocorrência) da troca – fronteira para o consumo, nesse caso, fase final da mercadoria. Por outro lado, teríamos a *outra figura* da relação capital-trabalho, os trabalhadores, portanto, a parte não-proprietária que não encontra outra forma para sobreviver a não ser vender-se como força de trabalho. Assim, podemos também, nesse tipo de informalidade, pensar nessa *dissociação clássica* (capital-trabalho), base da estrutura capitalista, base da reprodução (e produção) da desigualdade e perpetuação do sistema – claro que, no caso da rua, o porte do negócio é pequeno, tem pouco capital fixo empregado e mais circulante em produtos. Não obstante, essa relação capital-trabalho na rua, mesmo assumindo essa forma concreta, histórica, é possível ser vislumbrada pela via analítica (pelo entendimento reflexivo). Isso, por suposto, serve até mesmo para validar a *indissociabilidade* da conceituação aqui tratada, da relação capital-trabalho. Isto é, tal conceituação só pode ser pensada em diferentes níveis (concreto e abstrato) e na ligação destes entre si, seja na perspectiva real/imediata, histórica/concreta ou no plano abstrato analítico/reflexivo, também real, mas como uma realidade pensada, reflexiva. São, por assim dizer, *partes do mesmo*, unidade do diverso (Marx, 1946), que não podem ser tratados em separado. Por isso que, mesmo quando almejamos apresentar um esboço de um dos planos dessa relação, de um dos lados, a grosso modo, do real e do abstrato, sempre terminamos por relacionar ou correlacionar um com o

outro, haja vista, que não possuem barreiras nítidas e definidas de separação dos planos. Isso serve também para mostrar quão complexa é tal construção conceitual marxiana, que, em linhas gerais, evidencia a própria dialética de seu pensamento, que é estritamente ligada ao mundo concreto/histórico/real, onde o próprio pensamento é uma forma também material (derivado do real, mas que também o modifica) de expressão e compreensão do mundo, como evidenciou Marx no escrito de juventude denominado “Introdução a crítica da filosofia do direito de Hegel”, de 1844 (2005).

Voltando para a comparação proposta no nível prático/concreto, podemos apresentar tal horizonte de distinção social de dois grupos, duas figuras, que também na atividade de rua parecem representar a própria distinção de classes sociais, o camelô-proprietário, dono do negócio, com o camelô-funcionário, trabalhador contratado, com ganhos diferenciados (rendas diversas). Enquanto um obtém *renda/ganho*, o outro obtém *salário*, uma quantia necessária para sua reprodução enquanto trabalhador. Vejamos como Marx apresentou essa dissociação, mesmo sabendo se tratar de uma dissociação aparente/momentânea que se transmuta na forma monetária, na relação entre vendedores da força de trabalho e compradores. Na prática, representam parte da relação mais geral do capital, da relação social capitalista, da própria distinção estrutural de classes, que termina se juntando na produção com a força de trabalho e meios de produção, compondo uma *unidade* produtiva do capital, a qual não será aprofundada aqui. Nossa intenção é mostrar brevemente em duas citações, da mesma página, do mesmo texto, dentre tantas partes do conjunto da obra do autor, que não serão retomadas aqui, como aparece essa questão da dissociação. Vejamos dois fragmentos presentes no Livro 2 do Capital:

[...] [Os] meios de produção confrontam o possuidor da força de trabalho como propriedade de outrem. Por outro lado, o vendedor do trabalho apresenta-se perante o comprador como força de trabalho alheia que tem de passar a seu domínio, de

incorporar-se a seu capital, a fim de que este funcione realmente como capital produtivo. Já existe, portanto, já se dá por suposta **a relação de classe entre capitalista e assalariado**, no momento em que ambos se defrontam na operação D-F [dinheiro-força de trabalho] (F-D, para o trabalhador) [na esfera da circulação]. Trata-se de compra e venda, de relação monetária, mas de uma compra e venda que tem como pressupostos o comprador como **capitalista** e o vendedor como **assalariado**, e **essa relação** se estabelece quando as condições para a materialização da força de trabalho, os meios de subsistência e os meios de produção, **estão separadas do detentor da força de trabalho**, como propriedade alheia. (Marx, 2008, p.45, grifo nosso).

Mais a frente, na mesma página do trecho citado, Marx reforça a existência da relação capital-trabalho:

A relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque **ela já existe no ato da circulação** [na aparência mesmo das coisas trocadas, comercializadas], nas condições econômicas fundamentalmente diversas em que se defrontam comprador [da mercadoria força de trabalho] e vendedor [da sua força de trabalho como mercadoria], em sua relação de classe. Não é o dinheiro [que em si é apenas papel, nada mais] que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode **transmutar** uma simples função monetária numa função de capital. (Id., *ibid.*, op. cit., grifo nosso).

Para concluir com essa questão da similitude da relação capital-trabalho na rua, que por ora consideramos presente e real, ainda que não sendo do mesmo modo das relações do assalariamento formal, vamos acrescentar algumas outras questões gerais interligadas.

As atividades informais de rua, quando entendidas enquanto *formas de trabalho capitalistas*, podem também ser compreendidas como atividades produtivas, no caso, entendendo produção como modo de reprodução social dos próprios indivíduos, ou seja, produção da vida em geral (trabalho necessário para a existência). Portanto, tais trabalhos estariam também significando atividades produtivas para a manutenção da existência dos envolvidos. Esse seria o primeiro plano, o mais imediato e simplificado, de compreensão do sentido desses trabalhos. O segundo, em uma abordagem mais complexa (e menos palpável), seria a vinculação desse tipo de trabalho com a reprodução do sistema capitalista em geral,

portanto, como parte da própria produção capitalista e seu processo de reprodução e/ou acumulação de capital cuja participação dessa informalidade ocorre de modo indireto. Os informais são produtivos indiretamente, participam da circulação, o que também é crucial, como foi dito.

Nossa intenção ao conceber uma pesquisa que procurasse investigar a existência de um tipo de relação que se fez preponderante, historicamente, no universo formalizado de trabalho, a relação capital-trabalho – típica do assalariamento, para nos referirmos ao pensamento de Marx, que se baseia na compreensão social da existência histórica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção ou, como aparece no Manifesto Comunista (2006), expropriadores e expropriados –, deu-se, sobremaneira, na perspectiva de evidenciar *possíveis diferenciações* existentes dentro do trabalho informal de rua (evidenciar também suas contradições ou partes das contradições do modo de produção capitalista). Tais diferenciações, nesse universo de trabalho, implicariam em inserções sociais também diferenciadas, as quais não estariam explícitas na aparência. Isto é, sujeitos que, ocupando *posições* diferentes no meio informal, levariam um tipo de vida social também diverso, no caso, sob o aspecto econômico/social. Essas inserções são matizadas por formas díspares de existência laboral, no caso, pela relação capital-trabalho, que em si implica numa entrada diversa no campo da própria reprodução social. Tal relação é vista aqui na diferença imediata entre patrão-funcionário, que de uma forma ou de outra reproduz a lógica mais geral do próprio sistema capitalista, ao perpetuar práticas de *subordinação/controle*, típicas do lado que explora o trabalho. Foi possível perceber, no plano da concretude, que tal relação realmente implica em uma inserção social diversa, que parece ter consolidado situações opostas de vida, desde a posição na ocupação até o nível de consumo de determinado grupo social e a própria reprodução de tal grupo.

Cada lado da relação, também no universo informal (dos camelôs-proprietários e funcionários, dos donos e contratados), parece reproduzir-se individualmente, mantendo, assim, seus ganhos e perdas em cada campo da relação. Enfim, terminam representando situações de vida diferentes, ainda que haja uma similitude no espaço do trabalho – de convivência no mesmo ambiente. Ambos, patrões e funcionários informais, relacionam-se no espaço do camelódromo, nos negócios de rua. Todavia, sabemos que a simples convivência em local parecido não quer dizer uma mesma condição de trabalho, isso seria uma simplificação da dinâmica social, mesmo porque uns sendo donos e outros funcionários, uns podem apenas trabalhar, executar (seguir ordens), e outros estarem gerindo o processo, criando/elaborando o próprio ato do trabalho (concebendo a atividade, o tipo e estilo do box, a forma da venda, as regras gerais do seu negócio etc.), algo que já constitui vidas diferentes. Pode-se dizer, seguindo o próprio Marx (1974), no texto “Para crítica da economia política”, que a produção econômica ganha relevância direta na constituição da própria *forma* de vida social, ou seja, tem aí uma relação direta de espaços diversos que se intercambiam e se determinam. Vejamos o que diz Marx:

A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto [aos produtos criados pela produção humana, as mercadorias], podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à **forma**, pois o **modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição.** (Ibid., p. 118, grifo nosso).

Aqui aparece a *centralidade* que Marx confere à produção capitalista na própria constituição de uma “forma” específica de distribuição social, que pode ser compreendida, num sentido amplo, como *parte* da própria organização social da vida das pessoas (produção e consumo). Parte disso pode ser visto no final da citação, onde aparece a ideia de que é a

própria produção que define a condição do sujeito trabalhador (produtor, ser criativo, assalariado), se ocupará essa ou aquela *inserção social*, assumirá esse ou aquele tipo de trabalho, participará da divisão do trabalho, também, no limite, se irá consumir mais ou menos produtos (objetos) – o capitalista também pode ser concebido como produtor, no sentido de ser proprietário da produção. É uma vida consolidada sob a relação com a *produção e reprodução* do modo de produção do capital. E foi essa ótica que se procurou evidenciar aqui, apresentando diferentes níveis de interseções entre este tipo de informalidade e o universo do trabalho formal, da sociedade capitalista em sua totalidade, as veias de comunicação e complementaridade dos diferentes lados, que fazem parte do mesmo, da acumulação.

Obviamente que Marx (1974), ao referir-se no trecho acima à questão da distribuição, não o faz em um sentido restrito, limitado, mas sim, provavelmente, em um sentido amplo, que não fica preso/limitado a questão da mera *distribuição de produtos*, mercadorias, para o atendimento das necessidades humanas. Não que tal coisa não seja crucial para a existência, não é isso que é posto de lado. Para o autor (Idem), não se pode reduzir o fundamento das relações sociais a mera troca econômica, a relação mercantil, ao intercâmbio de coisas (no caso, materiais e imateriais). Não é apenas nesse sentido restrito, mas, num plano geral, refere-se à própria composição das relações e estruturas sociais, ou, se quisermos, à *formação social dos povos* – a forma histórica como se consolidou a própria organização social, a ocupação e apropriação de terras, acumulação de dinheiro, distribuição de riquezas, de bens/posses etc. –, tudo sendo direcionado para produção de mais capital. Aparece, assim, uma visão mais ampla do que representa essa *distribuição da vida social*, fruto de acontecimentos históricos (MARX, *ibid.*), algo que vai no sentido da própria cosmologia das posições sociais dos indivíduos, suas inserções no mundo, seus postos produtivos, seus enquadramentos e determinações para essa ou aquela atividade, a divisão do trabalho

correlata, os instrumentos e meios para produção que são constituídos nesse intercâmbio com a esfera produtiva. Enfim, como diz Marx (Ibid., p.119, grifo nosso), afirmando que antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é: “[...] primeiro, distribuição dos **instrumentos de produção**, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes **tipos de produção** [...]”.

Portanto, a *distribuição* ganha uma dimensão ampla que não pode ficar reduzida a comercialização (ou a esfera da troca e consumo) Marx (Ibid.). Ela envolve a *forma* como cada pessoa irá se enquadrar economicamente e socialmente num tipo de estrutura social constituída, que é reproduzida pelo modo de produção existente, assim como também é, de certo modo, resultado da própria produção (que cria coisas novas) – do tipo de relação social consolidada no intercâmbio ser humano/natureza, como diria Marx (1974). É justamente nesse sentido que a *produção* ganha centralidade na determinação das posições sociais – na constituição de novas desigualdades e contradições – e, mesmo, na reprodução de desigualdades socialmente constituídas. O sistema de produção termina por constituir, dessa maneira, *formas sociais* determinadas para sua própria manutenção, o que implica na própria disposição social dos sujeitos produtores de um jeito e não de outro.

Foi com essa noção ampla de distribuição que pensamos como que tais atividades de rua iriam ser determinadas, no sentido de influenciadas/marcadas por uma forma de vida coletiva e não por outra. Assim, procuramos evidenciar as influências que são vivenciadas neste tipo de informalidade, como ocorreram partes de seu enquadramento ao modo de produção capitalista. É claro que esta forma de trabalho não representa, como já nos referimos antes, um tipo padrão ou comum (absoluto, fechado) de atividade laboral produtiva. Não é, por assim dizer, a cópia do trabalho formal. É outra coisa, sem dúvida. Não é a forma corrente de trabalho assalariado que é chamado de trabalho *tipicamente capitalista*, como aquele que traz em si as marcas e determinantes da exploração ser humano/natureza e ser humano/ser

humano, cujo sentido maior de sua existência é a ampliação do capital e de suas relações correlatas, ampliação do poder e força de um dos lados da relação capital-trabalho. Não é o *trabalho assalariado produtivo direto*, como já mencionamos, fonte do valor, gerador de mercadorias, mas um trabalho *produtivo indireto*, que também participa e contribui para acumulação. Representa uma forma laboral com sua singularidade peculiar (não deixamos de levar isso em consideração), mas é também encapsulada pelo sentido dominante do tipo de vida social capitalista, a busca pelo lucro e a comercialização exponencial de produtos. Daí, sua similitude com o trabalho formal.

Capítulo 4: Conclusão

Por certo, essa *forma de trabalho* que aqui discutimos não é de tipo absolutamente igual ao trabalho assalariado, todavia sua existência concreta cumpre sim o papel de contribuir para expansão da totalidade do sistema. Portanto, não se trata da mera repetição do trabalho formal clássico, como se fosse uma cópia (o espelho), que como toda cópia é passível de imperfeições e distorções. Trata-se sim de formas inovadoras, em certos aspectos que, reproduzem estilos da própria atividade de rua urbana brasileira, que, muito provavelmente, constitui uma cultura do trabalho de rua.

Esse trabalho informal reconfigurado que viemos debatendo significa, por assim dizer, uma *nova veia de retroalimentação da lógica do capital*. Nesse sentido, jamais pode ser apreendido como trabalho arcaico ou anacrônico, que precisaria ser modernizado e regulado (contido). Na verdade, a própria expansão do sistema capitalista é recheada de diferentes vias, umas mais garantidas por leis, outras desreguladas e ocultadas de modo proposital, para servir mais facilmente à sua própria expansão. Poderíamos dizer, retomando Ribeiro (2007) – mesmo divergindo de sua interpretação geral de que a informalidade ligada a essas “redes de comércio” (Id., *ibid.*) formariam parte do “sistema mundial não-hegemônico” (Id., *ibid.*), ou de uma “globalização popular” (Id., *ibid.*) –, que ela é parte de uma globalização diversificada, mais popularizada, contudo, *é feita também para reprodução do sistema, logo, parte da própria hegemonia, mais um braço da acumulação*. É mais uma via do capitalismo global e não está excluída, numa espécie de (sub)mundo invisível, não controlado, não acumulativo – por certo, é visível e rentável.

Buscou-se compreender e evidenciar que, a atividade de rua e, no caso específico, os camelôs de tecnologia, representariam também a expressão de uma divisão do trabalho social,

não que seja fruto do passado dessas pessoas, do ponto de vista estritamente individualizado, mas também significa pensar que representam *formas de trabalho* que possuem a *marca* da história social do país, de uma determinada lógica maior de produção econômica. Nessa linha, tais atividades também são constituídas por clivagens de classe e diferenciações sociais, mesmo porque estão no mesmo jogo da vida societal capitalista, sofrendo também influências e possuindo marcas, como formas de realização ou manutenção do “valor” (MARX, 2002). Seria estranho se isso não ocorresse, o que nos ajudaria até a visualizar brechas de ruptura dessa sociedade, tipos autonomizados de trabalho, alternativos à exploração, o que acreditamos não ser o caso.

Tal ligação com o capitalismo permite colocar essas atividades no mesmo nível, do ponto de vista *reflexivo*, que qualquer outra forma de trabalho na sociedade capitalista, como já havíamos conjecturado. A própria dinâmica mais geral do sistema criou e usa dessa informalidade, por isso, não poderia representar espaços de *autonomia e liberdade*, puros e fechados, mesmo porque esse tipo de trabalho informal vale-se de elementos similares aos do trabalho formal, lógicas parecidas de trabalho e de lucro (de ganho, de exploração do trabalho) e está atrelado/subordinado à dinâmica da acumulação. Dessa maneira, não poderiam jamais representar um *espaço alternativo*, diante da sociedade circundante. Ao cumprirem um de seus papéis principais, como agentes de circulação, e por representarem a forma de inserção laboral de inúmeros indivíduos, que obtém naquela atividade um salário (ganho) para sua reprodução, os camelôs de tecnologia *vivem e existem para manutenção do sistema*. Representam também formas de trabalho encapsuladas, quiçá poderíamos dizer alienadas/estranhadas. É parte *integrante e integrada* ao capitalismo, *determinada e determinante*, pois ali também pulsam microespaços do capital. É determinante, principalmente, por também ser fonte de constituição de novas relações sociais, de trabalho, de amizades etc. Possuem, certamente, elementos dinâmicos e criativos, ainda que ligados ao

capital. Seria sem sentido reflexivo pensar o contrário, seria substancializar tais atividades diante do “circuito capitalista”, como diria Milton Santos (1979), que concebeu, em determinado momento, o capitalismo como sendo dotado de dois circuitos entrelaçados, o superior e o inferior, um mais desenvolvido e outro subdesenvolvido respectivamente, e, neste último, estariam os informais¹⁶⁰.

Não se pode pensar em tipos de trabalho na sociedade capitalista isolados do próprio processo geral da existência social do mundo. Quer dizer, não é porque estamos pesquisando um tipo de atividade informal, tida historicamente como a outra forma de trabalho, que poderemos tratá-la em separado da vida social, das relações sociais, das estruturas da vida em geral. Se a pesquisa fosse feita assim, cairíamos, irremediavelmente, na própria substancialização do fenômeno, colocando-o acima das contradições e questões a sua volta. Devido a isso, tivemos que fazer relações mais gerais com outras situações, que aparentavam ser excludentes e mesmo sem sentido (desconexas), mas que eram *partes de um mesmo todo*, de uma mesma totalidade, as quais terminavam compondo uma diversidade na unidade, como diria Marx (1974). Esta unidade, permeada por situações diferenciadas, possui um mesmo papel, o qual é exercido por partes diversas da sociedade para reprodução e ampliação do sistema capitalista. Assim, terminamos considerando um dos aspectos mais importantes para se compreender essa reconfiguração da informalidade de rua, a saber, *sua inserção na dinâmica da acumulação capitalista*.

¹⁶⁰Diz Santos (1979, p.16): “O circuito superior originou-se diretamente da modernidade tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres [tanto para consumo quanto para as atividades laborais], é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.” Por certo, não concebemos fronteiras nítidas entre esses dois polos e acreditamos que não era essa a intenção do prof.Santos. Mais razoável é pensar que ele expôs formas sociais diversas de inserções e relações, umas diretamente ligadas aos setores dominantes e hegemônicos, os quais movimentam o grande capital, outras, num aporte menor de recursos, representam a forma possível de consumo e de inserção produtiva de segmentos sociais menos abastados, trabalhadores, explorados, que vivem de pequenos serviços, pequenas atividades, cuja inserção dar-se-á também como força de trabalho.

Por certo, nosso horizonte foi bastante limitado, já que tratou apenas de um pequeníssimo fragmento dessa totalidade. Nosso foco, por outro lado, centrou-se na compreensão de partes limitadas da totalidade do trabalho de rua, que em si constituem também uma totalidade, processual, dotada de contradições e sentidos próprios, que aqui foi devidamente pensada em uma abordagem necessariamente transversal.

Os camelôs de tecnologia, mais que qualquer outro, no caso dos camelôs tradicionais, representam, pois, formas de trabalho constituídas por elementos do capitalismo. Trazem marcas (clivagens) da sociedade do capital, como o lucro, o ganho, a dicotomia capital-trabalho, o salário, o controle, a subordinação, entre outras. São, por assim dizer, resultantes de influências do sistema, não apenas pelo papel que exercem no circuito da mercadoria, na perpetuação e na própria reprodução de *partes* do montante total do “valor”, está para além disso – falamos em partes, pois existem diversos espaços de realização do valor como o comércio formal, entre outros. Está ligado a suas lógicas internas constitutivas, lógicas da sociedade da produção e do consumo em geral. Conforme Tavares (2004, p.18 e 19), referindo-se as atividades informais num sentido amplo, em que supostamente não teriam um foco capitalista definido, ainda assim, geram “[...] renda que permitem o consumo [dos informais] e cumprem o papel de mascarar o nível de desemprego”. Essa, certamente, seria outra forma de inserção no processo de (re)alimentação do capital.

Na relação que propomos aqui, não se pretende ficar preso ao prisma de que o sistema seria unicamente composto pelo trabalho formal. Sabe-se e, por certo, é bastante aceito que o sistema capitalista sempre se consolidou com *formas diversas de trabalho* e até mesclando modos produtivos, ora mais desenvolvidos ora com menos desenvolvimento tecnológico, como mostrou o próprio Santos (1979). É justamente essa ligação que parece ser uma das características mais marcantes dessa forma de trabalho de rua, pois passa pela própria existência de suas práticas cotidianas – tanto nas formas aparentes, no estilo do box, no tipo

de mercadoria, nos atributos e no tipo de relação comercial que executam, quanto nas formas mais ocultas, internas ao seu funcionamento, a ode ao lucro, a sofisticação do negócio, a autodenominação de *empresas de rua*, de lojas de rua, a empresarização informal. O que aparenta ser mera forma de sobrevivência de grupos sociais, espaço de *escolhas* dos indivíduos, lugar instituído da *autonomia*, de *empreendimentos*, de *empreendedorismos*, de *criatividade*, de *realização de si*, como dizem alguns gestores públicos (e privados), do início do século XXI, apresenta-se, não obstante, como *realidades possíveis*, instituídas como necessidade estrutural do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo globalizado, ainda que não represente necessidade vital do mesmo, mas, no presente, vem contribuindo para sua acumulação e está se expandindo por diversas cidades e países. O capital, necessitando de novos nichos, novas veias para escoar produtos tecnológicos, já não se contentando com os espaços tradicionais formais (lojas, shoppings, comércio formal etc.), possibilitou o aparecimento dessas práticas de trabalho, desses tipos reconfigurados de camelôs. Não que o capital industrial tenha ido lá e criado as primeiras *bancas*, os primeiros boxes, ainda que não seja impossível pensar em tal conjectura, principalmente, por parte de grandes empresas do ramo¹⁶¹. Por se tratarem, sobretudo, de espaços de *relações sociais*, não se pode localizar o momento originário, o instante fundador de tais situações.

O capitalismo, no caso dos setores industriais de mercadorias tecnológicas, fez e possibilitou outras coisas, como a disponibilidade de mercadorias em escala ampliada e ritmo acelerado, que é o elemento central da existência desses trabalhos basicamente comerciais, gerou oferta – ampliou a produção de produtos tecnológicos, aumentou a quantidade de fábricas e indústrias por todo o mundo, que não ficam restritas a determinados países ou locais –, permitiu, e ainda permite, o crescimento da demanda, autoriza a (des)regulação, a

¹⁶¹Atualmente, a Honda motos e o Banco BMG possuem *standers* no camelódromo para vender e divulgar seus produtos.

pouca fiscalização e a continuidade desse tipo de atividade – aqui, pode-se ver a atuação em diversos níveis locais, estaduais, nacionais, internacionais, de diversos Estados, com seus órgãos e agentes repressivos que fiscalizam, mas que também apóiam a lógica mais geral do sistema, de permitir essa forma de acumulação, pois ela é bastante rentável. Em alguns casos, até o roubo de cargas (um espécie de pilhagem contemporânea) pode ser também salutar para o capital, particularmente, o capital industrial de produtos tecnológicos, que parece ser o grande beneficiado com essa inovação comercial global.

O próprio capitalismo deixou *espaços abertos* para que surgissem novas formas de escoamento de produtos, formas mais globalizadas, já que estão presentes em diversos países, principalmente, nos países de terceiro mundo (também via internet), marcados por desigualdades sociais, trabalhos precários, informais e diversas redes de contratação, subcontratação, comercialização etc. São, portanto, formas contemporâneas de expansão do comércio de mercadorias. Em certos casos, ocorre até mesmo o apoio de governos legítimos para tais práticas, como parece ser o caso do Paraguai e da China. Claro que questões de repressão e fiscalização passam também por aspectos morais, pelo direito dos povos etc., mas sabemos que, para valorização do capital, tais formas de regulação e controle morais, religiosos ou de outra natureza terminam ficando subsumidos à busca pelo lucro. Isso para dizer que tais ordens de valores não são ou não seriam o principal fator para impedir ou abrandar a repressão. Por sinal, a repressão à informalidade de rua sempre foi uma constante na história do Brasil, desde que fosse considerada incômoda aos ganhos dos antigos senhores, latifundiários tradicionais e comerciantes/empresários em assenso (DURÃES, 2006) – algo que ainda ocorre.

Nessa linha, o capitalismo não criou uma prática essencialmente nova. O surgimento desse novo tipo de camelô parece que representou nada mais do que um novo momento de atuação estrutural do capital, que em busca de novas searas de comercialização e/ou produção,

sempre amplia determinados tipos de atividades, intensifica a exploração, reduz o uso direto do trabalho vivo, reconfigura determinados agentes, entre outras ações. No geral, permanece o mesmo sentido, o mesmo significado maior, estruturador de sua existência, a ampliação da riqueza expropriada (do lucro). Ainda que não seja diretamente na própria elaboração de novas formas de “valor”, corporificando o trabalho em coisas ou em ações/situações, a ampliação de sua realização (de seu comércio/troca/consumo) é, em si, uma intensificação de sua produção. Isso foi o que evidenciamos no caso dos camelôs de tecnologia, como eles contribuem para a expansão do sistema, ainda que em uma via indireta, similar ao que apresenta Tavares (2004), para o caso dos informais em empresas terceirizadas.

A existência e expansão desses trabalhos também se deram pela atuação dos próprios trabalhadores, os principais agentes desse comércio, além, obviamente, do aumento do desemprego e da existência de trabalhos formais precários. A busca por uma renda um pouco mais elevada esteve entre os argumentos mais relatados pelos camelôs para justificar a entrada e permanência na atividade.

Portanto, não se pode pensar nesses camelôs como trabalhadores ou negócios autônomos, experiências individualizadas, como *ilhas de invenção* ou de *inovação* separadas do capitalismo. Uma espécie de ilha da autorealização dos indivíduos, dos trabalhadores, exercendo um trabalho diferente. Fazer isso é incorrer num mito corrente de que são expressões da autonomia dos trabalhadores, é cair em erro. É adentrar na própria fantasia midiática instituída pela sociedade, no plano ideológico. É ficar na aparência do fenômeno, por sinal, enrolado na teia e no véu da alienação das coisas, no próprio fetiche do consumo (inovador, tecnológico, em si, fantasioso), na coisificação das relações sociais (MARX, 2002).

Pelo que foi dito ao longo desta pesquisa, pelo que foi apresentado e analisado, podemos chegar a determinadas conclusões, ainda que provisórias, mas que servem para

apresentar elementos que parecem ser estruturais (constitutivos) dessas práticas de trabalho, que não serão facilmente dissolvidos com a continuidade do trabalho, pelo menos, na permanência desse tipo de modo de produção. Estas formas de trabalho de rua são também *produtivas* para a *expansão capitalista*, são *trabalhos produtivos*. Claro que não no sentido clássico de ser produtivo por ser fonte geradora de valor de troca, por ser fonte de um *quantum* determinado de tempo de trabalho cristalizado na mercadoria, corporificado (MARX, 2002) [especificamente o capítulo 1 “A mercadoria”], ou seja, por materializar na forma mercadoria, seja ela material ou imaterial, uma magnitude de “valor” socialmente quantificada x, y ou z, que possui um preço também socialmente determinado. Esse caso que estamos tratando, especificamente, é trabalho produtivo por participar de uma maneira geral na acumulação do capital, como dissemos antes, mesmo que não seja diretamente produtivo (mas indireto), que participa da forma global de esforço (e extração) de trabalho para expansão do sistema – existe também um quantum de trabalho informal de rua que entra no processo de realização do “valor”, na circulação. Em outro nível de inserção social do trabalho que não o clássico formal do trabalho assalariado, há ali também a compra e venda da mercadoria força de trabalho que não tem como função gerar novas mercadorias, mas cumpre o papel de circulação comercial do “valor”. Assim, é também um agente da acumulação, parte do circuito do “valor”. Aqui, pensamos, justamente, que as esferas econômicas/sociais (*da produção e da circulação* em suas formas da *distribuição, troca e consumo*) não possuem uma *hierarquia dada*, mas características essenciais próprias, as quais fazem parte da diversidade do modo de acumulação capitalista. Este caracteriza-se por possuir uma unidade geral do sistema (MARX, 1974), com esferas que estão integradas e são interdependentes, mesmo porque, se uma esfera pára de funcionar, paralisa a outra e vice-versa. Assim, esse tipo de trabalho informal é também um *trabalho central para acumulação*, no caso, de determinadas mercadorias da indústria produtora de bens de alto valor tecnológico.

Trata-se, pois, do escoamento ampliado de mercadorias de alta tecnologia. Estão no topo do significado mercantil do capitalismo atual, de um capitalismo sem fronteiras físicas, materiais, que escoam produtos não só pelos comércios tradicionais, regulares, mas por formas consideradas ilegítimas/ilegais e muito mais populares. Tais produtos, pode-se dizer, representam hoje adereços (e bens de consumo e uso) quase indispensáveis à vida social, como celulares, tocadores de música, mp3, mp4, mp7, mp9, games, *pen drives*, computadores, entre outros. Representam bens fetichizados, para pensarmos com Marx (2002), que exercem um determinado controle na vida das pessoas. Assim, seu uso termina sendo uma imposição do “valor” (da forma quantitativa/capitalista, que visa acumular, ampliar-se), onde sua forma útil termina ficando subsumida (em segundo plano). É o próprio predomínio da lei do valor, que transforma, mascara e oculta às verdadeiras relações sociais. O “valor” (MARX, *ibid.*), pode-se dizer, também exerce sua dominação social para estes camelôs.

O trabalho do camelô de tecnologia assume a feição de ser um *trabalho globalizado* como diversos outros, expressão do crescimento do próprio modo de produção capitalista. São as *formas capitalistas de rua* ou o braço econômico capitalista na rua, com menos encargos, impostos, direitos sociais, mas com bastante lucro, ganhos, sofisticação, tecnologia, fluxos monetários, ainda que apenas *repassando* muitas dessas formas econômicas, como o “lucro”, decorrente da própria realização do “valor”. Não concebemos determinados rendimentos destes trabalhadores como “lucro”, podem representar “rendas” melhoradas, como no caso dos camelôs-proprietários, que ultrapassam facilmente 4 salários mínimos, mas não é “lucro”. Esse, pensando com Marx (*ibid.*), é resultado da extração da maisvalia, que ocorre no uso devido da mercadoria força de trabalho em junção com outras mercadorias produtivas (meios de produção, instrumentos de trabalho, parte do “consumo produtivo” das mercadorias, MARX, 2008), algo que não ocorre no caso da rua, mesmo existindo exploração do trabalho,

jornadas intensas. Não caracterizamos essa forma de trabalho com extração de maisvalia, seria preciso mais investigações nessa direção, sobretudo, para evitar equívocos teóricos/conceituais. Isso não exime essas atividades de também fazerem parte da exploração mais geral do capital e também de serem atividades que exercem exploração do trabalho, ao contrário, existe também ali intensificação do trabalho e extração do trabalho humano (alheio)¹⁶².

O camelô é quase sempre apresentado de modo individualizado pelos meios de comunicação de massa, quer dizer, considerado como protagonismo do indivíduo, enquanto sujeito que cria e inova, “vai à luta”, que por falta de outras opções, insere-se em trabalhos informais, portanto, como uma ação que dependeu e depende apenas de decisões pontuais e individuais. Este camelô de tecnologia se apresenta, após análises e reflexões, como a *negação* dessa individualidade e deixa aberto uma nova interpretação que pode ser lançada em forma de pergunta: *Serão essas formas de trabalho o lócus de sujeitos donos de si, do ponto de vista do processo e do controle de trabalho?* Ou, ao contrário, é o universo *instituído* da própria *negação de si*, de sua autonomia, de sujeitos que são *constrangidos* a sobreviverem na rua, lançados na rua, ainda que de uma forma socialmente melhorada de *camelôs-proprietários*, ensaiando possíveis “negócios”, possíveis visões empresariais, como se fossem empresários capitalistas? Por certo, são também *proletários da acumulação*, mesclam empresarização, contratação, exploração e intensidade de trabalho dentro do nicho tido como ilegal, sem direitos, heterogêneo e autônomo, ainda que alguns dos sujeitos envolvidos encontrem ali satisfação e melhoria de vida, o que de fato pode ocorrer na individualidade do fenômeno. Algo que, em nenhum momento, representa negação do papel dessa informalidade para acumulação, ao contrário, apenas reforça as vias ilusionistas mediadas pela forma

¹⁶²Porém, se for considerado que a existência da maisvalia ocorre, principalmente, devido à própria extração do trabalho excedente (não-pago, extra), na relação de assalariamento (dono e funcionário), dessa forma, pode-se conceber a maisvalia na rua, claro que não será materializada em uma mercadoria.

dinheiro e renda, que também se fazem presentes na rua e exercem suas metamorfoses, ocultando a funcionalidade maior subjacente.

Uma última questão que traremos aqui é sobre um tipo específico de *moralidade*, uma moralidade do trabalho de rua, que se consolida nas ruas, em suas práticas. É uma *moralidade (re)construída na necessidade*, para outros, no “negócio”. A rua é o espaço de uma nova moral (socialmente aceita). Mesmo trabalhando com diversos produtos contrabandeados e também falsificados, ainda assim, tais indivíduos, no exercício cotidiano de sua atividade laboral, terminam conformando uma moral própria no trabalho. Esta não passa por traços tradicionais do trabalho assalariado do Brasil, como o fato de ter um registro em carteira assinada e, por isso, ser valorizado, assim como não passa por uma aceitação social direta. Ou seja, não possuem uma moralidade dada, definida e aceita socialmente, impressa naquele tipo de atividade, como existem em inúmeras outras profissões, muitas vezes, apenas pelo fato de exercerem funções mais facilmente reconhecidas na sociedade (gari, pedreiro, garçom, professor, policial, motorista, taxista, operário etc.). Claro que não estamos tratando a moral do trabalho como algo estático, que uma vez posto (socialmente) ficaria assim sempre. Sabe-se do aspecto processual e dinâmico de tal questão e de seus elementos idiossincráticos (e valorativos), inerentes a esse tipo de análise. Também não temos intenção de propor uma reflexão filosófica sobre o *que é* (os princípios morais) e o *que deve ser* (idealmente) a moral, ou mesmo, remontar às origens de tal termo ao longo da história. Não pretendemos aprofundar isso aqui. Para o caso da informalidade de rua, a moral é uma marca histórica, sempre presente como relutante e como um desafio a ser conquistado para os ambulantes e camelôs. Tais grupos sempre foram taxados com uma pecha de negatividade (um estigma), de atividades ilegais, sem direitos, perseguidas, controladas. Neste caso particular dos camelôs de tecnologia, a existência de uma moralidade dada de imediato torna-se ainda mais sutil ou

inexistente, quase um sonho, uma vontade, pois lidam com produtos tidos como ilegais, onde a questão da ilegalidade, de atitudes criminosas sempre se fazem presentes.

Diante desse cenário, acreditamos que estes trabalhadores terminam compondo uma *moral própria*, claro que em relação direta com a sociedade circundante, como expressão de lutas travadas com a intenção de alcançarem a aceitação social. Essa moral, construída na rua, permite até mesmo que seja mantida uma autoestima elevada, algo essencial para permanência nessa forma de trabalho e mesmo para a vida como um todo. Isto é parte das estratégias adotadas por esses indivíduos, provavelmente, de modo não-reflexivo, para, em muitos casos, aceitarem as novas condições sociais de vida, principalmente, para os casos daqueles que perderam o trabalho formal e entraram na informalidade de rua. Também é uma estratégia seguida por aqueles que usam da rua para exercerem seu negócio, os camelôs empresários ou proprietários. A moral é içada como uma estratégia, um atributo de assertividade com o trabalho de rua. Parece que pouco a pouco tais trabalhadores vão sendo socialmente mais respeitados, talvez pela própria redução de determinados empregos na sociedade (elevadas taxas de desemprego), ou pela própria função que terminam exercendo, de venda de produtos tecnológicos, hoje vistos como essenciais. Quando isso é feito com baixo preço e qualidade razoável, aumenta-se o respeito e a confiança para com esse tipo de comércio. Forma-se, pois, na rua, nos camelôs de tecnologia, uma *moral própria, ativa*, que certamente contribui para manter parte da própria identidade e coesão do grupo social, daquela coletividade. Neste momento, as fronteiras entre legal e ilegal certamente são redefinidas (noções de certo e errado são revistas), a depender do fim que se almeja com tal produto ou tal atividade. Sem dúvida, é mais relevante, sob a ótica destes camelôs, exercerem a venda de produtos de origens incertas do que não terem opções razoáveis de trabalhos e de inserções sociais, ainda mais quando se consegue obter bons ganhos com essa atividade, até mesmo um salário melhor como no caso dos funcionários. O sentimento de lidar com o crime

(com atos criminosos) é bastante relativizado. Às vezes transpareceu, em conversas que tivemos com os camelôs, que o trabalho é o elemento mais importante no dia-a-dia. Dessa forma, a origem das mercadorias (sua rota) fica em segundo plano. Muitos proprietários disseram até que desejam, num futuro incerto, uma melhoria desse tipo de legalidade/ilegalidade, sonham com um comércio que seja totalmente legal, registrado como uma empresa normal, que ocorra um processo de melhoria jurídica da condição deles. Mas, ao mesmo tempo, dizem que será difícil se manterem no negócio, caso seja aumentado a carga de impostos. Será difícil competir com as grandes lojas do ramo, como disse um camelô-proprietário em dezembro de 2008, em conversa que tivemos, “Será difícil competir com os grandes, nós somos pequenos, ganhamos algum dinheiro, mas somos pequenos”.

Para finalizar, sintetizando as reflexões propostas ao longo do texto, vale frisar um aspecto central destes trabalhadores: *Os camelôs de tecnologia, de produtos tecnológicos* ou *globais* representam, em um plano geral, *novas feições* para as *velhas práticas* (o velho modo) de expansão da riqueza, que mescla diversos tipos e situações de trabalho. São, pois, novas veias da acumulação, parte das formas de expansão do capital, que sempre se utilizaram de diversos atores e segmentos sociais. Os trabalhadores de rua não ficariam de fora desse circuito, ao contrário, são lançados para o centro desse processo, para mais perto do polo tecnológico, ganhando uma relevância nunca vista d’antes.

Este novo tipo de informalidade de rua mostra que o capitalismo põe por terra, no plano concreto, definitivamente, a ideia de setores econômicos distintos e contraditórios, onde um seria o meio de produção e reprodução de riqueza do capital e o outro de fuga/perda e negação. Agora, pode-se ver, sem dúvida, que a venda de rua é também a forma de ampliação dessa riqueza e que essa forma de informalidade é, na verdade, o mesmo *trabalho assalariado* capitalista transfigurado, redefinido ou metamorfoseado (mais do mesmo).

Referências

Jornais Consultados

O Globo, “Incêndio no Camelódromo da Uruguaiana pode ter sido causado por curto-circuito”, Rio de Janeiro: O Globo, dia 18/11/2007, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/11/18/327212100.asp>, acesso em 09/12/2010.

Jornal do Brasil: “Paes alerta atacadistas e diz que a farra acabou na cidade”, de 29/01/2009; “Camelódromo fará manifestação contra venda do terreno da Uruguaiana”, de 14/02/2009; “Camelôs farão protesto contra venda de terreno”, de 15/02/2009; “Protesto dos camelôs vira abraço simbólico”, em 18/02/2009.- www.jbonline.com.br.

Sites Pesquisados em datas diversas

www.bancadodavid.com

www.desenbahia.gov.br

www.portaldoempreendedor.gov.br

www.ibge.gov.br

Filme e Vídeo

CAMELO: mão-de-obra expulsa. Direção: Bejamin Hermer. Produção: Bejamin Hermer e Carlos Sebastião Silva Gomes. Rio de Janeiro: UFF, HOCHSCHULE MANNHEIM, PLURALFILMES, SOUTHERN CROSS, 2007.1 dvd (106 min).

QUERES OU NÃO QUERES?. Direção: Isabela Castro. Produção: Auçuba. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. 1 vhs (15 min).

Livros, monografias, teses e artigos

ABÍLIO, Ludmila Costnek. *Informalidade em São Paulo*: Contribuições para o reconhecimento de formas contemporâneas da acumulação capitalista. Projeto de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2007 (mimeo).

ARAÚJO, Angela M. C. *Trabalho flexível e a informalidade reconfigurada*. Unicamp: IFCH, 2010 (mimeo).

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. *O Caracol e sua Concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALONSO, Angela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”. In: *RBCS*, n.º 44, vol. 15, out. de 2000.

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: FAPESP, Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida. *Setor Informal ou Trabalho Informal?*: uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.

- BARRETO, Theo da Rocha. *A Precarização como Homogeneização “Sui Generis” na Formação dos “Sem Emprego”*: um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH/UFBA, 2005.
- BELOQUE, Leslie Denise. *A cor do ‘trabalho informal’*: uma perspectiva de análise das atividades ‘informais’. Tese em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 20 e.d., Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; et.al. *A profissão de Sociólogo*: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 3ª Ed., 1999.
- _____. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAZ, Camilo A. *Camelôs no sindicato*: etnografia de um conflito no universo do trabalho. Monografia de conclusão de curso em Antropologia. Campinas: Unicamp, 2003.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. (Org.) *Distribuição de rendas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.
- _____. Globalização e processo de informalidade. In: *Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun. 2000. p.152 – 174.
- CAMPOS, J. da Silva. Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, v. 29, 1943, p.291-309.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Sp: Edusp, 4.ª Ed., 2008.
- CARDIN, Eric Gustavo. *Sacoleiros e ‘laranjas’ na tríplice fronteira*: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Dissertação em Sociologia. Araraquara/SP: FCL/Unesp, 2006.
- CARVALHO, Inaiá. *Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia*. Salvador: CRH/UFBA, 1986.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D.Polet. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- CASTRO, Nadya A.; CARDOSO, Adalberto M.; CARUSO, Luis A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil?. *Revista Contemporaneidade e Educação*, Ano II, n.º 1, maio de 1997.
- CHARMES, Jacques. *Les origines du concept de secteur informel et la récente définition de l’emploi informel*. l’Institut de Recherche pour le Développement (IRD, Paris). S/d, Disponível em <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/218175/IIES%20Secteur%20Informel.pdf>, Acesso em 09/12/2010.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã Editorial, 1996.
- CONSERVA, Marinalva de Souza. *A atividade ambulante e suas redes sociais de labirinto em João Pessoa (PB)*. Tese em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato*: uma leitura do espaço do comércio ambulante de São Paulo. São Paulo: Nova Stella; Editora da USP, 1989.
- CREVOISIER,; et al. *L’économie informelle: une alternative à l’exclusion économique et sociale?* Berne: Unesco, 2007.
- DEDECCA, C.S. *Dinâmica econômica e Mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. Tese em Economia. Instituto de Economia: Unicamp, 1990.
- DEDECCA, C. S.; CASTRO, Nadya A. (Orgs.) *A Ocupação na América Latina*: tempos mais duros. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- DÉSERT, Myriam. *Le débat russe sur l’informel*. Questions de Recherche / Research in Question, N° 17 – Maio, 2006, disponível em <http://www.ceri-sciences-po.org/publica/qdr.htm>, Acesso em 09/12/2010.
- DE SOTO, *L’autre sentier, La révolution informelle dans de Tiers Monde*. Paris: La Découverte, 1994.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização – (des) fordizando a fábrica*: um estudo complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

- _____. Terceirização: balanço de uma década. In: *Caderno do CRH*, Salvador, Ufba, n.37, 2002, p.111-139.
- DURÃES, Bruno J. R. Trabalho de rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. In: *Temáticas*, ano 13, n.º 25/26, IFCH/UNICAMP, p. 217 à 238, 2005.
- _____. *Trabalhadores de rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp, 2006.
- _____. Camelo de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. In: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*. Ano VIII, n.º 89, ISSN 1519.6186, 2008. Publicado em: www.espaçoacadêmico.com.br, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1972.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. *O conceito de informalidade: problema ou solução?*. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000 (mimeo).
- FORTE, Joannes P. S.; RODRIGUES, Lea Carvalho. “Transformações no espaço urbano e os impactos sobre o trabalho informal em Fortaleza”. In: NEVES, Magda de Almeida et. al. (org’s.). *Trabalho e Cidade*. Belo Horizonte: PUC-Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2004, p. 237-254.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 3ª Ed., 1991.
- GOUNET, Thomas. Concorrência e estratégia de acumulação na indústria automobilística. In: *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 13 – 53.
- GUEDES, Tiago de Almeida. *A regulamentação do trabalho informal: o impacto sobre as condições de trabalho dos informais do centro da cidade de Salvador*. Monografia de Administração. Salvador: ADM/ UFBA, 2004
- GUIMARÃES, Nadya A. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. Sp: Editora 34, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª Ed., 2006.
- _____. *Da Diáspora: identidade e meditações culturais*. BH: UFMG, 2ª reimpressão, 2008.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. Entrevista. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.20, março, 2009.
- HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE. Trabalho, Exclusão e Precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. In: *Trabalho, Flexibilidade e Precarização*, Caderno do CRH, n.37, Salvador: Edufba, jul/dez. 2002, p. 289 – 308.
- HIRST, P; THOMPSON, G. *A Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HUGON, Philippe. O Setor Informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1997, v. 18, n. 2, p. 32-63.
- HOGAN, Daniel; et. al. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). *Mapa do Trabalho Informal: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- JUDT, Tony. Entrevista: crise econômica abala crença no modelo ocidental. In: *Folha de São Paulo*, publicado em 02 de março de 2009, p.A12.
- KREIN; José Dari; PRONI, Marcelo W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT, 2010.
- LAUTIER, Bruno. *L'économie informelle dans Le tiers monde*. 2ª E.d. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

- LEITE, Márcia de Paula. *A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda: As distintas faces do trabalho associado, os trabalhadores e a questão de gênero*. Projeto Temático 2007/FAPESP, FE, IFCH/Unicamp, 2006, mimeo.
- LIMA, Ângela M. de S. (2009) *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp. 353p.
- LIMA, Beatriz Melo Flôres. *Criptoeconomia ou economia subterrânea*. Rio de Janeiro, 1985.
- LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José. Trabalho Flexível e Novo Informal. In: *Caderno do CRH*, Salvador, Ufba, n.37, 2002, p.163-180.
- LOPES, Edmar A. de Barra e. *As novas faces da informalidade na região central de Goiânia-Go: Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.
- MACHADO, Ana F. *Trabalhador por conta própria: heterogeneidade de renda em regiões metropolitanas*. Dissertação de mestrado em Economia. Belo Horizonte: UFMG, 1993.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. *Mercados Metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação de mestrado. Museu Nacional, UFRJ, 1971.
- _____. Da informalidade à empregabilidade. Reorganizando a dominação no mundo do trabalho. In: *Caderno do CRH*, Salvador, Ufba, n.37, 2002, p.81-109.
- _____. Luiz A. “Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento”. In.: Santana, Marco A; Ramalho, José R. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Boitempo: São Paulo, 2003.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. *La garantía soy yo: redes sociais locais e transnacionais de comercio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil-Paraguai)*. Livro, 2005, (mimeo).
- _____. “Mercados Periféricos na ordem do capitalismo global: a rota China-Paraguai-Brasil”. 26ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008.
- MAFRA, Patrícia Delgado. *A “pista” e o “camelódromo”: camelôs no centro do Rio de Janeiro*. Dissertação em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2005.
- MARX, Karl. Introdução a uma crítica da economia política (o método da economia política). In: *Contribuição à crítica da Economia Política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Flama, 1946.
- _____. Para crítica a economia política. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, Livro III, v.5, 1980.
- _____. *O Capital Comercial*. In: *Capital: O Processo Global de Produção Capitalista*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. Cap. XVI do Livro 3, v. 5, p. 309-323.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro Vol 1 e 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 2002.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Livro II (o processo de circulação do capital)*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 2006.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. RJ: Difel, 1979.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Estudos Cebap 2*, São Paulo: CEBRAP, out. 1972, p. 3-82.
- _____. “Prefácio”. In: GUIMARÃES, Nadya A. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.09-13.
- OLIVEIRA, Florinda Lopes Pinheiro de. *A luta pelo trabalho: os novos camelôs no Rio de Janeiro*. Dissertação. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, UFRJ, 1998.

- OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. *A Condição 'Provisória-permanente' dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFCH/UFBA, 2005.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- OIT, PREALC. *Urbabanización y Sector Informal em America Latina*, 1960-1980. OIT, Chile: 1990.
- OSTROWER, Isabel Milanez. "*Fazendo do limão uma limonada*": moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2007.
- PAIM, Márcia Regina da Silva. *Do sete a São Joaquim: O cotidiano de "Mulheres de Saia" e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964 – 1973)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: FFCH/UFBA, 2005.
- PAOLI, Maria C. "Um problema deslocado: a marginalidade no capitalismo dependente". In: HOGAN, Daniel; et. al. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, pp. 30-53.
- PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha!': um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2005.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. *The Informal Economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: London/The Johns Hopkins University, 1989.
- PORTES, Alejandro; HALLER, W. *La Economía Informal*. Santiago de Chile: CEPAL, División de Desarrollo Social, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o Capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob o fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: contexto, 1999.
- QUEZADA, Dina Isabel Castañeda. *Ser ou Estar? Eis o Dilema: o cotidiano de ambigüidades dos camelôs de Copacabana*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2008.
- RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2004.
- RAKOWSKI, C. A. Convergence and divergence in the informal sector debate: a focus on Latin America. *World Development*, v. 22, n. 4, p. 501-516, 1994.
- RAMIRES, Francisco José. *Severinos na metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo*. Dissertação em sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.
- REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.
- _____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: *Afro-Ásia*. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.
- _____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. El sistema mundial no-hegemônico y la globalización popular. *Série Antropologia*, DF: UNB, vol. 410, 2007.
- RODRIGUES, Ivanildo Dias. "Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias." *Pegada*, Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, Presidente Prudente, vol. 8, n. 1, p.129-152, junho de 2007.
- ROMERO, Thiago. "China: crescimento industrial superior a 16% ao ano pode levar à crise de abastecimento energético". *Inovação*. Revista do Instituto Uniemp, Unicamp, Campinas, ano 2, n. 4, p. 12-15, set./out. de 2006.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro : F. Alves, 1979.
- _____. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. “A força do novo: por uma sociedade dos conhecimentos modernos no Brasil”. In: *RBCS*, n.º 05, v. 2, out. de 1987.
- SENA, Ana Laura. *O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios*. Belém: NAEA, 2002.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarita. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.
- SEZERINO, Glauber A. *Brasil Caboclo: música e cotidiano na população cabocla em movimento*. Dissertação de Mestrado em Sociologia: IFCH/Unicamp, 2007.
- SILVA, Ana Cláudia Alexandre da. *Na linha do Metrô: um estudo dos sentidos do trabalho para as mulheres que atuam como ambulantes nas estações do metrô do Recife*. Dissertação, UFPE, 2008.
- SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: *Bahia de todos os pobres*. Salvador: Vozes, 1980, 214p.
- SOARES, Cecília Conceição Moreira. *Mulheres Negras na Bahia no Século 20*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 1994.
- SOUZA, Guaraci A. A. de (Org.) Faria, Vilmar. *Bahia de todos os pobres*. Salvador: Vozes, 1980, 214p.
- SOUZA, P. R. *Empregos e salários em economia atrasadas*. Tese de doutoramento em Economia. Campinas: IE, Unicamp, 1980.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TERRA, Sirlei Pires. *Trabalho sem futuro: a informalização na atividade dos chapas em São Paulo*. Tese em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2007.
- TOMÉ, Geruza de Fátima. *Os camelôs da cidade de Marília-SP: uma investigação sobre as determinações de suas trajetórias ocupacionais*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Marília-SP: FFC/UNESP/Marília, 2003.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.1, 1987.
- TOKMAN, Víctor E. (Org.). *De La informalidad a La modernidad*. Santiago: Oficina Internacional de Trabajo, 2001.
- TOMAZINI, Sonia Terezinha. *Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, maio de 1995.
- VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. Tradução Maria de Jesús Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- WOLFF, Simone. *Informatização do Trabalho e Reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total*. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: EDUEL, 2006.

Anexo 01

Relato de Pesquisa de Campo (camelódromo da Uruguaiana – Rio de Janeiro, segundo semestre de 2008)

Dia 21.10.08

Marquei com meu assistente de pesquisa (Cleyton) às 9 horas, na frente do prédio do IFCS/UFRJ (Centro do Rio), para de lá irmos à associação e depois iniciarmos o campo com os camelôs, conforme havia combinado com a vice-presidente da associação. Chegamos à associação às 9:40, mas a vice-presidente ainda não se encontrava. Daí, liguei para o celular dela e ficamos aguardando sua chegada. Após uns 30 minutos, já 10:10, ela chegou, prontamente nos recebeu e saiu em direção aos camelôs. Ela iria nos apresentar a dois camelôs para, assim, começarmos o campo. Chegamos a um box de eletrônicos na quadra D, o dono não estava, apenas o irmão. Ela então ligou para o dono e ficamos aguardando. O proprietário apareceu e nos recebeu educadamente. Daí, fiquei entrevistando ele. Enquanto isso, a vice-presidente indicou outro camelô para ser entrevistado por Cleyton.

Iniciei a primeira entrevista (questionário) e fui fazendo as perguntas para o camelô. Percebi que se tratava de um Box novo, mesmo porque, tinha o visto ali há pouco tempo e o mesmo ainda se encontrava faltando acabamentos, como a colocação do nome do Box, o *layout*. De fato, era um box, na verdade dois, agrupados, que estava ali há apenas 6 meses, como me relatou o dono. E insistiu em dizer que estava experimentando trabalhar com tecnológicos. Antes ele vendia frutas. Ele fez uma ressalva interessante sobre o tipo de produto que vende, nas palavras dele: “As pessoas acham que este tipo de mercadoria eletrônica dá muito dinheiro, mas não é verdade, agente pega um produto caro e ganha apenas 10 ou 20 reais em cima de cada peça. Já se tu observar os biscoitos, por exemplo, o cara compra um pacote por 10 e consegue vender e ganhar 3 vezes mais, 30, ou seja, é muito mais lucrativo que isso aqui. Agora, estou experimentando”. A entrevista ocorreu muito bem, sem maiores observações.

A segunda entrevista que fiz neste dia foi por indicação deste camelô supracitado. Fomos para quadra C, do outro lado da rua. Comecei a entrevista, após o dono ter atendido alguns clientes. De início percebi que o movimento era grande. Fiquei até meio receoso de atrapalhar a venda do camelô. Mas, ele mesmo pediu que sua sócia (que é na verdade uma

funcionária, mas que ele a trata como sócia, como amiga, conforme me relatou na entrevista) atendesse o pessoal enquanto conversava comigo. Fui fazendo as perguntas e percebi que cada vez mais ele se sentia a vontade, descontraído e sempre falando muito. Procurei então deixar ele ainda mais tranquilo e continuei fazendo perguntas. Algumas vezes, perguntei coisas que nem estavam no questionário, apenas para obter mais informações ou para manter a relação com ele. Este camelô foi muito útil para esclarecer algumas dúvidas que tinha sobre o camelódromo. Ele está ali desde o início de tudo, desde antes de ser camelódromo, quando era na rua. Pela fala dele, percebe-se o quanto ele reconhece o papel da prefeitura e da associação na melhora do espaço e local de trabalho. E, ao mesmo tempo, ele fala da possibilidade de não ter mais esse espaço no futuro, por isso, sempre falava que era preciso resistir e se organizar, mas também dizia que o povo é muito desorganizado, bagunçado. Disse que antes do camelódromo e antes da Associação atual, havia um sindicato que ficava longe do local onde eles trabalhavam, isso foi há cerca de 15 anos. Era um local horrível, não havia segurança, o sindicato nem aparecia para dar uma força, era ausente. Eles tiveram que ir se virando sozinhos.

Percebi que ao tratarmos da “mercadoria” comercializada, ele sempre se esquivava e dizia que era tudo legal e que tudo vinha da zona franca de Manaus. Claro, não questionei isso e nem nada a esse respeito. Porém, quando finalizamos o questionário, permaneci na banca dele por cerca de 30 minutos, apenas conversando, e até conversando sobre outros temas que não informalidade. Nesse período, ele me falou de coisas que não quis tratar no momento do questionário. Falou que as mercadorias dele são boas, são originais. Explicou-me que as máquinas Sony vêm de Miami, via Paraguai, e que quando se traz tudo dentro da cota de importação na fronteira, não tem problema, está tudo certo. Ele também me falou que tem uma casa na Bahia, em uma cidade próxima da minha cidade natal, e que pretende ir morar lá quando aposentar. Esse fato fez com que ele se abrisse mais para mim, por sermos quase conterrâneos.

Enquanto permaneci conversando com este camelô, pós-entrevista, apareceu uma garota e um rapaz, ambos com cerca de 18 ou 19 anos, para trocar um cartão de memória de sua máquina digital que estava apresentando defeito. O camelô pegou o cartão, pediu a máquina, testou e em seguida perguntou sobre o defeito, depois, pegou um novo, colocou uma etiqueta da loja e colocou na máquina e passou para garota. Disse que qualquer problema, ela poderia voltar novamente. Ou seja, ocorreu ali uma efetivação da “garantia” (mediante a

troca) da mercadoria vendida, o que termina por demonstrar algo novo na informalidade de rua, a validade efetiva da garantia, no período determinado.

Dia 22.10.08 (Com Cleyton)

Cheguei ao campo às 9:30 a.m., no local marcado com o Cleyton, ao lado da associação. O movimento da rua estava tranquilo, nada de incomum, muitas pessoas andando, vários ambulantes pela rua oferecendo produtos, carros passando, motos, enfim, tudo normal para um dia de quarta-feira no centro do Rio. Estávamos na rua das Andradas, onde fica a Associação de Ambulantes da Uruguaiana.

Sáímos em direção aos camelôs, porém, antes, decidi voltar e ir falar com a vice-presidente da Associação sobre como foi o dia anterior e aproveitar para informar sobre o próximo dia. Ela estava sentada na mesa da recepção, logo na entrada da associação. Daí, falamos com ela e fomos encontrar com um camelô, que no dia anterior havia dito que me indicaria mais outros trabalhadores para serem entrevistados. Chegando no box dele, perguntamos ao funcionário que nos disse que o rapaz não estava. Daí, aguardamos por cerca de 10 minutos. Vendo que ele iria demorar, decidimos ir direto aos trabalhadores sem indicação. Fomos na direção da Quadra C, onde havia feito uma entrevista no dia anterior. Queria tentar falar com o camelô que entrevistei e pedir alguma ajuda. Mas, logo vi que havia muitos clientes em sua banca. Assim, aproximamo-nos e como não reduzia a quantidade de gente, decidi abordar um camelô em frente a sua banca. O Cleyton fez o mesmo. Porém, Cleyton não conseguiu a entrevista e eu comecei a conversar com uma funcionária, que prontamente resolveu me atender e realizamos a entrevista. Cleyton, então, seguiu ainda nesta quadra a procura de outro camelô. Nesta entrevista que fiz correu tudo bem, nada demais.

Terminado a entrevista, sai e fui procurar o primeiro camelô que havia dito que indicaria outros trabalhadores. Encontrei-o em sua banca. Ele “aparentemente” foi solícito e prontamente me indicou um camelô-proprietário, já na Quadra B. Esta quadra é uma quadra mais compacta e que possui maior quantidade de camelôs, principalmente, camelôs de tecnologia. É uma quadra meio estranha, muito movimentada e com muitos boxes sofisticados, quase sempre abarrotados de mercadorias. Aqui os camelôs estão sempre observando os transeuntes. Claro que não é tão estranha quanto a Quadra A, que é especializada em celular e, que vende muito relógio e pulseiras de prata e ouro, além do fato de ser bem estreita, o que

deixa o lugar um pouco “sombrio”. Esta quadra não fará parte de nossa pesquisa (não fazia parte, mas no decorrer das entrevistas, optei por incluí-la, até para ouvir um pouco os trabalhadores dali). O camelô, apesar de não ter sido muito receptivo, fez-me a indicação, todavia, não se prontificou em me acompanhar até a quadra B, apesar de minha insistência. Chegando lá, mantive um bom diálogo com o camelô, porém, ele ficou desconfiado e se recusou a participar da pesquisa e ainda disse que dificilmente o pessoal daquela quadra iria participar. Tentei ainda contra-argumentar, mas vi que não tinha mais jeito. Sai da quadra, um pouco chocado com minha primeira negativa, logo no segundo dia de pesquisa, sem ainda ter pego a dinâmica do campo. Esse fato, no início da pesquisa, é muito ruim, pois pode levar a um desestímulo, além de poder influenciar outros possíveis entrevistados, que ao começarem a ver que ninguém está concedendo entrevistas, tendem, naturalmente, a recusar; ainda mais num espaço de pesquisa como esse, no meio da rua, num camelódromo, onde “todo cuidado é pouco”, quer dizer, onde pode ocorrer fiscalizações a qualquer momento. É um ambiente marcado por imprevisibilidades. Logo, é muito comum os trabalhadores terem receio, haja vista, que muitos lidam mesmo com mercadorias ilegais, contrabandeadas, fora alguns casos de pirataria e produtos de origem duvidosa. Após essa primeira negativa, então, fui localizar Cleyton, pois precisava saber como ele tinha ido em suas investidas, já que tínhamos nos separado na entrevista anterior. Havíamos combinado antes que sempre faríamos pesquisa próximos, pois, assim, de certa forma, um daria segurança para o outro. Pelo menos, os trabalhadores iriam ver que eram duas pessoas fazendo pesquisa, o que poderia até dar maior visibilidade e aceitação diante de nossa presença. Além de evitar que entrevistássemos o mesmo camelô. Como demorei de encontrá-lo, fui tentar outra entrevista, mas agora numa banca que eu já conhecia a funcionária. Nesta consegui a entrevista facilmente, foi tudo bem. Após esta entrevista, encontrei com Cleyton e trocamos informações. Ele me disse que teve duas recusas e conseguiu fazer apenas um questionário.

Assim, por acharmos que houve recusas demais e desconfianças, resolvemos voltar e conversar com a associação, pedindo apoio para ir até o campo. Havia pensado que não teria mais problemas, através das indicações de camelôs, porém, vi que precisávamos de mais apoio.

Em conversa na associação com a vice-presidente, decidimos que seria interessante fazer uso de camisa e crachá. Falei que iria providenciar isso e ela nos assegurou dar apoio para continuidade da pesquisa.

Até o momento, segundo dia de pesquisa com os camelôs, conseguimos 6 questionários, sendo que só fizemos visitas pela manhã, por ser um momento de menor movimento. O aumento no quantitativo de transeuntes aumenta a partir das 11hs da manhã.

Esse dia, passado algumas recusas e conversas com a associação e com trabalhadores, foi bastante desgastante, mas faz parte de qualquer processo de pesquisa empírica. A peculiaridade de nosso caso é que entrevistar trabalhadores que direta ou indiretamente mexem com ilícitos ou produtos ilegais não é uma coisa simples de se fazer, apesar de não tratarmos dessa questão em nosso questionário, ainda assim, a dificuldade é grande, pois o mais importante de tudo é conquistar a entrevista. Quer dizer, é uma espécie de primeiras impressões. Se o pesquisador consegue passar dessa etapa inicial, aí, fica mais fácil, pois começa ir para outras fases, como empatia, confiança e, no nosso caso, os trabalhadores terminam vendo que nossas questões não mexem com assuntos mais delicados (perigosos), ao contrário, percebem que só estamos interessados no processo de trabalho, no dia-a-dia, no cotidiano deles e etc.

Semana de Reinício do Campo – dia 03/11/08 – segunda-feira.

(Com outra assistente de pesquisa, a Chelaine)

Após ter percebido que o campo estava difícil, decidi mudar de estratégia, até por sugestão da própria vice-presidente da associação dos informais, passei, assim, a adotar fardamento e crachá de identificação.

Voltei para o campo agora com outro assistente de pesquisa, a Chelaine, já que o Cleyton, por impossibilidades pessoais, desistiu de continuar na pesquisa.

Às 10hs da manhã fomos até a associação para falar com a vice-presidente. Entreguei para ela a declaração com os dados sobre Chelaine e pedi para que nos indicasse dois camelôs para iniciarmos a pesquisa. Havia entregue também este mesmo tipo de declaração sobre Cleyton e sobre minha ida no campo também - foi uma exigência da vice-presidente, dias antes de começar a pesquisa de campo. Era uma forma dela ter um controle de nossa presença no camelódromo, bem como, nossos dados.

Como era um dia de segunda, percebi que a vice-presidente estava muito ocupada e com um semblante fechado. De fato, ela nos informou que não poderia sair, disse também em tom um pouco rude que já havia dito para mim que não poderia sair nenhum dia pela manhã,

principalmente, na segunda e na sexta. Assim, sem insistência, lamentei e disse que era apenas para iniciar. Ela, então, chamou um funcionário da associação e perguntou a ele sobre uma camelô-proprietária na quadra D. Daí, após alguns minutos, o funcionário conseguiu entender de quem se tratava e nos acompanhou até o box dessa senhora. Essa foi a primeira vez em que a vice-presidente me tratou de modo mais rude.

Fomos bem recebidos pela camelô e começamos a pesquisa. Deixei Chelaine fazendo a primeira entrevista dela e aproveitei e pedi para o funcionário da associação para me acompanhar junto a outro box. Ele foi comigo e me apresentou a um rapaz.

Assim, comecei a fazer minha primeira entrevista do dia. A entrevista foi indo muito rápido, percebi que o rapaz não queria conversar muito, mas ainda assim expôs suas idéias e, claro, anotei tudo. Nem pedi indicação deste rapaz, pois não senti clima para isso.

Fui ao encontro de Chelaine, que já estava terminando seu questionário. Havia demorado um pouco mais, pois era seu primeiro questionário. Além disso, pude perceber que a camelô entrevistada gostava muito de falar. Isso é bom, deixa o pesquisador mais tranqüilo e enriquece a entrevista. Aproveitei e entrei um pouco na conversa. No final pedi indicação de outros boxes para que pudéssemos fazer a pesquisa. A camelô prontamente se afastou de sua banca e nos levou em mais dois camelôs. Fiquei com um e Chelaine saiu em direção ao outro.

A segunda entrevista foi muito boa, foi com um senhor bastante antigo na Uruguaiana, um camelô-proprietário, localizado próximo a praça da quadra C. Ele está no camelódromo desde o início, mas informou que começou a pouco tempo com a venda de tecnológicos. Por sinal, venho percebendo que muitos trabalhadores começaram a vender tecnológicos recentemente, dizem que isso ocorre pelo fato desta mercadoria ser o que dá dinheiro. E disse: “Nós costumamos mexer com o que dá dinheiro, essa é a lógica”.

A terceira e quarta entrevistas ocorreram tranqüilamente, sem maiores comentários, ambas fiz com mulheres, uma proprietária e uma funcionária. Por sinal, a última foi com uma funcionária que estava há poucos meses trabalhando com estes produtos. Ela trata sua atividade como se fosse uma verdadeira empresa/loja. Ainda disse assim: “É como se fosse uma loja, com segurança e tudo. É tranqüilo. Quem tá lá fora, vendendo na rua, que é diferente. Aqui, é igual eu tá no shopping onde eu trabalhava, só num tenho carteira (...)”. Fiz essa entrevista ao lado de outra funcionaria, que era mais antiga no box. Percebi que era essa segunda funcionária quem controlava mais a venda. Além disso, ela anotava tudo que vendia num caderno, a caneta, e tinha também uma relação com os preços dos produtos. Por sinal,

essa prática de anotar em caderno o que vende já havia percebido em outros boxes com outros/as funcionários/as. Parece ser uma prática comum, inclusive, para servir como forma de controle de vendas e deve também servir como uma forma do dono controlar o próprio funcionário. Além de servir para calcular a comissão para os funcionários, que possuem esse benefício ou para os que recebem apenas isso. Esta funcionária que fazia o controle devia ser a responsável pelo box, uma espécie de funcionária-gerente. Ao longo de algumas conversas, percebi que existe muito isso, funcionários/as que, por confiança, terminam tocando o negócio para um camelô-proprietário, um dono, que, geralmente, tem outro box no camelódromo ou outro negócio fora, às vezes até um negócio formal, uma empresa/loja também de eletrônicos. Mas como uma funcionária me disse, o negócio da rua, no geral, dá mais dinheiro. Essa funcionária do controle, que estava ao lado da entrevistada, disse que além do salário, recebe comissão por vendas. Ou seja, parece ser uma forma a mais de estímulo, que, no geral, é para funcionária mais antiga. Não sei ao certo por quê.

Tenho a impressão que os funcionários “contratados”, que estão trabalhando, parecem seguir de fato um “estilo e lógica” de trabalho do mundo formal, das relações formais. Contudo, em sua grande maioria parecem não ter carteira assinada, apesar da própria vice-presidente do sindicato ter dito que alguns têm carteira assinada e que vários outros recebem uma indenização ao sair do trabalho no box. Ou seja, é comum os camelôs-funcionários receberem uma espécie de “abono”, após saírem do trabalho nos boxes.

Muitos camelôs-proprietários, tanto homens quanto mulheres, relataram-me diversas vezes que irão contratar mais funcionários para o natal. Dizem que fazem isso todos os anos. Alguns disseram também que, após o natal, dão férias coletivas. Em alguns casos, chegam a fechar o box por cerca de 10 dias.

A última entrevista do dia que fiz foi com um senhor muito simpático que trabalha na quadra C. Ele tem nível superior. Foi uma entrevista muito boa. Ele está também desde o início do camelódromo, na verdade, trabalhava na própria Rua Uruguaiana antes da formação do Mercado. Ele me pareceu ser um caso típico de trabalhador que por falta de emprego, mesmo com qualificação, terminou indo parar na informalidade. Ao mesmo tempo, é um caso típico de pessoas com maior nível escolar e maior qualificação, trabalhando como camelô de tecnologia, que resolvem montar um “negócio”.

Esse dia de pesquisa foi o mais proveitoso por enquanto, apesar de termos tido várias recusas, cerca de 6, duas minhas e quatro de Chelaine, mas conseguimos realizar 11 questionários.

Dia 04/11/08 – terça-feira.

Chegamos ao campo (eu e Chelaine) por volta das 10:10. Fomos sem indicação alguma, mais uma vez, abordar diretamente os trabalhadores. Já estávamos na quadra B. Desde o início da pesquisa, seguimos aleatoriamente um caminho de realização de entrevistas que vinha da quadra D e C, próximas da Associação, seguindo para B. Isso não foi pré-determinado, mas serviu como uma orientação interessante para o trabalho de campo. Evitou-se, dessa forma, que passássemos em boxes que, por ventura, já tivéssemos abordado ou entrevistado. Evitou-se, assim, duplicidade de camelôs entrevistados, bem como, permitiu que se mapeassem mentalmente os boxes e vielas visitadas, apesar de ser muito difícil se localizar com precisão dentro do camelódromo. Desenvolver um bom senso de localização dentro do camelódromo é uma das barreiras que um novato enfrenta. É um lugar muito grande, cerca de 1600 boxes, quatro quadras, cercado por ruas e com um movimento constante, aliado a diversos tipos de som, tudo isso faz daquele lugar um desafio para os iniciantes. Na verdade, após ter feito mais de 20 visitas, ainda hoje, facilmente, atrapalho um corredor de boxes com outro.

Nesse dia, entramos na quadra B, na parte onde havíamos parado no dia anterior. Primeiro, fomos até o fim do corredor. Como parte de nossa metodologia, primeiro, andamos por todo o corredor que será pesquisado, na sequência, vamos observando a quantidade de boxes que se enquadram em nossa pesquisa, boxes que comercializam eletrônicos (exceto som e equipamentos para carro, que ficou de fora da pesquisa). O camelódromo é composto por 4 quadras (A, B, C e D) e por vários corredores, sempre cheios, parecendo um labirinto povoado por indivíduos, quase sempre apressados, afoitos por comprar, por ganhar, por vender, ou, simplesmente, por conversar, passar, etc. É uma correria. Descrever tais ambientes é uma tarefa difícil. É uma confluência de coisas, desde tipos de produtos ofertados, passando por diversos tipos de sons, músicas, vozes, ventiladores, fiações de energia e telefone espalhados por todo o teto do camelódromo, indo para gritos, buzinas de carro, palmas, ofertas diversas de produtos que ecoam da rua. No geral, o camelódromo é coberto por uma

estrutura de telhas e ferro, de certa forma, uma estrutura bem equipada. A única coisa que deixa a estrutura de cobertura um pouco feia é a quantidade de fios a mostra, o que demonstra um pouco de desorganização. Algo que poderia ser facilmente resolvido se colocassem um forro. Todavia, um forro iria deixar o lugar muito quente, mais do que já é nos períodos de verão. Tudo isso está misturado dentro do camelódromo. É uma cosmologia de sentidos misturados. Parece uma verdadeira bagunça, mas, sem dúvida, apenas parece. Na verdade, possuem suas “regras” e “ordenações” peculiares. Possuem seus próprios sentidos e estilos de ser, de viver e, fundamentalmente, de trabalhar. Se tem uma coisa que existe bastante ali no camelódromo e nas imediações, uma coisa que não se pode negar, a não ser para os arautos que nem lá pisam seus pés, mas que não hesitam em escrever notas em imprensa ou fazer falas pejorativas em TV, é a força do “trabalho”. O que não falta neste lugar é pessoas trabalhando. Homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, enfim, diversos indivíduos que passam o dia e, por vezes, estendem-se ao cair da noite fazendo uma coisa, trabalhando. Claro que o trabalho aqui não deve e não pode ser pensado apenas como sofrimento, como corrosão de si, como embrutecimento, tal como foi pensado sobre o trabalho tipicamente formal/fabril, estranhado/alienado. Ali existe também algo diverso, prazer, alegria, emoção, realização. Contudo há a exploração do trabalho, principalmente por parte dos camelôs-proprietários, sofrimento, perseguição, punição, desrespeito e humilhação. Basta ver um dia de ação da “guarda municipal” ou de outros policiais que volta e meia aparecem pelo camelódromo querendo obter alguma propina, algum ganho, via métodos nada convencionais como extorsão, apreensão e posterior venda de produtos, principalmente, os piratas ou contrabandeados. É comum, dentro do camelódromo, histórias desse tipo. Às vezes, determinada mercadoria é apreendida ou ameaçada de apreensão, mas logo é liberada caso haja dinheiro. Outro episódio é quando a mercadoria é apreendida e depois é revendida para outros camelôs a preços mais baixos, mas como o produto saiu de graça para a guarda municipal ou para os policiais, então, é um grande lucro. Nessas horas, o Estado some, desaparece, se omite ou se corrompe. É evidente que existem apreensões e fiscalizações legais, mas não presenciei nenhuma. É comum haverem ações legais misturadas com ilegalidade, quer dizer, essas atuações não são totalmente isentas de interferências dos agentes envolvidos. Parte das afirmações que fizemos acima decorreu de conversas informais que tivemos com alguns entrevistados.

Iniciei minha abordagem nesse dia indo falar com uma camelô que logo disse que estava sozinha e não queria responder à pesquisa, que estava ocupada. Detalhe, ela estava

parada olhando pra frente. Ao lado, vi que Chelaine também tinha obtido uma negativa. Estávamos na quadra B, onde um camelô-proprietário havia me dito dias antes que o pessoal não iria querer participar da pesquisa. Quando ocorrem duas negativas seguidas assim, é muito ruim para pesquisa, pois pode influenciar os outros camelôs que estão perto. Eles/as podem automaticamente negar, apenas por ver que outros estão negando, como já ocorreu em outros momentos, como disse antes. Contudo, nesse dia, não foi bem assim. Fui para a segunda tentativa, mesmo estando próximo da primeira abordagem. Aproximei-me, era outra mulher. Ela foi receptiva, expliquei sobre a pesquisa e apliquei o questionário, sem problemas. Era uma pessoa com cerca de trinta e poucos anos de idade, simpática, que vende acessórios (controles para games, mouses, pen-drives, etc.) e games (aparelhos), bem como comercializa, em pouca quantidade, em comparação aos outros produtos expostos, CD's e DV's, tudo relativo a jogos para computador ou vídeo-games. Claro que se trata de pirataria. Mas, como ela mesma diz, é pouca coisa. Está pensando em tirar isso. Segundo ela: "Mexer com pirataria é muito perigoso e já não dá tanto dinheiro". No fim da entrevista, quando perguntei se ela queria ir para um emprego com carteira assinada, ela disse: "Não nasci para ser mandada (...)". Terminada a entrevista, pedi que ela me indicasse alguém. Normalmente, os camelôs te indicam alguém quando percebem que a pesquisa é tranqüila, quando não representa nenhum perigo para ele ou para outros. Aí, ele faz questão de te indicar. É uma forma de ajudar a própria pesquisa, além do fato de que, muitas vezes, ele acha importante participar de tal iniciativa até para melhorar sua própria imagem. Quando não se consegue estabelecer uma boa relação na hora da entrevista, aí, dificilmente ele indicará alguém. Claro que existem outros fatores nesse processo, como nos casos onde um camelô tem divergências graves com vizinhos. Vi dois casos onde isso ocorreu. O camelô ainda disse que era inimigo do vizinho, mas que nenhum mexia ou incomodava o outro, apesar de conviverem lado a lado o ano todo.

A segunda entrevista que fiz foi com outra mulher, também de trinta e poucos anos, que vende apenas acessórios eletrônicos, especialmente, para games. Seu tipo de negócio parece bastante com o da primeira entrevistada, porém, agora se trata apenas de um box e bem limitado. Percebe-se, olhando para o box, que este é mais simples, tem menos condições e com poucas mercadorias a mostra as quais são relativamente baratas, acessórios. No primeiro caso, eram dois boxes juntos e com muitas mercadorias. Algumas vezes, vi alguns camelôs falarem que ter muita mercadoria a vista dá maior segurança aos clientes e é prova de que seu box é forte.

Nessa entrevista a camelô se referiu ao tipo de mercadoria que vende e disse que prefere trabalhar com “acessórios”, pois é “mais fácil de entender como funciona e é mais fácil de adquirir”. Ela falou que compra no próprio camelódromo, de um fornecedor que tem lá dentro, um box que serve como fornecedor. Acho que fica na quadra D. De fato vi cerca de 4 ou 5 boxes que servem apenas para fornecer produtos e mercadorias. São uma espécie de atacadistas, costumam ter muitas mercadorias e quase sempre em caixas, preparadas para serem vendidas em quantidade ou entregues como resultado de encomenda. Não procurei investigar mais sobre isso, mesmo porque trata-se de assuntos perigosos de serem abordados, pois envolvem “contrabando”, “descaminho”, cargas roubadas e às vezes “pirataria”. Sobre a pirataria, a própria entrevistada me falou que é comum a polícia aparecer no camelódromo e fechar alguns boxes que mexem com isso. Por vezes, esses boxes são fechados mais de 5 vezes por dia e depois reabrem. Como ela disse: “Parece um jogo de gato e rato (...)”.

Terminada a entrevista, afastei-me desse corredor, encontrei com Chelaine e fomos atrás de outros camelôs para serem entrevistados. Andamos um pouco para ver onde teriam camelôs com que ainda não tínhamos conversado, nem abordado. E, achamos um corredor onde havia 3 camelôs que se encaixavam em nossa pesquisa, ainda na quadra B. Era cerca de 11hs a.m. O pessoal ainda estava organizando os boxes. Vi dois boxes com um homem em cada. Também deu para perceber que um estava mais disposto do que o outro (se movimentava mais, parecia mais “animado”). Aproximamo-nos e começamos a conversar. No início, correu tudo bem, porém, percebi que o camelô que estava conversando com Chelaine negou a entrevista e disse que iria sair. Enfim, continuei realizando minha entrevista e comecei a aplicar o questionário. Tratava-se de um camelô que era funcionário, mas que o dono era amigo dele. Era um camelô na mesma faixa de idade das duas entrevistas anteriores e que havia perdido tudo, inclusive seu box na época do “grande incêndio” que ocorreu em dezembro de 2007, no camelódromo, onde vários boxes da quadra C e D pegaram fogo. Dizem que tal incêndio foi provocado por um curto-circuito num ventilador, mas as pessoas não falam muito desse episódio, pois existem acusações de que, na verdade, tratou-se de um incêndio criminoso. Segundo o entrevistado, agora, ele estava recomeçando a vida e que, em breve, iria voltar a ter um box seu. Essa entrevista foi muito rica. Este camelô tem uma boa percepção dos assuntos e problemas que envolvem os trabalhadores de rua, bem como entende minimamente a situação atual do mercado de trabalho formal, já que ele teve carteira assinada primeiro como frentista e depois como garçom em seus últimos empregos.

Quando estava fazendo a entrevista, ocorreu fatos interessantes. No início da entrevista houve a aproximação de um outro camelô que trabalhava em frente, vendendo celulares, capas e pequenos acessórios para celular. Por sorte foi uma aproximação tranqüila, educada, veio me questionar sobre a pesquisa e sobre meus interesses. Resultado, parei o questionário e expliquei pra ele, para o entrevistado e para um outro homem que se aproximou. Ficaram os três dialogando comigo sobre a universidade e, principalmente, sobre os principais problemas que ocorrem no dia-a-dia. Todos ficaram satisfeitos com as explicações e retomei o questionário. Na metade do questionário, o camelô em frente se aproximou novamente, mas não falou nada, apenas queria participar e ouvir as perguntas. É muito curioso quando outras pessoas de fora da entrevista se aproximam, muitas vezes apenas para ajudar ou para se sentir fazendo parte da coisa. É pena que não podia entrevistá-lo, pois ele não era o tipo de camelô que estamos pesquisando. A entrevista demorou um pouco, pois o entrevistado ia respondendo as questões e limpando e arrumando o box. Por sinal, eram dois boxes juntos, um ambiente limpo e bastante organizado, com uma vitrine de vidro na frente, vários armários e muitas mercadorias expostas em prateleiras. Havia algo curioso nesse box, era a existência de um frigobar. Dava para perceber o zelo e cuidado que este camelô-funcionário tinha pelo box e sua perspectiva de tratar aquilo ali como um negócio, uma atividade empresarial e decente.

Na verdade, quase todo o pessoal de tecnologia ou todos eles colocam vitrines de vidro na frente dos boxes para exposição das mercadorias e organizam-nas em prateleiras, de modo que fiquem bem visíveis. Aliás, o pessoal de eletrônicos normalmente ocupam mais de um box. Tem casos até que ocupam 3 ou 4. Cada box, isoladamente, mede cerca de 2 metros quadrados. Como me falou a vice-presidente da associação: “Muitos fazem pareceria, assim, eles crescem juntos” (em 2008). Ou seja, muitos se unem para venderem em sociedade. Muitas vezes, estas parcerias se dão apenas por laços de amizade. Como nossa pesquisa tem limitações, inclusive, a questão do tempo, dos prazos e não primou por determinadas questões, não daremos conta de aprofundar essa questão das parcerias. Mas, volta e meia conversamos com os próprios camelôs sobre isso. Vale registrar que as conversas com os camelôs são sempre superficiais, de equilíbrio dinâmico, por vezes, margeiam determinadas questões delicadas, principalmente, quando se refere às mercadorias. Noutras muda-se completamente de assunto. De fato, não chegavam a ficar tensas, mas o entrevistado dava nítidos sinais que não estava gostando de conversar sobre determinado assunto, normalmente, coisas ligadas à mercadoria e à renda. Assim, indiretamente, ele conduzia a conversa para

outras questões. Ainda assim, fomos na medida do possível obtendo informações e procurando evitar choques de argumentos e embates com os entrevistados, mesmo porque nossa função enquanto pesquisador ali era fazer apenas as questões postas no questionário, apenas isso. Mas, obviamente, para tanto tinha que haver todo um diálogo solícito com os pesquisados, pois se aprendia muita coisa nessas conversas, eram, na verdade, trocas de conhecimento e informação.

Terminada essa entrevista, fiquei ainda alguns minutos, cerca de 5, conversando com o camelô. Depois, fui na banca em frente, do camelô que sempre se aproximava para observar a entrevista. Aproveitei e comecei a conversar com ele também, apenas para manter relações e saber informações gerais. De vez em quando procurava estabelecer esse tipo de diálogo, pois é justamente nesses momentos, sem estar aplicando o questionário, nem fazendo anotações, ou gravando, que brotam informações relevantes. A receptividade foi tão boa que aproveitei e pedi uma indicação de algum outro camelô para participar da pesquisa. Peguei a indicação, encontrei com Chelaine e seguimos. Ainda na quadra B, voltamos em direção ao corredor principal para localizar a banca indicada. Terminei parando em uma outra, aproveitei e comecei a fazer a entrevista ali também. É que estava andando meio devagar, com a prancheta na mão, ajeitando os questionários, pegando um vazio e posicionando para ser aplicado na próxima entrevista, e, ao mesmo tempo, ficamos olhando para as numerações dos boxes, procurando o box indicado, mas estava difícil, mesmo porque o camelódromo estava cheio e tem muitos boxes que estavam sem a numeração visível. Daí, ficamos parados perto de um box, quando, de repente, um camelô ficou nos olhando com um olhar tranqüilo, meio que um “olhar curioso”, como se estivesse querendo participar da pesquisa. Assim, aproveitamos e fomos logo nele. Dessa vez era um camelô com nível superior, foi o segundo que entrevistei até o momento. Mas sei que existem mais. O pessoal da associação já havia me falado disso. Enquanto isso, Chelaine se dirigiu para outro box.

Essa entrevista foi bem estranha, pois o rapaz se dizia funcionário, mas estava claro que ele era o dono. Havia sim funcionários que estavam ao lado dele, de um lado um homem e de outro uma mulher. O homem acompanhou um pouco da entrevista e sempre sorria, meio que seguindo as falas e as imposições do entrevistado, “suposto” funcionário. Terminada a entrevista, ficou evidente, pelo próprio questionário, que ele era o dono e que tinha sido ele que havia idealizado aquele “negócio”, como ele mesmo falava. Ou seja, ele revelava várias vezes, na sua fala, afirmações de que era dono do negócio. Além disso, demonstrava total compreensão do negócio. O fato curioso foi que o entrevistado não quis revelar ao certo sua

renda, mas percebi que era alta, passando dos 4 mil reais por mês. Uma renda muito elevada para o universo informal. Ele tinha outro emprego na sua área de formação superior, informática, onde tinha carteira-assinada e trabalhava 6 horas por dia. Parece ser um caso típico de “empresário da rua”, do novo tipo de camelô, do camelô de tecnologia. Um indivíduo com alto nível de escolaridade, novo, cerca de 28 anos, que tem outro trabalho fora do camelódromo e que resolveu ampliar sua renda, abrindo um “negócio” na Uruguaiana. Seu discurso estava sempre pautado em falas típicas do universo formal, como eficiência, conhecimento, bom atendimento, etc.

Após o almoço, retornamos para o campo, às 14:15. Agora, fomos em direção a quadra C, pois havia muitos camelôs que deixamos para trás. E como na parte da tarde a quadra B é muito movimentada, e é mais apertada que a quadra C, preferimos ir para a mais tranqüila. Normalmente, seguimos a seguinte lógica de campo, ir nas quadras muito movimentadas pela manhã, pois, geralmente, nesse período são mais vazias. Na C, entramos por um corredor que não havíamos feito entrevista nenhuma. Fomos até o final do corredor e voltamos já abordando os camelôs. Foi uma sequência de negativas. Fui no primeiro, estava o suposto dono, almoçando, e a funcionária. Falei com a funcionária que disse que não gosta de dar entrevista, mas ficou meio indecisa e foi consultar o dono. Aproveitei e conversei com o dono. Este, muito receptivo falou para funcionária que tudo bem, que pudesse dar a entrevista. Todavia, ela não quis participar, insistiu que não gostava. Daí, o dono disse pra ela fazer. Aí, ocorreu algo curioso, ela então disse: “É obrigado, é uma ordem?”. Logo, percebi o clima tenso entre eles e falei que tudo bem, que iria conversar com outra pessoa e fui andando. Esse episódio que é aparentemente simples e corriqueiro, para mim, foi no mínimo intrigante, uma típica interação, ou um conflito, que ocorre na relação patrão-empregado no meio formal, agora passa a ocorrer também na informalidade, isto é, cobranças e divergências típicas da formalidade, agora compondo também as relações informais de rua.

Sáímos andando ainda no mesmo corredor, após termos recebidos cerca de 2 negativas cada, um pouco abatidos. Esses boxes dos quais tivemos recusas eram grandes, verdadeiras lojas de rua, dois deles com ar-condicionado. Queria muito entrevista-los, devido a seu porte, mas não podia fazer mais nada, fazia parte dos inconvenientes e imprevistos da pesquisa de campo. Existe uma certa dinâmica no campo para algumas situações como neste caso, quando começam a ocorrer negativas, os camelôs do corredor todo ou quase todo estavam repetindo o mesmo comportamento, estavam negando. Ou um vai seguindo o outro, ou naquele local as pessoas tendem a agir de modo similar devido a alguns fatores, como o

fato da proximidade com ilegalidades, principalmente, com pirataria, mas existem outras explicações, que não conseguimos captar. Sabemos que às vezes quando determinado corredor é mais fiscalizado pela polícia do que outro tende a deixar o pessoal mais receoso ou quando o corredor é muito visado devido à quantidade de pirataria que vende ou ao grande volume de dinheiro que movimenta. Certa vez um camelô me falou algo desse tipo, disse que alguns policiais apareciam para tirar uma “casquinha” do pessoal de tecnologia, sobretudo, pelo volume de dinheiro que circula.

Na saída deste último corredor, vi um rapaz sozinho ao lado de um box que estava fechado. Aproveitei e me aproximei. Ele ficou um pouco assustado, mas logo consegui a entrevista e comecei o questionário. Todavia, no meio do questionário, após ter passado inúmeros clientes, surgiu uma mulher, com um menino de cerca de 10 anos e uma menina com cerca de 16 ou 17 anos, cobrando do funcionário uma solução para o problema do celular da filha. Percebi que a coisa era séria, pois ela estava com um semblante fechado. Continuei ao lado apenas para ver o andamento da questão. A mulher estava reivindicando a solução para um celular que estava quebrado pela segunda vez e que havia sido comprado pela filha em dinheiro no valor de 500 reais. Tratava-se de um desses celulares modernos, também conhecidos como Mp7, MP9, Mp10, etc. Era um multifuncional, tirava foto, servia como televisão, rádio, mp3, pegava dois *ships*, entre outras funcionalidades. Resultado, o funcionário ficou um pouco nervoso devido ao tom da fala da mulher e passou a ligar para o patrão. Daí, fiquei lá parado, aguardando o funcionário terminar de falar com o patrão pelo rádio (nextel), mesmo porque, eu não iria simplesmente me afastar do local, abruptamente. Estava esperando uma oportunidade para me despedir. Era um box apenas, bem apertado, lotado de mercadorias, mal dava para uma pessoa. Após uns 5 minutos, o funcionário falou que ela deveria voltar na semana seguinte, que eles trocariam o aparelho. Aí, nesse momento, a mulher se tornou ainda mais enfática e disse que queria uma solução imediata, pois o aparelho já havia ficado 1 mês com eles e voltou com problemas e que ele disse que ligaria para ela na semana passada e não ligou. A mulher deu um ultimato ao rapaz que ou ele trocava o aparelho ou ela iria pegar mercadorias no box. O funcionário ficou ainda mais nervoso e voltou a ligar para o patrão. Percebi que o clima tinha ficado muito tenso e me lembrei de um outro episódio similar que presenciei. Certa vez, enquanto conversava na associação com a vice-presidente, de repente, adentrou a sala dois funcionários da equipe de “apoio/manutenção” da associação, afirmando que estava havendo uma discussão em uma quadra entre um taxista que comprou um produto e queria trocá-lo e o camelô, e que ia ter

briga. Daí, a vice-presidente afirmou enfaticamente para mandar a equipe de segurança para lá e que não queria briga alguma dentro do camelódromo. Ou seja, lembrei-me de uma cena tensa que havia ocorrido há poucos dias. Fiquei ainda mais preocupado. Como ainda teria que fazer outro questionário, decidi sair. Aproximei-me do funcionário, arrumei uma brecha e falei que depois voltaria para terminarmos à entrevista. Ele disse que tudo bem e vi que ficou meio receoso com a situação, um pouco envergonhado, já que não podia continuar a entrevista. E, de fato, a entrevista estava transcorrendo de modo tranqüilo e bem produtivo.

Fui para minha última entrevista do dia, ainda na quadra C. Conversei com uma funcionária de games (acessórios, equipamentos e jogos). Já conhecia esse box, mas ainda não havia aplicado o questionário. Era também um único box, lotado de mercadorias sofisticadas. Comecei a aplicar o questionário e deu tudo certo. Esse box fica próximo de uma das saídas do camelódromo. Por sinal, o camelódromo não é fechado, tem varias entradas e saídas. A noite, todavia, existem portões, grades e correntes que são usadas para cercar o camelódromo. E claro, todos os boxes fecham a noite. Apesar de ter um bom esquema de segurança ligado a associação, ainda assim, o camelódromo é difícil de vigiar durante o dia. Primeiro, por essa quantidade de entradas e saídas; segundo, pelo seu tamanho; e, terceiro, pela quantidade de gente que circula. O interessante ali seria ter um bom sistema de vigilância eletrônica, com câmaras e etc. Ao todo, acho que o camelódromo ocupa mais de 10 quadras de futebol (de salão), algo assim. É muito grande e separado por pelo menos três ruas.

Foi justamente devido a um desses acessos (do camelódromo) que a funcionária que eu estava entrevistando me contou seu principal problema no cotidiano de trabalho. Quando o rapa corre atrás dos camelôs na rua e estes correm para dentro do camelódromo, passam em frente ao box dessa funcionária. Isso, segundo ela, é o principal problema dali, pois nesses momentos é muita correria, derruba-se mercadorias, etc. Ela contou um caso de uma outra funcionária do box em frente que foi empurrada nesse tipo de correria, caiu em uma vitrine de vidro e cortou muito a perna, levando 15 pontos. Esta entrevista foi muito boa, pois a funcionária tem uma boa percepção dos problemas, sabe como funciona o camelódromo. Ela falou da ilegalidade existente ali, mas frisou também a forma como o rapa, a polícia e o Estado agem em cima dos camelôs, a forma desumana, nefasta e discriminatória que executam cotidianamente. E como ela estuda direito, disse que está adorando a experiência de trabalhar no camelódromo, pois está podendo avaliar as leis com as questões práticas e que irá tentar lutar para melhorar a imagem dos mais fracos. Falou também da própria desigualdade da sociedade, da falta de espaço que tem para se conseguir um trabalho, um emprego e que

ainda assim a sociedade, a elite, ataca os informais, publica mentiras nos jornais. Enfim, ela fez uma fala enfática e revoltada com toda a situação. Pretendo voltar para conversar mais com esta funcionária.

No final da entrevista, quando estava apenas conversando com as funcionárias desse box de games, vi um homem se aproximar de outro box e ofertar produtos que estavam em uma sacola preta. Vi que era o mesmo homem que havia ofertado produtos um dia antes em outro box que estava entrevistando. Ele estava com mouses e outros acessórios na mão para oferecer aos camelôs. Vi que eram produtos novos, ainda em caixas lacradas. Não sei quem é essa figura e nem se está vendendo para alguém. Mas é uma cena muito estranha. Ele pode estar vendendo mercadoria que foi apreendida ou que foi roubada. A única coisa que consegui saber é que isso sempre ocorre ali, conforme me disse uma camelô, e que ela não sabia de onde vinha os produtos, mas que poderia ser de mercadorias que foram apreendidas pelo próprio rapa ou pela polícia ou ainda que poderia ser carga roubada. Resultado, não sei ao certo do que se trata. Mas também isso não faz parte da pesquisa, é trabalho para polícia ou agentes da receita do Estado.

Por fim, terminada essa entrevista, fui no entrevistado anterior para tentar concluir o questionário que havia ficado pela metade, devido ao problema que estava tendo em seu box com a mulher da troca do celular. Passei perto do box dele e vi que a mulher e os filhos ainda estavam lá, dessa vez, com um outro homem próximo, certamente deveria ser o dono. Quer dizer, já havia passado 1 hora e o pessoal ainda estava resolvendo a questão da troca do celular. Vi tudo de longe, olhei mais um pouco e fui embora. Deixei para terminar o questionário outro dia.

COMENTÁRIO GERAL SOBRE A PESQUISA FEITA NESTA SEMANA

A pesquisa feita nessa semana, primeira semana do mês de novembro, foi muito difícil, pois a rua estava muito cheia de clientes, passantes e etc., haja vista, que era início de mês, momento em que as pessoas recebem salário e estão com dinheiro, logo, disponíveis para comprar, “com dinheiro na mão”, como me falou um camelô que entrevistei no dia 03/11/08. Assim, tivemos muita dificuldade de fazer a pesquisa. Terminamos optando por parar e retomar na semana seguinte. Aproveitamos o restante da semana para tirar dúvidas relativas às entrevistas aplicadas e fazer pequenos acertos no questionário.

Dia 06 de novembro de 2008 (dia de tirar dúvidas e fazer novo treinamento com o questionário)

Foi um dia apenas para rever dúvidas no questionário com minha assistente. Percebi algumas falhas na aplicação do questionário dela, bem como notei pequenos problemas, na verdade, um problema no questionário. Todo dia após o trabalho de campo, reunia-me com a assistente de campo e comentávamos sobre os questionários do dia e sobre o campo em geral. Era uma forma de resolver pequenos probleminhas que porventura surgissem no questionário e questões gerais da pesquisa. Era também um momento para trocar informações com minha assistente e, assim, captar as impressões dela do campo. Além disso, no dia seguinte, ela sempre me enviava, por escrito, suas impressões do campo do dia.

Nesse dia, então, ficamos resolvendo tais dúvidas e também fomos visitar alguns camelôs e refazer algumas perguntas que haviam ficado incompletas ou incorretas. Ao todo, voltamos em 5 camelôs. Todos nos receberam muito bem, foram novamente bastante receptivos, como disse a própria Chelaine: “É impressionante como existem determinados camelôs que sempre nos tratam bem, estes que voltei para refazer questões me tratou muito bem”.

Fizemos reunião das 10 até às 13:30, depois retornamos para o campo às 15hs. Aproveitei a ida ao campo e fui conversar com um camelô que pretendo fazer uma entrevista mais profunda, mas ele não estava no box. Terminei o encontrando de passagem, mas, pelo menos deu para falar com ele e assim manter contato.

Dia 12 de novembro de 2008 (quarta)

Retomamos o campo nessa semana. Já estávamos na segunda semana do mês e de fato começou a diminuir o movimento de clientes na rua. Realmente, o fluxo de pessoas tem relação direta com o salário. Ou seja, fica clara a vinculação que existe aqui entre mundo formal, dos assalariados empregados, com os informais, camelôs. Os primeiros compram e alimentam o comércio do segundo. Há uma correlação entre estes dois grupos, que não são separados, ao contrário, estão sempre se entrelaçando. É mais uma faceta de ligação da

informalidade de rua com o capitalismo em geral, já que parte dos agentes assalariados consome coisas da rua.

Nesse dia, decidi ir para quadra A, já que ainda não havia feito entrevistas lá. Como já havia passado por todas, optei por começar pela A. Nesta quadra existem poucos camelôs de tecnologia e nenhum de games. Ela está mais direcionada para venda de celulares e relógios. Refleti algumas vezes antes de ir nessa quadra, pois li em um trabalho sobre o camelódromo em 2002, uma dissertação, de Marcelus Silveira, que tal quadra era autônoma da associação e que ela era um caso a parte, marcada pelo controle de dois policiais ou ex-policiais que comandavam o lugar. A própria vice-presidente da associação me falou algo parecido sobre a quadra A e também um informante que tive em agosto de 2008, o Joaquim. Além disso, parece existir ali a movimentação de mercadorias roubadas. Logo, parece ser um lugar perigoso. Uma coisa pude perceber, seus becos internos são bastante estreitos e estão sempre cheios, além de haver uma intensa comercialização. Por alguns momentos, vi homens com montante de dinheiro na mão. Outros estavam comercializando pulseiras e relógios que pareciam ser de ouro. Tudo isso à vista, isto é, movimentava-se muito dinheiro e se vendia coisas caras, sem grande proteção (aparente) contra furtos ou roubos. Parece que não existe esquema algum de segurança. Mas, com certeza, apenas parece. Tal quadra deve ter uma imagem difundida nas imediações, a qual por si só dá a segurança do lugar. Existe também a própria segurança regular do camelódromo. Enfim, me pareceu um ambiente sombrio, típico de lugares que mexem com coisas proibidas, ilegais e etc. Mas, não tive intenção nenhuma de averiguar isso, mesmo porque não faz parte da pesquisa.

Contudo, para a realização de uma pesquisa mais ampla possível, que conseguisse ouvir trabalhadores/as de todas as quadras, garantindo, assim, maior amplitude, decidi tentar realizar pesquisas naquele local. Claro que se ocorresse algum probleminha, mínimo que fosse, iríamos sair imediatamente daquela quadra.

Os camelôs de tecnologia nesta quadra somam apenas 10 ou 11, conforme contagem que fiz. Dessa maneira, pensei em fazer dois, três ou no máximo quatro questionários, que já seriam o bastante. Fomos para o interior da quadra e começamos a entrevistar. Na primeira que me aproximei tudo bem. Abordei uma mulher que logo percebi que era funcionária, já que virou e perguntou para o dono, que, por sinal, estava olhando *e-mail* num computador dentro do box, se poderia participar da pesquisa. Daí, conversei rapidamente com o dono e ele autorizou. Assim, apliquei o questionário e tudo correu muito bem, era cerca de 10:15 a.m.

Achei que a quadra fosse ficar mais vazia, mas foi apenas uma questão de minutos, rapidamente, o fluxo de pessoas aumentou, dificultando o próprio andamento do questionário, pois sempre apareciam clientes perguntando coisas e como esta quadra é pequena, sobrava pouco espaço para as pessoas se locomoverem. Estava entrevistando a funcionária em dois boxes conjugados. O curioso desses boxes é que neles havia ar-condicionado. Alguns boxes possuem tal “regalia”, mas não são todos. Não sei ao certo como eles conseguem isso, pois a energia é dividida equitativamente por box, então, quem não tem ar paga o mesmo de quem tem, logo, é algo problemático, uma divisão desigual. Na verdade, paga-se por box um valor fixo semanalmente, cerca de trinta reais por “box”. Neste valor, está embutida a energia. De fato, houve casos de camelôs que relataram essa desproporção de uso, afirmando que determinados boxes consomem mais do que outros, mas que no fim terminam pagando as mesmas taxas pela energia.

Terminei essa entrevista e sai ao encontro de minha assistente, da Chelaine, para tentarmos outras abordagens, mas vi que ela já havia terminado o questionário dela e que já havia levado duas negativas. Daí, como já tínhamos feito dois questionários, cerca de 20% dos camelôs de tecnologia da quadra A, decidi voltar para a B, pois queria ir em uns boxes grandes que havia lá, mas que ainda não tinham sido abordados.

Já na quadra B, tentei entrevistar um senhor, era o dono do box, mas não tive êxito, pois ele, apesar de ser bastante educado, ainda assim, disse que não saberia responder e que não sabia de nada e que era melhor falar com outra pessoa. Continuei andando pela quadra, estava no corredor principal, por sinal, bastante movimentado. Mas não teve jeito, pois já havíamos ido em todas as ruas perpendiculares ao corredor e nada de entrevistas, pois ou já havíamos feito entrevistas em determinado box ou já havia sido feito tentativas. Normalmente, só fazíamos novas tentativas no mesmo box quando o camelô não tenha negado prontamente, mas, ao contrário, tinha apenas afirmado que estava ocupado ou algo do tipo. Vale frisar que estava difícil conseguir entrevistas, restavam poucas opções. Além disso, tínhamos que andar literalmente juntos, eu e Chelaine, para assim não aplicarmos o questionário em box que já havia sido aplicado. Havia feito um controle também pela numeração dos boxes, de modo que evitasse repetições.

Nesse dia, demoramos um pouco mais para conseguir entrevistas, mais do que o normal. Ficou mais difícil, pois já havíamos passado por todo o camelódromo, então, restavam poucas opções. E, claro, sempre que estávamos andando, éramos, de certo modo,

observados. Ora uns camelôs davam um sorriso, cumprimentavam-nos, mas, na maioria das vezes, apenas nos olhavam. Não estava fácil, às vezes, circulávamos pela quadra toda e não achávamos boxes disponíveis. Após uns 20 minutos andando, consegui outra entrevista. Era com outra funcionária. O dono do negócio estava ao telefone. Comecei a aplicar o questionário e foi tudo ocorrendo tranquilamente. De repente, percebi que o dono estava um pouco irritado ao telefone, conversando sobre a viagem que acabou de fazer e sobre a fiscalização nas estradas e que quase perdeu toda mercadoria. Daí, olhei para o interior do box e vi que havia muita mercadoria no chão em sacos pretos grandes, que parecia recém colocada ali. Alguns sacos estavam um pouco abertos, ainda aguardando arrumação. Ao andar pelo interior do camelódromo, facilmente se observa pessoas andando com sacos pretos ou caixas. Geralmente, pequenos volumes de fácil manuseio. Outros andam com maiores quantidades num carrinho próprio para levá-las, certamente, indo fazer alguma entrega em algum box, algo do gênero, como já presenciei certa vez. Na verdade, são camelôs que estão entregando ou repondo mercadorias. Continuei a entrevista. De repente, o dono terminou de falar ao telefone e logo se aproximou de mim, ficou calado, apenas olhando, mas com uma fisionomia assustada e com o semblante fechado. Assim, nem esperei ele perguntar nada, imediatamente, pela própria situação do momento, comecei a explicar-lhe do que se tratava, ele continuou com a “cara” fechada e falou para funcionária parar de responder, que podia ser coisa de jornalista. Aí, tentei dizer para ele que não era isso, que era uma pesquisa ligada à Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, que não perguntamos nem nome, que eu era estudante, que tinha o apoio da Associação; ainda assim, não teve jeito, ele continuou retrucando. Por fim, pedi desculpas por estar incomodando e falei que não havia problemas, que poderia interromper a entrevista, sem problemas, faltavam apenas duas folhas, cerca de 30% do questionário. O dono também pediu desculpas e disse que ficava sempre desconfiado. Aí, novamente, falei que tudo bem e sai andando. Claro que, após acontecer um fato como este, abala um pouco nossa “mente”, quer dizer, gera inúmeras reflexões, tipo raiva, revolta, mas também, pena, tristeza, medo, etc. Sem dúvida, minha indignação maior é que estava ali para entender o “processo e suas condições de trabalho”, indo conversar diretamente com os próprios trabalhadores, sem rodeios e sem pegar fontes viciadas, que quase sempre diminuem socialmente os trabalhadores ou deturpam suas reais condições de trabalho e vida. Ainda assim, os próprios trabalhadores são relutantes, desconfiados e às vezes ignoram uma pesquisa sobre eles. Ou seja, são momentos muito chocantes. Saí do camelódromo para tomar água, respirar fundo e aguardar Chelaine terminar a entrevista dela, que, por sinal, era em um

box quase em frente ao que estava. Fiquei de fora olhando para Chelaine e observando o movimento, até para ver se aquele camelô que negou iria interferir na outra entrevista. Mas não, deu tudo certo. Era um box quase em frente um do outro, mas como já havia percebido em alguns casos, acontece de não haver relações muito próximas entre camelôs que comercializam os mesmos produtos, quer dizer, entre concorrentes, mesmo que estejam próximos um dos outros. Percebi isso em alguns casos, todavia, não pode ser generalizado. Saímos dali e fomos para outros boxes continuar as entrevistas. Mesmo com crachá, com fardamento e com o aval da associação, ainda assim, ocorreram momentos desconcertantes e de desconfiança. Ou seja, foi uma pesquisa marcada por situações inusitadas e que sempre requeriam bastante cautela de nossa parte para saber contornar momentos difíceis, como o vivenciado com o camelô que mandou suspender a aplicação do questionário. Por sorte, esses momentos foram esporádicos.

Após ter ocorrido esse episódio comigo, aproveitei e fui atrás de uma funcionária que conheci dias atrás. Aproveitei para ver se ela me indicava alguém de games, já que havíamos feito poucas entrevistas com este grupo. Consegui a indicação e fui atrás da pessoa. Era uma conterrânea, uma baiana. Apenas pelo fato de ser conterrâneo com alguém, isso ajuda bastante na realização de uma pesquisa desse tipo, que é permeada pela desconfiança e por ilícitos. É um elo de ligação entre pesquisador e pesquisado, isso contribui muito para conquista da entrevista. Chegando ao box indicado, a pessoa não estava, era na quadra C, em um corredor estreito, onde havia alguns boxes fechados. Por sinal, existe uma sazonalidade entre os boxes, por vezes, eles fecham num dia e abrem em outro. Ou então, mudam de negócio frequentemente. Ficamos parados ao lado do box aguardando a conterrânea aparecer. Aproveitamos o local onde estávamos e Chelaine voltou a procurar um box que ela havia feito uma entrevista para obter uma informação que faltou, mas, aí, ela percebeu que o box estava fechado, então, perguntou a uma mulher de outro box porque aquele outro estava fechado e ela respondeu simplesmente que fechou, não funciona mais, parou de funcionar, não disse o motivo, mas falou com naturalidade, como se fosse algo comum naquelas imediações. Depois fui percebendo que tinha alguns boxes que fechavam alguns dias, depois reabriam, muitas vezes, com o mesmo dono e com o mesmo tipo de mercadoria. Outras vezes, mudava-se tudo, até o estilo do box. O fato é que, às vezes, faltam produtos, aí, quando eles não têm como repor, fecham o box. Outras vezes, em muitas delas, o box está sendo “visado” pela polícia, aí, mantém-se fechado apenas por alguns dias. Ou ainda, a própria Associação lacra o box por problemas de pagamento, de cadastro, etc. Enfim, existem várias possibilidades para o box

estar fechado. Elencamos algumas. A conterrânea apareceu. Comecei a conversar com ela. Nesse momento, Chelaine seguiu adiante, indo atrás de outro box para entrevistar. Logo no início da entrevista, percebi que a conterrânea estava sendo bem solícita. Isso ajuda muito, principalmente nos primeiros momentos da abordagem. Pensei que ela fosse outra funcionária devido a sua pouca idade, cerca de 22 anos, e por ser amiga de outras funcionárias, também da Bahia. Era um box apenas, com pouca estrutura, algumas caixas de games expostas na porta do box, no balcão, justamente, para chamar atenção dos transeuntes e havia também alguns acessórios expostos em prateleiras. Havia ainda uma TV que estava desligada e umas quatro ou cinco fotos expostas dentro do box, fixadas na parede. Geralmente, em lojas que vendem games e acessórios, têm televisão e games ligados, justamente, para chamar atenção e para testar o produto que será vendido. A entrevista ocorreu muito bem. Ela na verdade era a dona, casada com o dono do box, e ainda me falou que possui outra loja, mas fora do camelódromo. Disse que o box fatura bastante e sem impostos, então, que era muito lucrativo. Ela disse que apenas repassa mercadorias originais que compra no próprio camelódromo de outros boxes de fornecedores. Por sinal, essa é uma prática comum, principalmente, quando se trata de games e acessórios diversos. A única coisa ruim de se fazer isso é que a pessoa termina vendendo com um preço um pouco maior do que se buscasse diretamente seus produtos em São Paulo ou no Paraguai. Isso foi o que ela mesma me falou. Porém, é mais seguro pegar no próprio camelódromo, praticamente, não se corre riscos. Outra coisa, pode-se também manter preços competitivos, aí, ganha-se menos na margem de lucro, mas consegue vender bastante. Ela também falou que ocorre isso. Essa entrevistada me forneceu inúmeras informações muito valiosas. Ela tem uma funcionária, paga salário, alimentação e transporte, mas que é sem carteira, como a maioria das pessoas do camelódromo. Falou que pensa em colocar uma meta de vendas para sua funcionária, mas que está apenas pensando nisso, haja vista, que considera isso uma exploração, um excesso de cobrança para com o funcionário. Como ela mesma disse: “Você pode aumentar suas vendas, impondo uma meta, mas vai explorar demais a pessoa, que já vive num sufoco danando aqui, trabalhando muito, todo dia, sem carteira, sem segurança na vida, por isso acho que vou deixar do jeito que está.” Ou seja, aqui se percebe uma harmonia maior entre a dona e a funcionária, entre o suposto pequeno capital (dono do negócio e dos meios de trabalho) e o trabalho (trabalhador empregado). Ainda nessa entrevista, soube que existem muitos casos de parceria entre os camelôs com relação ao uso dos cartões de crédito. Aqui, por exemplo, ela não tem cartões em sua loja, por

enquanto, sendo assim, ela passa o cartão na loja onde ela compra as mercadorias (videogames e acessórios para games) para revenda.

Terminada essa entrevista, saí à procura de Chelaine. Demorou uns 5 minutos, daí, encontrei-a. Ela também havia feito uma entrevista. Fomos então procurar outros boxes para realizar novas entrevistas. Assim, chegamos num corredor, ainda na quadra C, que não havíamos feito nenhuma entrevista, o qual tinha pelo menos 6 boxes que se encaixavam em nossa pesquisa. Fui em um rapaz que estava sozinho, enquanto Chelaine se aproximou de dois homens que estavam parados no box, esperando clientes. Não vi a abordagem dela, mas depois soube que os homens não quiseram dar entrevistas. De fato, havíamos comentado que eles estavam com um semblante meio estranho, meio fechado. Às vezes, conseguimos adivinhar pela expressão facial da pessoa se ela está afim ou não de conceder entrevista, por várias vezes acertamos nisso. Mas, em nenhum momento isso foi um fator determinante. Na verdade, íamos muito mais pela conveniência, quer dizer, se tinha oportunidade de nos aproximarmos, tipo alguém que esteja sem clientes no momento, aí, iniciávamos uma abordagem. No geral, essa foi nossa metodologia. Além disso, algumas vezes, usamos uma outra técnica comum em pesquisas de campo: o homem (pesquisador) ir conversar com a mulher (entrevistada) e a mulher (pesquisadora) ir conversar com o homem (entrevistado). Por vezes, isso funcionava. Mas, também não usamos isso como determinante. Muitas vezes, apenas íamos nos aproximando, de modo aleatório, exceto quando havia uma indicação prévia de outro camelô, aí, facilitava bastante. E, primamos também por dar conta da maior espacialidade local possível, quer dizer, de entrevistar os trabalhadores espalhados por todo o camelódromo, de modo que desse conta de pegar pessoas de todas as quadras, espalhadas por todos os cantos.

Comecei a entrevista com um rapaz que estava sozinho em dois boxes. O rapaz foi muito educado e ajudou bastante para a realização da entrevista. Ele tem nível superior. Algumas vezes, pudemos perceber que o pessoal com nível superior ou com muitos anos de estudo ou ainda os funcionários (empregado, o que não é o dono, o camelô-funcionário), geralmente, atendiam-nos melhor. Parece que a pessoa com maior escolaridade entende mais a importância de uma pesquisa e o que ela significa, quer dizer, que não implica em riscos para eles, mesmo porque, primamos pela ética e pela moral na execução de entrevistas e na utilização do material coletado, para que, assim, não comprometa ninguém e nada. Sempre foi dito isso na pesquisa. Os funcionários, talvez, por não serem donos, também nos recebiam muito bem. Acho que faziam isso, pois não se responsabilizavam diretamente pelos riscos e

ilegalidades cometidas, como no caso dos donos/proprietários. Todavia, de um modo geral, fomos bem recebidos, principalmente, pela Associação da categoria.

Para completar esse dia, fui fazer uma entrevista num box que mais parece uma loja. Acho que é um dos maiores e mais bem equipados do camelódromo. Possui ar, uma grande vitrine e funcionários. Quando entrei nesse box, só estava uma mulher, daí, comecei a conversar com ela e fiz a entrevista sem problemas. Por sinal, foi uma entrevista muito rica e proveitosa. A respondente está terminando o nível superior, é prima do dono, e diz que aplica muito do que aprende na universidade no negócio informal, no box, já que estuda administração. Ela disse que fazia de tudo ali. Gerencia, administra, vende, faz balanço, faz promoções, arruma as mercadorias, entre outras coisas. Como ela mesma disse: “Faço várias coisas, mas pode colocar que sou comerciante”. Ela falou inúmeras coisas sobre a atividade de camelô na Uruguaiana, no camelódromo, entre elas destaquei o seguinte, nas palavras dela: “Aqui existem três tipos de mercadorias: ou é contrabando, ou é produto roubado ou é pirataria. A coisa aqui é complexa”. Quer dizer, é comum a percepção dos trabalhadores/as de sua situação e de todo complexo que envolve estar ali, naquele tipo de trabalho informal, porém, também é unânime a percepção de que aquilo vivido ali por eles e elas é um meio de vida, uma forma de sobrevivência, e, por vezes, principalmente, hoje em dia, uma boa forma de sobrevivência, pois implica em ganhos diversos, como eles/as mesmo repetiam, passando a ser um negócio. No geral, diziam que não trocavam sua forma de trabalho atual, principalmente, devido às baixas rendas auferidas no emprego formal.

Dia 13 de novembro de 2008 (quinta) – Dia de resolver dúvidas dos questionários e fazer contagem dos boxes

Nesse dia nos encontramos para resolver dúvidas de preenchimento do questionário e para ir fazer a contagem dos boxes.

A parte mais difícil aqui foi fazer a contagem. Para isso, marquei com Chelaine para irmos sem a camisa da pesquisa, para assim chamarmos menos atenção. Essa foi a estratégia que adotamos. Iniciamos a contagem pela quadra menor, a A. Fiz um pequeno mapa no papel e fomos andar pelos corredores da quadra. Claro, sem fazer anotação nenhuma dentro da quadra. Isso era para não criar situações constrangedoras. Mesmo sem farda e sem anotar, o pessoal nos identificava sempre, pois, às vezes, tínhamos que passar pelo mesmo local mais de uma vez para terminar a contagem. A contagem foi feita do seguinte modo: dividimos o

universo de pesquisa em dois grupos. O pessoal que trabalha apenas com tecnológicos e acessórios e o pessoal que trabalha com games (aparelhos e/ou acessórios para games). Em seguida, iniciamos pelas quadras menores, compondo a seguinte sequência crescente de tamanho, A, B, C e D.

No geral, as quadras são formadas na seguinte ordenação. Existe um corredor ou rua principal dentro da quadra (ou galpão) e têm várias ruas secundárias perpendiculares ao corredor. Desse modo, dá para imaginar uma rua, com várias transversais, às vezes, apenas de um lado, às vezes dos dois lados, formando assim um emaranhado de corredores conectados a um corredor principal.

No total de nossa contagem, obtivemos os seguintes números. Para o primeiro grupo, de tecnológicos, 166, para o segundo, de games, 84, totalizando cerca de 250 camelôs. Este seria, pois, nosso universo total de pesquisa. Todavia, vale frisar que não foi uma contagem perfeita/absoluta, por dois motivos. Primeiro, não podíamos ficar muito tempo parados nos corredores, além de não fazermos anotações na hora da contagem. Adotamos a seguinte estratégia. Eu ia por uma rua, fazia as contagens, memorizando-as, enquanto Chelaine ia por outra rua, paralela a minha, também memorizando, e, depois, imediatamente, encontrávamos-nos no final da rua, fora do camelódromo, para assim fazermos as anotações. Assim, podemos ter nos enganado em alguns números, mas, de todo modo, para todos os efeitos, trata-se de uma estimativa. Além disso, o fechamento e a abertura de novos boxes com estes equipamentos é uma constante. Desse modo, nossa estimativa poderá ficar um pouco ultrapassada dentro de alguns meses. Mas, pelo menos, ela é totalmente válida para o período em que realizamos nossa pesquisa de campo.

Dia 14 de novembro de 2008 (sexta) – dia de tirar dúvidas dos questionários

Fomos em dois boxes para tirar algumas dúvidas com os entrevistados sobre o questionário. Houve um caso de uma entrevista que havia feito no dia 12/11/08 que teve que ser interrompida, pois estava ocorrendo um princípio de conflito, devido à troca de mercadorias, a troca de um celular. Por sinal, um dos principais problemas levantados pelos entrevistados refere-se a essa questão, a troca de produtos, a garantia. Muitos camelôs falaram que isso é um problema e que gera divergências e irritações.

Fui no box e terminei o questionário que havia ficado pela metade. Aproveitei e conversei com o funcionário sobre a troca daquele dia, do celular que uma menina menor de idade havia comprado, no valor de 500 reais e que estava com defeito. Ele disse que devolveu o dinheiro e que a menina e a mãe terminaram comprando uma máquina digital e mais produtos. Ou seja, ele me contou uma história diferente da que eu havia presenciado. Disse que o pessoal era cliente antigo dele e que moravam em sua rua. Era tudo amigo. Acho que ele quis me convencer que elas eram chatas e que ele estava certo e fez tudo certo. Quer dizer, estava meio que se vangloriando. Claro, não contestei nada, apenas guardei na memória para anotar no diário de campo depois. É comum acontecer isso em pesquisa, em entrevistas, o entrevistado tenta sempre ou quase sempre se vangloriar de fatos e contar as coisas sobre um prisma mais positivo, por vezes, diferente do fato ocorrido. Nesses casos, temos que ficar atentos e sagazes para não sermos facilmente ludibriados com as primeiras respostas dadas. O ideal no caso acima seria ir conversar com as clientes, porém, não as conheço e não tenho como encontrá-las. Resultado, deixo mais uma questão em aberto. Mas, sem dúvida, foi um episódio muito relevante para evidenciar determinadas situações típicas da rua, típicas dos camelôs de tecnologia, os quais, muitas vezes, vendem produtos que nem sabem ao certo como funcionam ou que não têm de fato a qualidade anunciada. Em muitos casos, diria, em quase todos, resolve-se com conversa e se consegue fazer, no prazo definido, a troca ou devolução do dinheiro. Como sempre, na informalidade de rua, tudo se resolve na conversa, no diálogo, na interação face a face. É o reino interpessoal por excelência. Pelo menos, sei que isso permanece nos camelôs de tecnologia, mesmo com tantas reconfigurações. Permaneceram tradições oriundas dos antigos trabalhadores de rua, como a confiança e a relação face a face. Após esse dia, encerrou-se o trabalho de campo, quer dizer, de aplicação dos questionários.

Reflexão geral sobre o camelódromo

Percebi nas diversas andanças que fiz pelo camelódromo, desde 2007, freqüentando e sempre conversando com camelôs e até com clientes, que existe uma verdadeira “ode ao consumo” naquele espaço. Quer dizer, os clientes chegam a todo instante, dia após dia, querendo o que de mais moderno existe, o último lançamento, querendo participar da moda, querendo estar na moda. Eles querem também estar inseridos dentro da primeira linha da

sociedade da tecnologia, almejando possuir o que há de mais novo. Por diversas vezes, vi clientes afirmarem isso. E vi também camelôs falando isso. Teve uma vez que o camelô disse assim pra mim: “Rapaz, aqui nós vendemos o que eles [os clientes] querem, tipo assim, quando laçam um celular de última geração e o cliente chega aqui e pede, aí, pode acreditar, na semana seguinte, colocamos pra vender, ou até antes. Vendemos o que eles querem.” Outra vez, estava conversando com uma funcionária, uma conterrânea, que trabalha num box na quadra C, um box pequeno, vendendo produtos e acessórios eletrônicos. Fiquei lá parado na frente do box, conversando algumas coisas com ela. Sempre fiz isso durante a pesquisa, procurando manter algum nível de relação com os camelôs. Algo que, por sinal, me ajudou na fase da pesquisa de campo, pois permitiu maior aceitação na realização das entrevistas. Estava parado conversando com ela, de repente, chegou uma mulher, bem arrumada, de cerca de 25 ou 30 anos. Encostou no box e perguntou sobre um aparelho denominado MP9, que, entre outras funções, serve como máquina fotográfica digital, celular para mais de um *chip*, funciona como TV, além de outras funcionalidades. Resultado, havia lá o tal aparelho e eu nem sabia do que se tratava. Ora, sempre freqüento o camelódromo, sempre passava por aquele box e nunca havia visto este equipamento e nem sabia de sua existência. Foi apenas questão de dias ou meses, entre uma visita minha e outra, que apareceu estes equipamentos. Isso foi apenas para mostrar a rapidez das mudanças e, principalmente, como as pessoas estão sempre buscando o novo, uma verdadeira “ode ao consumo”. O incrível desse pequeno relato foi a fala de minha conhecida, da funcionária. Ela falou assim: “As pessoas querem o novo, o que ta na moda [...]”, aí continuou e disse: “Quer ver, num dou 5 minutos para aparecer mais gente perguntando pelo MP7, 8 ou 9, espera aí pra tu ver [...]”. De fato, passou-se 3 minutos ou menos e já apareceu outro rapaz perguntando pelos tais aparelhos, mais uns minutinhos e mais pessoas e assim sucessivamente. Incrível, como há uma relação direta entre lançamentos e inovações veiculadas na TV, em revistas, em filmes que, de repente, são também requisitados pelos consumidores dos camelôs, produtos recém-lançados que rapidamente estão sendo escoados também pela rua, pelos camelôs de tecnologia.

09. Você fez algum tipo de curso para alguma profissão?

1 ☐ *Sim* (*Qual:* _____) 2 ☐ *Não*

II) FAMÍLIA

10. Quantas pessoas moram com você? _____

11. Essas pessoas são? (especificar)

☐ *Filhos* ☐ *Irmãos/as* ☐ *Pai/Mãe* ☐ *Marido/Mulher*
☐ *Outros* _____

12. Quem sustenta a família? (especificar) _____

13. A casa onde você mora é própria?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO* _____

14. Possui veículo?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

III) ATIVIDADE ATUAL:

15. Como você chama a atividade que realiza (qual o seu trabalho)?

16. Há quanto tempo está nesta atividade? _____

17. Como você começou nessa atividade?

18. Contou com a ajuda de alguém?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

19. Se SIM, quem? _____

20. Você trabalha sozinho nesta atividade?

1 ☐ *SIM* (*Vá para a 27*) 2 ☐ *NÃO* (*Siga na seqüência*)

21. Com quantas pessoas você trabalha? _____

22. Estas pessoas são seu/sua:

1. ☐ *Pai/Mãe* 2. ☐ *Irmão/Irmã* 3. ☐ *Filho/Filha*
 4. ☐ *Marido/Mulher* 5. ☐ *Outro Parente* 6. ☐ *Sócio*
 7. ☐ *Empregado* 8. ☐ *Patrão/Dono do Negócio* 9. ☐ *Outro* _____

Da 23 a 26 - (Se tem empregados/ajudantes):

23. Eles recebem:

- 1 ☐ *Salário* 2 ☐ *% das Vendas* 3 ☐ *Transporte e alimentação* 4 ☐ *Outro*

(Especificar) _____

24. Qual o ganho semanal aproximado deles? _____

25. Eles recebem comissão por vendas? _____

26. Existem metas de venda?

- 1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

27. Você é dono do seu próprio negócio?

- 1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

28. (Se não), quem é o seu patrão/dono do negócio?

- 1 ☐ *Empresa/loja do comércio estabelecido* 2 ☐ *Negociante que tem outro ponto nas ruas*

3 ☐ *Outro (Especificar)* _____

29. Você tem carteira de trabalho assinada?

- 1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

30. Você acha que esta atividade que vocês fazem é como se fosse uma Empresa (uma loja)?

- 1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

31. Por que? _____

32. Você se considera camelô?

- 1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

33. Por que? _____

IV) CONDIÇÕES E PROCESSO DE TRABALHO

34. Quem define o espaço em que realiza sua atividade?

1 ☐ Prefeitura 2 ☐ Nós mesmos 3 ☐ Associação/Sindicato

35. Você tem mais de um ponto (mais de um boxe)?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

36. (Se Sim), quantos ? _____

37. Você paga INSS?

1. ☐ SIM 2 ☐ NÃO

38. Quantos dias você trabalha nesta atividade por semana? _____

39. Qual o tempo de trabalho diário nesta atividade? _____

40. Por favor, diga como é o seu dia de trabalho? (se necessário, use o verso)

41. Quais os principais problemas que você enfrenta no dia – a – dia (cotidiano)?
(se necessário, use o verso)

42. Você já foi vítima de alguma violência no seu local de trabalho?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

43. (Se sim) Que tipo de violência:

1 . ☐ Rapa 2 . ☐ Assalto 3 . ☐ Polícia 4. ☐ De alguém na mesma atividade

5 . ☐ Outros (Especificar) _____

44. Você se preocupa com a apresentação do boxe (arrumação, organização das mercadorias)?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

45. Porque? _____

46. Como o (a) senhor (a) atrai os clientes?

47. Aproximadamente, quanto o (a) senhor (a) ganha nesta atividade:

1 Por Semana R\$ _____ Ou 2. Por Mês ? R\$ _____

48. O (a) senhor (a) é sócio (a) de algum Sindicato ou Associação (de informais)?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO Se SIM (Qual?) _____

49. O que acha do sindicato ou da associação da sua categoria? _____

50. O que vocês possuem ou fazem na banca?

☐ Telefone ☐ Fax ☐ Internet ☐ Aceitam cartões ☐ Usa-se crachás ☐ Usa-se fardamento

☐ Site ☐ Cartões de visita ☐ Costuma-se ligar p/ clientes p/ ofertar produtos

☐ Dão auxílio de como usar os produtos (por telefone) ☐ Lista de clientes

51. Vocês dão garantia dos produtos vendidos?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

52. (Se Sim), por quanto tempo? _____

53. (Se Sim), como é feita? _____

54. Vocês costumam fazer algum controle das vendas (balanço), calculam o que entra e o que sai?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

55. (Se Sim), de quanto em quanto tempo (em dias)? _____

56. (Se Sim), quem costuma fazer? _____

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

57. Você acha que a pessoa tem que se qualificar (se preparar) para trabalhar com estes produtos tecnológicos?

1 ☐ SIM 2 ☐ NÃO

58. Por que? _____

59. Quais os pré-requisitos que são exigidos na seleção de um novo funcionário?

60. É dado algum treinamento ao novo funcionário?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

Explique? _____

61. Como vocês divulgam quando estão precisando de um novo funcionário (fazem como)?

62. Além desta atividade, atualmente o (a) senhor (a) tem algum outro trabalho?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

63. (Se Sim), qual:

1 ☐ *Emprego Formal* 2 ☐ *Outro negócio em via pública* 3 ☐ *Bico*

64. (Se Sim), quanto o (a) senhor (a) ganha por mês neste outro trabalho?
R\$ _____

65. Quantas horas de trabalho o (a) senhor (a) tem nessa outra atividade? _____

66. O (a) senhor (a) tem alguma aposentadoria ou pensão?

1. ☐ *SIM* 2 ☐ *Não* (Se Sim), quanto ganha: R\$ _____

67. O (a) senhor (a) tem algum plano de saúde?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

68. (Se Sim):

1 ☐ *Ele (a) próprio(a) que paga* 2 ☐ *Não paga*
3 ☐ *o outro trabalho paga*

69. (Se Não), utiliza o SUS?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

V- TRAJETÓRIA OCUPACIONAL:

70. Qual é (ou era) a atividade de seu pai? _____

71. E a sua mãe em que trabalha (va)? _____

72. Qual o último trabalho que o (a) senhor (a) teve antes do atual? _____

73. Neste trabalho você era:

- | | |
|--|---|
| 1 ☐ <i>Empregado Com Carteira</i> | 2. ☐ <i>Empregado sem Carteira</i> |
| 3. ☐ <i>Funcionário Público</i> | 4. ☐ <i>Trabalhador Doméstico</i> |
| 5. ☐ <i>Trabalhador Agrícola</i> | 6. ☐ <i>Empregador (Vá para a 74)</i> |
| 7. ☐ <i>Autônomo urbano(Vá para a 74)</i> | 8. ☐ <i>Outro</i> _____ |

74. Qual era a sua ocupação neste emprego?

75. Quem era seu empregador? (ramo de atividade) _____

76. Quantas pessoas trabalhavam no empreendimento em que você estava empregado? _____

77. Neste emprego, você tinha carteira assinada?(*Só se aplica para os casos de Trabalhador Doméstico ou Trabalhador Agrícola*)

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

78. Quais eram as vantagens que você tinha neste emprego?

79. Você era sindicalizado?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

80. (Se sim), quais?

1 ☐ *Assembléias* 2 ☐ *Greves* 3 ☐ *Reuniões* 4 ☐ *Outros* _____

81. Há quanto tempo você deixou este trabalho? _____

82. Por que deixou este trabalho?

83. Quando saiu deste trabalho você recebeu:

1 ☐ *Indenização* 2 ☐ *FGTS* 3 ☐ *Seguro Desemprego*

84. Entre este último trabalho e o atual você ficou desempregado?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

85. (Se Sim), por quanto tempo ficou desempregado? _____

86. Você já tinha tido alguma experiência anterior de trabalhar em via pública?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

87. Porque o senhor começou a trabalhar com os produtos tecnológicos?

88. Você se considera independente (tem autonomia, liberdade...) nesse trabalho?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

89. Por que? _____

90. Você gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?

1 ☐ *SIM* 2 ☐ *NÃO*

91. Por que? _____